

INFORME

# AGRONEGÓCIOS

Edição 7





# Editorial

**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA**

**WWW.IICA.ORG.BR**

## **Representante**

Carlos Américo Basco

## **Coordenação de Conteúdo**

Marco Ortega Berenguer

*Especialista da Área de Promoção do Comércio e da Competitividade do Agronegócio*

## **Coordenação Editorial**

Fernanda Tallarico

*Especialista em Comunicação*

## **Produção**

Marco Ortega Berenguer

Sebastian Schlossarek

Jonatas Luiz dos Santos

## **Colaboradores do IICA nesta Edição**

Carlos Enrique Guanziroli

Jose Fabra Garrido



cat. 4089  
ENTRADA Nº 2008  
LINHACA  
ARGENTINA (KG)  
R\$ 5,00  
VAL. unit/20kg

cat. 4089  
ENTRADA Nº 2008  
LINHACA  
ARGENTINA (KG)  
R\$ 5,00  
VAL. unit/20kg

cat. 4089  
ENTRADA Nº 2008  
LENTILHA VERMELHA  
LIBANESA (KG)  
R\$ 15,00  
VAL. unit/20kg

INFORME  
AGRONEGÓCIOS  
Edição 7





# Apresentação

O INFORME AGRONEGÓCIOS é uma publicação semestral do Escritório IICA – Brasil, dirigida a técnicos, empresários, pesquisadores e todos aqueles que buscam informações sobre o agronegócio e temas relacionados.

O IICA, neste Informe, abre um espaço interativo destinado a todos aqueles que têm interesse em compartilhar conosco seus comentários, críticas e/ou solicitar a publicação de artigos, resenhas e ichas técnicas relacionados com a Promoção do Comércio e a Competitividade do Agronegócio no Brasil.

Somos uma tribuna aberta para a recepção, sistematização, organização, discussão, produção e publicação de artigos especializados; comentários e opiniões técnicas, que, para esse fim, deverão ser encaminhados para os endereços da nossa Equipe de Agronegócio:

**Marco Ortega**

marco.ortega@iica.int

**Sebastian Schlossarek**

sebastian.schlossarek@iica.int

**Jonatas Luiz**

jonatas.luiz@iica.int

Os artigos devem ser digitados em Word, espaço duplo, fonte Calibri, corpo 12, folha formato A4, com páginas numeradas (de acordo com as normas da ABNT). Os interessados em publicar artigos deverão citar as referências utilizadas na sua elaboração e apresentá-las em ordem alfabética.

Esta é uma publicação sem fins lucrativos do IICA – Brasil. Os artigos e textos foram recopilados de fontes diversas na tentativa de divulgar os trabalhos que consideramos relevantes e necessários para apoiar um processo contínuo de releitura e aprendizagem sobre as iniciativas, as experiências e os eventos locais, regionais e globais relacionados com o Agronegócio. As fontes citadas aparecem no final de cada artigo para resguardar os direitos autorais.



# Carta ao Leitor

## Premissas

As mudanças, aspecto mais permanente nos processos e na economia nacional e global, exigem uma criatividade e um melhor aproveitamento dos conhecimentos que se encontram disseminados por todas as partes, apenas à espera de que a nossa gestão os localize e os incorpore eficientemente nas ações que protagonizamos.

Repetir erros por desconhecimento já não está mais isento de responsabilidade em um mundo conectado também de forma virtual.

Temos o dever de aproveitar o já testado e provado em outras partes do mundo, sob pena de incrementar custos recorrentes e inúteis e deixar de melhorar as condições de vida das comunidades com as quais trabalhamos.

O novo cenário global e suas consequências nas distintas regiões internas e externas dos países constitui um desafio importante. Crescer e desenvolver-se sem piorar o entorno natural e as condições de vida e trabalho das comunidades requer importantes investimentos. Também se requerem políticas públicas precisas e decisões difíceis, o que na maioria das vezes exige grandes investimentos.

A agricultura na atualidade é mais dinâmica, devido à incorporação de diversos segmentos de uma cadeia de valor, desde os localizados dentro da porteira até aqueles que se aproximam da mesa do consumidor final.

A agricultura, agora sistêmica, tem papel preponderante na manutenção da paz social. A segurança alimentar é uma bandeira que hoje está sendo levantada, cada vez mais, pela maioria dos países, em todos os continentes, em face da vergonha e do desastre que significa a fome e a falta de esperança em um mundo tão evoluído tecnologicamente como o atual.

As empresas do sistema – agricultura, agroindústria e serviços – precisam contar com profissionais qualificados e familiarizados com o enfoque e a problemática que envolve os processos do sistema agroindustrial. É um consenso entre os estudiosos do agronegócio que a qualidade dos recursos humanos está entre os fatores críticos de sucesso no sistema.

O Informe de AGRONEGÓCIOS n. 7 releva, neste número, importantes artigos que abordam os aspectos acima ressaltados. Enfoques multissetoriais, multidisciplinares, enfim, coerentes com o escopo do Agronegócio que comporta a nova agricultura e suas diferentes conexões.

Afinamo-nos com os cientistas que confiaram seus trabalhos ao IICA para divulgação, porque acreditam na necessidade de uma formação sustentável, e cada vez mais urgente, dos profissionais qualificados que acompanham as grandes questões que envolvem a nova agricultura e nelas contribuem, com seus insumos e valor agregado. Todos e todas contribuem com uma melhor e mais limpa exploração dos recursos do planeta.

Devemos dar maior atenção à segurança e soberania alimentar, à biotecnologia, à agroenergia, à formação de redes e cadeias produtivas e à emergência do desenvolvimento sob bases territoriais e sustentado no direito humano a um mundo saudável e à prática concreta da cidadania.

## **Nossa Intenção**

O Escritório do IICA no Brasil visa ofertar aos seus leitores uma série semestral de artigos e extratos de documentos científicos, resultado de pesquisas e projetos de cooperação técnica. Nossos produtos de conhecimento deverão servir como elementos para a reflexão e como insumos para melhorar a tomada de decisões e/ou para a elaboração de estudos específicos que procurem avaliar, facilitar e garantir a competitividade do agronegócio e o bem-estar das comunidades rurais.

A missão institucional obriga-nos a fazer uma atualização periódica e uma revisão, bem como acompanhar e documentar, sistemática e periodicamente, as inovações, os avanços, as novas estratégias e políticas dos setores público, privado e social. Nosso objetivo é aproveitar e estimular um processo bem-sucedido de reposicionamento dos segmentos das cadeias agroindustriais brasileiras, com a intenção de que estes aproveitem as vantagens que proporcionam ambientes em constante mudança.

O Brasil é um país com enorme extensão territorial, ampla gama de produtos agroalimentares e grande diversidade na organização de estruturas da produção rural. Um contexto com grandes desafios e oportunidades.

Para estar inserido e atuante em um cenário como esse, o Instituto estabeleceu novas estratégias, que começaram com um trabalho interno árduo de reposicionamento, que implica a redefinição, redesenho e ampliação de nossas linhas de ação e áreas temáticas. Nossas áreas temáticas deviam ser inseridas estrategicamente nas mais relevantes discussões e questões de interesse global, pelo que reforçamos o alcance da área de Inovação Tecnológica, Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos, Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento e criamos veículos informativos mais robustos para garantirmos um intercâmbio de idéias e de conhecimentos, por meio de mecanismos interativos, que se sustentam em tecnologias de ponta, para possibilitarmos, de maneira sustentável, a difusão e o estímulo oportuno a pesquisas sobre temas inovadores no âmbito rural.



## **Objetivos do Informe de Agronegócios do IICA - Brasil**

- Divulgar, oportunamente, experiências, conhecimentos e os resultados dos debates e discussões sobre o estado da arte das medidas e políticas que emergem do desenvolvimento do agronegócio e das intervenções que protagonizam os seus atores e equilibristas, públicos e privados.
- Criar um veículo sustentável e um instrumento de intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências que possam ser utilizados pelos tomadores de decisão de políticas públicas como insumos importantes para ampliar e alimentar a discussão, a proposição e a formulação de novos programas e projetos para o desenvolvimento rural e para o agronegócio.
- Apresentar e comparar diferentes conjunturas econômicas nos âmbitos nacional (regiões do Brasil), regional (Mercosul) e global, num caráter informativo que possa apoiar e favorecer a análise crítica de tais conjunturas.

Neste INFORME AGRONEGÓCIO n. 7, oitavo na série iniciada em 2005, os leitores encontrarão interessantes artigos de opinião sobre a realidade da produção de soja, medidas para a inspeção, quarentena e supervisão dos alimentos para a exportação e importação, bem como participação da agricultura familiar no PIB, segundo o Censo de 2006, agroindústria no Brasil, avanços na pesquisa e uso dos biocombustíveis, tendência nos preços dos alimentos, turismo rural e microfinanças, entre outros.

Nossos artigos são resultado da pesquisa, consulta e seleção de documentos produzidos por cientistas e instituições de indubitável reconhecimento no tema; são artigos que publicamos com a autorização dos seus autores. Outros são textos de produção interna do Instituto, fruto do trabalho dos nossos especialistas e consultores do Agronegócio, Desenvolvimento Rural, Gestão Ambiental, Tecnologia e Biotecnologia.

Esperamos que os artigos, resenhas, informações e dados apresentados neste INFORME sejam de grande utilidade no estímulo a debates, programas, projetos e demais ações estruturantes.

Interessa-nos estimular discussões pertinentes para a consolidação de um processo crescente de cooperação horizontal na nova agricultura.

Os temas sistemicamente associados, como o Desenvolvimento Rural Sustentável, a Sanidade e Inocuidade Animal e Vegetal e outros, farão com que nossos leitores e amigos utilizem este veículo como uma tribuna pública que lhes permita a divulgação de importantes assuntos e incentive outras pessoas a participarem com seus artigos, opiniões e comentários.

Dessa maneira, poderemos construir juntos um foro permanente de esclarecimento, produção e compartilhamento de experiências bem-sucedidas e daquelas com perspectivas de sucesso no agronegócio e em outras práticas agrícolas menos vinculadas ao mercado e ao comércio formal.

**Carlos Américo Basco**

Representante do IICA no Brasil

# Sumário

<b>Panorama Mundial</b> .....	12
Repúblicas Unidas de la Soja: Realidades Sobre la Producción de Soja.....	14
Issues Concerning the Implementation of Administrative Measures for Inspection, Quarantine and Supervision on Exports/Imports of Feeds and Feeds Additives.....	34
Análise de Cenário e Levantamento da Cooperação nos Países-Membros da Comunidade Andina de Nações – Can, nas Áreas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária.....	39
Declaración de Medellín – Agricultura em Regiões Urbanas.....	49
The World of Organic Agriculture 2009: Summary.....	54
Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2008.....	60
Nuevo Marco Regulatorio para la Importación de Piensos de China.....	84
<b>Panorama Brasileiro</b> .....	92
Produtores, Estabelecimentos e Tecnologias: A Agricultura Brasileira no Final do Século 20.....	93
Qualidade Ampla: Referência para a Pequena Agroindústria Rural Inserida numa Proposta de Desenvolvimento Regional Descentralizado.....	108
Trabalho FAO/INCRA Revela Aumento da Participação da Agricultura Familiar.....	121
Agroindústria Rural no Brasil: Experiências Bem-Sucedidas e Malsucedidas.....	124
A Indústria Rural no Brasil.....	137
<b>Tribuna Aberta</b> .....	150
Entrevista: Ricardo Abramovay – A controvérsia dos biocombustíveis.....	151
La Respuesta del IICA al Aumento en los Precios de los alimentos.....	156
Empreendimentos Cooperativos no Território da Cidadania Sul do Amapá: Desaios e Possibilidades.....	160
Ecoagricultura: Um Modelo para a Sustentabilidade que o Brasil Precisa?.....	167
Turismo Rural no Brasil.....	171
Microcrédito: Atuação do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil.....	176
Rendimento Médio e Pobreza no Brasil: Uma Análise Estatística no Período 2005-2006.....	180
Eventos do 1º Semestre de 2010.....	184
Publicações do IICA/Brasil anos 2008-2009.....	187





# Panorama Mundial



# Repúblicas Unidas de la Soja: Realidades Sobre la Producción de Soja

## Perspectivas Futuras des Agronegocio de la Soja: Biodiesel, el Nuevo Mercado

**Stella Semino**

Grupo de Relexión Rural

Este ensayo contiene diversas secciones. Se inicia con la descripción del emergente mercado del biodiesel a partir de soja en los países de la cuenca del Río de la Plata, especialmente Argentina, Brasil y Paraguay. A continuación se describen las razones para la creación del mercado de los agrocombustibles<sup>1</sup>, los marcos legales para promoción de éstos y los pertinentes instrumentos inancieros ofrecidos en apoyo al desarrollo de la nueva industria en el Cono Sur. Seguidamente se detalla el proyecto de hidrovía Paraguay-Paraná, el cual toma nuevo impulso a causa de las diversas materias primas que se producen en la región, específicamente para la producción de agrocombustibles. Por último, planteamos cuestiones no respondidas por la ciencia, con la seriedad que se debe, en relación a las implicancias de los monocultivos de soja en el calentamiento global.

### ¿Por qué los Agrocombustibles se Hacen Obligatorios?

Los elevados precios del crudo hoy, hacen que la producción en escala de bioetanol y biodiesel sea competitiva. El uso desmesurado de combustibles fósiles por las sociedades industrializadas ha provocado en el planeta el acceso cada vez más limitado a este recurso y ha causado un proceso de calentamiento, que diiere de periodos similares anteriores, al ser las temperaturas más altas que la media, generadas por la actividad humana.

El Capitalismo Global frente a la crisis climática y energética se recicla para seguir en este modelo de oferta y demanda. Se crea el nicho de los agrocombustibles que pretende sostener gran parte de la matriz energética del transporte. La materia prima para este nuevo insumo energético, se producirá mayormente en las tierras fértiles del llamado "Sur Global". Se expone que la nueva "industria" creará empleos, incluirá socialmente a los olvidados y será una contribución a la conservación ambiental<sup>2</sup>. En el Cono Sur, Brasil se erige como el ejemplo de producción de agrocombustibles "sostenibles".

<sup>1</sup> El término agrocombustibles cubre principalmente los productos y subproductos agroindustriales y animales que se emplean para la producción de combustibles, conocidos generalmente como "biocombustibles".

<sup>2</sup> <http://www.acra-mail.com/mailnews.asp?id=1730>.



Las corporaciones e instituciones internacionales no lo presentan tan solo como paradigma a imitar en nuestro continente latinoamericano sino también como un ejemplo a seguir en África y Asia. Sin embargo, este es el mismo Brasil ejemplar, que tiene millones de hambrientos sin tierra donde poder cultivar alimentos, donde la deforestación es descomunal y donde el trabajo esclavo en las haciendas es denunciado asiduamente.

La orientación de los agronegocios hacia los agrocombustibles no se sostiene únicamente con la iniciativa privada. Las corporaciones usan la diagramación de explotación agroenergética que están realizando instituciones públicas intergubernamentales<sup>3</sup> para adaptar la estructura agraria, que hasta ahora servía a la industria alimenticia, a los nuevos requerimientos del mercado energético<sup>4</sup>.

## Biodiesel de Soja

El biodiesel es un combustible sintético líquido que se obtiene a partir de aceites vegetales y grasas animales mediante procesos industriales.

Las materias primas más importantes, previstas para la producción de biodiesel a escala económica son el aceite de la palma africana, el girasol, la colza, el algodón, el ricino, el piñón manso (jatropha) y la soja. En los granos de soja, aproximadamente el 18% de su contenido es aceite. La conversión de aceite de soja a biodiesel se supone simple, se realiza mediante un proceso denominado transesterificación y el agregado de un 10% de metanol o la doble proporción de etanol. Sin embargo, el biodiesel de soja no es una empresa para pequeños, desde el costo y manejo de la planta, la colocación del excedente “expeler” o torta forrajera, el tamaño de los letes de ultramar y su costo, para los que exportan, obligan a que el negocio sea tan sólo para los grandes<sup>5</sup>.

Argentina, como primer productor mundial de aceite de soja, está en la primera línea para cubrir la demanda interna y externa. Aquí, el crecimiento de la industria aceitera acompañó a la producción de oleaginosas, que entre 1980 y 2005 se multiplicó por seis (de 7 millones de toneladas en la campaña 1979/80 a 42,5 millones en 2004/05), siguiendo la tendencia mundial de aumento de demanda y consumo de aceites. Hoy, la Argentina es el primer exportador mundial de aceite de soja y girasol. En la campaña 2003/04, el 75% de la soja y el 95% del girasol producido en el país se destinaron a la molienda. El 93% de la producción de aceite de soja y el 77% de girasol se exportó.

El crecimiento industrial se debe tanto a las nuevas inversiones en la innovación industrial (tecnología de molienda y reinación de aceites) como a infraestructura portuaria. Esta situación llevó a que disminuyera el número de fábricas y aumentara la capacidad de molienda diaria. La capacidad instalada de molienda para el 2004 en la Argentina fue de 108.508 toneladas por día y la molienda anual de 27,2 millones de toneladas, siendo la capacidad total, de 50 millones de toneladas anuales de granos.

En el país existen seis proyectos de biodiesel en marcha, ubicados en la Provincia de Santa Fe, región que concentra el 74% del total de capacidad de Molienda Argentina. Cinco de ellos pertenecen a las cerealeras: AGD/Bunge, Vicentín y Glencore, Cargill, Dreyfus, y Molinos.

El proyecto restante está liderado por Agroindustrias Tejedor, que tiene apoyo de capitales españoles. Fuera de Santa Fe se destaca la inversión realizada por la empresa Viluco, empresa de insumos agropecuarios que construirá su planta de biodiesel en la provincia de Santiago del Estero. La producción estimada es de 400.000

3 Los últimos informes de la FAO, el Instituto Interamericano para la Cooperación Agrícola –IICA, que responde a la OEA, y el Banco Interamericano de Desarrollo, promueven ampliamente la reconversión de la agricultura hacia la producción de agrocombustibles.

4 <http://www.iadb.org/biofuels/>; <http://www.fao.org/docrep/meeting/009/j4313e.htm>.

5 ROMAY, F. El biodiesel de exportación no se fabrica en licuadoras. 2007. Enero, en: [www.nextfuel.com.ar](http://www.nextfuel.com.ar).

toneladas por año y la inversión sería de alrededor de US\$38,40 millones. Los analistas dicen que para el 2010 Argentina exportará 2 billones de litros de biodiesel por año, siendo el principal mercado la Unión Europea<sup>6</sup>.

En Brasil, las inversiones en plantas nuevas de biodiesel avanzan también a pasos agigantados. Se calcula que las inversiones de maquinarias para plantas de biodiesel alcanzarán los 4 mil millones de reales (2.214 millones de dólares), si se materializan los proyectos anunciados para alcanzar una producción de 2.4 mil millones de litros de biodiesel anuales<sup>7</sup>. Entre los más importantes insumos para el biodiesel brasileño están: los aceites de palma, tártago, girasol y soja. Son numerosas las noticias que están llegando a diario desde este país acerca de nuevas inversiones para la fabricación de biodiesel. Entre más destacado del último año figura la construcción de la planta de biodiesel más grande de Sudamérica, ubicada en el sur de São Paulo, con capacidad para producir 227 millones de litros por año. Naturoil, empresa Hispano-Brasileña tiene planes de incrementar la producción de biodiesel hasta 500 millones de litros por año. El cultivo y la molienda de soja también están en los planes de estos "emprendedores"<sup>8</sup>. La norteamericana Archer Daniels Midland Co (ADM) del mismo modo entra a lo grande en la producción de diesel en Brasil. El fuerte de la producción será la soja, y la planta está siendo construida en el corazón sojero de América del Sur, el Mato Grosso. La empresa proyecta que en los próximos cinco años el crecimiento de la producción de biodiesel se cuadruplica en todo el mundo<sup>9</sup>.

En Bolivia la promoción del mercado de biodiesel viene sustentada por la estrategia brasileña de consolidar a sus terratenientes en Santa Cruz, fomentando la deforestación a favor de la producción de soja, monocultivo que representa el 65% de los desmontes de Santa Cruz y el 76% de los desmontes nacionales. El gobierno brasileño tiene nuevas estrategias para introducir su dominación sobre la producción de materia prima para los agrocombustibles; mientras que en África apela al hambre, en los países andinos plantea suplantar las plantaciones de coca por el cultivo de commodities energéticas. La Empresa Brasileña de investigación Agropecuaria (Embrapa) ha cerrado convenios con Perú y próximamente Colombia, para sustituir plantaciones de coca por "biomasa". Bolivia sin embargo se resiste a esta propuesta de Brasil, diciendo que los agrocombustibles pueden traer más problemas que beneficios<sup>10</sup>.

Paraguay firmó, en mayo de este año, un convenio con Brasil sobre la cooperación para el desarrollo de agrocombustibles. Así, Paraguay se ha lanzado a la carrera de promover la instalación de pequeñas y megaplantas, en todo el país. Entre los planes también entra la construcción de una Terminal portuaria para la producción de aceite y biodiesel y su posterior exportación, en las instalaciones con que cuenta en el puerto brasileño de Paranaguá. La Administración de los Puertos de Paranaguá está estudiando el proyecto<sup>11</sup>. El mapa agroenergético del Paraguay se divide en, el eje noreste con dominación de monocultivos de caña de azúcar y el sureste con el predominio de monocultivos de soja con rotaciones de cereales<sup>12</sup> para producción de etanol y biodiesel. Así también se promueve la expansión de cultivos de piñón manso en el Chaco.

La firma norteamericana Biofuel International Corporation (BIC) había confirmado en Julio de 2007, su intención

<sup>6</sup> <http://www.fas.usda.gov/gainiles/200706/146291490.pdf>.

<sup>7</sup> Inversiones en biodiesel llegarían a R\$ 4 mil millones. Valor Económico, ago. 2006, Brasil, en: <<http://www.iica.org.ar/biocombustibles/mundo/AL/2006/brasil-10.html>.

<sup>8</sup> [http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl\\_pesquisa.php?pg=cl\\_abre&cd=gefYYe39/Wccg](http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/cl_pesquisa.php?pg=cl_abre&cd=gefYYe39/Wccg).

<sup>9</sup> ADM entra de lleno al mercado del biodiesel. La Nación y Wall St. Journal, 15 feb. 2007, Brasil, en: [http://www.iica.org.ar/biocombustibles/mundo/AL/2007/1\\_Trim/Brasil\\_3.html](http://www.iica.org.ar/biocombustibles/mundo/AL/2007/1_Trim/Brasil_3.html).

<sup>10</sup> [http://www.vitalplanet.net/pt/article/andinos\\_estudam\\_substituir\\_coca\\_por\\_biocombustivel/](http://www.vitalplanet.net/pt/article/andinos_estudam_substituir_coca_por_biocombustivel/).

<sup>11</sup> Fuente: EFE, 16/2/2007.

<sup>12</sup> Tanto en Argentina como en Paraguay, se promueve la sustitución de la rotación predominante soja-trigo o soja y barbecho químico, por la rotación soja con cultivos invernales tales como maíz-canola-sorgo-girasol, todas materias primas para agrocombustibles.



de invertir en el país unos 80 millones de dólares en una planta de biodiesel con capacidad de 150 millones de litros al año en la región de Itapúa, intención que recientemente fue puesta en duda por el diario paraguayo ABC (se profundizará más adelante este punto). Otros proyectos de desarrollo de biodiesel corresponden a firmas internacionales y nacionales, tales como Cargill, Adesa, Frigorífico Concepción, Grupo Copetrol-Alpasa del Paraguay, Enerco S.A. del Paraguay y Ecobio Itakyry de Paraguay. Cargill está construyendo una terminal granelera y planta aceitera con capacidad de procesar 1.000.000 ton. de soja en la capital paraguaya, Asunción.

Este megapuerto responde a la creciente demanda de aceite vegetal para exportar.

Hoy existiendo empresas produciendo biodiesel como producto certificado, tanto nacional como internacionalmente, se trata de la empresa Bio Guaraní Multiproductos S.A. y Bioenergy S.A., cuyas plantas se encuentran en la zona central del país y procesan en base de 100% de sebo bovino. Estas dos plantas abastecen la demanda nacional de biodiesel. Consecuentemente todas las futuras plantas proyectadas tienen como objetivo la exportación. Según datos de la Mesa Sectorial de Biocombustibles<sup>13</sup>, en biodiesel, para el 2015 se proyectan exportaciones de 250 millones de dólares<sup>14</sup>.

En Paraguay la tendencia más visible en relación al emergente mercado de biodiesel durante el 2007, ha sido el aumento de interés de compra de granos y aceite vegetal por grupos empresariales extranjeros, para la producción de biodiesel en sus países. Tal es el caso en Paraguay, con empresas del Estado Español, como Duro Felguera y Entaban. Esta última, planea específicamente convertirse en el productor más grande de biodiesel en el mundo, con sus 5 plantas en la Península Ibérica<sup>15</sup>, una en Argentina y otra en Paraguay y ha anunciado que para sus plantas en la península, deberá adquirir 300.000 toneladas de aceite vegetal para el 2008- 2009 en Argentina y Paraguay<sup>16</sup>. Entaban apunta a la compra de aceite de canola a largo plazo, pero se contenta con aceite de soja ante la ausencia de la cantidad suficiente de este grano. Así también se puede pronosticar que la tendencia creciente de uso de aceite de canola y girasol europeo para la producción de biodiesel local provocará, a largo plazo, mayor demanda de aceite de soja y palma para el mercado doméstico europeo.

## Leyes de Promoción a los Agrocombustibles en el Cono Sur

Los agrocombustibles se tornan rentables para las corporaciones cuando se garantiza, por medio de medidas legislativas, la obligatoriedad del uso de los mismos. Las leyes de promoción de los agrocombustibles sancionadas en un número importante de países alrededor del planeta<sup>17</sup>, tienen como función otorgar a la nueva industria, incentivos iscales y crediticios que le permitan una penetración rápida en el mercado. Los países del Cono Sur ya cuentan con estos marcos legislativos; a continuación, una breve descripción de los mismos:

Brasil fue el país pionero a nivel mundial en establecer una política de promoción a los agrocombustibles. A causa de la primera crisis petrolera de los años 70, el gobierno decidió reorientar la política energética nacional, es así como dentro de un paquete de medidas se inició la promoción del etanol. El "Proalcool 1975" introduce el etanol de caña de azúcar como combustible para el transporte, permitiendo la mezcla de un 20% de éste,

13 La Mesa Sectorial de Biocombustibles, congrega a organismos del Estado, la empresa privada, organismos técnicos y las universidades y elaboró una matriz de competitividad que define los actores y metas a cumplir en el esfuerzo de convertir al Paraguay en un gran productor y proveedor mundial de combustibles de fuentes renovables. [www. rediex. gov.py](http://www.rediex.gov.py).

14 Diario la Nación Paraguay, 5 jul. 2007.

15 Plantas de Entaban: El Ferrol. Cap 200.000 ton/año; Zierbana S.A., Puerto de Bilbao 200.000 ton/año; Tarragona 200.000 ton/año; Alcalá de Gurrea, Huesca 25.000 ton/año; Guadalquivir S.A., Sevilla 50.000 ton/año.

16 MANZANARES CARBONELL, E. Primer Seminario de Biodiesel y Etanol en Sta. Rita, Paraguay, jul. 2007.

17 <http://www.diputados.gob.mx/cedia/sia/spe/SPE-ISS-08-07.pdf>.

con 80% de combustible fósil<sup>18</sup>. Asimismo, Brasil fue el primer país en América Latina en legislar a favor de la obligatoriedad en la adición de alcohol en 1938. En 1993 se excedió sobre la obligatoriedad de la mezcla de alcohol anhidro y gasolina. A principios de 2005, el Congreso sancionó la Ley Nacional n. 11.097, que dispuso la introducción del biodiesel en la matriz energética del país, de la misma forma que lo había hecho con el etanol anteriormente. Entre 2005 y 2007, la normativa dispone el uso de la mezcla de 2% de biodiesel (B2) al diesel, aumentando en 2013 a una adición obligatoria del 5%. El Programa Nacional de Producción y uso de Biodiesel (PNPB) dispone de una serie de incentivos iscales orientados a promover la producción en escala del biodiesel<sup>19</sup>.

A mediados de 2007, el congreso uruguayo dio media sanción a un proyecto de ley por el que se establece y regula un régimen de producción de biodiesel y agrocarburos<sup>20</sup>. La legislación estipula beneficios iscales para las empresas productoras de biodiesel y etanol<sup>21</sup>.

En la Argentina, la Ley n. 26.093, titulada “Régimen de Regulación y Promoción para la producción y uso sustentables de biocombustibles” dispone, a partir de 2010, el uso obligatorio de un corte de 5% de bioetanol en naftas y de 5% de biodiesel en gasoil. Si bien la “Ley de Biocombustibles Local” dispone de incentivos iscales para la actividad, la norma que reglamentó dicha ley estableció que la comercialización de biocombustibles por parte de las empresas promocionadas se realizará según los precios que fija la autoridad de aplicación. La ley fue reglamentada a principios de 2007.

En Paraguay, la Ley n. 2748 de fomento de los biocombustibles fue promulgada en 2005 y se reglamentó en 2006. De manera similar a la legislación en los países vecinos, se establecen beneficios impositivos para quienes inviertan en la producción de agrocombustibles y medidas obligatorias de mezclas de biodiesel con gasoil y alcohol con la nafta para asegurar un mercado mediante el incremento de la demanda<sup>22</sup>.

En Bolivia, la Ley n. 3207 titulada “Estímulos a los productores de biodiesel”, rige desde Septiembre de 2005 y establece que en dos años se incorporará el porcentaje inicial de mezcla que se indica en dicha ley, mientras que para alcanzar el porcentaje final prevé un plazo de 10 años<sup>23</sup>. **La legislación mencionada es anterior al gobierno que preside Evo Morales, la misma aun no ha sido reglamentada.**

La inanciación para los agrocombustibles A menudo, el temario de los seminarios dedicados al negocio de los agrocombustibles tiene como prioridad aclarar la posible rentabilidad de la producción de agrocombustibles. Ajustándose a la lógica de presentación de los empresarios, describiré a continuación cual es la base económica para la producción de agrocombustibles. La lista de preocupaciones corporativas se puede ordenar de la siguiente forma: El inanciamiento de las plantas productoras, los fondos de inversión dedicados a “Bioenergía”, la carga tributaria e incentivos iscales para los agrocombustibles, los créditos de Carbono y la expansión del mercado de los agrocombustibles<sup>24</sup>.

18 [http://www.rio6.com/download/Biomass\\_use-in-Brazil.pdf](http://www.rio6.com/download/Biomass_use-in-Brazil.pdf).

19 Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. En: <[www.biodiesel.gov.br](http://www.biodiesel.gov.br)>.

20 <http://www.ultimasnoticias.com.uy/editoriales/edit0902E2.html>.

21 <http://www.iica.org.uy/data/documentos/283692.pdf>>.

22 <http://www.senado.gov.py/leyes/ups/leyes/3149fomento%20biocombustiblesley%202748-2005.doc>.

23 <http://www.olade.org.ec/documentos/publicaciones/An%C3%A1lisis%20de%20legislaci%C3%B3n%20sobre%20Biocombustibles%20en%20LAC-OLADE.pdf>>.

24 [http://www.camaraitaliana.com.br/eventi\\_pt.asp?id=129](http://www.camaraitaliana.com.br/eventi_pt.asp?id=129).

## 1. El inanciamiento de las plantas productoras

En la mayoría de los casos el desarrollo de los agrocombustibles es impulsado por iniciativa privada con estímulo inanciero público. Se estima que se van a necesitar 2000.000 millones de dólares para el aumento de capacidad de producción en los próximos 14 años en el mundo<sup>25</sup>. Una de las inversiones europeas en pos de la producción de biocombustibles en Brasil más destacadas del año 2007, fue la anunciada por el Premier Italiano Romano Prodi. El gobierno italiano invertirá 480 millones de dólares para producir biodiesel en el Brasil. Con esa inanciación se construirán 4 fábricas de biodiesel. El diario argentino Clarín lo describió de la siguiente manera: "Con los precios del petróleo por las nubes y sin perspectivas de bajar, el mercado de biocombustibles en Brasil se convirtió en uno de los grandes blancos de las inversiones extranjeras. Es un proceso que empezó hace dos años y que ya atrajo a grandes players mundiales como George Soros; el fundador de Sun Microsystems Inc., Vinod Khosla; los supermercados Ron Burkle y el cofundador de AOL, Steve Case; también al grupo holandés Agrenco, quien se unió para esto con el conglomerado industrial japonés Marubeni Corporation. A ellos se suman la Mitsui, la Mitsubishi y productores chinos"<sup>26</sup>.

## 2. Los fondos de inversión

Se entiende por fondos de inversión en agricultura, a fondos de capitales extranjeros y locales que colocan el dinero en el alquiler o compra de tierras para la producción de las commodities agropecuarias más rentables. Generalmente los fondos de inversión también aumentan el capital a invertir en los mercados inancieros locales y en las bolsas extranjeras<sup>27</sup>.

En el mes de agosto de 2007, el diario Clarín de Argentina anunció con toda pompa que los fondos de inversión están en la búsqueda de campos sub-explotados para ponerlos a producir granos y ganado. Los campos sub-explotados también son entendidos por muchos, como las tierras degradadas que están siendo recomendadas para la producción de los agrocombustibles<sup>28</sup>.

La motivación de los inversores se centra en las demandas a nivel mundial por commodities cárnicas y materia prima para producir agrocombustibles. Clarín menciona entre los inversionistas a CRESUD y PAMPA AGROBUSSINESS FUND. CRESUD tiene un portafolio de propiedades rurales y en su página web, la compañía dice: "Una de las ventajas de CRESUD radica en sí, en la concentración en Argentina, país famoso por la cantidad y calidad de sus tierras y por su rol mundial como uno de los principales exportadores mundiales de productos agropecuarios"<sup>29</sup>. En las mismas páginas virtuales de CRESUD, al referirse al fondo de inversión asociado en Brasil BRAS-AGRO, que cotiza en la bolsa de San Pablo, menciona que "Brasil tiene una de las reservas de tierra con potencial agrícola más grande del planeta, y condiciones agroecológicas óptimas para el desarrollo de un gran número de cultivos. Asimismo los valores de la tierras en algunas regiones se encuentran todavía a valores desarbitrados"<sup>30</sup>.

PAMPA AGROBUSSINESS FUND es un lamante fondo de inversión registrado en las Islas Caimán, sin embargo los

25 [http://www.chilexportaservicios.cl/ces/portals/18/prensa%20argentina%20mayo%2011%20de%202007.doc#\\_biocombustibles:\\_alertan\\_por\\_falta](http://www.chilexportaservicios.cl/ces/portals/18/prensa%20argentina%20mayo%2011%20de%202007.doc#_biocombustibles:_alertan_por_falta).

26 Italia invertirá en Brasil US\$ 480 millones en biocombustibles. Diario Clarín, 27 mar. 2007. En: <http://www.clarin.com/diario/2007/03/27/elmundo/i-02301.htm>.

27 Sowing Pools, en: <http://www.fao.org/documents/>. FAO Corporate Document Repository. Fertilizer use by crop in Argentina. En: <http://www.fao.org/docrep/007/y5210e/y5210e0d.htm>.

28 Biofuels Could Benefit Worlds Undernourished-world watch institute. Aug. 15, 2007. En: <http://www.worldwatch.org/node/5300>.

29 CREDESUD. En: <http://www.cresud.com.ar/>.

30 Carta a los accionistas. En: <http://www.cresud.com.ar/>.

negocios los hace en Argentina y Brasil. La Corporación Internacional Financiera (IFC)<sup>31</sup> parte del Banco Mundial, les concedió, en mayo del 2007, 20 millones de dólares para agregar al portafolio existente de 150 millones. Los ejecutivos son Alejandro O. Quentin, quien estuvo en AdecoAgro<sup>32</sup>, Charles E. Shaw, que representó al fondo First Atlantic Capital y Miguel Potocnik, un ex ejecutivo de Monsanto Argentina. La página de la IFC que trata el proyecto de inversión declara que “la IFC está satisfecha con la capacidad del fondo de inversión en identiicar y tratar apropiadamente riesgos sociales y ambientales, así como de establecer y mantener un sistema de gerencia social y ambiental. El PAMPA AGROBUSSINES FUND, ha acordado designar a un profesional caliicado para manejar asuntos ambientales y sociales, responsable del funcionamiento ambiental y social en todas las operaciones”.

Los grupos de inversión también están presentes en los otros países del MERCOSUR. Tal es el caso de un especulador alemán publicitando, en julio de este año, la inversión en Uruguay. Describe en su boletín virtual “Uruguay ofrece suelos fértiles, clima favorable, infraestructura local, proximidad a las rutas y puertos, bajos precios de la tierra, irrestricta tenencia de la tierra por parte de extranjeros” agregando que “el precio de la tierra subió un 12% desde el último informe 10 meses atrás, debido a las razones expuestas con anterioridad. Los cultivos energéticos compiten por tierra con los cultivos para la alimentación y el aumento de commodities asociadas: soja y maíz. El interés de los inversores en tierras de labranza está creciendo de tal manera que más fondos de inversión están surgiendo tanto en Nueva Zelanda como en Uruguay”<sup>33</sup>.

### 3. El Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

El BID hará una contribución de 300 millones de dólares que se sumarán a la inversión privada que inanciará la producción de agrocombustibles en América Latina por un total de 3000 millones de dólares. El énfasis del BID está en la producción de Etanol y biodiesel de palma africana<sup>34</sup>. Hasta la fecha, no hay mención de apoyo

31 International Finance Corporation, por sus siglas en inglés. Corporación Internacional Financiera.

32 Mega tambo argentino en la región de Santa Fe, con producción de etanol combinada con producción láctea, <[www.adecoagro.com](http://www.adecoagro.com)>.

33 Real Estate Argentina Uruguay farms and ranches, land for sale agriculture investments historic mansions and estates. Jul. 2007 Pvoss. En: <<http://www.agro.pvoss.de/>>.

34 Los monocultivos de palma africana se expanden principalmente en Ecuador y Colombia, causando graves impactos sociales y ambientales. En Colombia la expansión de la palma está relacionada con los desplazamientos masivos de campesinos por el conflicto armado.



inanciero a la producción de biodiesel de soja<sup>35</sup>.

El presidente del BID, Luís Alberto Moreno, al anunciar a los empresarios del etanol, en abril de 2007, la línea de presupuesto para los agrocombustibles arriba descrita dijo: “Los biocombustibles pueden traer inversión, desarrollo y trabajo a zonas rurales con altos niveles de pobreza, reduciendo a la vez la dependencia de combustibles fósiles importados [...]” “[...] En ese aspecto, nosotros creemos que los biocombustibles pueden ayudar al avance de nuestra misión principal, que es generar oportunidades económicas y mayor calidad de vida a las mayorías de menores ingresos en la región”.

#### 4. El rol de la Banca Estatal

Brasil cuenta con créditos a tasa subsidiada del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) para la construcción de plantas de agrocombustibles. En Paraguay está previsto que el BNDES promueva las inversiones brasileñas en ese país, en proyectos relacionados a la producción de biodiesel y etanol en coordinación con la Agencia Financiera de Desarrollo (AFD), de Paraguay<sup>36</sup>.

El gobierno argentino alienta las inversiones locales e internacionales para la producción de agrocombustibles y está trabajando en una estrategia con el sector privado<sup>37</sup>. Argentina, a seis años de la crisis económica del 2001, sigue teniendo dificultades para insertarse en los lujos de inversión global. El inanciamiento para instalación de plantas proviene, en su gran mayoría, de aquellos sectores beneficiados con la alta rentabilidad de los precios de commodities agrícolas y petroleras argentinos<sup>38</sup>. La banca pública en Argentina no juega un rol tan principal como el BNDES en Brasil.

#### 5. La carga tributaria e incentivos iscales para los agrocombustibles

Tal como se ha mencionado anteriormente, las leyes de promoción a los agrocombustibles promulgadas hasta la fecha en los países del Cono Sur, otorgan exoneración de impuestos e incentivos inancieros a la producción de los carburantes agrícolas<sup>39</sup>. Para ilustrar de qué manera operan estas ventajas iscales, se describe a continuación el caso argentino.

Son varias provincias argentinas, entre ellas las que forman el corazón de la Producción Sojera: Santa Fe, Santiago del Estero, Córdoba, Buenos Aires, las que ofrecen diversas ventajas iscales y crediticias para la construcción de plantas y producción de agrocombustibles<sup>40</sup>. Los incentivos incluyen medidas tales como la exención de 10 a 15 años del pago de los impuestos a los ingresos brutos y a los sellos para la radicación de inversiones vinculadas

35 BID apoyará proyectos privados de biocombustibles con valor total de US\$3.000 millones. Comunicado de prensa abril 2007. <<http://www.iadb.org/news/articledetail.cfm?artid=3779&language=sp&arttype=pr>>.

36 Memorandum de entendimiento entre el gobierno de la República Federativa del Brasil y el gobierno de la República del Paraguay para el establecimiento del plan de acción para el desarrollo de los biocombustibles en Paraguay. Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. Nota n. 237-21/5/2007. En: <[www.obreal.unibo.it/File.aspx?ldFile=919](http://www.obreal.unibo.it/File.aspx?ldFile=919)>.

37 Elaborarán un plan estratégico de biocombustibles. Infobae, Mar. 2007. En: <<http://www.infobae.com/contenidos/307755-100896-0-Elaborarán-un-plan-estratégicobiocombustibles>>.

38 Argentina. Inversiones en plantas de biocombustibles, nov. 2006. Argenpress. En: <<http://www.argenpress.info/notaold.asp?num=035770>>.

39 HONTY, Gerardo; GUDYNAS, Eduardo. Agrocombustibles y desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES), mayo 2007. En: <<http://www.agrocombustibles.org/conceptos/AgroCombustiblesClaesOdelD07.pdf>>.

40 1) Córdoba: biocombustibles, con beneficios iscales. La Voz del Interior, jun. 15th, 2007. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=304>>. 2) Santiago del Estero resalta su capacidad para producir biocombustibles. Diario El Sol, On Line, Sección: MENDOZA 11-05-2007. En: <<http://www.earchivo.mendoza.gov.ar/todo.php?idnota=21831>>. 3) Inversiones privadas: El biodiesel argentino apunta a la exportación. 15 nov. 2006. En: <<http://www.infocampo.com.ar/generales/7497/>>.

con la producción de biocombustibles (biodiesel, etanol y biogás) y la reducción tributaria en las retenciones a la exportación, impuestos por el Estado Nacional. Además, se debe destacar que se paga el 23.5% cuando se exporta sólo el aceite de soja, mientras que sobre el biodiesel para la exportación, los impuestos a pagar son del 5%, que a su vez tienen un reintegro de 2,5%. El diferencial resultante a favor del biodiesel es del 17.5%<sup>41</sup>.

Esta reducción de tributos a la exportación, ha sido calificada por el "European 90-Biodiesel Board", en una carta dirigida a la Comisión de Comercio de la Comunidad Europea (CE), como una distorsión del mercado global de biodiesel. La queja de esta institución se basa en que el pago ímimo de retenciones, hace que la Argentina se haga cargo de darle valor agregado a la producción desfavoreciendo la construcción de plantas en el viejo continente<sup>42</sup>. A pesar de esta denuncia, los Estados Nacionales y Provinciales siguen irms en su apuesta a incentivar la instalación de Plantas de agrocombustibles en el país. Es así como el Gobernador de la Provincia de Santa Fe ha ijado como meta, el establecimiento de 100 plantas provinciales que cubrirán la demanda local y global de agrocombustibles. A los inversionistas, el Gobernador Obeid les ofrece tasa cero a los créditos que soliciten para llevar adelante los proyectos. El Estado Provincial pagará los intereses de los préstamos bancarios, la exención de todos los impuestos que la provincia cobra a cualquier tipo de actividad y junto a la Universidad local, el Estado se hace cargo de los costos que implique la inversión de tecnología para las pequeñas y medianas empresas<sup>43</sup>.

Brasil, en enero de 2007, ha anunciado el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). Este plan, que incluye rebajas impositivas e inversiones por 236.000 millones de dólares en los próximos cuatro años, prevé entre varias medidas, la construcción de 46 fábricas de biodiesel y 77 de etanol antes del 2010<sup>44</sup>.

El PAC permite la ampliación de los créditos para infraestructura logística del transporte y estímulo a la expansión de los plantíos de caña de azúcar, soja, ricino y eucalipto. Además asume para el sector de los agrocombustibles una reserva de 9.100 millones de dólares hasta el 2010<sup>45</sup>.

## 6. Los créditos de carbono

Los gobiernos e inversionistas consideran que los recursos inancieros externos para las inversiones en los programas de biocombustibles, podrían a corto plazo obtenerse en el Mercado del Carbón. Esta fórmula inanciera, introducida por el protocolo de Kyoto a principio de los 90, es también conocida como los Mecanismos de Desarrollo Limpio (MDL). Las leyes de promoción a los "biocombustibles" en Argentina<sup>46</sup>,

Paraguay<sup>47</sup> y Uruguay<sup>48</sup>, mencionan la posibilidad de que los proyectos se beneicien de los MDL.

41 Biodiesel: la Argentina producirá en dos años 1,2 M de toneladas. Fuente: Infobae. Publicado en: Next fuel portal de información y noticias sobre biodiesel y energías renov-ables. 29 dic. 2006. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=62>>.

42 European Biodiesel Board / Letter to Peter Madelson Commissions, for Trade European Commission. Brussels, 19/3/07. En: <<http://www.ebb-eu.org/EBBpressreleases/let%20to%20CM%20Mandelson%20unfair%20B99%20and%20DETs.pdf>>.

43 1) El gobernador Obeid inauguró esta mañana en Salto Grande una nueva Planta de Biodiesel. Nextfuel Energía Renovable. Fuente: Gobierno de Santa Fe. Esta noticia fue creada en Viernes, Junio 15th, 2007. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=301#more-301>>. 2) Biocombustibles: Provincia de Santa Fe. Ley 12.692/2006. 1 de Agosto 2007.

En: <<http://www.biodiesel.com.ar/>>.

44 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. 10/5/2007. Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial. En: <<http://log.esalq.usp.br/home/pt/analises.php?option=show&id=387&PHPSESSID=5af8b2a1ea89ac7e39ec7e91722ec757>>.

45 SOUZA, Marcos Rogério. Agrocombustíveis: possibilidades e contradições. Partido dos Trabalhadores – Diretório Nacional. En: <[http://www.pt.org.br/sitept/index\\_iles/noticias\\_int.php?codigo=506](http://www.pt.org.br/sitept/index_iles/noticias_int.php?codigo=506)>.

46 Ley 26.093 – Régimen de Regulación y Promoción para la Producción y Uso Sustentable de Biocombustibles. En: <<http://www.argentinebiofuels.org/UruguayLaw.html>>.

47 Ley n. 2748/2005 de Fomento de los Biocombustibles. En: <<http://www.senado.gov.py/leyes/ups/leyes/3149fomento%20biocombustiblesley%202748-2005.doc>>.

48 Proyecto de Ley aprobado por la Comisión de Industria, Energía, Comercio, Turismo y Servicios. Carpeta n. 591/2006. En: <<http://www.argentinebiofuels.org/UruguayLaw.html>>.

En el sistema de bonos de carbono, las empresas industriales en los países ricos emiten grandes cantidades de dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) tienen que inanciar proyectos de captura o abatimiento de emisiones de carbono en los países del tercer mundo, acreditando tales disminuciones como si hubiesen sido hechas en territorio propio. Ejemplo: una empresa argentina que produce biodiesel hecho con aceite de soja, que dice que disminuye sus emisiones de CO<sub>2</sub>, puede vender esta reducción a empresas de países ricos que estén obligadas a emitir menos gases efecto invernadero. Teóricamente, los proyectos productivos que se presentan como candidatos para inversiones con bonos de carbono, tienen que demostrar que contribuyen al desarrollo sostenido del país, que reducen los gases de efecto Invernadero y que cuentan con la aprobación de la Autoridad Nacional designada.

Hasta la fecha los MDL, no consideran proyectos de producción de agrocombustibles en escala económica. En estos proyectos, los tecnócratas se encuentran con problemas metodológicos para contabilizar la reducción de dióxido de carbono. Una de las diicultades es que se da la posibilidad que tanto los productores de agrocombustibles como los consumidores pueden contar con reducciones, por lo tanto las reducciones se contarían dos veces. Por otra parte, no hay certeza sobre el total de emisiones de gases efecto invernadero que producen los cultivos industriales<sup>49</sup>.

En junio de 2005, el entonces Secretario de Medio Ambiente de Argentina, Atilio Savino, en una reunión sobre Cambio Climático recibió a las principales entidades que representan a los productores sojeros y maizeros. En la misma reunión participó Hernán Carlino, jefe de la Oficina Argentina del Mecanismo de Desarrollo Limpio y actual presidente de la mesa de acreditación de proyectos que aspiren a inversiones de los MDL de Naciones Unidas. Este último funcionario explicó en ese encuentro, las posibilidades que surgen para los agrocombustibles a partir de la implementación del protocolo de Kyoto: "Al crearse una restricción del carbono, aparecen alternativas comerciales muy interesantes. Está creciendo aceleradamente el mercado de carbono, y los biocombustibles forman parte de los proyectos elegibles. Las empresas de los países desarrollados tienen que reducir sus emisiones, o bien comprar los certiicados obtenidos por las empresas que producen combustibles renovables o desarrollan procesos que mejoran su balance de emisiones".

El Ingeniero Santiago Lorenzatti, Coordinador General de AAPRESID<sup>50</sup> a cargo del Proyecto de certiicación de la siembra directa<sup>51</sup> y quien trabaja sobre la entrada de ésta en el mercado del carbón, preguntó en esa oportunidad sobre qué posibilidades había de proponer los cultivos en el secuestro de carbono, como una de las alternativas para entrar en el comercio de emisiones. Carlino respondió que "esa propuesta no contó hasta ahora con "socios" internacionales de peso, pero que se intentará reabrir el debate", dado el interés que reviste para el país, líder mundial en siembra directa. Sin embargo, aclaró "que cualquier proyecto que implique intensiicación de todo tipo de ganadería podría entrar en los "mecanismos de desarrollo limpio", porque signiica menos emisiones de metano y dióxido de carbono. Más adelante explicaré la sinergia entre la agricultura intensiva y la ganadería intensiva en relación a la producción de agrocombustibles<sup>52</sup>. En agosto de 2007 los sojeros de siembra directa convocaron al XV congreso de AAPRESID titulado "Reinvención & Prospectiva". En el anuncio los convocantes decían "El programa del ya clásico Congreso de AAPRESID<sup>53</sup> se erige sobre esta base: Temáticas actuales como la del cambio climático, los biocombustibles, la biología de suelos, la gestión de calidad ambiental del proceso productivo". La última persona en hablar en el congreso fue Santiago Lorenzatti.

49 The push for "sustainable" agrefuels. Working paper. En: <[www.carbontradewatch.org](http://www.carbontradewatch.org)>.

50 Asociación Argentina de Productores de Siembra Directa.

51 XV Congreso de Aapresid (Reinvención & Prospectiva). Del 14 al 17 ago. 2007, Rosario-Argentina. En: <[www.aapresid.org.ar](http://www.aapresid.org.ar)>.

52 El agro juega limpio. Clarín, 25 jun. 2005. En: <<http://www.clarin.com/suplementos/rural/2005/06/25/r-00901.htm>>.

53 AAPRESID participa desde el 2006 en el directorio de la Mesa Redonda de Soja Responsable.

## Una Época de Mucha Especulación

He seguido con atención varios de los anuncios que se han hecho en la prensa latinoamericana en los últimos tiempos, sobre la construcción de numerosas plantas de biodiesel. Es cierto que la industria de los agrocombustibles está despegando, sobre todo la del etanol, sin embargo los capitales especulativos no se han asentado todavía. Los reclamos de la European Biodiesel Board demuestran que aún no está decidida cuál es la zona comercial óptima donde darle valor agregado a las commodities energéticas. La demanda en la Unión Europea (UE) y los crecientes reclamos desde varios sectores sociales, sobre la inviabilidad de los agrocombustibles, crea un ambiente confuso para los inversores<sup>54</sup>. Algunos ejemplos ilustran la situación a mediados de 2007, en cuanto a las inversiones para la construcción de pequeños y grandes proyectos de producción.

En agosto de 2006, visité la Provincia del Chaco argentino, motivada por el anuncio realizado por la esposa del Gobernador Provincial y una Senadora Nacional, sobre la construcción de un número importante de pequeñas plantas de biodiesel<sup>55</sup>. Literalmente mi búsqueda fue en vano, ya que las personas entrevistadas en las oficinas dedicadas a medio ambiente/cambio climático, agricultura e industria del gobierno provincial no sabían sobre lo que yo estaba hablando. Sin embargo, en octubre de 2006 fue inaugurada la primera planta provincial, propiedad de una cooperativa local<sup>56</sup>.

En 2006 también el grupo económico liderado por George Soros anunció un proyecto a realizarse en Argentina

---

54 Sustainability moves centre-stage as international pressure grows. Bioenergy business magazine, May 2007, v. 1, n. 4. En: <[http://www.bioenergy-business.com/\\_upload-s/BB0507.pdf](http://www.bioenergy-business.com/_upload-s/BB0507.pdf)>.

55 1) El biodiesel: un nuevo desafío ecológico para la provincia del Chaco. El Universitario, abr. 2006. En: <<http://eluniversitario.unne.edu.ar/2006/122/pagina/notadetapa.htm>>. 2) La catástrofe ambiental de la provincia del Chaco y las propuestas de fabricar biodiesel con la soja/GRR 2006. En: <<http://www.ecoport.net/content/view/full/58830>>.

56 Inauguran la primera planta de Biodiesel. 15 Oct. a las 11:13:19, Chacovirtual. En: <<http://www.chaco.com.ar/modules.php?name=News&ile=article&sid=1422>>.





para la producción de leche, integrada a la de etanol<sup>57</sup>. En marzo de 2007 el grupo anunció la mudanza del proyecto a Brasil, donde construirán tres plantas de etanol. Entre las razones brindadas por el diario argentino de derecha INFOBAE, "La decisión de Soros de ingresar en el negocio de los biocombustibles y de hacerlo en Brasil y no en la Argentina, fue tomada teniendo en cuenta que el país vecino es el mayor productor de etanol del mundo y acaba de cerrar un acuerdo estratégico con los Estados Unidos"<sup>58</sup>.

En junio de 2007 fue publicitada una inversión de 190 millones de US\$ para la creación de un "Megacomplejo Agroenergético" en la localidad de los Timbúes, a orillas del Río Paraná en Santa Fe, Argentina. El emprendimiento pretendía ser dedicado a la molienda de soja y a la producción de aceite y biodiesel; se requerirían US\$ 40 millones para la planta de biodiesel y US\$ 150 millones para la de aceites. La planta proyectaba una capacidad de 12.000 toneladas diarias o sea 3 millones de toneladas al año, lo cual la colocaba entre las más grandes del país y del mundo<sup>59</sup>. Esta nueva alianza corporativa había sido formada por: Green Fuel Corporación, una empresa española creada en 2003 para operar en bioenergía que tiene como principales accionistas a la estatal española Endesa (energía eléctrica), Técnicas Reunidas (ingeniería) y Tepro (consultoría rural)<sup>60</sup> al Grupo Noble, de capital británico y chino, dedicado al comercio de commodities. Hasta la fecha Noble tan solo se ha dedicado a la producción y embarcación de granos contando con puertos en Buenos Aires y Santa Fe.

Últimamente, este grupo ha diversificado sus inversiones y agregado a la cartera el control del 15% del total de los bonos de carbón emitidos, como mecanismo de inanciamiento "limpio" del protocolo de Kyoto<sup>61</sup> y por último, Raiser, que una irma cuya principal actividad es la comercialización de hidrocarburos, operando con Repsol YPF. Su otra línea de negocios son los fertilizantes y el canje de granos<sup>62</sup>. Lo increíble es que esta gigantesca empresa, publicitada en los medios nacionales y provinciales con bombos y platillos, y deinida por los empresarios como "proyecto integral" ya que comprendía desde "la producción del grano hasta el embarque de los productos" fue abortada. En realidad no existía tal sociedad comercial como se había anunciado. La empresa Noble explicó su posición a menos de un mes del gran anuncio: "Queremos que se aclare que Noble no se asoció ni se comprometió a asociar para levantar una planta de biocombustibles y una fábrica aceitera en su complejo productivo de Timbúes, en el Gran Rosario"<sup>63</sup>.

En Paraguay, el diario ABC publicó el 13 de agosto de 2007 un artículo titulado "Megaproyecto o "mega buzón?" llamativo monto de la inversión anunciada por "Biodiesel Int. Corp."<sup>64</sup>. El artículo cuestiona el anuncio realizado por Biodiesel International Corp." sobre la inversión de 100 millones de dólares para la construcción de una planta o dos de biodiesel en la región de Itapúa. ABC alega que el costo de las plantas es mucho menor. El 14 de agosto, el mismo diario, publica otro artículo diciendo que como prueba de la solvencia y seriedad de los inversionistas del grupo "Biodiesel International Corp.", el ministro de Industria y Comercio, José María Ibáñez,

57 Soros integra la producción de leche con los biocombustibles. Clarín, 25 sept. 2006.

58 Soros se cansó y lleva ahora sus negocios a Brasil. Infobae, 26 mar. 2006. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=166>>.

59 Invertirán 190 M/US\$ para crear un megacomplejo agroenergético. Info-Campo, 30 jun. 2007. En: <<http://www.infocampo.com.ar/agricultura/9388-invertiran-190-m-u-s-para-crear-un-megacomplejoagroenergetico/>>.

60 Green Fuel Corporación. En: <<http://www.greenfuel.es/>>.

61 The Noble Group. En: <[http://www.thisisnoble.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=47&Itemid=61](http://www.thisisnoble.com/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=61)>; <[http://www.thisisnoble.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=230&Itemid=87](http://www.thisisnoble.com/index.php?option=com_content&task=view&id=230&Itemid=87)>.

62 Raiser Argentina. En: <<http://www.raiser-sa.com/index2.htm>>.

63 En mayo del 2007 el ministerio de industria y comercio contaba con 15 proyectos de radicación de inversiones por parte de empresarios alemanes, españoles, japoneses, paraguayos y brasileños. Los atractivos para los inversores son la baja presión iscal, el bajo costo de la tierra y de mano de obra.

64 Noble no levantará una planta de biodiesel en Timbúes. Portal de Next fuel, 17 jul. 2007. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=340#more-340>>.

mostró una foto de una planta impecable que – según dijo – los empresarios tienen en Estados Unidos. Entre otras cosas, hemos averiguado que esa fábrica está en Alemania y es de otros dueños<sup>65</sup>.

Por todo lo expuesto, resulta difícil describir con claridad las cantidades de dinero que se han invertido hasta la fecha, así como referirse con certeza a la ubicación y capacidad de muchas de las plantas de agrocombustibles, ya anunciadas a la opinión pública como empresas a desarrollarse.

## Política Expansionista Brasileña

Es sabido que Brasil está siendo promocionado como “nación pródiga”, debido al temprano desarrollo productivo y utilización masiva de agrocombustibles<sup>66</sup>. El nuevo peril brasileño no es sólo promovido por los brasileños, sino que cuenta con el apoyo determinante de los EEUU para convertirlo en un centro mundial de transferencia tecnológica y desarrollo de biocombustibles. Brasil está jugando con los agrocombustibles el rol de capataz de los capitales globales, estableciendo relaciones comerciales y transferencia tecnológica “Sur-Sur” para favorecer los intereses del Norte. Por esto, el BID está sosteniendo conversaciones con el gobierno brasileño para “facilitar la transferencia de tecnología y asistencia técnica y permitir que otros países de la región se puedan beneficiar con la experiencia y conocimientos que tiene Brasil en este campo<sup>67</sup>.”

Con la creación de la Comisión Interamericana de Etanol (CIE), Brasil fortalece su posición hegemónica en cuanto a los agrocombustibles. La CIE está codirigida por el presidente del BID, Moreno, el ex gobernador del Estado de Florida y hermano del actual presidente de los EEUU, Jeb Bush, y por Roberto Rodrigues, presidente del Consejo Superior de Agronegocios de la Federación de Industrias del Estado de São Paulo y ex ministro de agricultura del Brasil. Este nuevo organismo tiene como misión la difusión de información sobre el mercado del etanol, la facilitación de inversiones privadas, y sobre todo la promoción de un mercado hemisférico de agrocombustibles.

Tal como se mencionó anteriormente, Brasil ha firmado en mayo de 2007 un Memorandum de entendimiento con la República del Paraguay, en el cual se acuerda la integración tecnológica, industrial y comercial de las producciones de biodiesel y etanol entre ambos países. Brasil propone a su vecino “una actuación coordinada en las negociaciones para el desarrollo de un patrón global de calidad de biocombustibles y establecimiento de posiciones comunes en los foros internacionales” y una adecuación al sistema de infraestructura y logística para la integración comercial de los biocombustibles, tanto para el mercado interno como el externo, regional y extraregional. Con este acuerdo se confirma que una parte de la producción de commodities energéticas paraguayas será vendida al Brasil.

En Bolivia, El Foro Boliviano sobre Medioambiente y Desarrollo (FOBOMADE), en su estudio publicado en “Biocombustibles en Bolivia<sup>68</sup>” afirma que, “los biocombustibles en Bolivia vienen a ser parte de la estrategia brasileña de consolidar a sus terratenientes en Santa Cruz, con las implicancias que ello tiene, las que derivan de su política exterior expansionista” agregando que, las razones por las que Brasil está interesado en que Bolivia se sume al negocio de los agrocombustibles se puede explicar en la gran participación de productores brasileños

65 “Megaproyecto o “megabuzón”? llamativo monto de la inversión anunciada por “biodiesel corp.”. 13 ago. 2007. En: <<http://www.abc.com.py/articulos.php?fec=2007-08-13&pid=349994>>.

66 Foto “trucha” y misterio sobre origen del dinero para inversión en biodiesel. En: <<http://www.abc.com.py/articulos.php?pid=350252&ABCDIGITAL=ea1f31785b1d97516df9c49d8ea290be>>.

67 Global Landscape, South America – A blue print for green energy in the Americas, Chapter 2. IDB 2007. En: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=945758>>.

68 BID apoyará proyectos privados de biocombustibles con valor total de US\$3.000 millones. 2 abr. 2007. En: <<http://www.iadb.org/NEWS/articledetail.cfm?language=Spanish&ARTID=3779>>.

en la superficie sembrada de soja. En el periodo de 1994-1995 los productores de soja brasileños eran el 19,6%; en el periodo de 1999-2000 pasaron al 31.9%, superando a menonitas y nacionales. Actualmente el mercado para la soja boliviana, tiene como principales productores a ciudadanos brasileños. Al ser Venezuela el principal comprador de soja boliviana que exige que ésta no sea transgénica, los sojeros brasileños de Santa Cruz quieren abrir el comercio de soja transgénica con Brasil.

Otro punto sumamente interesante que menciona FOBOMADE en su estudio, tiene que ver con el avance brasileño sobre los países andinos a través de los proyectos de infraestructura regional. El informe mantiene que “para facilitar la conversión de tierras destinadas al agronegocio y al transporte de los mismos, Brasil ha incorporado como una de sus principales políticas de Estado, la Iniciativa para la Integración de Infraestructura de Sudamérica (IIRSA)”. Las obras de infraestructura están “planiicadas para consolidar la ocupación de la Amazonía, convirtiendo los bosques amazónicos a la producción de monocultivos intensivos de exportación.

Entre los principales intereses que inancia y promueve el IIRSA se encuentran los agronegocios (los grandes sojeros brasileños), interesados en atravesar sus cargas hacia los puertos del Pacífico en Perú y Chile y de acceder a la Amazonía Andina, donde pretenden talar los bosques del Norte Amazónico, eliminando las fuentes de ingresos de miles de recolectores, quebradoras, transportistas e incluso instituciones inancieras, comerciantes, certiicadores, etc.:

A continuación, una explicación más detallada sobre uno de los principales proyectos de infraestructura de América del Sur, que está relacionado con la expansión brasileña, así como el avance de los agronegocios globales sobre la actividad económica regional.

## La Hidrovía Paraguay - Paraná

La Cuenca del Plata cuenta con un territorio de 3.100.000 km<sup>2</sup>, compartido por cinco países: Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay y Bolivia. El proyecto Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná propone convertir el sistema luvial natural troncal de la Cuenca del Plata en 3.400 kilómetros de ríos regionales, navegables para “convoys” de 20 barcazas o más y de 16 barcazas desde Asunción del Paraguay para el norte<sup>69</sup>.

Este proyecto que fue propuesto inicialmente en 1989, conocido por el resultado negativo de varios estudios de impacto ambiental, ha estado “dormido” por varios años. El interés comercial se ha revitalizado en los últimos tiempos debido a que los países de la Cuenca del Plata, productores de materias primas como soja, maíz, maderas, celulosa y minerales y tenedores de deuda soberana, pueden pagar sus intereses con la entrega, tan solo, de recursos naturales. Los agrocombustibles son también motivo para que los Estados del Cono Sur actúen con celeridad. La Corporación Andina de Fomento (CAF) realizó en el periodo 2004-05 un estudio de factibilidad para el desarrollo de la hidrovía e identiicó aproximadamente 48 proyectos de infraestructura vial, portuaria y ferroviaria.

A pesar de la histórica falta de atención por parte de los países miembros a la Hidrovía Paraguay-Paraná, su navegabilidad ha mejorado en algunas zonas gracias a obras de dragado y limpieza, así como tareas de balizamiento. Según el Fondo Financiero para la Cuenca del Plata (FONPLATA), el sector privado ha invertido unos 500 millones de US\$ y el sector público ha ejecutado mejoras en las facilidades portuarias y de transporte. La carga de la Hidrovía pasó de 700 mil toneladas a 8 millones de toneladas de granos y carga general en los últimos años<sup>70</sup>.

69 <[www.fobomade.org.bo/biofuels/biocombustibles\\_Bolivia.pdf](http://www.fobomade.org.bo/biofuels/biocombustibles_Bolivia.pdf)>.

70 La hidrovía Paraguay-Paraná, IIRSA, soja y el modelo de extracción de recursos. Argentina – entrevista a Elba Stancich. Fundación Proteger, nov. 2006. En: <<http://www.proteger.org.ar/doc567.html>>.

El FONPLATA, miembro de Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA)<sup>71</sup>, se encuentra inanciando proyectos relacionados con la infraestructura de la Hidrovía en el Puerto de Santa Fe, Puerto Multipropósito de Pilar, Nodo Clorinda – Asunción y Puente Bermejo – Ñeembucú. La IIRSA<sup>72</sup> que ha sido diseñada por el BID, el CAF y FONPLATA<sup>73</sup>, comprende una serie de obras planificadas que facilitan la conversión de tierras destinadas al agronegocio. Entre estas obras figuran las represas hidroeléctricas, que tienen como función la generación de electricidad, y la dotación a los ríos amazónicos, de condiciones de navegabilidad para embarcaciones de gran calado, adecuadas para el transporte de una cantidad de productos dirigidos al mercado global.

El Puerto de Santa Fe se sitúa en el corazón de la Hidrovía Paraguay-Paraná siendo, el último puerto de ultramar apto para operaciones con buques oceánicos. Su posición lo convierte geográficamente en el centro obligado de transferencias de cargas desde y hacia los países por donde pasa la Hidrovía. La provincia de Santa Fe cuenta con el polo industrial de oleaginosas más importante del mundo y en consecuencia tiene el potencial de convertirse en uno de los centros más importantes para la producción de biodiesel de soja. La industria aceitera está presionando a los gobiernos airmando que la infraestructura en la Hidrovía es deficitaria, y que si en los próximos cinco años no se supera el problema de los puertos de río, estarían superados en su capacidad de utilización, mientras los de mar se encontrarían al límite<sup>74</sup>. Para apoyar todo el movimiento portuario ocasionado por el complejo sojero, el BID le ha concedido al gobierno de la Provincia de Santa Fe un crédito de 50 millones de dólares para rediseñar el sistema de comunicación hacia las terminales portuarias aledañas a Rosario, desde Timbués hasta Arroyo Seco. De este plan, que comprende aproximadamente 50 obras, hay 7 que ya están en ejecución, 3 se han terminado con inanciamiento del gobierno de la provincia, y las otras 4 con aportes del gobierno de la Nación<sup>75</sup>.

Varias son las organizaciones sociales que mencionan a los capitales sojeros brasileños como grandes impulsores de la Hidrovía. Este dato se confirma una vez más con el Memorandum de entendimiento firmado en mayo de 2007 entre Brasil y Paraguay, en el que se propone hacer una evaluación de las adecuaciones necesarias al sistema de infraestructura para la integración logística y comercial de los agrocombustibles, tanto para el mercado interno como el orientado al mercado externo regional y extraregional.

La hidrovía ya representa y representará, si los planes del IIRSA siguen adelante, un desastre ambiental de magnitud para la región que abarca, como lo han comprobado hace ya varios años, estudios de impacto ambiental realizados por el BID y el reciente análisis sobre soja y el modelo de extracción de recursos que hace la ingeniera Elba Stancich.

71 IIRSA se subdivide en varios ejes: Andino, Andino del Sur, de Capricornio, de la Hidrovía Paraguay-Paraná, del Amazonas, del Escudo Guayanés, del Sur, Interoceánico, Central, del Mercosur-Chile y Perú-Brasil-Bolivia.

72 Qué es el IIRSA – Corporación Andina de Fomento. jul. 2007. En: <<http://www.caf.com/view/index.asp?ms=8&pageMs=10180>>.

73 Hidrovía Paraguay-Paraná. FONPLATA Junio 2007-07, en: [http://www.fonplata.org/www/ver\\_item.php?accion=ver&pw=63](http://www.fonplata.org/www/ver_item.php?accion=ver&pw=63)Hidrovía SANTA FE, Enero 10 (Por AgroDiario, reproducción de CampoNOVA.com.ar) En <http://www.fonplata.org/publicaciones/default.aspx> (favor verificar esse endereço, pois está errado e não consegui corrigir).

74 ¿Biocombustibles en Bolivia? Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Mayo 2007. En: <[http://www.redesma.org/boletin/bol\\_2007/bol\\_9\\_11/Biocombustibles-fobomade.pdf](http://www.redesma.org/boletin/bol_2007/bol_9_11/Biocombustibles-fobomade.pdf)>.

75 <[www.camponova.com.ar](http://www.camponova.com.ar)>. Ver otras noticias.



## Biodiesel Importado para la Unión Europea

“La Argentina, por ser el primer exportador mundial de aceites vegetales, integra el selecto grupo de países, junto con Malasia e Indonesia, que podrían suplir el déficit entre producción y consumo de aceites que tendrá la Unión Europea”, según el senador Roberto Urquía (del Partido Justicialista de Córdoba) y presidente de Aceitera General Deheza<sup>76</sup>.

Los expertos en agronegocios estiman que la UE demandará 24 millones de toneladas de agrocombustibles.

A pesar de ser Europa la región del planeta de mayor producción de biodiesel (6 millones de toneladas), no dará abasto para cubrir la proporción obligatoria del corte de agrocombustibles de 5.75 % en el 2010<sup>77</sup>. La UE reconoce que para estas metas se requerirá por lo menos de 9 millones más de toneladas de biodiesel de las que se producen actualmente<sup>78</sup>. Esta cantidad aumentará al 10% en el 2020 si la obligación legal en la adición

76 <<http://www.rosarionet.com.ar/rnet/regionales/notas.vsp?nid=33832>>.

77 Biocombustibles para exportar. Diario la Nación, 12 jul. 2007. En: <<http://www.biodiesel.com.ar/?p=335#more-335>>.

78 (EC 2003) Directive 2003/30/EC of the European Parliament and of the council of 8 May 2003. On the promotion of the use of biofuels or other renewable fuels for transport. L123/42. Oficial Journal of the European Union, 17 May 2003. En: <[http://europa.eu.int/eur-lex/pri/en/oj/dat/2003/l\\_123/l\\_12320030517en00420046.pdf](http://europa.eu.int/eur-lex/pri/en/oj/dat/2003/l_123/l_12320030517en00420046.pdf)>.

de agrocombustibles se lleva a la práctica<sup>79</sup>.

En la UE, la mayoría de los automóviles poseen motores diesel, razón por la cual se prevé que el 80% de los agrocombustibles consumidos a partir del 2010 será biodiesel y el 20 % restante será representado por el etanol. El ejemplo de España es útil para describir el grado de desarrollo de la industria en la UE. En ese país existen en la actualidad 12 plantas de biodiesel y 4 de etanol, y las ventas aumentaron tan solo el 19% en el último año y la producción creció un 44%. Los productores de agrocarburos dicen que esta situación no es sostenible en el tiempo. Como solución a la sobreproducción, los empresarios están solicitando que la obligación en las adiciones comience inmediatamente<sup>80</sup>. Paralelamente se está concretando un mega proyecto de interalía corporativa entre REPSOL-YPF, Bunge Ibérica y Acciona, anunciado a inicios del 2006<sup>81</sup>. El comunicado de prensa conjunto de las compañías, prevé que la instalación de las plantas estará próxima a los puertos de ultramar de Cartagena y Bilbao donde Bunge Ibérica tiene sus depósitos de oleaginosas y no distante de las reinerías de la petrolera. Bunge proveerá de semillas de soja a Acciona, que será la responsable de producir el combustible que luego se mezclará en las reinerías de Repsol<sup>82</sup>.

En el mismo sentido que con el mapeo de la emergencia del mercado en el Cono Sur, donde no es posible señalar la ubicación definitiva y la magnitud de las plantas de agrocombustibles, es difícil en estos momentos señalar la ubicación y magnitud de las plantas productoras en la UE. Tampoco está definida la tendencia a prevalecer, de producir el agrocombustible fuera de Europa o elaborarlo en la UE con materia prima importada.

## La Certificación de los Agrocombustibles

La opinión pública europea está sensibilizada con la pérdida de selvas para la producción de aceite de palma, en Asia y de granos de soja, en Sudamérica. Para apaciguar los ánimos y complacer a los consumidores, se están barajando en la UE distintas posibilidades de certificación de los agrocombustibles.

En junio de 2006 los Ministros de Energía europeos invitaron a la Comisión Europea a que desarrolle un sistema de certificaciones que garantice que la materia prima (biomasa) sea producida de manera sostenible en relación a los estándares europeos ambientales, sociales y técnicos. Estos estándares se aplicarían tanto a la producción interna como a la biomasa importada<sup>83</sup>. En paralelo a la Comisión Europea, los gobiernos de Bélgica, Holanda y Reino Unido están elaborando criterios para la certificación de agrocombustibles “ambientalmente sostenibles”.

Los criterios elaborados por Bélgica y el Reino Unido se enfocan únicamente en la producción de materia prima con bajas emisiones de gases efecto invernadero. La idea de la certificación es demostrar que el uso del agrocombustible contribuye a la mitigación del calentamiento global. Holanda es el único país que ha

79 NIKOLAOU, A. et al. Biomass available in Europe. Centre for Renewable Energy Sources/ESD Bulgaria Ltd, Dec. 2003. En: <[http://ec.europa.eu/energy/res/sectors/doc/bioen-ergy/cres\\_inal\\_report\\_annex.pdf](http://ec.europa.eu/energy/res/sectors/doc/bioen-ergy/cres_inal_report_annex.pdf)>.

80 European Commission, Directorate-General for Agriculture and Rural Development, Directorate G. Economic analysis, perspectives and evaluations, G.2. Economic analysis of EU agriculture: The impact of a minimum 10% obligation for biofuel use in the EU-27 in 2020 on agricultural markets – Impact assessment Renewable Energy Roadmap. En: <[http://ec.europa.eu/agriculture/analysis/markets/biofuel/impact042007/text\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/analysis/markets/biofuel/impact042007/text_en.pdf)>.

81 Una de las principales características de los emprendimientos para la producción de agrocombustibles es el nuevo tipo de alianza corporativa transversal entre la industria energética y los agronegocios.

82 Comunicado de prensa Asociación de productores de energías renovables, la demanda de biocarburantes en España resulta insuiciente para absorber la creciente producción nacional. Madrid, 29 mar. 2007.

83 Acciona se alía con Bunge para suministrar biodiesel a Repsol YPF – Prensa9:43 – 3/10/2006. En: <<http://www.eleconomista.es/empresas-inanzas/noticias/79022/08/07/Acciona-se-alia-con-Bungepara-suministrar-biodiesel-a-Repsol-YPF-Prensa.html>>.

desarrollado criterios para certificar, que incluyen aspectos ambientales, sociales y económicos<sup>84</sup>. La escuela politécnica de Lausane, desde el sector cuasi privado, con representación en el Foro Económico de Davos y en conjunto con el Fondo Mundial para la Naturaleza (WWF), ha inaugurado en junio de 2007 una mesa redonda de “biocombustibles” sustentables<sup>85</sup>. Esta mesa convoca a gobiernos, compañías y ONGs a elaborar criterios y estándares para la producción de agrocombustibles. La presidencia de la mesa recae en la WWF y la directiva está compuesta por representantes de British Petroleum, Ministerio de Medioambiente Holandés, Forest Stewardship Council (FSC), UNTAC, Universidad de Berkeley, Bunge, la Federación de Petroleras Suizas, Petrobras, Shell, Toyota<sup>86</sup>.

Tanto para la escuela politécnica de Laussane, como para el gobierno holandés y la Comisión Europea, la certificación de los agrocombustibles se debe hacer tomando los buenos ejemplos de las mesas redondas de palma y soja organizadas por la WWF y los esquemas de certificación FSC de la madera. Sin embargo y tal como es sabido por muchas organizaciones en el Sur y el Norte, estas experiencias no han funcionado debía principalmente a que se está hablando de producciones de monocultivos en escala económica en países remotos, donde este tipo de producción es incontrolable<sup>87</sup>. Aunque las certificaciones a los agrocombustibles aún no se han implementado, varios gobiernos están iniciando gestiones en este sentido. Tanto los gobiernos de Argentina y Brasil, como las corporaciones son conscientes de los requerimientos ambientales de la UE; es así como Lula da Silva, en un reciente viaje a Europa, anunció la creación de una certificación para el etanol<sup>88</sup>. En Brasil y Argentina los empresarios y el gobierno están “reinventando la producción de soja” para adecuarla a los requerimientos del mercado “sustentable” de los agrocombustibles. El Agregado de Agricultura de la embajada Argentina en Bruselas, en una circular interna escribió que la Comisión Europea solicitó al gobierno argentino que trabaje el tema de la importación a Europa de Biocombustibles desde la perspectiva de las Certificaciones<sup>89</sup>. Este mismo funcionario definió el tema de las certificaciones como el “cuello de botella a enfrentar”. En consecuencia, el tono de los productores de soja está cambiando, por ejemplo el congreso anual de AAPRESID del mes de agosto de 2007, tuvo como título “AAPRESID Reinención & Prospectiva” y el temario del congreso se puede percibir como una preparación para las certificaciones europeas<sup>90</sup>.

En Europa existen varios ejemplos de proyectos conjuntos de certificación de agrocombustibles. Mencionaré tan solo uno que conozco de cerca, los experimentos con biodiesel de soja argentina que están haciendo en los motores de la lota pesquera británica. La autoridad estatal de la industria pesquera británica ha iniciado un proyecto conjunto con Regentac y la Escuela de Minería de Cambrone para la elaboración de biodiesel que pueda alimentar a dicha lota<sup>91</sup>. Este emprendimiento inanciado por la UE y el gobierno británico, producirá

84 Council of the European Union. Council Conclusions on Biomass 2735th transport, telecommunications and energy council meeting luxembourg 8/9 June 2006 Press EN. En: <[http://www.ue2006.at/en/News/Council\\_Conclusions/0806Biomass.pdf](http://www.ue2006.at/en/News/Council_Conclusions/0806Biomass.pdf)>.

85 Project group Sustainable production of biomass. Criteria for sustainable biomass production. Final report of the Project group “sustainable production of biomass”, June 2006. En: <[http://www.forume.de/bioenergy/txtpdf/project\\_group\\_netherlands\\_criteria\\_for\\_biomass\\_production\\_102006bonn.pdf](http://www.forume.de/bioenergy/txtpdf/project_group_netherlands_criteria_for_biomass_production_102006bonn.pdf)>.

86 Roundtable on sustainable biofuels. An initiative of the EPFL Energy Center. Ensuring that biofuels deliver on their promise of sustainability. June 5th 2007. Ecole polytechnique fédérale de Lausanne. En: <<http://cgse.epl.ch/webdav/site/cgse/shared/Biofuels/RSB%20Draft%20Principles%20-%20June%205,%202007.pdf>>.

87 Roundtable on Sustainable Biofuels. Announces Inaugural Steering Board CEN. En: <<http://cgse.epl.ch/page67476.html>>.

88 EC 2006-3: EU Commission an strategy for biofuels Impact assessment 2006. En: <[http://ec.europa.eu/agriculture/biomass/biofuel/sec2006\\_142\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/biomass/biofuel/sec2006_142_en.pdf)>.

89 Brasil lançará certificado para etanol. Italcam, 6 jul. 2007. En: <<http://www.italcam.com.br/index.php?url=noticias/noticia.php&id=3941>>.

90 Idigoras G 2006: Desarrollo Mercado biocombustibles en la UE: biodiesel. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, Embajada Argentina ante la Unión Europea, 2006.

91 XV Congreso de Aapresid (Reinención & Prospectiva), Del 14 al 17 ago. 2007, Rosario-Argentina. En: <[www.aapresid.org.ar](http://www.aapresid.org.ar)>.

biodiesel a partir de aceite usado y soja argentina. La soja, según una carta enviada por colegas de Biofuelwatch<sup>92</sup>, será provista “por una compañía local, que trabaja con una ONG que se opone a los desmontes en Argentina para plantar soja”.

La producción de biodiesel de soja es considerada por la pseudo ciencia, como positiva a la hora de los balances energéticos y de emisión de gases efecto invernadero. Dejando de lado los catastróficos efectos de los monocultivos en las sociedades y el medio ambiente en general, estos balances de laboratorio no tienen en cuenta: las emisiones atmosféricas por el uso en aumento de fertilizantes nitrogenados en tierras productivas y sobre las llamadas tierras marginales donde se planea cultivar soja y maíz<sup>93</sup>, la quema de pastizales y bosques degradados, la utilización de agua para el riego y las emisiones de los residuos de la siembra directa<sup>94</sup>. Como ejemplo de la liviandad de análisis, el documento de recomendaciones técnicas sobre agrocombustibles para los funcionarios y políticos del Gobierno británico, dice que el biodiesel de soja argentino, es el más favorable para el clima, conteniendo tan solo 878 kilogramos de dióxido de carbono en la producción de la materia prima (no 877u 880 kilogramos), y que esta cantidad de emisiones ubica a la soja argentina en una posición ventajosa en relación a la soja norteamericana y brasileña<sup>95</sup>.

La superficialidad de éste y varios otros estudios, demuestra que muchos de los científicos dedicados a investigar las formas de mitigar el calentamiento global, están jugando de manera irresponsable con el futuro de nuestro planeta, en sinergia con la agroindustria, los gobiernos del Norte y sus aliados en el sur.

## Conclusión

La rapidez con la que los intereses corporativos están acomodándose a la crisis energética y climática es inédita.

Con la premisa de que los problemas atmosféricos y del in del petróleo han de resolverse con nueva tecnología y crecimiento económico, tiene como única racionalidad, el lucro.

Es así como los gobiernos reactivos a las demandas corporativas, crean las políticas públicas para los cortes obligatorios con agrocombustibles. Las nuevas leyes de promoción a los agrocombustibles, mencionadas en este ensayo, fueron promulgadas sin consideración sobre lo que la agricultura industrial implica para nuestras regiones: monocultivos, agrotóxicos, biotecnología, despoblamiento rural, pérdida de la biodiversidad, desmineralización de los suelos, entre los males más conocidos.

Los planes de infraestructura del IIRSA/hidrovia se aprueban a sabiendas de lo que implican las construcciones para el medio ambiente y las sociedades. Los fondos de inversión juegan en la bolsa, con el apoyo de los bancos multilaterales de crédito, buscando tierras baratas para destrozarlas. Los políticos de turno aplauden estas inversiones y caen en el paradigma de pan y circo para un pueblo que no entiende de qué se trata, y que sufre las consecuencias del despojo mientras se le paga con algunos cristales de color. Los organismos internacionales y parte del mundo científico trabajan al unísono a pedido de las corporaciones, para “legitimar” la necesidad en el uso de los agrocombustibles.

La neo-dependencia de las Metrópolis norteamericanas y europeas, es comparable a la que se tenía en tiempos de la colonia española, cuando se extraían el oro y la plata, sometiendo a los pueblos con el beneplácito de los empleados de la corona en el territorio de explotación. Los gobiernos títeres del Sur, acceden al poder con un

92 Biofuelwatch es una organización británica, observatorio del desarrollo de agrocombustibles en el mundo. <[www.biofuelwatch.org.uk](http://www.biofuelwatch.org.uk)>.

93 Argentinean soy biofuels for the UK ishing leet Biofuelwatch and GRR april 2007. En: <[http://biofuelwatch.org.uk/docs/UK\\_Fishing\\_Fleet.pdf](http://biofuelwatch.org.uk/docs/UK_Fishing_Fleet.pdf)>.

94 La biotecnología no tiene pausa. La Nueva Provincia, 7 sept. 2007. En: <<http://www.lanueva.com.ar/07/09/08/798104.sht>>.

95 Estudio Del Inta La soja podría poner en riesgo el futuro del suelo. Infobae, 6 jun. 2007. En: <<http://www.infobae.com/notas/nota.php?idx=320052&idxSeccion=0>>.



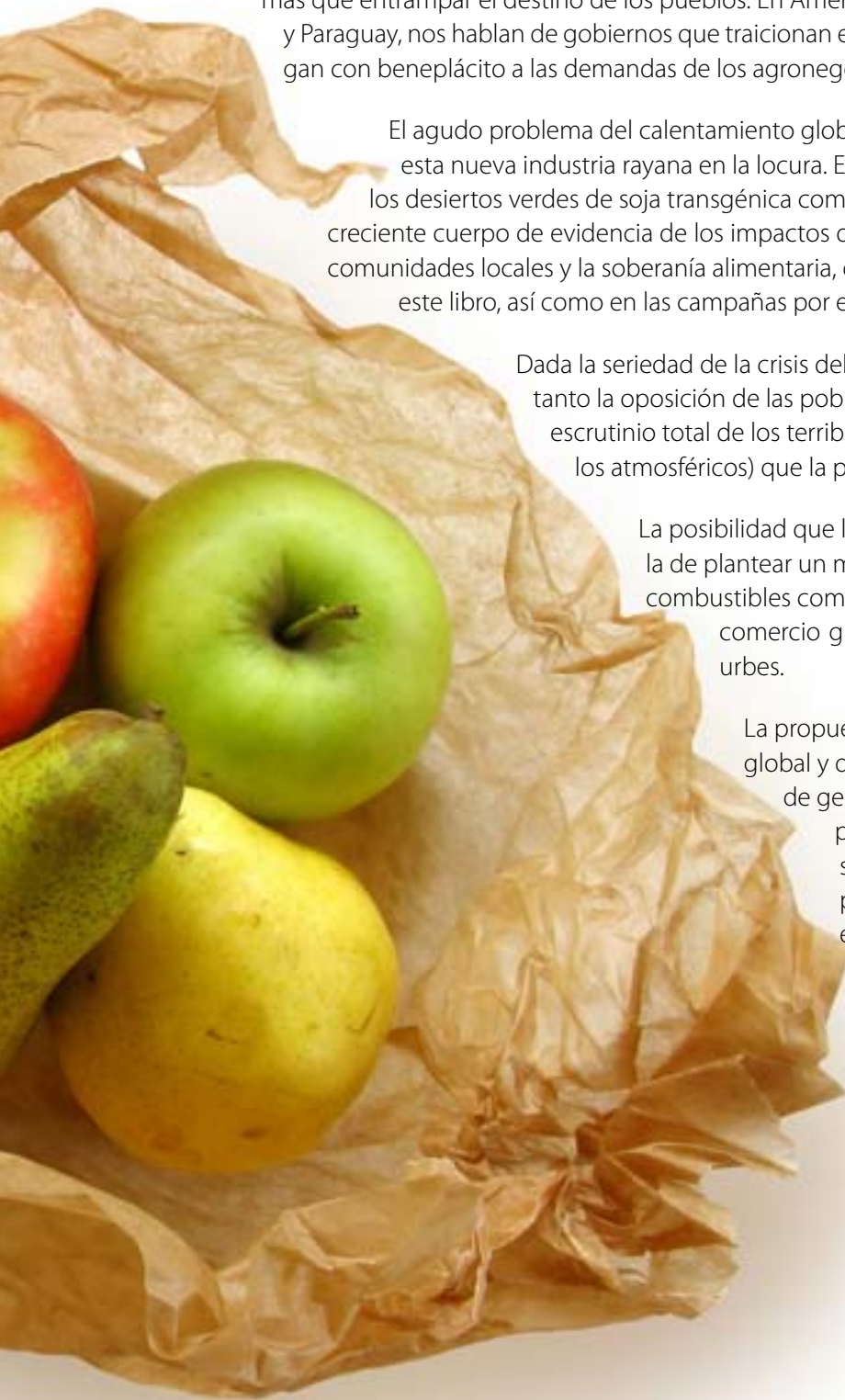
discurso que se contradice en la práctica. Los compromisos adquiridos con las deudas externas no hacen más que entrapar el destino de los pueblos. En América del Sur, casos como el del Brasil, Argentina y Paraguay, nos hablan de gobiernos que traicionan el mandato otorgado por los pueblos y se entregan con beneplácito a las demandas de los agronegocios.

El agudo problema del calentamiento global no es atendido por los proponentes de esta nueva industria rayana en la locura. En nuestro caso, ellos insisten en proponer los desiertos verdes de soja transgénica como sumideros de carbono. Repito, existe un creciente cuerpo de evidencia de los impactos destructivos sobre el clima, la biodiversidad, las comunidades locales y la soberanía alimentaria, que se describe en otras secciones de este libro, así como en las campañas por el NO comercio de agrocombustibles<sup>96</sup>.

Dada la seriedad de la crisis del cambio climático se requiere con urgencia tanto la oposición de las poblaciones y políticos honestos, así como un escrutinio total de los terribles impactos sociales y ambientales (inclusive los atmosféricos) que la producción de agrocombustibles conlleva.

La posibilidad que la crisis energética y climática nos brinda, es la de plantear un mundo diferente donde se prescindiera de los combustibles como son utilizados hoy en día, para alimentar el comercio global y el transporte individual en las grandes urbes.

La propuesta es la de decrecer económicamente a nivel global y de esa manera dar paso al desarrollo de genuinas economías locales al servicio de los pobladores, donde las prioridades sean la soberanía alimentaria, el uso del transporte público, la generación de electricidad con energía solar y eólica. Todo esto forma parte de las bases de un nuevo paradigma social, por el cual el Grupo de Reflexión Rural y muchísimas otras organizaciones y movimientos sociales proponemos como transformación social y económica del planeta.



<sup>96</sup> Carbon and sustainability reporting within the renewable transport fuel obligation. Requirement and guidance. Draft Government Recommendation to RTFO Administrator, June 2007, Department of transport. En: <[www.dft.gov.uk/consultations/open/rtforeporting/carbonreporting](http://www.dft.gov.uk/consultations/open/rtforeporting/carbonreporting)>.

# Issues Concerning the Implementation of Administrative Measures for Inspection, Quarantine and Supervision on Exports/Imports of Feeds and Feeds Additives

Agricultural Concerns Division – Australian Embassy in China

## To All Local CIQS,

In order to regulate the inspection, quarantine and supervision on exports and imports of feeds and feed additives (hereinafter referred to as “feed”), to improve the safety of exports and imports of feeds and to promote the healthy development of feed export and import trade, General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. (AQSIQ) issued 2009 Decree 118 *Administrative Measures for Inspection, Quarantine and Supervision on Exports & Imports of Feeds and Feed Additives* (hereinafter referred to as *Measures*). Here is the notice on relevant issues pertaining to the *Measures*.

## 1. Unify Thoughts, Raise the Awareness and Firmly Establish a Sense of ensuring Feed Safety

Feed Safety is the basis for the safety of food chain, and the safety of exports and imports of feed is the key guarantee of the healthy development of husbandry and aquiculture as well as the consumers’ safety. In the current situation where the foreign regulations and technology for feed safety is more and more stringent while the situation for control and prevention of animal and plants diseases and poisonous/hazardous substances are still severe, the exports and imports of feed safety is highly sensitive with great difficulties in controls and supervision. Therefore, all of the local inspection and quarantine bureaus are required to attach much importance to the safety of imports and exports of feeds by realizing the significance of implementing the *Measures* and firmly establish, the sense of feed safety, and take the program of “Year of Quality and Safety” as a good opportunity to regulate the inspection, quarantine and supervision of the feed.

## 2. Study Hard and Grasp the Core of the Measures

The aim of the *Measures* is to ensure the safety and traceability of the exported and imported feed with the core being risk management. The key is to carry out the risk control based on the risk analysis. To do this, the first is to establish and improve the system of grading product risk, adopting different measures for feeds with different risks; the second is establish and improve the system of classifying enterprises focusing the limited inspection and quarantine resources on the control and supervision of high-risk enterprises and products; the third is to evaluate the feed safety supervision system of those countries which export feed to China and the announce the list of countries or regions which are eligible to export their feeds to China as well as the list of products; the fourth is to push forward the registration of foreign feed producers and Chinese enterprises importing feeds, and the inspection of imported feed labels, to improve the traceability of imported feeds; the

ifth is to implement the system of the first responsible person for the product safety in enterprises, to raise their self examination and self control ability; lastly, strengthen the risk monitoring and warning of the imported and exported feeds, putting the possible risks into the monitoring scope. The inspection and quarantine bureaus at different levels should study carefully and gain better understanding and grasp the essence of the *Measures*. You should formulate the implementing rules by taking into consideration the local conditions and revolve around the building of scientific and reasonable system of guaranteeing the safety and quality of the imported and exported feeds, and drive the reform of inspection, quarantine and supervision models.

### 3. Organize With Due and Implement the Measures Appropriately

#### I – Import Inspection and Quarantine

##### (1) Registration

AQSIQ will publish a list of countries/regions which are eligible to export their feed products to China as well as a list of the permitted products, and will carry out the registration of foreign feed producers step by step. For those countries/regions who have completed registration, the imported feeds shall only be sourced from the registered producers or processors; before a registration is completed, the feed products on the list can continue to be exported to China (for updates, please refer to the website of the AQSIQ).

##### (2) Entry Quarantine Approval

In accordance with the *Methods for Risk Grading, Inspection and Quarantine of Exports and Imports of Feed and Feed Additives* promulgated by AQSIQ, feed products which fall into Grade I and Grade II quarantine risks are all required to apply for Animal and Plant Quarantine License. It must be strictly carried out that the rule of online verification and cancellation of licenses. Those enterprises which apply for more but use less licenses will be blacklisted and subjected to strict control.

##### (3) Checking of Label of Imported Feeds

Since Sept.1, 2009, each local CIQ shall check and approve the labels of imported feeds in accordance with *Regulations on Checking Labels of Imported Feeds and Feed Additives* (see attachment 1). If any labels are found not up to standard, the relevant importers, the imported feed products and exporters will be put on record. The cargo receivers or their representatives shall collect the *Regulations* and promise to correct accordingly, ensuring that the labels of imported feeds imported after 28 February, 2010 conforming to the requirements. As of 1 March, 2010, imported feeds whose labels are not up to standard must be delivered to the location designated by inspection and quarantine institutions for label application or rectification.

##### (4) Recording Importers

Each local CIQ shall, no later than Dec 31, 2009, report the list of feed-importing enterprises, including name, address, contact information and imported feed categories to Animal & Plant Quarantine Department of AQSIQ. (Please send electronic version to <siliao@aqsiq.gov.cn>). The list should be updated and reported to AQSIQ semi-annually.

#### II – Export Inspection and Quarantine

##### (1) Registration

From Sep. 1, 2009 on, new enterprises dealing in production, processing and warehousing shall register strictly

adhering to the Measures. Such related documents 2 Traducción no oficial as registration application form, document-reviewing form, acceptance notification, on-site evaluation record, non-compliance and tracking report, numbering rules for registration, form of registration certificate, notice of denial, export supply certificate and the form of supervisory manual shall be referred to in Appendix 2-11 (available for download from 'feed safety' column of the website of the Division of Animal and Plant under the General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C.).

Each bureau will organize an annual auditing and rectification towards registered feed-export companies in the near future. In the event of enterprises having been reported of defects abroad and having not yet resumed export business, if it has been confirmed through investigation that such enterprises shall be held responsible but they have put forward no improvement, registration of such enterprises shall be revoked, provided that they are not in compliance with the requirements referred to in the Measures, have significant safety loopholes and undertake to effective measures to improve. In the event of discovery of any general non-compliance, a written notice of defects and rectification requirements shall be issued to direct the enterprises to establish and complete their self-inspection and self-control systems. Each bureau shall submit to the Division of Animal and Plant of the General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. an annual auditing and rectification report as well as a list of registered enterprises in both Chinese and English prior to Dec. 31, 2009 according to Appendix 12 (the list shall be forwarded to liujl@aqsiq.gov.cn in the form of excel).

In the event of any registration requirements by the import country/region, each bureau shall report to the General Administration after a review and approval. The General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. shall organize a sampling test by a group of experts before circulating a notice of recommendation. The results of registration shall be published on the website of the Division of Animal and Plant of the General Administration.

## **(2) Establish a Scientific Mode of Export Supervision**

By the way of risk analysis, a scientific mode of export supervision shall be gradually established on the basis of self-inspection and self-control, consisting mainly of official supervision and supplemented by spot tests. Each bureau shall put the emphasis on supervision and management of change in suppliers of materials, safety and health control, critical control points and filling in of *Supervisory Manual for Exported Feeds*.

## **(3) Inspection, Quarantine and Issue of Certificates**

The inspection and quarantine rules of the origin shall be strictly complied with. The application for inspection must not be filed in a city other than the origin. The to-be-exported feeds must have an outgoing quality certificate provided by the producer, and evaluated on the basis of self-inspection by the producer, daily supervision, safety and health management, on-site examination and pre-export spot test results as necessary.

The General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. shall gradually enter into agreements with major import countries on the form of health certificate and forward it to each bureau for implementation. A uniform health certificate shall be issued for feeds to be exported to import countries with which an agreement has been reached. For feeds to be exported to other countries, a health certificate shall be issued according to the previous form and requirements. For countries where no health certificate is required, feeds to be exported shall be inspected and quarantined before released.

## **(4) Filing of Export Enterprises**

Each bureau shall submit to the Division of Animal and Plant of the General Administration of Quality

Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. (an electronic form forwarded to siliao@aqsiq.gov.cn) a list of feed exporters under their jurisdiction prior to Dec. 31, 2009, which includes names, addresses and contact information of the enterprises, varieties of feeds to be exported, and whether or not such enterprises are feed producers. Each bureau shall report to the General Administration of any change in the list semi-annually.

### **III – Supervision and Control of Risks Related to Import and Export of Feeds**

The General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C. will formulate a guidebook for supervision of safety and health of imported and exported feeds. Each bureau shall build a feed safety panel, which will determine the supervised items and supervision frequency based on the risk analysis and conduct risk control according to the supervisory guidebook by the General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C.

### **IV – Enhance Supervision and Investigation, Severely Punish Illegal Activities**

Each bureau shall enhance supervision and examination, severely punish such illegal activities as concealment, inclusion, fabricating and use of spurious certificates, and exporting products by non-registered enterprises; maintain a fair and healthy environment for import and export trades; reinforce supervision and monitoring of inspectors; and investigate and make the punishment according laws and regulations in case of import or export of any disqualified product due to incompliance with the working rules and any bad influence incurred thereby.

### **V – Reinforce Assurance Measures and Ensure the Implementation of the Measures**

Each bureau shall support and facilitates development of import and export feeds inspection and quarantine procedures in terms of labours, facilities and expenses; enhance coordination between departments and cooperate with the administrations for agriculture and feed safety, to jointly popularize feed safety knowledge and applicable regulations, and create a good domestic environment for enforcement of feed inspection and quarantine in import and export grades.

### **VI – Other Issues**

#### **(1) Report of Disqualification**

Each bureau shall report to the Division of Animal and Plant of the General Administration in a timely manner of any disqualification found in daily supervision and management in the form of *Disqualification in Inspection and Quarantine of Feeds and Feed Additives for Imports and Exports* (Appendix 13) .

#### **(2) Report of Data on Feed Import and Export Trades**

From Oct. 1, 2009 on, each bureau shall, before ending of the fourth working day of each month, report to the Division of Animal and Plant of the General Administration of the feed import and export data in the previous month in their jurisdiction according to the requirements referred to in Appendix 14

[fax to 010 82260158, or e-mail electronic version to siliao@aqsiq.gov.cn titled XX Bureau (year) (month)].

#### **(3) Medicated Feed Additive**

Import and export of medicated feed additives shall be supervised and managed by the administration for veterinarians according to the Animal Drug Administration Regulations of the People's Republic of China.

For enterprises producing or processing medicated feed additives that having been registered, the registration shall be written of.

Each bureau shall report to the General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the P.R.C in a timely manner in case of any problem discovered or encountered in the implementation of the *Measures*.



# Análise de Cenário e Levantamento da Cooperação nos Países-Membros da Comunidade Andina de Nações – Can, nas Áreas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária

Grupo de Trabalho – Comunidade Andina de Nações

## Introdução

O presente documento busca levantar dados referentes à cooperação técnica internacional da Comunidade Andina de Nações – CAN e sua relação com as políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável em um enfoque nas áreas de agricultura familiar e reforma agrária dos países do bloco da CAN.

O artigo está estruturado nos temas do processo de desenvolvimento da Comunidade Andina de Nações, apresentando o seu contexto e desenvolvimento, na caracterização agropecuária dos países-membros da CAN, nas principais políticas voltadas para o setor agropecuário da CAN, nas cooperações técnicas internacionais realizadas pela CAN, em nível de blocos, bilateral e multilateral. O artigo analisa com uma análise das políticas voltadas para o setor agropecuário da Comunidade Andina de Nações – CAN e da sua relação com a cooperação técnica internacional.

## Desenvolvimento da comunidade Andina de Nações - CAN

A origem da Comunidade Andina de Nações (CAN) remonta ao final da década de 1960. Em 26 de maio de 1969, com a ratificação do Acordo de Cartagena por cinco países da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Chile<sup>12</sup>, Equador e Peru). Com o Acordo de Cartagena criou-se o bloco regional de países andinos denominado de Pacto Andino, também conhecido como Grupo Andino.

A Comunidade Andina de Nações (CAN), como é conhecida atualmente, iniciou suas atividades em 1997, com uma secretaria-geral de caráter executivo, com sede em Lima – Peru. Na ocasião também foram criados, como órgãos políticos, o Conselho Presidencial Andino e o Conselho de Ministros de Relações Exteriores.

O objetivo inicial da criação do Grupo Andino, segundo a própria CAN, foi o de “melhorar conjuntamente o nível de vida de seus habitantes pela integração e cooperação comercial e social”.

Segundo Rojas (2006), a concepção do Grupo Andino estava baseada em uma integração fechada, seguindo o modelo de substituição das importações, e tinha como propósito estabelecer a união aduaneira em um prazo de dez anos. Fato esse que não se confirmou.

---

1 O Chile saiu do Grupo Andino em outubro de 1976. O principal motivo da retirada do Chile foi a incompatibilidade econômica do Governo Augusto Pinochet com o restante dos países do Grupo Andino.

2 A República Bolivariana da Venezuela entrou no Grupo Andino em fevereiro de 1973 e saiu em 2006. Atualmente a República Bolivariana da Venezuela faz parte do MERCOSUL.

A integração sub-regional andina passou por diversos momentos, indo de uma integração baseada na substituição de importações e aproximando-se de uma integração com maior abertura regional.

A zona de livre-comércio andina começou em fevereiro de 1992, com a iniciativa da Colômbia e da República Bolivariana da Venezuela<sup>34</sup> de eliminar as taxas e outras barreiras comerciais reciprocamente. Alguns meses depois a Bolívia (setembro de 1992) e o Equador (janeiro de 1993) se somaram à zona de livre-comércio completando o bloco regional. Já o Peru suspendeu a sua filiação ao Grupo Andino em 1992 e começou a negociar acordos bilaterais com seus membros. Esses acordos foram até 1997, quando o país entrou no processo de reintegração ao Grupo Andino.

Segundo Rojas (2006), as taxas de importação, que atingiam a maioria dos produtos, foram eliminadas até o ano de 2000. Entretanto, somente em 2005 os produtos considerados sensíveis (incluindo os produtos agrícolas) estavam totalmente liberados de taxas de importação.

O processo de abertura regional ficou mais evidente a partir do Protocolo de Trujillo em 1996, pelo qual o Acordo de Cartagena foi modificado e o Grupo Andino (Pacto Andino) transformou-se na Comunidade Andina de Nações (CAN). No mesmo ano, por meio do Protocolo de Sucre foram modificados vários artigos em diversos capítulos do Acordo de Cartagena, ocasião em que, além de ser criado o Conselho Presidencial Andino, foi estabelecido o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores, que recebeu um papel fundamental no processo de tomada de decisão. Para Rojas (2006) e outros, a criação da Comunidade Andina de Nações e as mudanças institucionais ocorridas por intermédio dela “fortaleció la organización interna del proceso de integración, entregando la gestión de todas las instituciones y mecanismos al Sistema Andino de Integración”.

### **3. Caracterização do Setor Agropecuário dos Países da Comunidade Andina de Nações**

#### **3.1 Distribuição produtiva: agrícola e pecuária**

Segundo Perry (2006), a ocupação de área produtiva agrícola e pecuária é semelhante à distribuição das atividades agrícolas e pecuárias entre os países do bloco da CAN, com um peso maior na ocupação de área da pecuária do que na ocupação de área por cultivos agrícolas.

A Colômbia é o país no bloco da Comunidade Andina de Nações – CAN com a maior concentração na ocupação de área pela pecuária. Para Perry (2006), em 2003, 91,6% da superfície agrícola da Colômbia foi destinada ao uso de alimentação animal. Na sequência estava a Bolívia, com uma ocupação de área de 91,2% no mesmo período e para o mesmo destino. Completando, o Peru, com 79,7%, e o Equador, com 63% de sua área agrícola destinada ao uso da pecuária, encerram os dados sobre a ocupação de área pela pecuária nos países da CAN.

Já nas áreas destinadas ao setor agrícola existem diferenças consideráveis entre os membros da CAN. Enquanto a Colômbia e o Equador destinam a maior parte de sua área agrícola para os cultivos permanentes, cerca de 56,5% e 53,2% respectivamente, outros países (Peru e Bolívia) destinaram uma menor participação para os cultivos perenes. O Peru destinou cerca de 34,5% de sua área para cultivos perenes e a Bolívia destinou para os mesmos ins somente 20,8%.

<sup>3</sup> Protocolo de Trujillo: É o protocolo modificatório do Acordo de Cartagena. O Protocolo de Trujillo substitui o capítulo dois do Acordo de Cartagena.

<sup>4</sup> Protocolo de Sucre: É um protocolo modificatório do Acordo de Cartagena. O Protocolo de Sucre foi firmado na cidade Quito no Equador em junho de 1996. foram modificados os artigos 1, 2, 3 e 4. Também foi incorporado como continuação do capítulo 2 os capítulos na área de: relações externas, comércio intra-regional de serviços, membros associados e disposições transitórias.



Em termos de participação nas áreas de produção agrícola, os cultivos temporários são mais representativos na Bolívia (79,2%), seguidos pelo Peru (65,5%), pelo Equador (46,8%) e finalmente pela Colômbia (43,8%).

Identificando os principais produtos agrícolas, perenes e temporários, dos países do bloco da CAN, podemos considerar a seguinte distribuição. Entre os produtos perenes, onde a Colômbia e o Equador destinam a maior parte de suas áreas de cultivo, estão os seguintes produtos: bananas, plátanos, frutas, café e cacau, sendo que a Colômbia tem no café (15,3%), nos plátanos (10,3%) e nas frutas (6,2%) os seus principais produtos perenes. Já o Equador concentra em sua área de cultivos perenes o cultivo de cacau (14,6%), café (11,3%) e bananas (8,5%).

O Peru e a Bolívia, que têm uma participação menor nos cultivos perenes na área total de cultivos agrícolas, possuem entre os principais cultivos perenes as frutas, a banana, o plátano e o café.

Em nível de participação na ocupação da área de produção agrícola para os cultivos perenes, o Peru e a Bolívia situam-se conforme a seguir: o Peru, com a produção de café (9%) e de frutas (6%), e a Bolívia, que tem a menor participação de cultivos perenes na sua área de cultivos, ou seja, somente de 20,8%, tem como o principal produto perene as bananas/plátanos (3,3%).

Entre os produtos temporários a Bolívia se destaca com uma grande área dedicada a esse tipo de produção. O principal produto agrícola temporário em ocupação de área agrícola na Bolívia é a soja, com uma ocupação em 2003 de aproximadamente 26,4% da área agrícola. Na sequência estão os cultivos de milho e de girassol, com 12,2% e 7,1% de ocupação de área respectivamente. Considerando a área dedicada à produção das oleaginosas (soja e girassol), a área ocupada chega a 33,5% da área destinada aos cultivos agrícolas, ou seja, a produção de oleaginosas destinada majoritariamente ao mercado internacional de grãos, farelos e óleos vegetais ocupa parte significativa da área agrícola boliviana destinada a produção agrícola.

A produção de milho aparece como um dos principais cultivos em ocupação de área nos países da CAN. Para o Equador (18,7%) e o Peru (17,5%), o milho é o primeiro produto em ocupação de área agrícola. Para a Colômbia (15,1%) e a Bolívia (12,2%), o milho aparece como o segundo principal produto a ser cultivado. Nesses dois países (Colômbia e Bolívia) os cultivos de café em Colômbia (15,3%) e de soja Bolívia (26,4%) ocuparam as maiores áreas agrícolas respectivamente.

### **3.2 Exportações e importações agropecuárias**

Segundo informações aqui apresentadas e levantadas por Perry (2006), parte significativa da produção agrícola é de plantios temporários, em que o milho, o arroz, o sorgo, a soja, o algodão e o feijão apresentam-se como os principais produtos em ocupação de área. Ainda segundo Perry (2006), grande parte da produção de cultivos temporários é realizada por produtores em pequena escala (agricultores familiares), que devido a sua baixa produção não acessam tecnologias que aumentem a sua produtividade e, conseqüentemente, a possibilidade de acesso ao mercado internacional. Entretanto, o aspecto de baixa produtividade entre os produtores de pequena escala (agricultores familiares) não está vinculado ao fato de a produção da agricultura familiar ter em seu sistema de produção uma menor produtividade, mas sim pela provável deficiência na assistência técnica disponível para os agricultores familiares nos países da CAN, fato que também é citado por Perry (2006). Entretanto, os grandes grupos de produção empresarial em sua inserção mercadológica acessam com maior facilidade os financiamentos e estão na sua maioria inseridos diretamente nos mercados internacionais.

Contudo, esse aspecto não garante, sozinho, produtividade e eficiência econômica.

A exportação da produção vegetal, segundo Perry (2006), está quase em sua totalidade vinculada a empresas agroindustriais. A exceção é para o cultivo de café e o de fumo, que têm a sua base no sistema de produção familiar.

Entretanto, a produção de fumo, semelhante ao Brasil, é totalmente integrada ao setor agroindustrial, que repassa todos os insumos, processa e comercializa a produção oriunda dos agricultores familiares. Outros produtos agrícolas tradicionais ligados ao mercado externo da região andina, como banana/plátano, azeite de palma, açúcar, cacau e lóculos, estão integrados a empresas agrícolas, que na sua maioria são responsáveis pela produção, processamento e comercialização dos produtos.

Os cultivos tradicionais de exportação têm em seu sistema de produção nos países andino um nível mais profundo de gestão e especialização. Entidades de agricultores familiares, por meio de suas cooperativas, como é o caso da “Junta Nacional del Café”, avançam tanto na gestão da produção e da comercialização como também na busca de produtos diferenciados para se irmar nos mercados internacionais. Isso porque a quase totalidade da produção é direcionada para o mercado externo. No caso do Peru, aproximadamente 91% da produção de café foi exportada em 2003. Já a Colômbia exportou no mesmo período em torno de 83% de sua produção.

#### **4. Política Agropecuária na Comunidade Andina de Nações**

Para a Comunidade Andina de Nações – CAN, o setor agropecuário andino tem características bastante semelhantes no que se refere ao seu desenvolvimento. A CAN avalia que o processo de superação das diicultades para o desenvolvimento rural necessitaria da execução de ações conjuntas.

Entre as principais diicultades descritas pela CAN estão: “la existencia de bajos niveles de productividad en cultivos de alimentos básicos, poco desarrollo tecnológico, predominancia de pequeños agricultores y problemas en la distribución y la tenencia de la tierra; desaprovechamiento de las potencialidades para un mayor abastecimiento interno de productos agropecuarios y de alimentos; poco desarrollo de los mercados inancieros; débil presencia del Estado en el campo;” entre outros aspectos (<<http://www.comunidadandina.org/index.htm>>).



Pode-se identificar na descrição das dificuldades a serem superadas pela CAN, segundo o seu próprio relato, o fato de a composição do meio rural dos países andinos ter uma elevada participação de sistemas de produção de agricultores familiares. Isso caracteriza a fragilidade institucional dos países da CAN em poder intervir diretamente no desenvolvimento rural com os seus agentes produtivos, que na maioria absoluta são famílias de agricultores em pequenas áreas.

#### **4.1 Política Agropecuária Comum Andina (PACA)**

Segundo Perry, a Política Agropecuária Andina (PACA) teve como objetivo geral: “impulsar una agricultura eficiente y moderna, con capacidad para atraer y aprovechar al máximo los recursos de inversión y el capital humano necesarios, con capacidad para exportar de manera consistente y creciente con el fin de permitir un adecuado nivel de vida a los habitantes andinos”, ou seja, a PACA surge na intenção de inserir o bloco da CAN, através de seu mundo rural andino, no mercado internacional agrícola, onde investimentos externos sejam realizados e haja um incremento nas exportações agrícolas com novos produtos combinando com um aumento da escala de produção.

Contudo, a CAN não conseguiu desenvolver satisfatoriamente o objetivo proposto pela Política Agropecuária Comum Andina (PACA). Dessa forma, foi proposta a não continuidade do PACA e passou a ser desenvolvido o Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola, que facilitaria executar ações que identificariam regras e políticas comuns.

#### **4.2 Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola**

Segundo Perry, em 2004 os Ministros de Agricultura aprovaram o Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola, o qual tem como objetivos mais amplos:

“desarrollo integral y equitativo de las zonas rurales de la Comunidad”; “garantizar la seguridad alimentaria”;

“desarrollo de sus sectores agropecuario y agroindustrial en forma sostenible y competitiva” de “todo ello”.

Para a Comunidade Andina de Nações – CAN, o Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola está adequado aos componentes que fazem parte do Plano de Ação da Política Agropecuária Comum (PACA). A exceção foi para o componente Mercado Comum, que havia sido aprovado pelo Comité Andino Agropecuario na sua XI Reunião.

Para a CAN, a condução do programa de desenvolvimento rural, dentro de um contexto sub-regional, incorpora vários elementos importantes. Esses elementos atendem ao mandato do Acordo de Cartagena, que se propõe a criar ações para formular estratégias e instrumentos comunitários dirigidos ao desenvolvimento rural e ao melhoramento da competitividade agrícola.

Segundo informações de Perry, o Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola está formatado em seis componentes que tratam de: desenvolvimento rural; diversificação da produção; harmonização de políticas e desenvolvimento de cadeias produtivas; inovação tecnológica; sanidade animal e vegetal; e manejo de recursos agropecuario e florestal.

Além dos componentes estruturados dentro do Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola, a Comunidade Andina, por intermédio dos Ministros de Agricultura, durante o Conselho Presidencial Andino no ano de 2003, assumiu os compromissos do Encontro Mundial de Alimentação de 1996 para a redução pela metade do número de pessoas desnutridas nos países andinos até 2015.

Para Perry, as atuais ações em torno da Política Agropecuária Comum da Comunidade Andina de Nações estão focadas em uma linha de política comercial. Entre as principais ações estão: Salvaguarda agropecuária (artigo 102 do Acordo de Cartagena); Sistema Andino de Sanidade Agropecuária (Decisão 328); Sistema andino de bandas de preços para estabelecer o custo de importação de produtos agropecuários no comércio com terceiros (Decisão 371); Direito de correção automática por diferenças de taxas perante países terceiros; Monetização das doações alimentares (Decisão 371); Sistema de seguimento de política setorial agropecuária dos países-membros que permita localizar as diferenças nas condições de concorrência; Normas de adoção de medidas de salvaguardas (Decisão 452) e Adoção de linhas gerais nas negociações multilaterais sobre agricultura.

A tendência de orientação das ações e políticas comuns dos países da Comunidade Andina de Nações está em concordância com a movimentação internacional de regulamentação para a abertura dos mercados agrícolas. Nesse aspecto a abertura ou restrição ao comércio internacional de bens agropecuários está relacionada a regras cada vez mais complexas, que exigem um corpo técnico de atuação mediante ações, programas e políticas internas nos países ou nos blocos e uma ação articulada nos fóruns internacionais.

As articulações e debates internacionais sobre o tema agropecuário, que estão focados na área comercial, impactam em políticas de apoio à produção e na estrutura agrícola e agrária dos países.

## **5. Cooperação Internacional na Comunidade Andina de Nações - CAN**

A Comunidade Andina de Nações – CAN atua na relação de cooperação em nível internacional, por meio da cooperação entre blocos, da cooperação multilateral e da cooperação bilateral.

Segundo a Comunidade Andina de Nações, a cooperação que se destaca é com a União Europeia – em especial com a Espanha. Contudo, existem relações de cooperação com outros países e organismos internacionais.

### **5.1 Cooperação entre blocos**

Segundo a Comunidade Andina de Nações – CAN, a cooperação internacional entre blocos realizada a partir da CAN é restrita à União Europeia – UE. A cooperação com a União Europeia – UE institucionalizou-se em 1996. O ponto central do início dessa cooperação foi o combate às drogas.

Atualmente a CAN tem um acordo com a UE em três pilares (diálogo político, cooperação e comércio) e tem o objetivo de fortalecer o diálogo político, intensificar a cooperação e potencializar o comércio entre os dois blocos.

### **5.2 Cooperação multilateral**

Os projetos de cooperação da Comunidade Andina de Nações dentro da área de Cooperação Multilateral são realizados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Banco Mundial (BM) e Cooperação Andina de Fomento (CAF). Tais projetos abordam as áreas ambiental, adequação de normas, desenvolvimento de fronteira e apoio ao processo de integração, não existindo, dessa forma, ações de cooperação específicas para a área agropecuária e agrária.

### **5.3 Cooperação bilateral**

A Comunidade Andina de Nações – CAN mantém relações bilaterais de cooperação técnica de destaque com quatro nações. Três das nações que fazem atualmente cooperação técnica com a CAN são oriundas da União Europeia (Espanha, França e Finlândia) e a quarta são os Estados Unidos da América. As cooperações com esses países são, entre outras áreas, ligadas aos temas ambiental e comercial, onde pode existir impactos na área agrícola e agrária.

## 6. Considerações Finais

A origem da Comunidade Andina de Nações – CAN remota ao final da década de 1960, na época denominada de Pacto Andino, quando cinco países da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru) juntaram-se em um bloco econômico. Esse bloco foi ratificado através do Acordo de Cartagena.

No contexto das políticas agrícolas e agrárias e da sua relação reatada na cooperação técnica internacional para o desenvolvimento rural do bloco da Comunidade Andina de Nações – CAN foi possível identificar a grande necessidade de avanço e o interesse da comunidade andina em desenvolver instrumentos que dessem suporte a uma melhoria de condições para o desenvolvimento rural da região.

Detalhando as atividades no setor agropecuário, no que se refere à distribuição da área agricultável, é possível identificar um peso para as atividades de produção animal, tendo a Colômbia a maior participação do setor pecuarista em relação à área total agricultável, com 91,6% de sua área dedicada a esse tipo de produção, seguida da Bolívia com 91,2%. Já o Equador, com 63% da área destinada para a produção pecuária, é o país com melhor equilíbrio entre a produção vegetal e animal no que se refere à ocupação de área.

Quando nos referimos a produção vegetal temos a Colômbia e o Equador com peso nas culturas perenes, onde existe uma concentração nos cultivos de café, banana e outras frutas. Cultivos esses importantes para a estratégia da comunidade andina de acesso ao mercado internacional de commodities. Já a Bolívia e o Peru têm nos cultivos temporários o foco da produção vegetal. O destaque é a produção de soja na Bolívia, que ocupa cerca de 26% da área dedicada à produção vegetal, que também é orientada principalmente para o mercado externo, pela exportação de soja em grão ou dos seus coprodutos (farelo e óleo).

Entre os produtos agrícolas de ciclo temporário que se destacam na Comunidade Andina de Nações estão: o milho, a soja, o arroz, o sorgo, o algodão e o feijão.

Tomando-se os cultivos de milho e arroz, que fazem parte da segurança alimentar nos países da Comunidade Andina de Nações, percebemos a grande deficiência no suprimento da demanda interna. Esse aspecto é reflexo da perda de espaço desses produtos para cultivos orientados para o mercado externo, como o café, que chega a ocupar a maior área agrícola entre os cultivos na Colômbia, com 17% da área dedicada à produção vegetal. A soja é, na Bolívia, outro exemplo, com uma ocupação de área chegando a 26% da área destinada à produção vegetal.

Apesar de o milho e o arroz estarem entre os mais produzidos, eles são importados em quantidades elevadas por alguns países da comunidade andina. Isso mostra um desequilíbrio na estratégia dos países da comunidade andina em avançar no acesso ao mercado internacional sem conseguir resolver a demanda alimentar doméstica, mas sim concentrando a produção em algumas commodities. Um exemplo desse processo está na Colômbia, que exporta cerca de 90% de sua produção de café, produto que ocupa a maior área agricultável entre os cultivos, e importa mais do que produz de milho.

Na busca de soluções para o seu desenvolvimento agropecuário. A CAN identificou como principais dificuldades encontradas no setor rural: baixo desenvolvimento tecnológico, baixos níveis de produtividade dos alimentos básicos, predominância de agricultores familiares, problema da distribuição e posse da terra, aproveitamento não adequado das potencialidades agrícolas para o abastecimento interno e a fraca presença do Estado nas zonas rurais.

Como podemos verificar, o aspecto da elevada participação de estabelecimentos familiares na estrutura rural dos países da comunidade andina é considerado pela própria CAN como negativo. Esse fato caracteriza, como a própria comunidade andina afirma, um baixo aproveitamento dos seus potenciais e a fraca presença do Estado na implementação de políticas públicas diferenciadas e eficientes para o setor rural.

Na busca de superar as deficiências acima citadas, a CAN propôs uma política agrícola para a região denominada de Política Agropecuária Comum Andina – PACA.

A PACA surge com o objetivo de impulsionar uma agricultura eficiente e moderna que estimule investimentos e que potencialize as exportações de maneira consistente. Para efetivar esses objetivos esperava-se implementar mecanismos liberalizantes no bloco, tais como, eliminação das restrições comerciais, harmonização de políticas, criação de um programa de desenvolvimento agropecuário para desenvolver a competitividade dos setores produtivos e acessar outros mercados.

Contudo, a PACA não conseguiu alcançar os seus objetivos satisfatoriamente, de forma que a CAN passou a desenvolver um programa para substituí-la. Já pelo Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola, a CAN buscou facilitar ações que identificassem regras e políticas comuns dentro do bloco.

Entretanto, como Perry já citava, o Programa Andino de Desenvolvimento Rural e Competitividade Agrícola não se diferenciava da essência dos componentes que já faziam parte da PACA. A novidade era o componente de Mercado Comum. Porém a ideia central de acesso ao mercado e a linha norteadora da questão comercial continuava presente, ou seja, a orientação das ações e das políticas comuns dos países da Comunidade Andina de Nações está em concordância com a movimentação internacional de padronização das normas, padrão de produção e processamento agropecuário com o fim de acessar o mercado internacional.

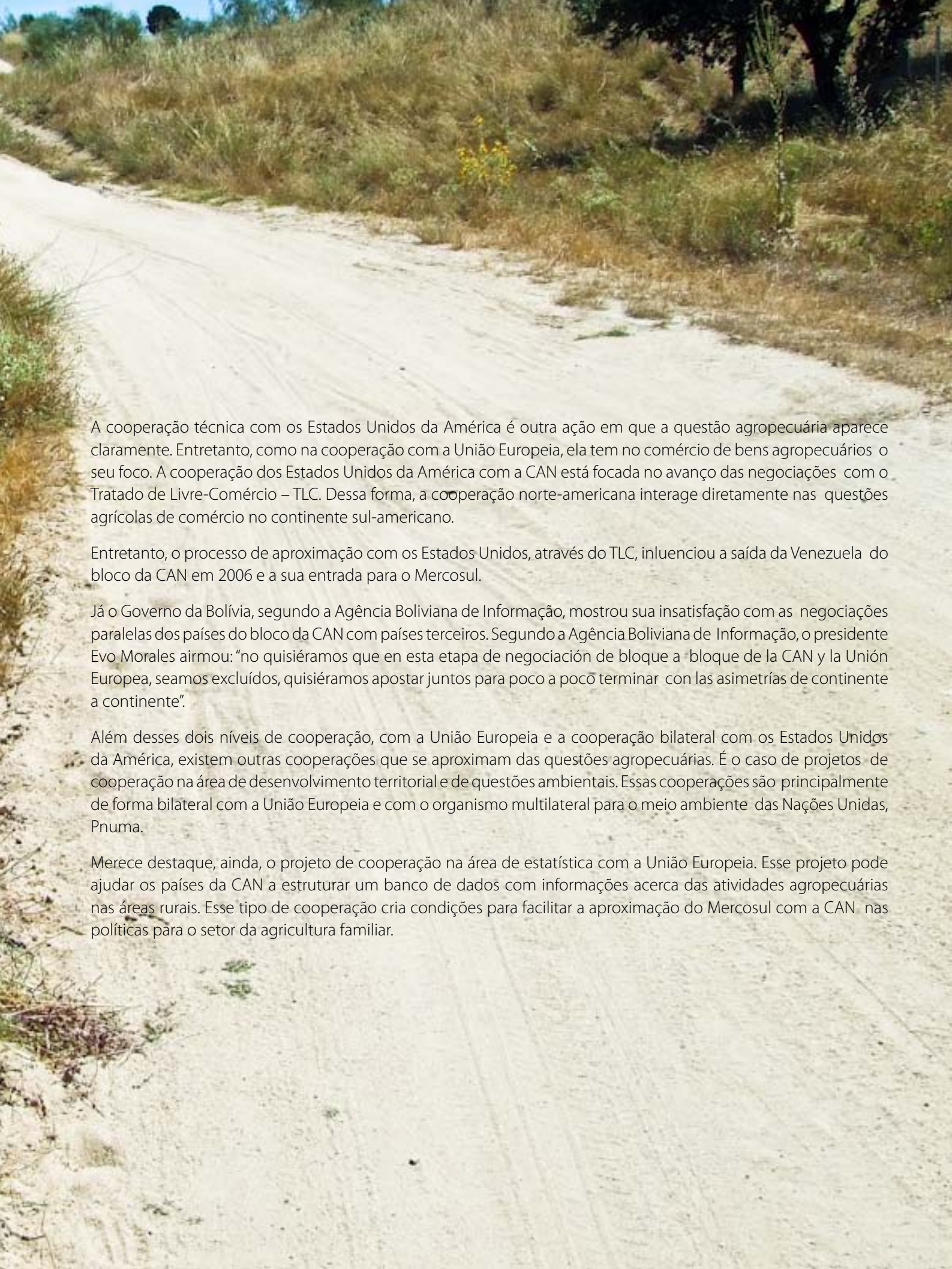
Essa movimentação de adequação aos padrões internacionais de produção agropecuária e seus impactos externos relembram na cooperação técnica internacional realizada pela CAN.

Dentre as cooperações técnicas internacionais que a CAN realiza no nível multilateral e bilateral a área agrícola aparece especialmente no enfoque ao setor comercial e/ou na sua adequação. Já a questão agrária não aparece explicitamente em nenhuma cooperação da CAN. Isso reafirma o desinteresse, de forma geral, dos organismos internacionais e da comunidade internacional, que se relacionam com a CAN através de cooperação técnica, pelo tema da reforma agrária.

Na questão agropecuária as cooperações se relacionam com a busca da CAN de uma política comum para o bloco. Nesse caso podemos citar a parceria com a União Europeia, pelo projeto Facilidade de Assistência Técnica ao Comércio – FAT, que tem como objetivo o apoio técnico às estruturas comerciais dos países da CAN.

Essa relação aparece principalmente através da regulamentação de selos de identificação de produtos (origem, forma de produção, etc.); da abertura de mercado de serviços; da contratação pública de bens; da unificação e fortalecimento do sistema de proteção sanitária; do acesso a mercado e integração de normas técnicas; da harmonização de processos de inocuidade de produtos alimentares entre a CAN e a UE; e da institucionalização da fiscalização/controle de produtos orgânicos.

Todas as ações acima citadas se relacionam diretamente com processos de preparação para a padronização comercial agropecuária e abertura de compras públicas, que no caso do Brasil poderia interferir diretamente no programa de aquisição de alimentos.



A cooperação técnica com os Estados Unidos da América é outra ação em que a questão agropecuária aparece claramente. Entretanto, como na cooperação com a União Europeia, ela tem no comércio de bens agropecuários o seu foco. A cooperação dos Estados Unidos da América com a CAN está focada no avanço das negociações com o Tratado de Livre-Comércio – TLC. Dessa forma, a cooperação norte-americana interage diretamente nas questões agrícolas de comércio no continente sul-americano.

Entretanto, o processo de aproximação com os Estados Unidos, através do TLC, influenciou a saída da Venezuela do bloco da CAN em 2006 e a sua entrada para o Mercosul.

Já o Governo da Bolívia, segundo a Agência Boliviana de Informação, mostrou sua insatisfação com as negociações paralelas dos países do bloco da CAN com países terceiros. Segundo a Agência Boliviana de Informação, o presidente Evo Morales afirmou: “no quisiéramos que en esta etapa de negociaci3n de bloque a bloque de la CAN y la Uni3n Europea, seamos excluidos, quisiéramos apostar juntos para poco a poco terminar con las asimetrías de continente a continente”.

Além desses dois níveis de cooperação, com a União Europeia e a cooperação bilateral com os Estados Unidos da América, existem outras cooperações que se aproximam das questões agropecuárias. É o caso de projetos de cooperação na área de desenvolvimento territorial e de questões ambientais. Essas cooperações são principalmente de forma bilateral com a União Europeia e com o organismo multilateral para o meio ambiente das Nações Unidas, Pnuma.

Merece destaque, ainda, o projeto de cooperação na área de estatística com a União Europeia. Esse projeto pode ajudar os países da CAN a estruturar um banco de dados com informações acerca das atividades agropecuárias nas áreas rurais. Esse tipo de cooperação cria condições para facilitar a aproximação do Mercosul com a CAN nas políticas para o setor da agricultura familiar.

## Referências

Acuerdo de Cartagena, Decisión 563.

Agencia Boliviana de Información. Bolivia pide no ser excluída de la negociación entre CAN y UE. maio 2008.

COMUNIDAD ANDINA. Secretaría General. Documentos básicos. Disponível em: <[http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c\\_Newdocs.asp?GruDoc=14](http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c_Newdocs.asp?GruDoc=14)>.

COMUNIDAD ANDINA. Secretaría General. Cooperación Internacional. Cooperación Técnica Bilateral y Multilateral. 2009. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/cooperacion/index.htm>>.

COMUNIDAD ANDINA. Indicadores Económicos de La Comunidad Andina 2002-2006. 2009. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/estadistica>>.

COMUNIDAD ANDINA. Secretaría General. Quiénes Somos. Reseña histórica. 2009. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/resena.htm>>.

COMUNIDAD ANDINA. Desarrollo Rural. In Desarrollo Productivo y Comercial. 2009. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/desarrollo\\_rural.htm](http://www.comunidadandina.org/desarrollo_rural.htm)>

COMUNIDAD ANDINA. Secretaría General. Documentos de Trabajo. Bases de Propuesta de la Política Agropecuaria Común Andina. SG/dt 112/Rev. 1, 6 jun. 2001. Disponível em: <[http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c\\_Newdocs.asp?page=24&ChkEstVig=&GruDoc=01&TxtNum1=&TxtNum2=&LbxTip=&TxtPPP=&TxtRes=&chxbxExacta=&LbxEst=&CbxTit=&LbxVig=&Ambito=&Org=0&LbxCom=0](http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c_Newdocs.asp?page=24&ChkEstVig=&GruDoc=01&TxtNum1=&TxtNum2=&LbxTip=&TxtPPP=&TxtRes=&chxbxExacta=&LbxEst=&CbxTit=&LbxVig=&Ambito=&Org=0&LbxCom=0)>.

COMUNIDAD ANDINA. Secretaría General. Documentos Informativos. Situación Actual y Desafíos de la Agricultura Andina. In: Programa Andino de Desarrollo Rural y Competitividad Agrícola. SG/di 641, 19 jul. 2004. Disponível em: <[http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c\\_Newdocs.asp?page=20&ChkEstVig=&GruDoc=02&TxtNum1=&TxtNum2=&LbxTip=&TxtPPP=&TxtRes=&chxbxExacta=&LbxEst=&CbxTit=&LbxVig=&Ambito=&Org=0&LbxCom=0](http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c_Newdocs.asp?page=20&ChkEstVig=&GruDoc=02&TxtNum1=&TxtNum2=&LbxTip=&TxtPPP=&TxtRes=&chxbxExacta=&LbxEst=&CbxTit=&LbxVig=&Ambito=&Org=0&LbxCom=0)>.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. História de la CAF. Disponível em: <<http://www.caf.com/view/index.asp?pageMS=34134&ms=17>>.

DECLARACIÓN DE LOS PRESIDENTES DE AMÉRICA. Reunion de Jefes de Estado Americanos. Punta del Este, Uruguay, 12 al 14 de abril de 1967. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/declaracion%20presidentes-1967-span.htm>>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Grupo Andino. In: Seminário Interamericano de Infraestrutura de Transporte como Factor de Integración. 1995. Capitulo IV. Disponível em: <<http://www.oas.org/dsd/publications/unit/oea33s/ch20.htm>>.

PERRY, Santiago. Reconvención productiva de la agricultura. In: Proyecto: deinición de estrategias de desarrollo competitivo apoyadas en las disciplinas comerciales. Mayo 2006.

ROJAS, Gina et al. Comercio e infraestructura en la Comunidad Andina. Revista de la Cepal, n. 90, dic. 2006.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Foreign Agricultural Service. Production, supply and distribution online: PSD Online. USDA, 2009. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline>>.



# Declaración de Medellín – Agricultura em Regiões Urbanas

Gobernación de Antioquia/FAO/ILPES/América Sin Hambre



Las ciudades, organizaciones de la sociedad civil y organismos de cooperación para el desarrollo reunidos en la ciudad de Medellín, del 13 al 15 de octubre de 2009, con ocasión del Segundo Seminario Taller Internacional Agricultura Urbana: Una Herramienta para la Seguridad Alimentaria y la Lucha contra el Hambre, tomando en consideración y reafirmando la Declaración de La Paz firmada del 20 al 23 de noviembre de 2007 en la ciudad de La Paz, acordamos emitir la siguiente:

## Declaración de Medellín

Considerando que, Las áreas urbanas de América Latina y el Caribe desde 1950 están presentando un evidente fenómeno de urbanización acelerada y desordenada. En 1950 y 2000 la población urbana de América Latina y el Caribe aumentó de 69 millones a 391 millones de habitantes. En los últimos 30 años el porcentaje urbano subió de 57.4% a 75.5% (CEPAL, 2000). Este crecimiento se hace evidente en las ciudades de 50 mil a 500 mil habitantes. En 1960, la Región contaba 173 ciudades al interior de ese rango, para el 2006 la cifra creció un 65%, por lo que hoy en día en América Latina y el Caribe son casi 600 ciudades de 50 mil – 500 mil habitantes. Esta situación ubica a la Región como la más urbanizada del mundo, seguida por Europa y por África, continente que empieza a presentar los síntomas de la urbanización ya avanzados en América Latina.

Las causas de este crecimiento de las ciudades e incorporación de las zonas rurales son atribuidas principalmente a la implementación de un modelo de desarrollo rural concentrador de ingresos y riqueza, aumentos demográfico, migraciones de campesinos y habitantes rurales debidas a la concentración de la tierra y al aumento de costos de producción, la limitación de acceso a factores productivos como crédito, asistencia técnica y comercialización, eventos climáticos extremos, escenarios de violencia, la crisis económica mundial, entre otras.

Este crecimiento acelerado tiene serias implicaciones en las condiciones de vida de los habitantes urbanos como: i. el aumento de la pobreza urbana que en el 2006 alcanza el 36.1%, esta pobreza esta vinculada generalmente con la falta de ingresos y de acceso a factores productivos; ii. La inseguridad alimentaria y nutricional relegada en condiciones de malnutrición donde el fenómeno más preocupante es la desnutrición crónica infantil que alcanza el 13% en la Región, agravado por un bajo consumo de frutas y hortalizas ubicado por debajo del estándar recomendado por la Organización Mundial de la Salud que es de 400 gr/capita/día; iii. La exclusión social y espacial de los pobres y los pobres extremos en las áreas urbanas y periurbanas de la Región.

La urbanización acelerada ha generado una inapropiada planificación del territorio generando problemas en el acceso a servicios básicos, y una inadecuada gestión ambiental en áreas de crecimiento, relegada en la proliferación de viviendas en zonas de riesgo, la ineiciencia del sistema de saneamiento básico, la contaminación de fuentes hídricas por la falta de tratamiento de aguas residuales, la acumulación de residuos sólidos en áreas inadecuadas, el deterioro del suelos y ecosistemas frágiles y la ausencia de zonas verdes.

Frente a estas problemáticas los gobiernos nacionales adoptaron el cumplimiento de los Objetivos del Milenio (ODM), irmados en la Cumbre del Milenio celebrada en septiembre de 2000 en el marco de la Reunión de las Naciones Unidas. Dos de estos objetivos están relacionados con la temática aquí abordada. El ODM 1 que busca erradicar el hambre y la pobreza extrema, el ODM 5 relacionado con morbilidad y mortalidad de madres y niños, y el ODM 7 que busca garantizar la sostenibilidad del medio ambiente.

Los gobiernos nacionales y locales de América Latina y el Caribe, están incluyendo y priorizando la lucha contra el hambre y la pobreza en sus agendas políticas.

Reconociendo que, Actualmente la región pasa por una serie de crisis económicas de alza de precios de alimentos e insumos productivos, de cambio climático y urbanización, para las que tanto instituciones como comunidades buscan estrategias sostenibles de recuperación.

La agricultura urbana y periurbana viene siendo desarrollada en ámbitos intraurbanos como periurbanos, siendo una actividad multifuncional (mejora de la seguridad alimentaria y nutricional, generación de ingresos complementarios, gestión ambiental, organización e inclusión social, planificación participativa del territorio, generación de áreas verdes urbanas).

Esta actividad se caracteriza por tener un enfoque multicomponente (productivo/tecnológico, pedagógico/capacitación, nutricional, organizacional y políticas), y por la diversidad de periles de los agricultores urbanos que la practican.

Hay un incremento de proyectos y programas nacionales, departamentales/estadales y municipales de agricultura urbana y periurbana en América Latina y el Caribe, promovido por gobiernos, organizaciones de la sociedad civil, universidades y organismos de cooperación internacional con diferentes propósitos.



Los gobiernos nacionales y locales están incluyendo la agricultura urbana y periurbana como estrategia dentro de las políticas de seguridad alimentaria y nutricional y otras políticas de gestión urbana en América Latina y el Caribe, que contribuyen al fortalecimiento de capacidades y sin acudir a inasistencialistas. A pesar de los importantes avances en el tema de la agricultura urbana y periurbana, aun las experiencias de agricultura urbana y periurbana tienen puntos que superar para garantizar su sostenibilidad y mejorar sus impactos, por lo cual se requiere fortalecer la formulación de políticas públicas y continuar con la inclusión del tema en las agendas de los gobiernos locales y nacionales, de las organizaciones de la sociedad civil y de los organismos de cooperación para promover, impulsar y inanciar políticas, planes, programas y proyectos integrales de agricultura urbana y periurbana.

Recomendando,

Capitalizar y gestionar, como respuesta sostenible a la crisis, el conocimiento disponible en la Región sobre agricultura urbana y periurbana, identiicando y documentando experiencias, sistematizando información temática y materiales bibliográficos y audiovisuales vinculados directamente a la agricultura urbana y periurbana. Facilitando el acceso de todo el conocimiento capitalizado a un número amplio de actores que promueven o tienen interés en promover la agricultura urbana y periurbana.

Promover la innovación tecnológica para fortalecer las intervenciones de agricultura urbana y periurbana, a través del aprovechamiento óptimo de las tecnologías disponibles, apropiadas y validadas.

Desarrollar investigación aplicada y participativa en centros de investigación públicos y privados, universidades, institutos nacionales de investigación agropecuaria, organizaciones de cooperación internacional para el desarrollo de nuevas tecnologías, validándolas y transiriéndolas de manera participativa, y facilitando el establecimiento de servicios de apoyo para la agricultura urbana y periurbana.

Desarrollar estrategias de capacitación y educación para una alimentación y nutrición adecuada que aproveche los productos de la agricultura urbana y periurbana y que mejore los hábitos alimentarios y el consumo saludable.

Desarrollar estrategias que permitan la generación de ingresos familiares complementarios con la comercialización de los productos de agricultura urbana y periurbana, a través de la aplicación de Buenas Prácticas Agrícolas, producción orgánica de alimentos, establecimiento de sistemas de comercio justo, de certiicación participativa o de una entidad externa de productos inocuos.

Fortalecer las capacidades empresariales de los agricultores urbanos, estableciendo un marco legal y normativo facilitador de la agregación de valor, la comercialización de productos y la inanciación de la agricultura urbana y periurbana.

Establecer o adecuar marcos legales y normativos que faciliten la inclusión de la agricultura urbana y periurbana en el ordenamiento territorial de las ciudades y regiones, garantizando la disponibilidad y tenencia segura de suelo para la producción de los agricultores urbanos y periurbanos, revalorizando el uso del suelo urbano para la producción de alimentos.

Diseñar e implementar sistemas de inanciación para los agricultores urbanos y periurbanos, adaptados a sus condiciones particulares como población pobre y vulnerable, que incluya sistemas de ahorro y crédito, conformación de fondos de inversión y fondos de garantía, la inclusión en presupuestos públicos y la gestión de recursos de cooperación públicos y privados, locales, nacionales e internacionales.

Incorporar en los proyectos y programas de agricultura urbana y periurbana modelos integrales y participativos de diseño y gestión con enfoque de género, que incluyan la realización de diagnósticos, la planeación estratégica, la formulación de planes operativos y el monitoreo y evaluación, combinando instrumentos cualitativos y cuantitativos.

Promover la participación de los diferentes actores en el diseño e implementación de los proyectos, programas y formulación de políticas a través del desarrollo de actividades de promoción con actores involucrados en agricultura urbana y periurbana, para desarrollar procesos de intercambio de conocimientos y de articulación de actores involucrados en agricultura urbana y periurbana.

Promover la organización de los agricultores/as urbanos y la conformación de redes de agricultores urbanos y periurbanos, fortaleciendo las capacidades de las organizaciones de productores, sistematizando y diseminando las experiencias de estas organizaciones.

Fortalecer el sentido de lo público como espacio de construcción colectiva, facilitando la formulación e implementación de políticas públicas de agricultura urbana y periurbana a escala local y nacional, promoviendo actividades de divulgación sobre su importancia para la sostenibilidad y el desarrollo de la agricultura urbana y periurbana, identificar y documentar experiencias sobre formulación de políticas públicas, socializar estas experiencias en eventos temáticos, y desarrollar actividades de fortalecimiento de capacidades para la formulación de políticas públicas.

Realizar un uso sostenible de los recursos naturales para la agricultura urbana y periurbana, a través del aprovechamiento de residuos sólidos, el uso eficiente y saludable de agua para riego utilizando donde es posible las aguas residuales, la investigación y el tratamiento para el uso de aguas residuales y contaminadas, y la captación de aguas lluvias; incorporando la agricultura urbana y periurbana en el ordenamiento y planificación territorial, garantizando el acceso y la tenencia segura del suelo. Revalorizar el uso del suelo urbano para la producción de alimentos.

Crear con el apoyo de los aquí firmantes un Comité de Seguimiento que se reúna periódicamente para tratar los temas y compromisos adquiridos en esta Declaración, y

hacer posible la obtención de los recursos necesarios para concretar las acciones concretas propuestas en la Agenda Bienal de Trabajo para la AUP.

Invitamos a, Los gobiernos nacionales, regionales, estatales y locales para que promuevan la agricultura urbana y periurbana dentro de sus programas de lucha contra el hambre y la pobreza, de seguridad alimentaria, de promoción del desarrollo local y de mejoramiento del ambiente y la salud; a través del desarrollo e implementación de políticas públicas para fortalecer vínculos e integración con organizaciones de investigación, de crédito público, de asistencia técnica, con empresas de comercialización, que financien e inviertan en la agricultura urbana y periurbana, incorporándola en la planificación y ordenamiento territorial y desarrollando marcos normativos, legales y regulatorios.

Los organismos de cooperación técnica y financiera para que continúen apoyando el desarrollo de la agricultura urbana y periurbana y la gestión de conocimiento y fortalecimiento de las capacidades de instituciones, organizaciones y agricultores(as) de la Región.

Las organizaciones de la sociedad civil para que continúen facilitando la construcción y diseminación de conocimiento para facilitar procesos, promover la participación, la equidad de género, la construcción de tejido social, la configuración de redes y la articulación de actores.

A los organismos de investigación y académicos a que investiguen, generen y transieran conocimiento tecnológico en temas relevantes a la agricultura urbana y periurbana, y que se consolidan a través de alianzas con otros actores involucrados al tema.

Las agricultoras urbanas y los agricultores urbanos a que continúen involucrando en su vida diaria la producción de alimentos, multiplicando sus conocimientos y participando activamente del desarrollo de la agricultura urbana y periurbana y la gestión de sus ciudades.

Los sectores privados a que contribuyan con la promoción y la inversión en proyectos y programas de agricultura urbana y periurbana.

Los gobiernos nacionales y organizaciones de la sociedad civil presenten la agricultura urbana y periurbana en otros espacios de articulación y cooperación constituidos en América Latina y el Caribe como Condesur, Procisur, Prociandino, Procicaribe, entre otros, para la inclusión de este tema en las agendas de estos espacios como una herramienta de combate al hambre y la pobreza.

Reairmamos, Los aquí irmantes asumimos los compromisos con esta Declaración por hacerla nuestra, aplicarla y extenderla a los diferentes actores que se mencionan en esta Declaración.

Replicar un Encuentro de Experiencias de agricultura urbana y periurbana cada dos años, en donde se pueda hacer una revisión y seguimiento a los compromisos aquí adquiridos y a plantearnos nuevos retos.



# The World of Organic Agriculture 2009: Summary

Helga Willer<sup>1</sup> [www.ibl.org](http://www.ibl.org)

## Recent Statistics

Organic agriculture is developing rapidly, and statistical information is now available from 141 countries of the world. Its share of agricultural land and farms continues to grow in many countries. The main results of the global survey on certified organic farming show:

- 32.2 million hectares of agricultural land are managed organically by more than 1.2 million producers, including smallholders (2007). In addition to the agricultural land, there are 0.4 million hectares of certified organic aquaculture.
- The regions with the largest areas of organically managed agricultural land<sup>2</sup> are Oceania, Europe and Latin America. Australia, Argentina and Brazil are the countries with the largest organically managed land areas.
- The highest shares of organically managed land are in Europe: Liechtenstein, Austria and Switzerland.
- The countries with the highest numbers of producers are Uganda, India and Ethiopia. Almost half of the world's organic producers are in Africa.
- About one third of the world's organically managed land – almost 11 million hectares – is located in developing countries. Most of this land is in Latin American countries, with Asia and Africa in second and third place.

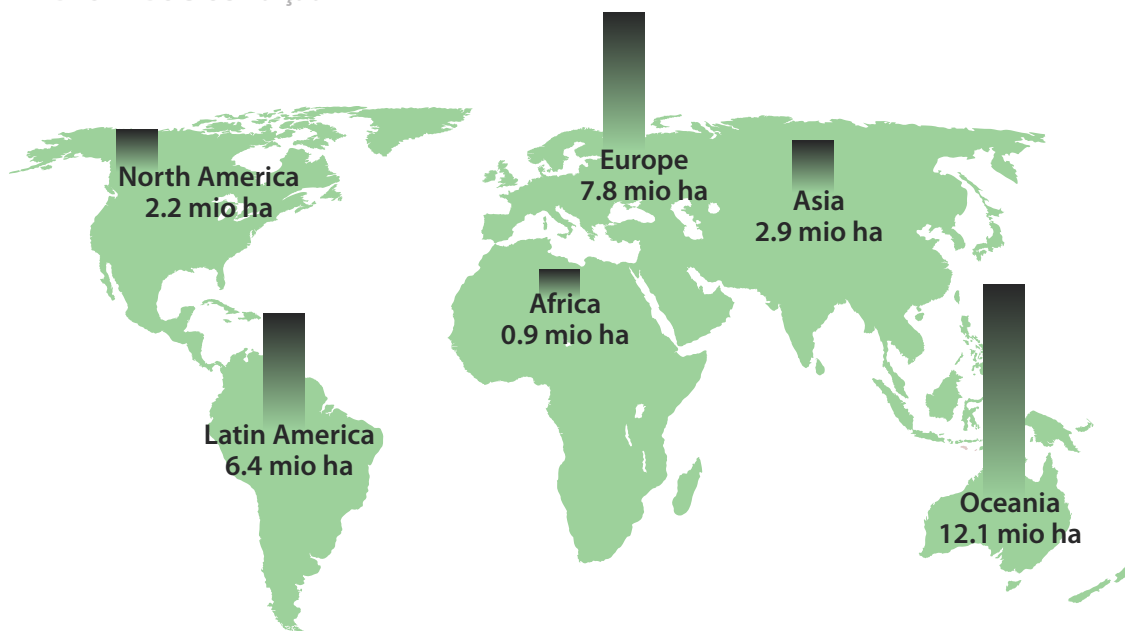
Countries with the largest area under organic management are Argentina, Brazil, China, India and Uruguay.

- Almost 31 million hectares are organic wild collection areas and for bee keeping. The majority of this land is in developing countries – quite the opposite of agricultural land, of which two thirds is in developed countries.
- Almost two thirds of the land under organic management is grassland (20 million hectares). The cropped area (arable land and permanent crops) constitutes 7.8 million hectares – a quarter of the organically managed land. Compared with the previous survey, there is a clear trend for cropland to increase. Relatively high shares for some crops have been achieved; organically managed coffee and olive areas reported, for instance, account for more than five percent of the total harvested areas, and in some countries the shares are even higher – 30 percent of Mexico's coffee is organic.
- On a global level, the organic land area increased by almost 1.5 million hectares compared to the data from 2006. Twenty-eight percent (or 1.4 million hectares) more land under organic management was reported for Latin America (including 0.9 million hectares of in-conversion land in Brazil for which no data had been available previously). In Europe, organically managed land increased by 0.33 million hectares (+ 4 percent) and by 0.18 million hectares (+27 percent) in Africa.

---

<sup>1</sup> Dr. Helga Willer, Communication, Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Ackerstrasse, 5070 Frick, Internet: <[www.ibl.org](http://www.ibl.org)>.

<sup>2</sup> The term "organically managed land" etc. refers to certified organic agriculture and includes both the certified in-conversion areas and the certified fully converted areas.



Map: LAND UNDER ORGANIC MANAGEMENT BY REGION 2007

SOURCE: FIBL/IFOAM

## Market

Global demand for organic products remains robust, with sales increasing by over five billion US dollars a year. Organic monitor estimates international sales to have reached 46.1 billion US dollars in 2007. Consumer demand for organic products is concentrated in North America and Europe; according to organic monitor these two regions comprise 97 percent of global revenues. Asia, Latin America and Australasia are important producers and exporters of organic foods. Exceptionally high growth rates have led supply to tighten in almost every sector of the organic food industry: fruits, vegetables, beverages, cereals, grains, seeds, herbs and spices. With the financial crisis, organic monitor expects positive market growth rates to continue, albeit at lower rates than previous years (see chapter on the global market by Amarjit Sahota).

## Standards and Regulations on

January 1, 2009, the completely revised regulation on organic production – EU regulation (EC) 834/2007 – and its implementation rules came into force. Farmers in Europe, as well as those from importing countries, will have to deal with the new regulation and its changed rules. Currently, 71 countries have implemented regulations on organic farming, and 21 countries are in the process of drafting a regulation (see chapter on standards and regulations by Beate Huber and Otto Schmid). 481 organizations worldwide offer organic certification services. Most certification bodies are in the European Union, the United States, Japan, South Korea, China, Canada, and Brazil (see chapter on certification bodies by Gunnar Rundgren).

The UNCTAD-FAO-IFOAM International Task Force on harmonization and equivalence in organic agriculture (ITF) has worked from 2003 to 2008 to reduce technical barriers to trade in organic agricultural products that result from the lack of harmonization and interoperability of organic regulations, private standards and certification requirements. At a launch in Geneva in October 2008, two tools that were developed by the ITF were presented to the public: the tool for equivalence (EquiTool), an international guideline for determining equivalence of organic standards and the International Requirements for Organic Certification Bodies (IROCB). A “beyond ITF” project is envisaged to promote uptake of the ITF recommendations and tools and assist developing countries (see articles by Sophia Twarog and Asad Naqvi).

## Africa

In Africa, there are almost than 900'000 hectares of certified organic agricultural land. This constitutes about three percent of the world's organic agricultural land. 530'000 producers were reported. The countries with the most organic land are Uganda (296'203), Tunisia (154'793 hectares), and Ethiopia (140'308 hectares). The highest shares of organic land are in Sao Tome and Principe (5 percent), Uganda (2.3 percent) and Tunisia (1.6 percent). The majority of certified organic produce is destined for export markets, with the large majority being exported to the European Union, which is Africa's largest market for agricultural produce. The African market for organic products is still small. Three countries have an organic regulation and seven are in the process of drafting one. The first African organic conference, to be held in Kampala, Uganda, from May 19-22, 2009 will provide a good opportunity to mobilize support for organic agriculture (see chapter on organic farming in Africa by Hervé Bouagnimbeck).



## Asia

The total organic area in Asia is nearly 2.9 million hectares. This constitutes nine percent of the world's organic agricultural land. 230'000 producers were reported. The leading countries are China (1.6 million hectares) and India (1 million hectares). The highest shares of organic land of all agricultural land are in Timor Leste (seven percent). Organic wild collection areas play a major role in India and China. Production of value-added products is growing, although a majority of production is still fresh produce and field crops with low value-added processing, such as dry or processed raw ingredients. Aquaculture (shrimp and fish) on the other hand, is emerging in China, Indonesia, Vietnam, Thailand, Malaysia and Myanmar. Textiles are another important trend. Sector growth is now also driven by imports, and local markets have taken off in many of the big cities in the south and eastern part of region besides Japan, South Korea, Taiwan and Singapore. Kuala Lumpur, Manila, Bangkok, Beijing, Shanghai, Jakarta, Delhi, Bangalore and other cities are increasing internal consumption of organic products. Nine organic regulations are in place. In seven countries work on national standards and regulations is in progress (see chapter by Ong Kung Wai on organic farming in Asia).



## Europe

As of the end of 2007, 7.8 million hectares in Europe were managed organically by more than 200'000 farms. In the European Union, 7.2 million hectares were under organic management, with more than 180'000 organic farms. 1.9 percent of the European agricultural area and four percent of the agricultural area in the European Union is organic. Twenty-four percent of the world's organic land is in Europe. The countries with the largest organic area are Italy (1'150'253 hectares), Spain (988'323 hectares) and Germany (865'336 hectares). The highest percentages are in Liechtenstein (29 percent), Austria (13 percent) and Switzerland (11 percent). Compared to 2006, organic land increased by more than 0.3 million hectares. Sales of organic products were approximately 16 billion Euros in 2007. The largest market for organic products in 2007 was Germany with a turnover of 5.3 billion Euros (2008: 5.8 billion Euros), followed by the UK (2.6 billion Euros), France and Italy (both 1.9 billion Euros). As a portion of the total market share, the highest levels have been reached in Austria, Denmark and Switzerland, with around five percent for organic products. The highest per capita spending is also in these countries. Support for organic farming in the European Union and the neighboring countries includes grants under rural development programs, legal protection and a European as well as national action plans. One of the key instruments of the European action plan on organic food and farming, an information campaign, was launched during 2008, with the aim of increasing awareness of organic farming throughout the European Union. Furthermore, most EU member states have national action plans. In order to boost organic farming research, a technology platform joining the efforts of industry and civil society in defining organic

Research priorities and defending them vis-a-vis the policy-makers was launched in December 2008. The platform's vision paper reveals the potential of organic food production to mitigate some of the major global problems from climate change and food security, to the whole range of socio-economic challenges in the rural areas.

## Latin America

In Latin America, 220'000 producers managed 6.4 million hectares of agricultural land organically in 2007. This constitutes 20 percent of the world's organic land. The leading countries are Argentina (2'777'959 hectares), Brazil (1'765'793 hectares) and Uruguay (930'965 hectares). The highest shares of organic agricultural land are in the Dominican Republic and Uruguay with more than six percent and in Mexico and Argentina with more than two percent. Most organic production in Latin America is for export. Important crops are tropical fruits, grains and cereals, coffee and cocoa, sugar and meats. Most of the organic food sales in the domestic markets of the countries occur in major cities, such as Buenos Aires and São Paulo. Fifteen countries have legislation on organic farming, and four additional countries are currently developing organic regulations. Costa Rica and Argentina have both attained third country status according to the EU regulation on organic farming. In recognition of the growing importance of the organic sector to Latin America's agricultural economy, governmental institutions have begun to take steps towards increasing involvement; governments are beginning to play a central role in the promotion of organic agriculture. The types of support in Latin American countries range from organic agriculture promotion programs to market access support by export agencies. In a few countries, limited financial support is being given to pay certification cost during the conversion period. An important process underway in many Latin America countries is the establishment of regulations and standards for the organic sector (see chapter on Latin America by Salvador Garibay).

## North America

In North America, almost 2.2 million hectares are managed organically, representing approximately a 0.6 percent share of the total agricultural area. Currently, the number of farms is 12'064. The major part of the organic land is in the US (1.6 million hectares in 2005). Seven percent of the world's organic agricultural land is in North America. Valued at more than 20 billion US dollars in 2007 (organic monitor), the North American market accounted for 45 percent of global revenues. Growing consumer demand for healthy & nutritious foods and increasing distribution in conventional grocery channels are the major drivers of market growth (see chapter on organic farming in the US by Barbara Haumann). The US organic industry grew 21 percent in sales in 2006, and was forecast to experience 18 percent sales growth each year on average from 2007 through 2010. Whether this rate will actually be realized is uncertain due to the economic downturn and reduction in consumer spending in the last quarter of 2008. Likewise, a downturn is expected in Canada, even though the market growth in Canada, paired with the introduction of the new organic regulations, should provide a good outlook over the coming years. In the United States, the national organic program has been in force since 2002. Canada has had a strong organic standard since 1999; this had been, however, voluntary and not supported by regulation. Canada's organic product regulation will be fully implemented on June 30, 2009. Canadian labeling requirements will very similar to those of the US and the EU. In 2008, the new farm bill was passed by the US Congress. Increasing expenditures on organic agriculture and programs to approximately 112 million US dollars over the course of its five-year life, the 2008 farm bill provides a five-fold increase for the organic sector compared with federal funding in the previous bill.

## Oceania

1 average exchange rate 2008: 1 US dollar = 0.68341 Euros. Source: the Oanda homepage at [www.oanda.com](http://www.oanda.com).

This region includes Australia, New Zealand, and island states like Fiji, Papua New Guinea, Tonga and Vanuatu.

Altogether, there are 7'222 producers, managing almost 12.1 million hectares. This constitutes 2.6 percent of the agricultural land in the area and 38 percent of the world's organic land. Ninety-nine percent of the organically managed land in the region is in Australia (12 million hectares, 97 percent extensive grazing land), followed by New Zealand (65'000 hectares) and Vanuatu (8'996 hectares). The highest shares of all agricultural land are in Vanuatu (6.1 percent), Samoa (5.5 percent) and the Solomon Islands (3.1 percent). Growth in the organic industry in Australia, New Zealand and the Pacific islands has been strongly influenced by rapidly growing overseas demand; domestic markets are, however, growing. In New Zealand, a key issue is lack of production to meet growing demand. Australia has had national standards for organic and biodynamic products in place since 1992, and like New Zealand, it is on the third country list of the European Union. It is expected that the Australian standard, based on the national standard employed since the early 1990s for the export market, will be adopted in 2009. In New Zealand, a national organic standard was launched in 2003. There is little government support to encourage organic agriculture in Australia. However, over the recent past, governments have been supportive of the Australian standards issue. Furthermore, funding is made available to promote an understanding among consumers. In New Zealand, through the establishment of the sector umbrella organization Organics Aotearoa New Zealand and the organic advisory programme as well as other initiatives, there is political recognition of the benefits of organic agriculture (see chapters on Australia and New Zealand by Els Wynen and Seager Mason). In the Pacific islands work on a regional strategy and national plans to lay the foundation of sustainable organic agriculture development in the region is in progress. The regional organic task force, a technical group representing all sectors and countries involved in organics, was charged with developing the Pacific standard and will be responsible for implementing the regional action plan. Pacific high level organics group consists of Pacific leaders who have shown a commitment to the development of organic agriculture in the region and provide high level political support and advocacy. The first Pacific organic standard was endorsed by Pacific leaders in September 2008. This provides a platform for further regional policy development around organic agriculture (see chapter on the development of organic agriculture in the Pacific region by Karen Mapusua).

## Developments within IFOAM

Under the leadership of its new world board, elected at the general assembly in Vignola, Italy, in June 2008, the International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) will continue to work on further enhancing organic growth in 2009, through advocacy, the facilitation of trade, and capacity building. In particular, IFOAM will be working on a new leadership program: education and training, both vocational and academic, play an important role in disseminating the benefits of organic agriculture at all levels. The 1st international IFOAM conference on animal and plant breeding "breeding biodiversity" will bring both animal and plant breeding together in 2009 for one international conference with the aim of explicitly highlighting the important interdependences and holistic approaches of organic agriculture.



# Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2008

## Consejería Agrícola (MAGyP)

### Dr. Omar E. Odarda

Agregado Agrícola, Embajada Argentina en la R. P. China

### Lic. Yungyi LIN

DRAI/DNFyM, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca

DOC/CAP/009-2009

Octubre de 2009

## Resumen Ejecutivo

El comercio agrícola de la República Popular China tuvo, como en años anteriores, una participación muy modesta en el comercio global de ese país con el mundo, ya que apenas representó en 2008 el 3% de sus exportaciones totales y el 6% de sus importaciones totales. Sin embargo, tiene la particularidad de ser deicitario, a diferencia de lo que sucede en la balanza comercial global de China, que en dicho año llegó a ser positiva en U\$S 296 mil millones (13% más que en el año anterior).

En 2008 el déficit comercial agrícola de China se profundizó, llegando a U\$S 24 mil millones, como resultado de U\$S 40 mil millones de exportaciones y U\$S 64 mil millones de importaciones. Dicho saldo negativo fue muy superior al déficit de U\$S 9,83 mil millones del año anterior. Los principales factores que llevaron a tal resultado fueron el alto precio de las materias primas agrícolas durante gran parte del año, como así también la creciente demanda china de porotos de soja (las importaciones pasaron de 30,8 millones de toneladas en 2007 a 37,4 millones de toneladas en 2008).

En materia de importaciones se registró una fuerte concentración en unos pocos productos, salvo excepciones, no procesados: 30 posiciones arancelarias concentraron casi el 80% de las importaciones agrícolas chinas. Entre ellas se destacaron por lejos las importaciones de porotos de soja (por sí solas constituyeron el 34% del total en valor), seguidas por las de aceites de palma y soja (en conjunto 12% del total). Otros productos de importancia fueron algodón, lana, harina de pescado, maderas, productos de la pesca y cueros.

También se dio una importante concentración a nivel de los proveedores: 15 países (contando a la Unión Europea como uno solo) fueron el origen de 90% de las importaciones agrícolas chinas. Estados Unidos (23%), Brasil (13,8%) y Argentina (13,2%) se posicionaron, en ese orden, como los principales proveedores de China, principalmente gracias a sus exportaciones de porotos de soja. Otros proveedores de relevancia, con participaciones individuales que oscilaron entre 4% y 6%, fueron Malasia, Rusia, la Unión Europea, Australia e Indonesia.

En cambio, las exportaciones chinas de productos agrícolas se distribuyeron en una amplia gama de productos, aunque hubo concentración a nivel de los destinos: 20 países (contando a la Unión Europea como uno solo) fueron el destino de 90% de las exportaciones agrícolas chinas. Los principales rubros de exportación de China fueron los productos de la pesca congelados, jugo de manzana, pasta de tomates, preparaciones en conserva, ajos, manzanas frescas, entre otros.

En 2008 Argentina fue el cuarto socio comercial de China en América Latina, con un comercio global (importaciones más exportaciones) que rondó los U\$S 14.000 millones, gracias a altas tasas de crecimiento de los flujos de comercio en uno y otro sentido. Al mismo tiempo, China se convirtió en el segundo socio comercial de Argentina, tanto en origen de las importaciones como destino de las exportaciones, en ambos casos, detrás de Brasil y antes de Estados Unidos.

Según sus propias estadísticas, China importó desde Argentina por U\$S 9.358 millones, de los cuales el 90% fueron productos agrícolas (U\$S 8.425 millones). Mientras tanto, exportó a nuestro país por U\$S 5.038 millones, siendo la casi totalidad productos no agrícolas (las exportaciones agrícolas apenas llegaron a U\$S 26 millones)<sup>1</sup>. Cabe destacar que la participación de los productos agrícolas en las importaciones chinas desde nuestro país registró un progreso significativo, pasando de 65% en 2006 a 90% en 2008.

En lo que respecta a los productos agrícolas importados desde nuestro país, alrededor de 30 productos concentraron en conjunto la casi totalidad, sobresaliendo los productos del complejo sojero que representaron por sí mismos el 95% del total: porotos de soja por U\$S 5.804 millones y aceite de soja por U\$S 2.205 millones. Mientras tanto, el otro 5% se repartió entre los demás productos, sobresaliendo las garras y alitas de pollo, tabaco, calamares, harina de pescado, vino a granel y en botella, lanas, maderas tropicales, suero lácteo, aceite de girasol, frutillas congeladas, cueros y naranjas frescas.

Argentina tiene posibilidades de ampliar su oferta exportadora de productos agrícolas a China, y en vista de ello, se están manteniendo negociaciones de acceso con las autoridades sanitarias de ese país. Entre los productos que integran la agenda de negociación se pueden mencionar la carne vacuna, la genética bovina (semen y embriones), caballos en pie, cebada cervecera, maíz, sorgo, limones, peras, manzanas, cerezas y arándanos; aceite de colza y maíz, entre otros productos.

### **Aviso**

*(\* El presente informe ha sido elaborado a partir de datos de la Aduana de China. Se entiende como "productos agrícolas" a los comprendidos en el Anexo I del Acuerdo sobre la Agricultura de la Organización Mundial de Comercio<sup>2</sup>, más los productos de la pesca comprendidos en los capítulos 3 y 16 y los productos forestales clasificados en las partidas 4401 a 4403.*

*(\*\*) La información del presente trabajo es pública y no tiene limitaciones de uso, sólo se solicita citar la fuente. ©*

Consejería Agrícola (MAGyP), Embajada Argentina en la República Popular China, 2009.

<sup>1</sup> Debido a diferencias en métodos estadísticos, las cifras del INDEC de Argentina son sustancialmente distintas de las de China, ya que las mismas dan un saldo comercial negativo para nuestro país de U\$S 714 millones. Sin desconocer las cifras argentinas, por una cuestión de consistencia con el resto del estudio, se decidió analizar el comercio con Argentina a partir de los datos estadísticos de la Aduana de China. Asimismo, cabe destacar que los demás socios comerciales de China encuentran problemas similares, al discrepar sus estadísticas sustancialmente con las de China, principalmente por la forma en que se releja el comercio a través de la Región Administrativa Especial de Hong Kong.

<sup>2</sup> El Anexo I del Acuerdo sobre Agricultura abarca los siguientes productos: i) Capítulos 1 a 24 del SA menos el pescado y los productos de pescado, más los productos clasificados en las siguientes partidas y subpartidas del SA: 2905.43 (manitol); 2905.43 (manitol); 2905.44 (sorbitol); 33.01 (aceites esenciales); 3501 a 3505 (materias albuminoideas, productos a base de almidón o de fécula modificados, colas); 3809.10 (aprestos y productos de acabado); 3823.60 (sorbitol n.e.p.); 4101 a 4103 (cueros y pieles); 4301 (peletería en bruto); 5001 a 5003 (seda cruda y desperdicios de seda); 5101 a 5103 (lana y pelo); 5201 a 5203 (algodón en rama, desperdicios de algodón y algodón cardado o peinado); 5301 (lino en bruto) y 5302 (cáñamo en bruto). Las designaciones de productos que figuran entre paréntesis no son necesariamente exhaustivas.

**Para mayor información, contactar:**

Consejería Agrícola (MAGyP)  
 Embajada Argentina en la República Popular China  
 Tel: +86-10-6532 6789/90, ext. 10  
 Fax: +86-10-6532 0270  
 Email: odarda@agrichina.org  
 Website: www.agrichina.org

**Introducción**

El presente informe tiene por objetivo brindar un panorama del comercio exterior agrícola de la República Popular China en 2008, y en particular de este país con la República Argentina, identificando los patrones de comercio, los productos más demandados por el país asiático y los principales socios comerciales<sup>3</sup>. Se pretende de esta manera contribuir a identificar tendencias que permitan a las autoridades argentinas analizar el estado de situación de la relación bilateral y diagramar estrategias de acción; y ayudar a los exportadores argentinos a identificar posibles nichos de mercado y conocer quienes son sus principales competidores.

Si bien el comercio agrícola apenas representa un porcentaje muy modesto del comercio exterior chino, para la Argentina tiene una gran relevancia, ya que las importaciones chinas desde nuestro país en 2008, como en años anteriores, estuvieron dominadas por los productos del sector agroalimentario. Por otra parte, éstas han contribuido en los últimos años a mantener un cierto equilibrio en la balanza comercial bilateral, frente al avance de las exportaciones chinas que en su casi totalidad fueron productos químicos y máquinas y aparatos eléctricos y mecánicos.

Seguidamente, se brinda un panorama del contexto económico en China en 2008; se presenta la situación del comercio exterior de China, para luego abordar los datos de su comercio agrícola con el mundo. En cada sección, se resaltarán los datos del comercio con Argentina. Por último, el **Anexo I** proporciona las cifras de importación de China de una amplia gama de productos agroalimentarios, que en su mayoría son de interés comercial de Argentina.

**Cuestiones metodológicas**

A los fines del presente estudio, se entiende como “productos agrícolas” a los comprendidos en el Anexo I del Acuerdo sobre la Agricultura de la Organización Mundial de Comercio (OMC)<sup>4</sup>, más los productos de la pesca comprendidos en los capítulos 3 y 16 (S.A.) y los productos forestales clasificados en las partidas 4401 a 4403 (S.A.), sin procesamiento industrial.

El presente informe ha sido elaborado, en principio, a partir de datos de la Aduana de China correspondientes a los años 2005 al 2008 (excepto que se indique lo contrario), los cuales no necesariamente coincidirán con las estadísticas aduaneras de los demás países, incluida Argentina. Tales discrepancias responderían, en principio, a discrepancias en métodos estadísticos y, en particular, al conteo que realiza cada país del comercio vía la Región Administrativa Especial de Hong Kong (mientras un país puede considerar que ese es el destino final conocido de sus exportaciones, el otro país lo puede desconocer como verdadero origen de las importaciones

<sup>3</sup> Para un análisis de los años anteriores, véanse los siguientes informes elaborados por esta Consejería Agrícola: Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2007: Comercio Agrícola Argentina-China, DOC/CAP/005-2008, ago. 2008 y Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2006: Comercio Agrícola Argentina-China, DOC/CAP/007-2007, abr. 2007; ambos disponibles en: <www.agrichina.org>.

<sup>4</sup> Ver supra Nota de pie de página n.º 2.

y decidir, en cambio, que las mismas son originarias del otro país)<sup>5</sup>. Otros factores que pueden incidir son el uso de precios FOB por el exportador y CIF por el importador; clasificaciones disímiles de productos; diferencias en el cómputo de datos de acuerdo a fechas de embarque y llegada (ej. embarques realizados en diciembre aparecerán en las estadísticas de exportación del año anterior de un país, mientras que serán incluidos en el año bajo estudio por parte del país importador, al momento de la llegada); comercio no registrado, entre otros. Sin embargo, por una cuestión de consistencia y para realizar las comparaciones necesarias, se abordará el presente estudio desde la perspectiva de los datos chinos, inclusive en el caso de los datos relativos a Argentina.

Las líneas arancelarias hasta seis dígitos se encuentran armonizadas para todos los países por el "Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías" ("Sistema Armonizado", SA). Sin embargo, las posiciones arancelarias a 8 dígitos difieren entre los países. Para la realización del presente informe se utilizaron principalmente datos a 8 dígitos, según la clasificación arancelaria china.

## El Contexto Económico en 2008<sup>6</sup>

Durante la primera mitad del 2008, China vivió al ritmo de la cuenta regresiva de los Juegos de la XXIX Olimpiadas de Pekín que tuvieron lugar en el mes de agosto. El país recibió orgullosamente el mayor evento deportivo de la Humanidad, tras una larga preparación de varios años que fue paralela a la gran transformación económica, social y cultural del país de los últimos tiempos. También se cumplieron 30 años del proceso de liberalización económica iniciado por Deng Xiaoping en 1978, tendiente a construir una "economía socialista de mercado", que posicionó a China en 2008 en la tercera economía (detrás de Estados Unidos y Japón) y tercera potencia comercial (detrás de Estados Unidos y la Unión Europea) del mundo<sup>7</sup>. De todas maneras, el país continúa teniendo enormes desafíos para elevar el nivel de vida de amplios sectores de la población, especialmente en el sector rural.

Sin embargo, el año 2008 comenzó para China con signos de desaceleración económica, luego del impresionante crecimiento registrado el año anterior del 13% de su PBI. El año finalmente terminó con un crecimiento de la economía del 9%; la tasa más baja desde 2001. La disminución del ritmo de crecimiento, particularmente en el último cuatrimestre del año (6,8%, comparado con el mismo período del año anterior), se debió fundamentalmente a una combinación de dos factores, uno interno y otro externo. Por una parte, se produjo un colapso en el mercado inmobiliario, luego de varios años de expansión, lo cual trajo aparejado una severa reducción en la demanda de materias primas de la industria pesada destinadas a la construcción. Por otra parte, el sector exportador comenzó a ser afectado por la crisis financiera internacional y la recesión en Estados Unidos, Europa y otros mercados de exportación.

Asimismo, el año se vio marcado por un pico inflacionario (8,2% promedio en los cuatro primeros meses del año), empujado por el aumento de los precios al consumidor de unos pocos productos alimenticios básicos y también, aunque en menor medida, por un cierto encarecimiento de los costos laborales, lo cual ejerció presión en los precios inales de los productos industriales. Gracias al abaratamiento de los alimentos básicos, por la caída a su vez de los precios internacionales, la inflación comenzó a ceder, concluyendo el 2008 con una inflación anual del 5,9%. La tendencia a la baja de la inflación se confirmaría en 2009, con el descenso del índice de precios al consumidor a una tasa cercana al 1%. Como resultado de la desaceleración de la inflación, el 1 de diciembre la Comisión Nacional de Desarrollo y Reforma anunció el fin de los controles estatales de precios de los alimentos en el mercado nacional, poniendo término de esta manera a casi un año de medidas para combatir la inflación.

<sup>5</sup> Para una explicación más detallada sobre las estadísticas comerciales China, véase OMC, *Evolución del Comercio Mundial en 2004 y Perspectivas para 2005*, p. 6-7.

<sup>6</sup> Para la presente sección, se tomaron como base los análisis de coyuntura de Dragonomics Research and Advisory – GaveKal Research, Pekín, publicados en *China Economic Quarterly* (Mar. 2008, p. 2-7; Jun. 2008, p. 2-6; Sept. 2008, p. 2-7; Dic. 2008, p. 2-6 y Mar. 2009, p. 2-6) y "Property Market Reform. Building for Growth" (Sept. 2009, 25-27).

<sup>7</sup> OMC, *Examen de Política Comercial de la R. P. China 2008*, Informe de la Secretaría, p. 1, WT/TPR/S/199.

Desde entonces, los operadores comerciales han podido ijar libremente los precios de los productos básicos alcanzados por la medida, sin necesidad de solicitar previamente autorización para aumentarlos<sup>8</sup>.

Frente a las señales conflictivas de una débil demanda externa, pero una aparente fuerte demanda inflacionaria interna, el gobierno chino adoptó durante el primer semestre del año una postura de “esperar y ver”, antes de adoptar medidas correctivas. Sin embargo, pronto comenzaron a encenderse luces amarillas, ante las predicciones de que la economía china crecería a niveles inferiores al 8% durante el 2009, lo cual resulta elevado para la mayoría de los países, pero preocupante para los gobernantes chinos, que consideran a esa tasa de crecimiento como el objetivo de mínima para mantener una cierta paz social.

La respuesta del gobierno central fue el anuncio de un paquete de estímulo económico monetario y iscal gigantesco de U\$S 586.000 millones (o RMB 4 trillones) el 1 de noviembre de 2008, a ser implementado a lo largo de dos años (2009-2010). Para algunos analistas tal cifra sería, en realidad, sustancialmente menor (alrededor de U\$S 100.000 millones), dado que muchos de los rubros ya estarían presupuestados desde antes. Cualquiera sea el monto, el paquete de estímulo lanzado por el gobierno debería ayudar a evitar una caída dramática del PBI, restaurando la conianza de los hogares y empresas al mostrar la determinación del gobierno de mantener la locomotora del crecimiento en marcha, por encima del 8% anual. El paquete se orienta fundamentalmente a expandir la demanda interna, con un fuerte énfasis en la construcción a través de inversiones en infraestructura y viviendas. El gobierno también incluyó medidas destinadas a aumentar el gasto en salud y seguridad social en beneficio del campesinado y a fomentar la inversión en tecnología medioambiental, mediante deducciones impositivas. A lo largo del 2009, con las medidas en curso de implementación se vería una mejora en las perspectivas de crecimiento que dejan entrever que el objetivo del gobierno de alcanzar el 8% puede ser cumplido<sup>9</sup>.

## Panorama del Comercio Exterior Chino

En 2008, el comercio exterior (exportaciones más importaciones) de China se expandió un 17,8%, alcanzando la cifra de U\$S 2.562 miles de millones. Las exportaciones totales alcanzaron los U\$S 1.429 miles de millones; es decir, 17,2% más que en el año anterior; mientras que las importaciones totales llegaron a U\$S 1.133 miles de millones,

18,5% más que en el 2007. De esta manera, China concluyó el 2008 con una balanza comercial positiva de U\$S 296 mil millones, un incremento del 13% respecto al año anterior; sin embargo, a partir del tercer trimestre del año, se inició un proceso descendente del superávit comercial chino que se profundizaría en 2009, debido a una desaceleración del ritmo de crecimiento de las exportaciones.

**Tabla 1. Balanza Comercial China (2005-2008)**

	(en U&S miles de millones)				Variación % 2007 - 2008
	2005	2006	2007	2008	
Exportaciones (FOB)	761,95	968,97	1.218,64	1.428,55	17,2%
Importaciones (CIF)	659,95	791,46	955,95	1.133,09	18,5%
Balanza Comercial	102,00	177,51	262,68	295,46	12,5%

Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China.

Si bien China comercia con casi todos los países del mundo, los siguientes países o regiones concentraron en 2008 más del 80% del comercio exterior chino: la Unión Europea (16,6 %), Estados Unidos (13%), Japón (10,4%), ASEAN (9%), Hong Kong (8%), Corea del Sur (7,3%) y la Provincia de Taiwán (5%).

<sup>8</sup> Los controles se aplicaban a los cereales, aceite comestible, carne (de cerdo, bovina y cordero), productos lácteos y huevos. Fuente: China Daily, 2 dez. 2008 y BBVA, China Watch, Oct. 2008.

<sup>9</sup> Véase supra nota 1.



**Tabla 2. Principales Socios Comerciales de China en 2008 (en U\$S miles de millones)**

País (Región)	Total	Part. %	Export. (FOB)	Part. %	Import. (CIF)	Part. %
<b>Total del Mundo</b>	<b>2.561,6</b>		<b>1.428,5</b>		<b>1.133,1</b>	
UE (27)	425,6	16,6%	292,9	11,4%	132,7	5,2%
Estados Unidos	333,7	13,0%	252,3	9,8%	81,4	3,2%
Japón	266,8	10,4%	116,1	4,5%	150,7	5,9%
ASEAN (*)	231,1	9,0%	114,1	4,5%	117,0	4,6%
Hong Kong	203,7	8,0%	190,7	7,4%	12,9	0,5%
Corea del Sur	186,1	7,3%	74,0	2,9%	112,2	4,4%
América Latina	143,4	5,6%	71,5	2,8%	71,9	2,8%
Prov. Taiwán	129,2	5,1%	75,9	2,9%	103,4	4,1%
Rusia	56,8	2,2%	33,0	1,3%	23,8	0,9%
India	51,8	2,0%	31,5	1,2%	20,3	0,8%
Australia	59,7	2,3%	22,2	0,9%	37,4	1,5%

Nota \*: ASEAN está compuesta por Brunei, Myanmar, Camboya, Indonesia, Malasia, Filipinas, Singapur, Laos, Tailandia y Vietnam. Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China.

La participación de América Latina apenas llegó al 5,6% del total, aunque mejoró en un dígito con respecto al 2007 (4,7%). Brasil es el principal socio de China en la región, seguido de México, Chile, Argentina y Venezuela. Con la excepción de México que tiene un déficit comercial con China muy significativo (más de U\$S 10.000 millones), los demás países registraron superávits importantes, a juzgar por los datos de la Aduana de China; los cuales se explican en gran medida por las exportaciones de materias primas claves para la economía china, tales como cobre, hierro, petróleo y porotos de soja.

**Tabla 3. Principales Socios Comerciales Latinoamericanos de China en 2008 (en U\$S millones)**

Ranking	Country (Región)	Total	Part. % Total mundo	Exportaciones	Importaciones	Balanza comercial Según China
	<b>TOTAL</b>	<b>2.561.632</b>		<b>1.428.546</b>	<b>1.133.086</b>	<b>295.459,4</b>
	América Latina:	143.387	5,6%	71.477	71.909	-432,0
11	Brasil	48.497	1,9%	18.750	29.747	-10.996,4
22	México	17.559	0,7%	13.851	3.708	10.143,2
24	Chile	17.530	0,7%	6.150	11.380	-5.230,3
25	Argentina	14.396	0,6%	5.038	9.358	-4.319,8
37	Venezuela	9.853	0,4%	3.350	6.503	-3.153,3
38	Panamá	7.896	0,3%	7.847	50	7.796,8
39	Perú	7.477	0,3%	2.763	4.714	-1.950,4
58	Colombia	4.099	0,2%	2.974	1.125	1.848,3
64	Costa Rica	2.887	0,1%	617	2.270	-1.653,8
75	Ecuador	2.585	0,1%	1.534	849	684,5
77	Cuba	2.256	0,1%	1.353	903	450,0
87	Uruguay	1.636	0,1%	1.012	624	300,6
116	Paraguay	784	0,0%	759	25	733,7

Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China.

## El Comercio de China con Argentina

En 2008, el comercio bilateral entre Argentina y China alcanzó los U\$S 14.000 millones, gracias a altas tasas de crecimiento de los flujos de comercio en uno y otro sentido.

De acuerdo a las estadísticas de la Aduana de China, en ese año China exportó bienes a Argentina por U\$S 5.038 millones e importó desde nuestro país productos por U\$S 9.358 millones, lo cual significó un incremento respecto al año anterior de 41% y 48%, respectivamente. En este caso, el resultado fue un saldo negativo para China de U\$S 4.320 millones.

Desde el punto de vista argentino, y en base a datos del INDEC, el valor de las exportaciones argentinas a China durante el mismo año fue de U\$S 6.390 millones, mientras que las importaciones totalizaron U\$S 7.104 millones, lo cual significó un aumento de 24% y 39%, respectivamente, respecto al 2007. En consecuencia, Argentina tuvo un déficit de U\$S 714 millones (el máximo histórico hasta el presente). China fue el segundo socio comercial de Argentina, tanto como destino de las exportaciones como origen de las importaciones. En ambos casos, detrás de Brasil y antes de Estados Unidos<sup>10</sup>.

Comparando las cifras estadísticas de la Aduana de China con las del INDEC, se puede percibir una fuerte discrepancia entre las mismas, lo cual genera percepciones diferentes en cada uno de los países sobre la evolución del comercio bilateral. Dichas discrepancias se explicarían por las razones explicitadas en la sección metodológica de la introducción al presente estudio (véase *supra* "cuestiones metodológicas" en punto 1). Por lo tanto, a los fines de analizar el comercio bilateral agrícola Argentina-China, continuaremos usando las estadísticas chinas por una cuestión de consistencia con el resto del documento, ya que permitirá, eventualmente, realizar comparaciones con otros países. Para mayor análisis del comercio bilateral, a partir de los datos del INDEC, se sugiere consultar el estudio ***El Comercio de la Argentina con China***, publicado en julio de 2009 por el Centro de Economía Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.

## Componente Agrícola en el Comercio Exterior Chino

En lo que respecta al comercio agrícola de China con el mundo en 2008, el país asiático tuvo un déficit de U\$S 24 mil millones, como resultado de exportaciones totales por U\$S 40 mil millones (9,8% más que el 2007) e importaciones totales por U\$S 64 mil millones (37% más que en el año anterior).

Al analizarse el comercio agrícola chino, en un contexto más amplio, se pueden realizar las siguientes observaciones:

La participación agrícola en el total es marginal, ya que apenas representa 3% de las exportaciones totales y 6% de las importaciones totales.

China tiene un creciente déficit comercial en materia agrícola, lo cual contrasta con el extraordinario superávit comercial en su balanza global, que se sustenta fundamentalmente en sus exportaciones industriales.

De todas maneras, el gobierno chino considera que China es altamente autosuficiente en materia alimentaria, al lograr una producción de granos que satisface alrededor del 95% de las necesidades de sus habitantes (en 2008 se produjeron 528 millones de toneladas)<sup>11</sup> y a reservas estatales cuyo volumen es considerado "secreto de Estado". Los principales rubros de importación de China son materias primas agrícolas destinadas a la producción de

<sup>10</sup> Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, *El Comercio de la Argentina con China*, Jul. 2009.

<sup>11</sup> Buró Nacional de Estadísticas de China, *China Statistical Yearbook 2009*, p. 464.

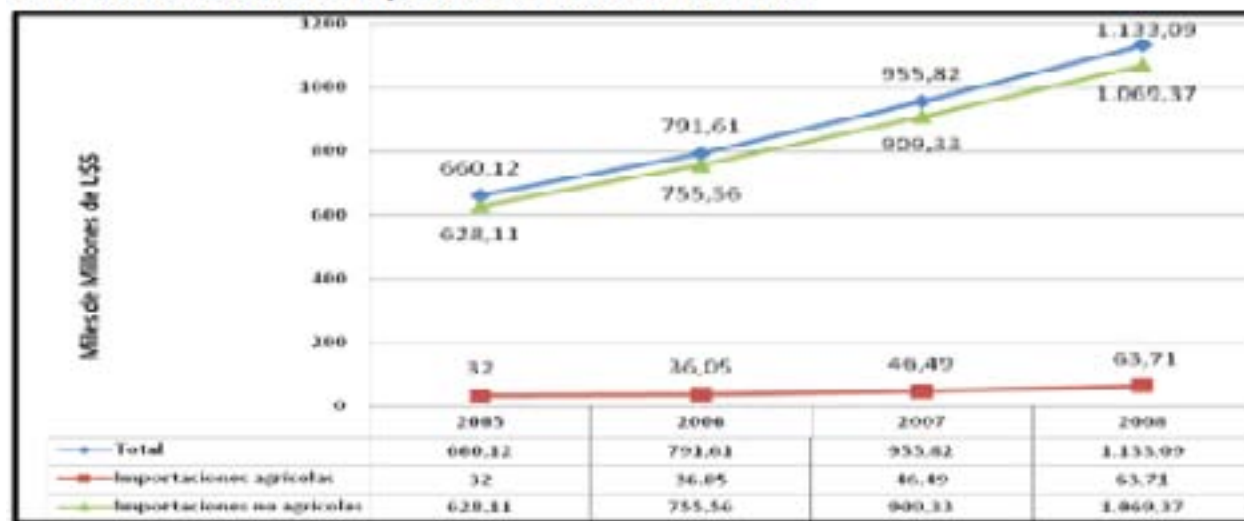
aceites vegetales, alimentos para animales, textiles y calzado, muebles y materiales de construcción de madera, cerveza, etc; aunque también existe, en menor medida, una creciente demanda de alimentos importados por parte de ciertos sectores de la población urbana con mayor poder adquisitivo y gustos paulatinamente más occidentalizados.

**Tabla 4. Composición del Comercio Exterior Chino (en U\$S miles de millones)**

	Exportaciones (FOB)				Importaciones (CIF)				Balanza Comercial			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Total	762	969,07	1.218,02	1.428,55	660,12	791,61	955,82	1.133,09	101,88	177,46	262,20	295,46
Comercio agrícola	27,32	31,14	36,66	40,27	32	36,05	46,49	63,71	-4,68	-4,91	-0,83	-23,45
Comercio no agrícola	734,68	937,94	1.181,36	1.388,28	628,11	755,56	909,33	1.069,37	106,57	182,38	272,03	318,91

Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China, 2005-2008.

**Gráfico 1. Evolución de las Importaciones China en 2005-2008**



Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China.

## Componente Agrícola en el Comercio Bilateral con Argentina

prince<sup>12</sup>El comercio bilateral entre Argentina y China tiene por particularidad una marcada asimetría: las exportaciones de China son en su casi totalidad productos no agrícolas<sup>13</sup>; mientras que sus importaciones están altamente concentradas en productos agrícolas. En 2008 China importó desde Argentina agroalimentos por U\$S 8.425 millones y exportó productos del mismo rubro a nuestro país por sólo U\$S 26 millones. En términos porcentuales, ello representó 90% de las importaciones y 0,5% de las exportaciones chinas desde y hacia nuestro país. Cabe destacar que la participación de los productos del sector agrícola en las importaciones chinas registró un progreso importante desde 2006 al 2008, pasando de 65% a 90%; debiéndose en gran medida al incremento de las compras de porotos y aceite de soja a nuestro país de los últimos años.

12 Argentina importó en 2008 principalmente desde China glifosato, ácido fosfonometiliminodiacético, motocicletas, computadoras, partes de máquinas y aparatos para acondicionadores de aire, cámaras fotográficas, motocompresores herméticos para equipos frigoríficos, coques de hulla, lignito o turba, entre otros. Fuente: Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, El Comercio de la Argentina con China, Jul. 2009, p. 2.

13 El CEI entiende por "agroalimentos" a los animales vivos y productos del reino animal, productos del reino vegetal, aceites y alimentos y bebidas. Fuente: Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, El Comercio de la Argentina con China, Jul. 2009, p. 1, 2 y 4.

Las estadísticas argentinas dan cuenta de un patrón similar de comercio. Según el CEI, en base a datos del INDEC, el principal rubro exportado al mercado chino en 2008 fue "productos [agrícolas] primarios" con una participación del 59% y manufacturas de origen agropecuario con una participación del 27%, lo cual en total da una participación total del 86%. En cambio, las importaciones argentinas de productos agrícolas de China serían totalmente marginales. Asimismo, el CEI señala que en las exportaciones nacionales viene creciendo la participación de los agroalimentos: en el último trienio (2006-2008) tuvieron una participación promedio del 78% del total exportado a dicho mercado, cuando una década antes (1996-1998) tal participación llegaba al 72%.

## Principales Productos Agrícolas de Importación

El poroto de soja lideró en 2008, al igual que en los últimos años, las importaciones agrícolas chinas (34,2% del total en valor). Se trata principalmente de soja transgénica para su procesamiento en aceite y harina de soja. Las importaciones totales de este producto registraron un total record de 37,43 millones de toneladas, por un valor de US\$ 21.816 millones. En relación al año anterior, se percibió una fuerte demanda china, a pesar del alto precio de la oleaginosa durante la mayor parte del año, ya que se produjo un crecimiento interanual del 21,5% en volumen y del 90,3% en valor. Tres proveedores - Estados Unidos, Brasil y Argentina - se repartieron el 98,6% de las exportaciones totales de soja a China. Del análisis de las cifras, se percibe que las importaciones desde los tres países aumentaron tanto en valor como en volumen.

**Tabla 5. Importaciones por de Soja País de Origen – Periodo 2005-2008**

Volumen en Toneladas										
Rango	Origen	2005	2006	2007	2008	Part. % 2005	Part. % 2006	Part. % 2007	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
1	EE.UU.	11.047.649	9.885.167	11.634.525	15.430.207	41,5	34,9	37,8	41,2	32,6
2	Brasil	7.952.190	11.649.601	10.582.818	11.652.699	29,9	41,2	34,3	31,1	10,1
3	Argentina	7.396.299	6.232.845	8.211.373	9.845.624	27,8	22	26,6	26,3	19,9
4	Uruguay	181.176	503.672	369.436	482.071	0,7	1,8	1,2	1,3	30,5
5	Otros	1.7941	1.7940	20.149	20.772	0	0	0,1	0,1	4,1
	Total	26.590.246	28.284.215	40.818.291	47.441.474	100	100	100	100,0	21,5
Valor en Millones US\$ (CIF)										
Rango	Origen	2005	2006	2007	2008	Part. % 2005	Part. % 2006	Part. % 2007	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
1	EE.UU.	3.160	2.720	4.251	8.429,5	40,6	36,3	37,1	38,6	98,3
2	Brasil	2.380	3.020	3.891	7.283,9	30,6	40,3	33,9	33,4	87,2
3	Argentina	2.179	1.619	3.160	5.803,5	28	21,6	27,6	26,6	84,7
4	Uruguay	54	127	155	291,0	0,7	1,7	1,4	1,4	87,7
5	Otros	5	5	7	8,1	0,1	0,1	0,1	0,0	15,1
	Total	7.777	7.490	11.465	21.815,9	100	100	100	100,0	90,3

Nota: Posición arancelaria (1201100000). Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

Otros productos que siguieron en importancia a las importaciones de porotos de soja en 2008 fueron el aceite de palma (6,5%), el algodón sin cardar ni peinar (5,5%), el aceite de soja (5,2%); la lana esquilada sucia sin cardar ni peinar (2,4%); la harina de pescado (2,2%), los cueros y pieles de bovino (2,1%); y las maderas de diferentes tipos.

A continuación, la **Tabla n.6** lista los 30 principales productos agrícolas importados por China en 2008 y la variación porcentual interanual respectiva respecto a 2007. Estos productos en conjunto representaron el 78% en valor de las importaciones agrícolas chinas.

**Tabla 6. Principales Productos Agrícolas Importados por China en 2007-2008 (en U\$S millones / CIF)**

Rango 2008	Posición	En millones de U\$S	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
		Total Importaciones agrícolas	46.486,89	63.714,69		37,1
1	12010091	Poroto de soja amarillo, excepto semillas	11.465,03	21.015,90	34,2	90,3
2	15119010	Aceite de palma (excepto bruto)	2.871,93	4.130,51	6,5	43,8
3	52010000	Algodón, sin cardar ni peinar	3.478,64	3.493,86	5,5	0,4
4	15071000	Aceite de soja en bruto	2.127,35	3.287,85	5,2	54,6
5	51011100	Lana esquilada sucia, sin cardar ni peinar	1.645,44	1.534,78	2,4	-6,7
6	23012010	Harina de pescado, para la alimentación animal	1.010,72	1.397,29	2,2	38,2
7	41015019	Cueros y pieles enteros de bovino, de peso unitario superior a 16 kg	1.210,77	1.317,47	2,1	8,8
8	44039990	Otras maderas en bruto (no tratadas)	1.155,95	1.118,67	1,8	-3,2
9	44032010	Pino de Corea y Pino escocés de Mongolia	1.210,72	1.007,30	1,6	-16,0
10	03037090	Los demás pescados.	692,8	914,98	1,4	32,1
11	12051090	Semillas de colza, incluso quebrantadas	349,97	754,04	1,7	115,5
12	03035200	Bacalao congelado	891,3	729,36	1,1	-18,2
13	24012010	Tabaco curado total o parcialmente desvenado o desnervado	465,03	604,25	1,1	46,9
14	02071477	Carra de pollo congelada	519,76	615,97	1	18,5
15	44032040	Maderas en bruto de alerce	507	570,14	0,9	12,5
16	02064900	Despojos comestibles de porcino congelados (excepto hígado)	341,26	553,82	0,9	62,3
17	15119020	Estearina de palma	488,62	541,32	0,8	10,8
18	15111000	Aceite en bruto de palma	313,04	576,67	0,8	68,7
19	22082000	Bebidas espirituosas de uva o orujo de uvas	358,69	492,52	0,8	37,3
20	10030090	Cebada, excepto semilla	266,02	404,42	0,8	01,6
21	44032020	Madera en bruto de pino blanco (picea y abeto)	454,93	483,60	0,8	6,3
22	19011000	Preparaciones para la alimentación infantil acondicionadas para la venta por menor	747,1	395,89	0,6	60,7
23	07141020	Raíces de mandioca seca	659,86	389,92	0,6	-40,9
24	15132100	Aceite de coco (copra) y sus fracciones en bruto	260,64	370,01	0,6	30
25	03074900	Calamares	269,55	351,98	0,6	30,6
26	15141100	Aceites de colza en bruto con bajo contenido de ácido erúico	304,27	348,20	0,5	14,4
27	15020090	Grasa de animales de las especies bovina, ovina o caprina	209,99	329,64	0,5	57
28	41021000	Cueros y pieles en bruto, de ovino, con lana	749,75	379,10	0,5	31,8
29	44034920	Madera en bruto de Okoumé (Aukoumé Kialmeina)	347,29	308,47	0,5	-11,2
30	04041000	Suero lácteo	316,79	307,59	0,5	-2,9
		Otros productos	11.652,43	14.128,34	22,2	21,2

Nota: Las descripciones de los productos son a título indicativo. Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

## Principales Productos Importados desde Argentina

En 2008 China importó alrededor de 30 productos agrícolas desde Argentina (tal como lo muestra la **Tabla n. 7**) por un valor U\$S 8.425 millones. De entre ellos, los productos del complejo sojero (porotos y aceite de soja) no sólo concentraron el 95% del total; sino que también fueron los motores del fuerte incremento de las importaciones desde Argentina<sup>14</sup>. A pesar de los elevados precios internacionales, China compró a nuestro país 9,8 millones de toneladas de soja por U\$S 5.804 millones; 19% y 83% más, respectivamente, respecto a 2007. Asimismo, adquirió 1,7 millones de toneladas de aceite de soja por U\$S 2.205 millones; lo cual significó un aumento del 29% en valor, aunque una caída del 23% en volumen.

Asimismo, se produjo un fuerte crecimiento de las importaciones de garras de pollo (92%) por un valor de U\$S 204 millones, tabaco (154%) por U\$S 37,7 millones, harina de pescado (20%) por U\$S 19,1 millones, vino a granel (2.141%) por U\$S 14 millones, vino en botella (97%) por U\$S 5,1 millones, frutillas congeladas (47%) por U\$S 4 millones, naranjas frescas (50%) por U\$S 1 millón. Mientras tanto, se registraron caídas importantes en valor de las importaciones de alitas de pollo (-42%), suero lácteo (-30%), aceite de girasol en bruto (-90%), merluzas (-26%), alimentos para animales (-89%), entre otros.

**Tabla n. 7. Importaciones de Productos agrícolas desde Argentina en 2007-2008 (en millones de U\$S / CIF)**

Rango 2008	Posición	Descripción	2007		2008		Var. % 2007-2008
			Valor	Part. %	Valor	Part. %	
		Total Importaciones Agrícolas desde Argentina	5.166,01		8.425,00		63,09
1	12010091	Poroto de soja	3.160,43	61,18	5.803,50	68,88	83,63
2	15071000	Acetite crudo de soja	1.704,31	32,99	2.205,00	26,17	29,38
3	02011422	Garra de pollo congelada	106,46	2,06	204,60	2,43	92,16
4	24012010	Tabaco	14,85	0,29	37,70	0,45	154,78
5	03014900	Calamares	17,96	0,35	29,40	0,35	63,96
6	02071429	Los demás trozos y despojos de pollo, congelados	9,09	0,18	24,60	0,29	170,84
7	23012010	Harina de pescado, para alimentación animal	15,82	0,31	19,10	0,23	20,49
8	22042900	Vino a granel	0,62	0,01	13,90	0,16	2.141,36
9	51012100	Lanas sin peinar ni cardar desgrasada sin carbonizar	5,94	0,11	10,90	0,13	82,97
10	02071421	Alitas de pollo congeladas	18,13	0,35	10,50	0,12	-42,04
11	15200000	Glicerol en bruto, aguas y lejas glicerinosas,	1,83	0,04	6,90	0,08	275,45
12	51011100	Lana sucia esquilada sin peinar ni cardar	5,94	0,11	6,40	0,08	8,25
13	04041000	Suero lácteo y suero modificado,	8,71	0,17	6,10	0,07	-30,52
14	44039990	Las demás maderas en bruto tropicales (excepto las tratadas)	5,94	0,11	5,20	0,06	-13,05
15	22042100	Vino en botella	2,58	0,05	5,10	0,06	96,80
16	03037990	Los demás pescados congelados	7,44	0,03	4,30	0,05	199,02
17	15121100	Acetites en bruto de girasol	45,02	0,87	4,40	0,05	-90,55

<sup>14</sup> De acuerdo a datos del MAGyP correspondientes al 2008, China fue el principal mercado para los porotos de soja y el aceite de soja crudo argentino, destinándose al mismo el 73,9% y 30,5% respectivamente del total exportado en valor por nuestro país de dichos productos.

Rango 2008	Posición	Descripción	2007		2008		Var. % 2007-2008
			Valor	Part. %	Valor	Part. %	
18	08111000	Frutillas congeladas	2,75	0,05	4,00	0,05	46,79
19	03037800	Merluzas	2,35	0,05	1,70	0,02	-25,89
20	41021000	Cueros y pieles en bruto, de ovino, con lana	0,60	0,01	1,70	0,02	186,73
21	03042990	Los demás filetes congelados	0,53	0,01	1,70	0,02	224,19
22	03035200	Bacalao congelado	0,58	0,01	1,10	0,01	92,69
23	08051000	Naranjas, frescas o secas	0,64	0,01	1,00	0,01	50,15
24	20096900	Jugo de uva (Incluido el mosto), los demás	0,58	0,01	0,80	0,01	42,71
25	12092200	Semillas de trébol, del tipo usada para siembra	1,18	0,02	0,70	0,01	-43,21
26	35022000	Lactalbúmina	0,73	0,01	0,30	0,00	-52,88
27	03061319	Los demás camarones y langostinos	1,31	0,03	0,10	0,00	-92,53
28	23099090	Otras preparaciones de las que se usan para la alimentación animal	0,58	0,01	0,10	0,00	-89,48

Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

## Principales Proveedores Agrícolas

Los principales proveedores agrícolas de China en 2008 fueron Estados Unidos (22,8%), Brasil (13,8%), Argentina (13,2%), Malasia (6,6%), Rusia (6,1%), la Unión Europea (6%), Australia (4,8%) e Indonesia (4,2%). Entre estos países (o regiones) se repartieron más del 75% de las importaciones totales chinas, tal como queda relegado en la **Tabla n. 8** y el **Gráfico n.2**. En el caso de Estados Unidos, Brasil y Argentina, su alta participación en el total respondió principalmente a que entre los tres concentraron los envíos de protos de soja a China, tal como se señaló anteriormente.

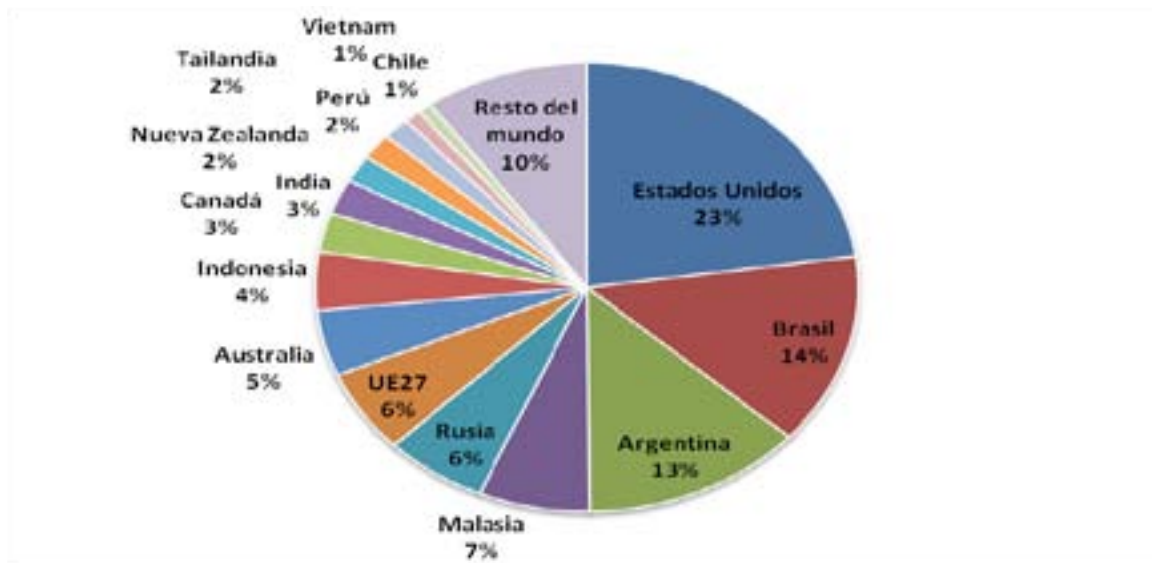
**Tabla 8. Principales Proveedores Agrícolas de China en 2006-2008 (en US\$ millones / CIF)**

Rango 2008	Origen	2006	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
	Total Mundo	46.049,77	46.486,89	61.714,69	100,0%	47,1%
1	Estados Unidos	7.716,48	9.792,48	14.548,65	22,8%	56,8%
2	Brasil	3.806,58	4.821,55	8.791,94	13,8%	82,3%
3	Argentina	2.410,28	5.166,01	8.424,99	13,2%	63,1%
4	Malasia	1.941,99	3.266,54	4.235,16	6,6%	29,7%
5	Rusia	3.256,17	4.145,95	3.887,10	6,1%	6,2%
6	UE 27 (*)	2.260,96	2.970,01	3.836,37	6,0%	29,2%
	Francia (**)	689,38	1.143,51	1.460,91	2,3%	27,8%
	Holanda	294,03	324,58	519,02	0,8%	59,9%
	Dinamarca	197,26	283,86	500,73	0,8%	79,2%
	Alemania	231,66	315,06	314,15	0,5%	-0,3%
	Reino Unido	215,28	227,43	222,56	0,3%	-2,1%
	Italia	81,71	115,42	152,55	0,2%	32,2%
	Irlanda			145,91	0,2%	N/A
	Bélgica	167,25	159,07	142,58	0,2%	-10,4%

Rango 2008	Origen	2006	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
	España	110,78	110,99	140,46	0,2%	26,6%
	Otros Miembros UE	272,81	290,08	229,49	0,4%	-20,9%
7	Australia	2.387,09	2.677,57	3.029,51	4,6%	13,1%
8	Indonesia	1.281,14	1.868,09	2.650,06	4,2%	41,8%
9	Canadá	817,34	1.262,69	1.804,96	2,8%	42,9%
10	India	1.160,56	1.293,89	1.610,51	2,5%	24,5%
11	Nueva Zelanda	827,26	984,85	1.266,85	2,0%	28,6%
12	Tailandia	1.291,09	1.353,44	1.202,26	1,9%	-11,2%
13	Perú	630,20	612,64	1.003,71	1,6%	63,0%
14	Vietnam	450,40	684,29	641,00	1,0%	-6,2%
15	Chile	322,72	401,81	550,13	0,9%	36,9%
	Resto del Mundo	5.122,05	5.216,91	6.240,09	9,8%	19,6%

Nota (\*): Las cifras de la Unión Europea para 2006 fueron ajustadas para incorporar las importaciones desde Bulgaria y Rumanía, que se convirtieron en Estados Miembros en 2007. Nota (\*\*): Las cifras de Francia incluyen a sus territorios de alta mar. Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China.

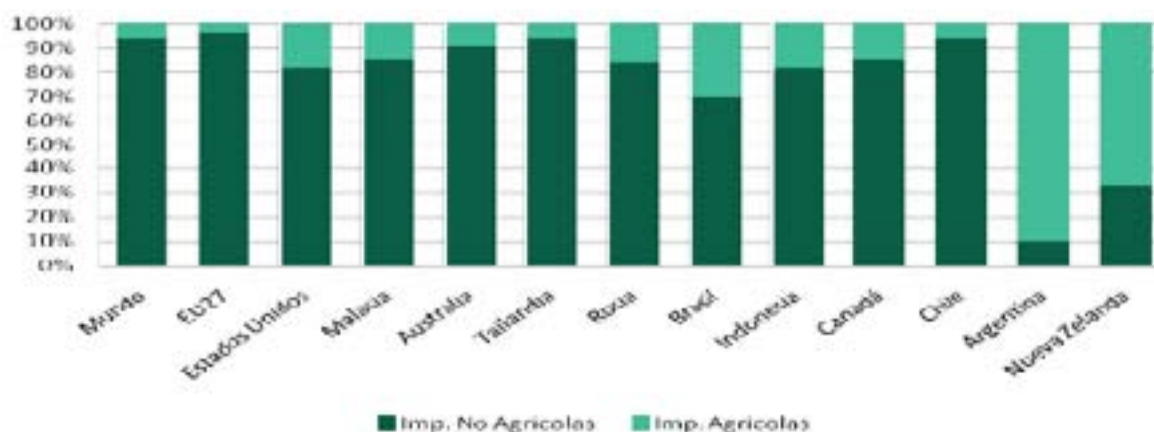
Gráfico n.2. Principales Proveedores Agrícolas de China en 2008 (en %)



Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

En relación a los principales proveedores agrícolas de China, se puede percibir que el componente agrícola en las importaciones desde Argentina y Nueva Zelanda fue muy elevado, ya que ascendió al 90% y 67% respectivamente en 2008. En cambio, la participación agrícola en lo importado desde los demás países fue sustancialmente menor: Brasil (29%); Indonesia, Estados Unidos, Rusia y Canadá (entre el 18% y 14%); y la Unión Europea, Tailandia y Chile (entre el 3% y 4%).



**Gráfico 3. Participación Agrícola en Total Importado desde cada País/Región**

Fuente: Elaboración propia, en base a datos de la Aduana de China, 2008.

## Especializaciones de los Principales Proveedores Agrícolas

Uno de los aspectos destacables de las importaciones agrícolas chinas es que para cada producto unos pocos proveedores se reparten la mayoría de los envíos. La **Tabla n.9**, a continuación, sintetiza la información más detallada en **Anexo I** que presenta los principales competidores extranjeros en el mercado chino respecto a una serie de productos seleccionados de interés comercial para nuestro país. De todas maneras, hay que resaltar que generalmente el principal competidor en el mercado chino, tanto para Argentina como para cualquier otro proveedor extranjero, es el propio productor local. En 2008, Argentina fue el primer proveedor de China de aceites de soja (27%) y girasol (95%); el segundo de carne de pollo (23%), tops de lana (19%), y vino a granel (17%); el tercero de porotos de soja (27%), frutillas congeladas (18%); y el cuarto de tabaco Virginia (6%) y jugo de uva (11%)<sup>15</sup>.

**Tabla n.9. Especializaciones de los Principales Exportadores en 2008**

Descripción	Origen (Part. % Valor)
Porotos de soja	Estados Unidos (39%), Brasil (34%) y Argentina (27%)
Harina de soja	India (98%)
Aceite de soja	Argentina (66%), Brasil (28%)
Aceite de colza	Canadá (90%)
Aceite de palma	Malasia (69%), Indonesia (30%)
Aceite de girasol	Argentina (95%)
Harina de pescado	Perú (62%), Chile (19%)
Pescado congelado	Rusia (43%), Estados Unidos (16%)
Trigo	Australia (58%), Japón (19%)
Azúcar	Cuba (59%), Corea del Sur (18%), India (14%)
Algodón	Estados Unidos (48%), India (28%), Uzbekistán (8%)
Tabaco Virginia	Brasil (59%), Zimbabwe (17%), Estados Unidos (13%)
Lana	Australia (77%), Nueva Zelanda (8%), Sudáfrica (4%)
Tops de lana	Uruguay (38%), Argentina (19%), Australia (12%)
Cuero	Brasil (18%), Italia (15%), Estados Unidos (10%)

<sup>15</sup> Los porcentajes corresponden a la participación argentina en el valor total importado por China.

Descripción	Origen (Part. % Valor)
Madera aserrada	Rusia (19%), Estados Unidos (18%), Tailandia (11%)
Troncos de madera	Rusia (49%), Gabón (8%), Papua Nueva Guinea (8%)
Leche	Nueva Zelanda (54%), Australia (22%), Estados Unidos (15%)
Suero lácteo	Francia (30%), Estados Unidos (26%), Holanda (10%)
Quesos	Nueva Zelanda (39%), Australia (22%), Estados Unidos (15%)
Carne aviar	Estados Unidos (74%), Argentina (23%)
Carne vacuna	Australia (65%), Uruguay (18%)
Carne de cerdo	Estados Unidos (60%), Francia (14%), Dinamarca (13%)
Uvas de mesa	Chile (48%), Estados Unidos (40%), Perú (11%)
Manzanas	Chile (46%), Estados Unidos (39%)
Naranjas	Estados Unidos (83%), Sudáfrica (8%)
Ciruelas	Chile (74%), Estados Unidos (26%)
Cerezas	Chile (89%), Estados Unidos (11%)

Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

## Principales Productos Agrícolas de Exportación

En 2008 China exportó productos agrícolas por U\$S 40.268 millones, lo cual representó un incremento del 5% respecto al año anterior. Las exportaciones agrícolas chinas relejan una gran dispersión de productos: los primeros 25 productos (ver **Tabla n. 10**) apenas representaron 36% del total del valor exportado, el resto se distribuyó en una amplia gama de productos por montos relativamente bajos. Esta situación contrastó fuertemente con el patrón de importaciones, en las que más el 78% se concentró en los 30 primeros productos.

Los principales productos de exportación se listan a continuación, destacándose: productos de la pesca congelados o en conserva (iletes de pescado, mariscos, anguilas), jugo de manzana, pasta de tomates, manzanas, frijoles, ajos, tripas de cerdo saladas, agua mineral, hongos, hortalizas secas, tabaco Virginia, etc.

**Tabla 10. Principales Productos Agrícolas Exportados por China en 2007-2008 (en U\$S millones / FOB)**

Rango 2008	Posición	Descripción	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
	<b>Total</b>		<b>36.657,57</b>	<b>40.267,80</b>		
1	03042990	Los demás filetes de pescado congelados	2.336,22	2.454,80	6,10%	5,10%
2	16052000	Camarones y langostinos, preparados o en conserva	1.071,89	1.133,30	2,80%	5,70%
4	20029010	Jugo de manzana (incluso mosto), sin fermentar, sin alcohol	1.243,65	1.170,50	2,80%	-9,20%
4	16059090	Los demás moluscos y otros acuáticos invertebrados, preparados o en conservas	802,91	865,80	2,20%	7,80%
5	20029010	Pasta de tomates preparada, excepto en vinagre, en conserva	541,38	787,10	2,00%	45,40%
6	08081000	Manzanas frescas	512,67	698,70	1,70%	36,30%
7	16041920	Preparaciones o conservas de tilapia (excepto picado)	460,57	681,60	1,70%	48,00%
8	07133390	Otros frijoles secos, incluso frijoles gusantes blancos, desvainados	370,67	599,30	1,50%	61,70%
9	07032010	Ajos, frescos o refrigerados	802,19	578,20	1,40%	-27,90%
10	05040011	Tripas de cerdo saladas	345,87	571,80	1,40%	65,30%

Rango 2008	Posición	Descripción	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
11	16041990	Las demás preparaciones o conservas de pescado (excepto pescado picado).	510,35	527,10	1,30%	3,30%
12	21069099	Las demás preparaciones alimenticias no incluidas ni comprendidas en otra parte	459,72	465,30	1,20%	1,20%
13	22019010	Agua natural	293,28	465,30	1,20%	58,70%
14	07108000	Otras hortalizas congeladas, no incluidas ni comprendidas en otra parte	407,64	461,40	1,10%	13,20%
15	20031011	Pequeños hongos del género Agaricus blancos preparados, excepto en vinagre, en conserva	474,76	477,70	1,00%	-0,60%
16	16041910	Las demás preparaciones o conservas de anguila de río (excepto anguilla picada)	573,84	360,60	0,90%	-37,20%
17	07129090	Las demás hortalizas secas	354,25	351,50	0,90%	-0,80%
18	24012010	Tabaco Virginia total o parcialmente desvenado o desnervado	282,22	332,10	0,80%	17,70%
19	17049000	Los demás artículos de confitería sin cacao	269,72	319,60	0,80%	18,50%
20	16023292	Otras preparaciones de carne de patas de pollo	347,22	318,00	0,80%	-8,40%
21	05051000	Plumas de las utilizadas para relleno, plumón	333,97	295,50	0,70%	-11,50%
22	10063000	Otro arroz semiblanqueado o blanqueado, incluso pulido o glaseado, molido o semimolido	291,80	247,50	0,60%	-15,20%
23	16023799	Las demás preparaciones de gallina, menudos de gallina o sangre	342,37	239,60	0,60%	-30,00%
24	10059000	Malz, excepto semillas	863,51	73,10	0,20%	-91,50%
25	10019090	Los demás trigo o morcajo	480,83	30,50	0,10%	-93,70%

Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China, 2007 y 2008.

## Principales Destinos de las Exportaciones Agrícolas

En 2008 los principales destinos para las exportaciones agrícolas chinas fueron los 19 países (la Unión Europea considerada como uno) que figuran en la **Tabla n. 11**, que en conjunto representaron casi el 87,5% del total exportado por China. Entre ellos se destacan: sus vecinos asiáticos (principalmente Japón, Corea del Sur, Hong Kong y la provincia de Taiwán), la Unión Europea, Estados Unidos, Rusia, los países del Sudeste asiático, Canadá y Australia. Con respecto a América Latina, México y Brasil fueron los principales destinos de las exportaciones agrícolas chinas en la región: U\$S 395 y U\$S 267 millones respectivamente.

**Tabla n. 11. Principales Destinos para las Exportaciones Agrícolas Chinas (2008)**

Rango 2008	Destino	U\$S millones (FOB)	Part. %
	Total	40.267,8	
1	Japón	7.718,4	19,2%
2	EU 27	6.441,5	16,0%
3	Estados Unidos	5.118,6	12,7%
4	Hong Kong	3.444,3	8,6%
5	Corea del Sur	3.181,3	7,9%
6	Rusia	1.441,9	3,6%
7	Malasia	1.188,5	3,0%
8	Indonesia	836,7	2,1%

Rango 2008	Destino	U\$S millones (FOB)	Part. %
9	Taiwán	743,5	1,8%
10	Tailandia	732,7	1,8%
11	Vietnam	713,5	1,8%
12	Canadá	658,6	1,6%
13	Australia	582,9	1,4%
14	Filipinas	554,7	1,4%
15	Singapur	448,8	1,1%
16	India	412,0	1,0%
17	México	395,2	1,0%
18	Emiratos Árabes	333,1	0,8%
19	Brasil	266,9	0,7%

Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China 2008.

## Exportaciones Agrícolas chinas a argentina

En el año 2008, China exportó a la Argentina productos agrícolas por un valor de U\$S 26,10 millones. A pesar de que las ventas se incrementaron en un 17% respecto al monto exportado en el año anterior, la cifra continúa siendo totalmente marginal en el total exportado por China a nuestro país (el 99% de las exportaciones chinas a nuestro país son no agrícolas).

Los productos agrícolas que lideran las exportaciones chinas hacia la Argentina son la pasta de tomate en conserva, las conservas de hongos blancos, el ajo seco, los concentrados de proteínas y sustancias proteicas texturadas, las cerdas de cerdo o jabalí, aditivos para la alimentación animal, entre otros. La **Tabla n. 12** lista los 20 principales productos exportados por China a la Argentina, identificados a 8 dígitos, que representaron casi el 82% del total exportado en el segmento agrícola a nuestro país.

**Tabla n.12. Exportaciones Chinas a Argentina (2007-2008) (en U\$S millones / FOB)**

Rango 2008	Posición	Descripción	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
	Total de exportaciones agrícolas chinas a Argentina		22,25	26,1		17,30
1	20031011	Hongos Agaricus blancos (excepto en vinagre), en envase hermético	3,88	3,96	15,20	2,09
2	20029010	Pasta de tomates preparada, excepto en vinagre, en conserva	6,43	3,15	12,07	-51,07
3	23099010	Aditivos de los tipos utilizados para la alimentación de los animales	1,03	2,63	10,08	155,08
4	05021010	Cerdas de cerdo o de jabalí	1,25	1,92	7,37	53,65
5	07129050	Ajo seco	1,83	1,67	6,41	-8,68
6	21061000	Concentrados de proteínas y sustancias proteicas texturadas	1,28	1,56	5,90	21,84
7	35057000	Coas a base de almidón, fécula, dextrina o demás almidones o féculas modificados	0,74	1,45	5,58	505,76
8	17049000	Los demás artículos de confitería sin cacao	0,79	0,91	3,51	15,66
9	07129090	Las demás hortalizas secas	0,61	0,79	3,04	29,68
10	21021000	Levaduras vivas	0,17	0,71	2,71	314,78
11	21069099	Las demás preparaciones alimenticias no incluidas ni comprendidas en otra parte	0,44	0,62	2,37	40,22

Rango 2008	Posición	Descripción	2007	2008	Part. % 2008	Var. % 2007-2008
12	18050000	Cacao en polvo sin adición de azúcar o edulcorante	0,31	0,49	1,88	58,29
13	17023000	Glucosa y jarabe de glucosa, sin fructosa o con un contenido de fructosa, Interior al 20 % en peso	0,36	0,46	1,77	27,87
14	07133190	Otras judías (porotos, alubias, frijoles, fréjoles) secas, desvalnadas	0,4	0,24	0,92	-40,20
15	20031019	Hongos preparados en conserva	0,21	0,20	0,75	-6,84
16	35051000	Dextrina y demás almidones modificados	0,24	0,18	0,70	-23,81
17	13023900	Los demás mucilagos y espesativos derivados de los vegetales	0,19	0,14	0,55	23,88
18	35040090	Las demás materias proteínicas y sus derivados, polvo de cueros y pieles	0,58	0,12	0,46	-79,53
19	07123910	Hongo Shitake	0,19	0,10	0,37	-49,02
20	09022090	Té verde no aromatizado en paquetes de más de 3 kg.	0,16	0,10	0,39	36,59
	Los demás		1,66	4,66	17,90	180,98

Fuente: Elaboración propia, a partir de datos de la Aduana de China.

Nota: para mayor información sobre el comercio agrícola de China con el mundo y comercio bilateral entre China y Argentina, se recomienda consultar asimismo:

Consejería Agrícola, Embajada Argentina en China, Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2007. Comercio Agrícola Argentina-China, DOC/CAP/005-2008, Agosto de 2008, disponible en: [www.agrichina.org](http://www.agrichina.org).

Consejería Agrícola, Embajada Argentina en China, Análisis del Comercio Agrícola Chino en 2006. Comercio Agrícola Argentina-China, DOC/CAP/007-2007, Abril de 2007, disponible en: [www.agrichina.org](http://www.agrichina.org).

Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, El Comercio de la Argentina con China, Julio 2009, disponible en: [www.cei.gov.ar](http://www.cei.gov.ar).

Centro de Economía Internacional, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, El Comercio de la Argentina con China, Febrero 2008, disponible en: [www.cei.gov.ar](http://www.cei.gov.ar).

## ANEXO I

### Principales Productos de Importación y Proveedores de china en 2007-2008

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Soja	<b>TOTAL</b>	<b>37.434.026</b>	<b>21.824,17</b>	<b>30.818.403</b>	<b>11.465,47</b>	<b>21,47</b>	<b>90,35</b>	
	Estados Unidos	15.430.058	8.436,37	11.569.542	4.231,42	33,37	99,37	38,66
	Brasil	11.653.148	7.284,25	10.582.819	3.890,84	10,11	87,22	33,38
	<b>Argentina</b>	<b>9.847.978</b>	<b>5.804,49</b>	<b>8.276.477</b>	<b>3.180,72</b>	<b>18,99</b>	<b>82,49</b>	<b>26,60</b>
Harina Soja	<b>TOTAL</b>	<b>202.296</b>	<b>89,96</b>	<b>104.912</b>	<b>33,14</b>	<b>92,82</b>	<b>171,45</b>	
	India	217.645	87,81	102.557	31,71	112,22	176,92	97,61
	Dinamarca	1.575	1,30	1.438	0,99	9,57	30,91	1,44
	Prov. Taiwán	380	0,36	440	0,23	-13,64	56,09	0,40

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Aceite de Soja	<b>TOTAL</b>	<b>2.585.679</b>	<b>3.333,83</b>	<b>2.821.853</b>	<b>2.145,51</b>	<b>-8,37</b>	<b>55,39</b>	
	Argentina	1.721.089	2.205,04	2.246.708	1.704,31	-23,40	29,38	66,14
	Brasil	688.633	922,20	403.464	314,58	70,68	193,15	27,66
	Estados Unidos	175.346	205,94	167.897	119,40	7,64	72,48	6,18
Aceite Colza	<b>TOTAL</b>	<b>269.839</b>	<b>355,28</b>	<b>374.595</b>	<b>304,90</b>	<b>-27,97</b>	<b>16,52</b>	
	Canadá	247.224	319,13	349.074	282,10	-29,18	13,13	89,83
	Holanda	6.494	10,67	0	0	n/a	n/a	3,00
	Francia	6.126	9,96	0	0	n/a	n/a	2,80
Aceite de Palma	<b>TOTAL</b>	<b>4.647.324</b>	<b>4.676,75</b>	<b>4.389.346</b>	<b>3.196,24</b>	<b>5,88</b>	<b>46,32</b>	
	Malasia	3.183.412	3.217,89	3.151.641	2.309,77	1,01	39,32	68,81
	Indonesia	1.429.448	1.410,59	1.166.902	837,59	22,50	69,37	30,33
	Tailandia	28.762	33,98	3.997	3,20	619,57	961,57	0,73
Aceite de Girasol	<b>TOTAL</b>	<b>5.087</b>	<b>4.481,562</b>	<b>67.577</b>	<b>47.542,532</b>	<b>-92,47</b>	<b>-90,57</b>	
	Argentina	5.000	4.254,251	64.600	45.021,599	-92,26	-90,55	94,93
	Japón	55	198,806	78	241,270	29,84	17,60	4,44
	Kazakhstan	27	13,670	421	210,570	-93,51	-93,51	0,31
Piensos Elaborados	<b>TOTAL</b>	<b>125.997</b>	<b>209,43</b>	<b>102.520</b>	<b>144,49</b>	<b>22,90</b>	<b>44,94</b>	
	Estados Unidos	67.967	84,71	49.471	53,05	37,39	56,85	39,74
	Francia	9.591	19,50	4.465	9,52	114,80	104,79	9,31
	Inglaterra	752	14,27	595	9,44	26,33	51,21	6,81
Harina de Pescado	<b>TOTAL</b>	<b>1.348.676</b>	<b>1.397,36</b>	<b>966.353</b>	<b>1.010,72</b>	<b>39,56</b>	<b>38,25</b>	
	Perú	876.338	862,87	516.557	526,22	69,65	63,98	61,75
	Chile	239.352	262,70	187.563	215,93	27,61	21,66	18,80
	Estados Unidos	76.978	99,72	72.163	88,80	6,67	12,30	7,14
Trigo	<b>TOTAL</b>	<b>43.059,30</b>	<b>14,80</b>	<b>100.517,40</b>	<b>28,71</b>	<b>-57,16</b>	<b>-48,45</b>	
	Australia	34.818,80	8,54	26.846,60	6,90	29,70	23,77	57,70
	Japón	3.829,40	2,87	5.869,50	2,96	-34,76	-2,87	19,41
	Corea del Sur	1.493,10	1,44	2.528,00	1,45	-40,94	-0,83	9,70

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Maíz	<b>TOTAL</b>	<b>50.024</b>	<b>13,08</b>	<b>35.429</b>	<b>6,91</b>	<b>41,19</b>	<b>89,24</b>	
	Laos	19.624	4,01	16.266	2,08	20,65	92,79	30,66
	Estados Unidos	5.697	3,49	3.848	1,60	48,04	118,86	26,70
	Myanmar	24.470	3,19	15.090	1,61	62,08	97,46	24,35

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Azúcar	<b>TOTAL</b>	<b>779.771</b>	<b>318,45</b>	<b>1.193.692</b>	<b>377,13</b>	<b>-34,68</b>	<b>-15,56</b>	
	Cuba	408.050	188,89	379.944	128,00	7,40	47,57	59,31
	Corea del Sur	130.670	57,38	160.590	64,21	-18,63	-10,64	18,02
	India	159.908	45,11	151.456	42,12	5,58	7,10	14,17
Algodón	<b>TOTAL</b>	<b>2.111.434</b>	<b>3.493,14</b>	<b>2.460.129</b>	<b>3.480,04</b>	<b>-14,17</b>	<b>0,38</b>	
	Estados Unidos	987.809	1.662,27	1.124.449	1.603,05	-12,15	3,09	47,59
	India	607.303	962,25	633.196	809,49	-4,09	10,67	27,55
	Uzbekistán	167.279	273,23	215.650	297,81	-22,45	-8,26	7,87
Tabaco Virginia	<b>TOTAL</b>	<b>101.707</b>	<b>684.254.438</b>	<b>82.706</b>	<b>465.829.087</b>	<b>22,97</b>	<b>46,89</b>	
	Brasil	59.341	405.410.832	47.065	240.470.206	26,08	62,51	59,25
	Zimbabwe	18.888	119.397.617	15.081	91.483.288	25,24	30,51	17,45
	Estados Unidos	12.791	95.049.216	8.177	58.485.427	56,42	62,52	13,89
	<b>Argentina</b>	<b>6.312</b>	<b>37.686.432</b>	<b>3.049</b>	<b>14.845.573</b>	<b>107,02</b>	<b>153,86</b>	<b>5,51</b>
	Zambia	3.455	21.541.654	4.415	25.937.974	-21,76	-16,95	3,15
	Sudáfrica	594	3.229.339	2.463	12.166.076	-75,88	-73,46	0,47
Manzanas frescas	<b>TOTAL</b>	<b>20.933</b>	<b>44.634.367</b>	<b>36.396</b>	<b>34.265.143</b>	<b>-42,49</b>	<b>30,26</b>	
	Chile	15.939	20.343.408	17.338	15.919.325	-8,07	27,79	45,58
	Estados Unidos	4.765	17.372.054	14.250	13.611.710	-66,56	27,63	38,92
	Nueva Zelanda	42.395	4.618.189	4.515	3.908.293	838,90	18,16	10,35
Naranjas frescas	<b>TOTAL</b>	<b>58.182</b>	<b>47.886.106</b>	<b>35.814</b>	<b>30.078.773</b>	<b>62,46</b>	<b>59,20</b>	
	Estados Unidos	48.186	39.804.616	27.569	23.695.722	74,78	67,99	83,17
	Sudáfrica	4.190	3.938.965	3.488	2.714.569	20,10	45,10	8,23
	Uruguay	3.777	2.111.874	1.540	1.395.727	112,75	51,51	4,41
	<b>Argentina</b>	<b>1.201</b>	<b>960.964</b>	<b>840</b>	<b>636.147</b>	<b>42,95</b>	<b>51,06</b>	<b>2,01</b>
	Prov. Taiwán	775	622.723	1.303	920.340	-40,51	-32,33	1,30
Frutillas congeladas	<b>TOTAL</b>	<b>12.368</b>	<b>22.349.124</b>	<b>11.850</b>	<b>19.715.098</b>	<b>4,38</b>	<b>13,36</b>	
	Chile	4.991	8.508.821	4.396	7.124.158	13,54	19,44	38,07
	Marruecos	3.546	6.724.362	4.426	7.403.948	-19,88	-0,18	30,09
	<b>Argentina</b>	<b>2.162</b>	<b>4.036.709</b>	<b>1.521</b>	<b>2.745.786</b>	<b>42,11</b>	<b>47,01</b>	<b>18,06</b>
	Egipto	1.148	2.138.868	702	1.103.230	63,54	93,87	9,57
	Perú	175	291.857	494	790.020	64,51	63,06	1,31
Uvas de mesa frescas	<b>TOTAL</b>	<b>51.611</b>	<b>94.707.464</b>	<b>42.775</b>	<b>63.129.647</b>	<b>20,66</b>	<b>50,02</b>	
	Chile	27.719	45.088.288	23.028	28.756.942	20,37	56,79	47,61
	Estados Unidos	17.782	38.341.671	13.775	24.898.990	29,09	53,99	40,48
	Perú	5.574	10.301.239	5.247	8.281.563	6,23	24,39	10,88

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Cerezas frescas	<b>TOTAL</b>	<b>3.344</b>	<b>22.119.504</b>	<b>611</b>	<b>2.059.586</b>	<b>446,93</b>	<b>973,98</b>	
	Chile	2.845	19.776.316	247	706.038	1.051,46	2.701,03	89,41
	Estados Unidos	499	2.341.240	360	1.333.964	38,71	75,51	10,58
Carne vacuna fresca y congelada	<b>TOTAL</b>	<b>4.243</b>	<b>18.072.558</b>	<b>3.639,27</b>	<b>14.198.731</b>	<b>16,60</b>	<b>27,28</b>	
	Australia	2.571	14.437.893	2.172,47	11.290.840	18,35	27,87	79,89
	Uruguay	1.464	3.188.004	920,37	2.124.711	59,09	50,04	17,64
	Nueva Zelanda	173	279.576	217,22	203.039	-20,52	-1,22	1,55
	Brasil	33	144.699	329	494.931	-89,87	-70,76	0,00
Carne cerdo	<b>TOTAL</b>	<b>372.940</b>	<b>523.384.639</b>	<b>85.705,17</b>	<b>123.149.473</b>	<b>335,14</b>	<b>325,00</b>	
	Estados Unidos	176.483	312.295.142	38.088,70	70.119.784	363,35	345,37	59,67
	Francia	72.871	71.394.471	15.662,01	16.094.608	365,27	343,59	13,04
	Dinamarca	76.065	70.410.421	9.778,83	9.382.197	677,86	650,47	13,45
	Canadá	42.119	63.778.662	21.707	26.841.990	94,03	135,75	12,09
	Irlanda	4.601	4.186.276	299,44	217.332	1.436,66	1.826,21	0,80
Carne aviar	<b>TOTAL</b>	<b>799.481</b>	<b>1.047,22</b>	<b>785.673</b>	<b>928,11</b>	<b>1,76</b>	<b>12,83</b>	
	Estados Unidos	584.330	776,64	520.168	599,25	12,33	29,60	74,16
	Argentina	192.253	240,08	102.090	134,22	88,32	78,87	22,93
	Chile	12.372	16,96	0	0	n/a	n/a	1,62
Pescado congelado	<b>TOTAL</b>	<b>1.805.240</b>	<b>2.736,04</b>	<b>1.816.379</b>	<b>2.634,76</b>	<b>-0,61</b>	<b>3,84</b>	
	Rusia	716.087	1.177,28	725.884	1.272,67	-1,35	-7,50	43,03
	Estados Unidos	211.631	427,07	222.906	401,91	-5,06	6,26	15,61
	Holanda	171.138	172,66	112.170	82,77	8,00	108,60	6,31
Leche	<b>TOTAL</b>	<b>101.783</b>	<b>401.257.858</b>	<b>99.096</b>	<b>325.871.709</b>	<b>2,71</b>	<b>23,13</b>	
	Nueva Zelanda	50.955	216.885.161	71.905	223.901.524	-29,13	-3,13	54,05
	Australia	24.558	89.348.161	12.481	45.974.609	96,76	94,34	22,27
	Estados Unidos	16.492	58.317.405	6.543	26.667.817	152,03	118,68	14,53
	Francia	3.376	14.451.571	1.823	6.359.573	85,21	127,24	3,60
	India	2676,9	9.478.608	660	1.889.318	305,90	401,69	2,36
	Canadá	1.278	3.835.693	1.220	4.339.189	4,74	-11,60	0,96
	Holanda	254	820.932	272	828.258	-6,81	-0,88	0,20
	Argentina	16	119.100	13	54.008	18,29	120,52	0,03



Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (US\$ 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (US\$ millones)	Vol.	Valor	
Quesos	<b>TOTAL</b>	<b>13.904</b>	<b>73.827.072</b>	<b>13190,02</b>	<b>53.796.025</b>	<b>5,42</b>	<b>37,24</b>	
	Nueva Zelanda	6.233	29.063.502	5.424,87	19.070.786	14,89	52,40	39,37
	Australia	3.432	16.472.349	4.417,50	16.059.450	22,31	2,57	22,31
	Estados Unidos	1.990	11.106.985	1.193,24	6.268.646	67,46	77,89	15,15
	Francia	445	4.707.532	293,27	2.785.013	51,74	69,03	6,38
	Alemania	401	2.447.471	530,17	2.375.231	-24,32	3,04	3,32
	Italia	216	2.290.312	170,76	1.616.633	76,32	41,67	3,10
	Dinamarca	166	1.590.395	148,52	1.056.775	11,48	50,50	2,15
	Uruguay	175	861.564	240,01	761.522	27,09	13,14	1,17
	Argentina	175	851.259	19,06	56.036	818,40	1.419,13	1,15
Suero lácteo	<b>TOTAL</b>	<b>213.134</b>	<b>312.133.310</b>	<b>167.584</b>	<b>319.473.708</b>	<b>27,18</b>	<b>-2,30</b>	
	Francia	50.322	93.017.651	47.168	95.904.516	6,69	-3,01	29,80
	Estados Unidos	90.456	80.631.560	49.723	73.428.579	81,92	9,81	25,83
	Holanda	13.660	32.210.463	11.236	25.875.055	21,57	24,48	10,32
	Alemania	9.747	14.804.683	7.992	14.848.132	21,95	-0,29	4,74
	Argentina	2.817	6.051.294	5.046	8.712.756	-44,17	-30,55	1,94
Lana	<b>TOTAL</b>	<b>285.355</b>	<b>1.698,47</b>	<b>310.881</b>	<b>1.793,02</b>	<b>-8,21</b>	<b>-5,27</b>	
	Australia	173.307	1.305,17	194.012	1.418,25	-10,67	-7,97	76,84
	Nueva Zelanda	39.840	137,71	34.098	112,09	16,84	22,86	8,11
	Sudáfrica	10.303	68,15	8.146	56,05	26,48	21,59	4,01
Tops de Lana	<b>TOTAL</b>	<b>19.474</b>	<b>103,68</b>	<b>21.159</b>	<b>112,19</b>	<b>-7,96</b>	<b>-7,59</b>	
	Uruguay	9.387	39,29	9.862	38,95	-4,81	0,87	37,90
	Argentina	4.253	19,76	1.865	8,05	128,03	145,59	19,06
	Australia	1.782	12,53	3.239	23,07	-44,97	-45,69	12,09
Cuero	<b>TOTAL</b>	<b>801.727</b>	<b>1.975,17</b>	<b>887.668</b>	<b>2.335,65</b>	<b>-9,68</b>	<b>-15,43</b>	
	Brasil	140.124	362,07	183.192	475,50	-23,51	-23,85	18,33
	Italia	153.701	305,72	152.294	346,96	0,92	-11,89	15,48
	Estados Unidos	67.433	192,09	87.828	252,28	-23,22	-23,86	9,73
Madera Aserrada	<b>TOTAL</b>	<b>7.092</b>	<b>2.023,41</b>	<b>6.499</b>	<b>1.765,48</b>	<b>9,12</b>	<b>14,61</b>	
	Rusia	1.968	384,36	1.586	257,81	24,14	49,09	19,00
	Estados Unidos	1.043	373,81	1.073	374,50	-2,84	-0,18	18,47
	Tailandia	791	225,48	694	196,86	13,87	14,54	11,14

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (U\$S 2008)
		Volumen (ton.)	Valor CIF (U\$S millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (U\$S millones)	Vol.	Valor	
Troncos de madera	<b>TOTAL</b>	<b>29.570</b>	<b>5.181,34</b>	<b>37.089</b>	<b>5.349,26</b>	<b>-20,27</b>	<b>-3,14</b>	
	Rusia	18.665	2.560,20	25.396	2.705,25	-26,50	-5,36	49,41
	Gabón	1.077	414,89	1.150	395,58	-6,36	4,88	8,01
	Papúa N. Guinea	2.230	413,30	2.341	414,75	-4,75	-0,35	7,98
Vino en botella	<b>TOTAL</b>	<b>57.617.036</b>	<b>276.307.400</b>	<b>42.337.976</b>	<b>184.132.019</b>	<b>36,09</b>	<b>50,06</b>	
	Francia	22.945.458	126.938.997	15.517.251	82.727.370	47,87	53,44	45,94
	Australia	11.628.067	54.888.880	8.783.927	36.461.933	32,38	50,54	19,87
	Italia	5.053.292	21.612.330	5.113.181	17.873.675	-1,17	20,92	7,82
	Chile	4.206.324	14.395.433	2.646.432	8.491.271	58,94	69,53	5,21
	Estados Unidos	3.867.322	14.764.441	2.358.539	8.589.790	63,97	71,88	5,34
	España	3.140.280	11.996.590	3.399.425	12.447.929	-7,62	-3,63	4,34
	Argentina	1.527.657	5.077.472	972.202	2.583.217	57,13	96,56	1,84

Producto (*)	Principales Proveedores (**)	Ene. a Dic. de 2008		Ene. a Dic. de 2007		Variación (%)		Part. % (U\$S 2008)
		Volumen (lit.)	Valor CIF (U\$S millones)	Volumen (ton.)	Valor CIF (U\$S millones)	Volumen	Valor	
Vino a granel	<b>TOTAL</b>	<b>105.660.203</b>	<b>84.177.488</b>	<b>105.106.104</b>	<b>60.498.960</b>	<b>0,53</b>	<b>39,14</b>	
	Chile	47.979.990	47.634.146	71.661.871	48.053.353	-33,05	12,04	50,65
	Argentina	25.170.466	13.896.423	1.464.008	619.490	1619,28	2143,20	16,51
	España	10.792.181	6.137.575	9.745.732	4.542.671	10,74	35,11	7,29
	Francia	5.413.331	6.653.114	4.700.704	4.193.929	14,96	58,64	7,90
	Italia	5.016.995	3.875.838	2.275.203	1.586.099	120,51	144,36	4,60
	Estados Unidos	4.530.009	4.425.971	3.022.873	2.270.852	49,86	94,90	5,26
Jugo de uva	<b>TOTAL</b>	<b>4.329.014</b>	<b>7.829.750</b>	<b>4.148.500</b>	<b>6.130.197</b>	<b>4,35</b>	<b>27,72</b>	
	España	1.956.365	3.567.010	1.768.680	2.445.167	10,61	45,88	45,56
	Estados Unidos	818.236	1.864.941	1.086.140	2.057.040	-24,67	-9,34	23,82
	Chile	514.429	1.002.453	262.017	406.965	96,33	146,32	12,80
	Argentina	729.580	827.707	536.399	577.385	36,01	43,35	10,57
	Canadá	137.373	278.455	61.348	137.586	123,92	102,39	3,56
	Italia	62.675	173.693	198.929	352.203	-68,49	-50,68	2,22

Nota (\*): las cifras en la tabla son solamente para referencia. Cada grupo de productos puede abarcar varias posiciones arancelarias.

Nota (\*\*): se seleccionaron los principales exportadores a China; en ciertos casos se hizo una selección de los más representativos entre los proveedores menos importantes. Fuente: Elaborado en base a datos publicados por MOFCOM en Informe de Estadísticas de importaciones y Exportaciones Mensuales de China: productos agrícolas de diciembre de 2008 y datos de la Aduana de China.



# Nuevo Marco Regulatorio para la Importación de Piensos de China

## Nota Explicativa

1. La Administración General de Supervisión de Calidad, Inspección y Cuarentena (AQSIQ) de la República Popular China promulgó el 20 de julio pasado el Decreto N. 118 sobre las **Medidas Administrativas de Supervisión y Gestión por la Inspección y Cuarentena de los Piensos y Aditivos para Piensos Importados y de Exportación**, el cual entró en vigencia el 1 de septiembre de 2009.<sup>1</sup> El Decreto tiene por objeto regular, sobre la base de la gestión de riesgos, i) la supervisión y gestión de la inspección y cuarentena de la importación y exportación de piensos y aditivos para piensos; ii) asegurar el nivel de inocuidad de los productos que se importen y exporten y la trazabilidad de los mismos; y iii) proteger la salud de los animales y seres humanos.

**2. Contexto.** Tanto la sanción de la nueva *Ley de Inocuidad de Alimentos* en febrero de 2009 por la Asamblea Nacional Popular,<sup>2</sup> que no se aplica a los productos destinados a la alimentación animal, como este Decreto del AQSIQ, se inscriben en un contexto en el cual el gobierno chino intenta enviar un mensaje político muy fuerte a los consumidores chinos y a los países que importan productos alimenticios desde China, respecto a la seriedad de las acciones que está tomando para garantizar la inocuidad de los alimentos que se producen y consumen en el país y que se exportan al mundo. Se recuerda que la confianza en su sistema de control se vio seriamente cuestionada luego de los escándalos con productos adulterados, tales como los alimentos para mascotas contaminados con melamina exportados a Estados Unidos en 2007 o la leche materna y otros productos lácteos también contaminados con melamina descubiertos en septiembre de 2008.

**3. Ámbito de aplicación.** El Decreto se aplica a la importación, exportación y tránsito internacional de piensos y aditivos para piensos (Artículo 2). Sin embargo, la norma no se aplica a los piensos y aditivos para piensos que se produzcan en China para ser comercializados en su propio mercado interno.

El Artículo 69 precisa el ámbito de aplicación material al listar los productos comprendidos. En general, la norma alcanza a los productos y materias primas que se plantan, crían, procesan o producen para alimentar animales. También se aplica a los aditivos para piensos, incluidas las sustancias nutricionales y premezclas de aditivos para pienso; pero se excluye expresamente a los aditivos de uso veterinario (Artículo 2).<sup>3</sup>

En particular, quedan comprendidos: i) los alimentos para mascotas y productos para que mastiquen los perros; ii) pasto y cereales para forraje, proteínas vegetales procesadas y harinas vegetales; iii) piensos compuestos; iv) productos animales frescos y productos acuáticos para la alimentación animal, animales utilizados para cebos; v) proteína animal procesada y grasa, tales como polvos de carnes, harinas de carnes, huesos y sangre, harina de pescado y camarones, aceite y grasa de pescado, suero lácteo en polvo, huevo en polvo, etc.

1 Proyecto notificado al Comité de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias de la Organización Mundial de Comercio (OMC) el 15 de mayo de 2008 (G/SPS/N/CHN/109). Si bien el Decreto n. 118 fue promulgado en una sesión del AQSIQ el 23 de febrero de 2009, el texto del mismo recién fue dado a conocer el 20 de julio del mismo año. Véase traducción disponible al inglés en página web de la Consejería Agrícola en Pekín: <[www.agrichina.org](http://www.agrichina.org)> (en Sección Regulaciones / Piensos).

2 Véase Nota Explicativa sobre la Ley de Inocuidad de Alimentos de China, publicada por la Consejería Agrícola de la Embajada Argentina en la R. P. China (DOC/CAP/005-2009, junio de 2009).

3 La Notificación del AQSIQ n. 372/2009, del 24 de agosto de 2009, dirigida a los CIQs (véase Anexo I) recuerda que para estos productos se aplica el Reglamento de la R. P. China para la Administración de Drogas Veterinarias (<[http://www.agri.gov.cn/zcfg/nyfg/t20060123\\_540898.htm](http://www.agri.gov.cn/zcfg/nyfg/t20060123_540898.htm)>).

**4. Gestión de riesgo.** En la sección sobre disposiciones generales, el Decreto dispone que el AQSIQ deberá implementar gestión de riesgo respecto a la importación y exportación de piensos, incluyendo la clasificación de los productos por tipos de riesgos; clasificación de las empresas nacionales y extranjeras según el riesgo de los productos que producen y comercializan y los antecedentes de las mismas; vigilancia y alertas de riesgos y otras medidas basadas en el análisis de riesgo (Artículo 4). En base al tipo de riesgo y al tipo de empresa, las oficinas de inspección y cuarentena locales dependientes del AQSIQ (CIQs) aplicarán diversas modalidades de control (Artículos 5 y 6). También en base al análisis de riesgo se permitirá o no la exportación a China desde determinados orígenes (Artículo 7).

**5. Interés para exportadores argentinos.** El Decreto n. 118/2009 del AQSIQ tiene básicamente dos partes principales: una relativa a los productos que se importen en China (Cap. III) y otra a los productos que China exporte (Cap. IV). Teniendo en cuenta el interés exportador de Argentina, se resaltan los siguientes aspectos del Decreto relativos a los productos importados: i) la obligación de registro de los establecimientos extranjeros que desean exportar a China; ii) la obligación de registro de los importadores de piensos; iii) las modalidades de inspección en frontera de los productos importados; iv) las causales para descalificar los productos importados que no cumplen con la normativa aplicable y las medidas correctivas; y v) las medidas a adoptar en caso que se detecten incidentes que involucren a productos importados. En **Anexo I** se desarrollan cada uno de estos puntos. Además, en **Anexo II** se listan los productos que Argentina está en condiciones de exportar a China y la situación respecto al registro de establecimientos.

**6. Marco normativo para piensos y aditivos para piensos importados.** La importación de piensos y aditivos para piensos en China está regulada por dos organismos, el Ministerio de Agricultura (MOA) y el AQSIQ; además son aplicables cuatro conjuntos normativos:

- El AQSIQ establece, en virtud del Decreto n. 118/2009, un **sistema de registro de establecimientos extranjeros productores que exporten a China piensos y aditivos para piensos y regula el control de la importación de dichos productos**.
- El Ministerio de Agricultura (MOA) gestiona un **sistema de registro de productos (piensos y aditivos para piensos importados) para permitir la comercialización de los mismos en China**, establecido por el *Reglamento de Administración de Piensos y Aditivos para Piensos* (Decreto n. 266/1999 del Consejo de Estado, modificado por el Decreto n. 327/2001) y las *Medidas Administrativas para el Registro de Piensos y Aditivos para Piensos Importados* (promulgadas por el Decreto n. 38/2000 y modificadas por el Decreto n. 38/2004).<sup>4</sup>
- Además, son aplicables, entre otras normas, los siguientes **reglamentos técnicos** con disposiciones de cumplimiento obligatorio: GB 13078-2001 – *Norma higiénica para piensos*<sup>5</sup> y GB 10648-1999 – *Norma sobre etiquetado de piensos*.<sup>6</sup>
- También deberá tenerse en cuenta la normativa sobre **transgénicos agrícolas** para el caso que el producto que se desea exportar a China contenga ingredientes transgénicos. En particular, el exportador deberá: i) asegurarse que los eventos transgénicos en cuestión han sido aprobados en China (ver el listado del MOA de variedades transgénicas aprobadas en China); y ii) obtener un “Certificado de Bioseguridad (comercial)” ante la Dirección de Bioseguridad de Productos Agrícolas Transgénicos del Ministerio de Agricultura de China (MOA).

<sup>4</sup> Véase Manual de Procedimientos de Registro de Piensos del Ministerio de Agricultura (MOA), traducción realizada por la Consejería Agrícola de la Embajada Argentina en la R. P. China (DOC/CAP/007-2008 Rev. 1, noviembre de 2008).

<sup>5</sup> Traducción al inglés disponible: véase USDA GAIN Report CH6084.

<sup>6</sup> Traducción al inglés disponible: véase USDA GAIN Report CH2040.

Por su parte, el importador deberá: i) obtener la aprobación del MOA de las etiquetas del producto en cuestión; y ii) declarar al AQSIQ los OGMs agrícolas que se pretenden importar y realizar los trámites ante el mismo organismo relacionados con la inspección de cuarentena en el punto de ingreso.<sup>7</sup>

**Aviso:** La información del presente trabajo es pública y no tiene limitaciones de uso, sólo se solicita citar la fuente. © Consejería Agrícola (SAGPyA), Embajada Argentina en la República Popular China. República Argentina, 2009. Las traducciones disponibles de las normas e informes mencionados pueden ser consultadas en la página web de la Consejería Agrícola: [www.agrichina.org](http://www.agrichina.org) (Sección Regulaciones / Piensos)

**Para mayor información, contactar:**

Consejería Agrícola (SAGPyA)  
 Embajada Argentina en la República Popular China  
 Tel: +86-10-6532-0789-90, ext. 10  
 Fax: +86-10-6532-0270  
 Email: [odarda@agrichina.org](mailto:odarda@agrichina.org)  
[www.agrichina.org](http://www.agrichina.org)

**ANEXO I**

**Consideraciones Específicas Respecto a los Productos Importados**

**1. Implementación del Decreto n. 118/2009**

El proceso de reglamentación del Decreto n.118/2009 se encuentra en curso, razón por la cual el AQSIQ ha publicado algunas normas complementarias. Se proporciona a continuación un listado indicativo de las mismas y se sugiere a los interesados verificar la última información disponible con los importadores antes de realizar una operación comercial.

*Notificación del AQSIQ n. 372/2009, del 24 de agosto de 2009, dirigida a los CIQs sobre la Implementación de las Medidas Administrativas de Supervisión y Gestión por la Inspección y Cuarentena de los Piensos y Aditivos para Piensos Importados y de Exportación,<sup>8</sup>*

*Comunicado del AQSIQ n. 79/200, del 27 de agosto de 2009, Métodos para la Clasiicación de Riesgo, Inspección y Cuarentena de Importación y Exportación de Piensos y Aditivos para Piensos.<sup>9</sup>*

7 Para mayor información, véanse Nota Explicativa sobre Normativa sobre Importación de Productos Agrícolas Transgénicos, elaborada por la Consejería Agrícola de la Embajada Argentina en China (DOC/CAP/008-2007, Abril 2007).

8 Fuente: <[http://dzwjyjs.aqsiq.gov.cn/rdgz/200908/t20090828\\_125350.html](http://dzwjyjs.aqsiq.gov.cn/rdgz/200908/t20090828_125350.html)>. Véase traducción disponible al inglés en página web de la Consejería Agrícola en Pekín: <[www.agrichina.org](http://www.agrichina.org)> (en Sección Regulaciones / Piensos).

9 Fuente: <[http://www.aqsiq.gov.cn/zwgk/jlgg/zjgg/2009/200908/t20090831\\_125581.htm](http://www.aqsiq.gov.cn/zwgk/jlgg/zjgg/2009/200908/t20090831_125581.htm)>.

*Reglamento para la verificación de etiquetas de piensos y aditivos para piensos importados (Anexo I a la Notificación del AQSIQ n. 372/2009), del 31 de agosto de 2009;*<sup>10</sup>

*Listado de países y regiones autorizados a exportar piensos, aditivos de piensos y productos correspondientes (hasta el 1 de septiembre de 2009), del 31 de agosto de 2009;*<sup>11</sup>

## 2. Listado de países exportadores

El AQSIQ deberá realizar el análisis de riesgo de los países o regiones que quieran exportar por primera vez piensos a China o una inspección de revisión de los países o regiones que han exportado o están exportando piensos a China, especialmente de los sistemas respectivos de control sanitario y de la inocuidad de los piensos que exportan. De acuerdo a los resultados de dicho análisis de riesgo o de la inspección de revisión, el AQSIQ formulará, ajustará y publicará la lista de los países y regiones aprobadas para exportar a China, como así también las categorías de piensos que pueden exportarle. (Artículo 7)

Implementación: el AQSIQ publicó el 31 de agosto de 2009 un listado actualizado de países exportadores y los productos que pueden exportar a China cada uno de ellos. *Véase seguidamente traducción de la sección correspondiente a Argentina en Anexo II.*

## 3. Registro de establecimientos extranjeros que exporten a China

El AQSIQ implementará un sistema de registro de los productores de piensos de los países y regiones aprobados para exportar a China. Los productos importados deberán provenir de dichos establecimientos registrados (Artículo 10).

Los productores extranjeros deberán cumplir con la normativa aplicable del país exportador y con los requerimientos equivalentes establecidos en la normativa china. La autoridad sanitaria del país exportador recomendará al AQSIQ los establecimientos aprobados de ese país interesados en exportar a China (Artículo 11). El AQSIQ analizará la información de cada establecimiento y, en consulta con las autoridades del país exportador, podrá enviar un grupo de expertos para que inspeccione *in situ* el sistema de control sanitario de la producción de piensos del país exportador, que incluirá la visita a algunos de los establecimientos recomendados. En principio, como se trata de un sistema de "pre-listing", la inspección de establecimientos tendrá un carácter selectivo. El AQSIQ publicará en su página web las empresas del país exportador habilitadas a exportar a China (Artículo 12)

El registro de las empresas extranjeras tendrá una validez de 5 años, con la posibilidad de ser renovado con un aviso previo de seis meses a la fecha de vencimiento. Asimismo, la autoridad sanitaria del país exportador deberá comunicar al AQSIQ cualquier cambio que sobrevenga que afecte a los establecimientos registrados. (Artículos 13 y 14)

<sup>10</sup> Fuente: <<http://dzwjyjs.aqsiq.gov.cn/rdgz/200908/P020090831542132006231.doc>>.

<sup>11</sup> Fuente: <<http://dzwjyjs.aqsiq.gov.cn/rdgz/200908/P020090831558519848172.xls>>. Véase traducción disponible al castellano de la sección correspondiente a Argentina en Anexo II.

Implementación: 1) La Notificación del AQSIQ n. 372 del 24 de agosto de 2009 dispone que el AQSIQ publicará el listado de países y regiones autorizados a exportar piensos a China e implementará gradualmente el registro de establecimientos productores y procesadores de piensos del extranjero. Mientras se organiza el registro, los productos de los países autorizados a exportar piensos a China podrán seguir siendo exportados, pero si ya hay un listado de establecimientos registrados del país en cuestión, los productos sólo podrán provenir del mismo.

2) El AQSIQ no requiere que empresas del extranjero en forma individual los contacten para el registro; ya que sólo trabaja con las autoridades sanitarias de los países exportadores. Por lo tanto, los productores argentinos interesados en exportar a China los productos cubiertos por la norma deberán contactar al SENASA para que éste, a su vez, lo comuniquen oficialmente al AQSIQ. 3) Las empresas argentinas productoras de alimentos para mascotas ya se encuentran registradas por el AQSIQ. En cuanto a los productores argentinos de los demás productos, se recomienda que se informen ante SENASA.

#### 4. Inspección y cuarentena de los productos importados

El importador o su agente deberá tramitar ante los CIQs el *Permiso de Inspección y Cuarentena para el Ingreso de Animales y Vegetales* para los productos que desea importar, con anterioridad o al momento de realizar la importación de los mismos, proporcionando la documentación necesaria listada en el Artículo 16, incluyendo la copia del *Certificado de Registro para la Importación de Piensos y Aditivos para Piensos* (expedido oportunamente por el Ministerio de Agricultura)<sup>12</sup> (Artículo 16).

Los CIQs realizarán la inspección y cuarentena de los piensos importados sobre la base de: i) la normativa china sobre piensos y aditivos para piensos; ii) los acuerdos bilaterales, protocolos y memorandos con otros países; iii) los requisitos especificados en el *Permiso de Inspección y Cuarentena para el Ingreso de Animales y Vegetales*. (Artículo 17)

La inspección en frontera por parte de los CIQs de los piensos importados constará de los siguientes pasos: i) verificación documental; ii) verificación del etiquetado; y iii) verificación sensorial, que podrá incluir la toma de muestras y el envío de las mismas al laboratorio. (Artículos 18 y 21)

Los productos importados podrán ser descalificados por la autoridad sanitaria en frontera en cualquiera de las siguientes circunstancias (Art. 19):

- El producto proviene de un país no incluido en la lista de países autorizados a exportar a China;
- El producto proviene de una empresa extranjera no registrada en China;
- El producto no se encuentra registrado en China (ante el MOA), por más que sea exportado por una empresa registrada;
- El producto no cumple con la normativa aplicable al mismo;
- La etiqueta del producto no cumple con la norma pertinente y no puede ser rectificada;
- El producto tiene su fecha de caducidad vencida.
- Si se encuentran que contienen tierra, cadáveres o excrementos de animales u otros organismos perjudiciales y el mismo no puede ser recuperado.

<sup>12</sup> Véase Manual de Procedimientos de Registro de Piensos del Ministerio de Agricultura (MOA), traducción realizada por la Consejería Agrícola de la Embajada Argentina en la R. P. China (DOC/CAP/007-2008 Rev. 1, noviembre de 2008)



La autoridad sanitaria en frontera emitirá un *Certiicado de Inspección y Cuarentena para Productos Importados* que superen los controles pertinentes y permitirá que puedan ser comercializados en el mercado interno. Por el contrario, si se trata de productos descalificados, emitirá una *Notiicación* al importador o su agente, y éste deberá desinfectarlos, devolverlos o destruirlos, según el caso. Sólo se permitirá el ingreso de productos debidamente desinfectados. El CIQ interviniente notiicará al AQSISQ los casos de productos descalificados. (Artículo 22).

Implementación: el *Comunicado del AQSISQ n. 79/200, del 27 de agosto de 2009, sobre Métodos para la Clasiicación de Riesgo, Inspección y Cuarentena de Importación y Exportación de Piensos y Aditivos para Piensos*, listas las categorías de riesgo y sus correspondientes productos y métodos de inspección. La Notiicación del AQSISQ n. 372 del 24 de agosto de 2009 dispone que los piensos clasiicados en las categorías I y II deben solicitar el *Permiso de Inspección y Cuarentena para el Ingreso de Animales y Vegetales*.

## 5. Etiquetado de los productos importados

El envase de los piensos y aditivos para piensos importados deberá llevar una etiqueta en chino mandarín, cumpliendo con la normativa aplicable. En caso que se trate de piensos importados a granel, la empresa importadora deberá empacar y etiquetar los productos en el lugar indicado por el CIQ interviniente antes del ingreso de los mismos. En cambio, podrán ser exceptuados de etiquetados los productos a granel que se entreguen directamente a las empresas destinatarias para la producción de piensos. (Artículo 25).

Implementación: la Notiicación del AQSISQ n. 372 del 24 de agosto de 2009 dispone que todos los CIQs comenzarán a inspeccionar y veriicar las etiquetas de piensos importados a partir del 1 de septiembre de 2009, sobre la base del *Reglamento para la veriicación de etiquetas de piensos y aditivos para piensos importados (Anexo I a la Notiicación del AQSISQ n. 372/2009)*.

Los CIQs tomarán nota de los datos de los productos que no cumplan con la normativa sobre etiquetado aplicable a piensos importados. Los importadores deberán comprometerse a tomar las medidas correctivas a in de asegurar que a partir del 28 de febrero de 2010 los productos en cuestión cumplirán la normativa sobre etiquetado pertinente. A partir del primero de marzo de 2010, si los productos importados llevan una etiqueta que no cumple los requisitos correspondientes, serán transportados al local designado por los CIQs para que se adopten las medidas correctivas que correspondan.

Si bien el *Reglamento para la veriicación de etiquetas de piensos y aditivos para piensos* parecería ser una guía de trabajo para los CIQs, es posible que contenga requisitos adicionales a la normativa existente (GB 13078-2001, GB 10648-1999 y GB/T 10647-1989). En caso de conflicto, prevalecerá la normativa nacional sobre el presente Reglamento.

## 6. Registro de importadores

Los CIQs deberán implementar un sistema de registro de importadores de piensos (“empresas importadoras”) (Artículo 26). Estas empresas importadoras, además de registrarse ante la autoridad sanitaria para operar, deberán llevar un registro de todas las operaciones de importación que realicen, incluyendo datos el origen del producto, nombre y número de registro de la empresa extranjera exportadora e información sobre la distribución del mismo en el mercado interno. Los importadores deberán conservar sus registros durante dos años (Artículo 27). Los CIQs realizarán controles regulares sobre las empresas importadoras y anotarán las empresas descalificadas en el listado correspondiente (Artículo 28).

Implementación: la Notificación del AQSIQ n. 372 del 24 de agosto de 2009 dispone que los CIQs deberán informar antes del 31 de diciembre de 2009, y luego semestralmente al AQSIQ, el listado de importadores de piensos registrados, incluyendo sus datos y categorías de piensos que importan.

## 7. Incidentes con productos importados

Si los productos importados se encuentran involucrados en incidentes en el extranjero relativos a la inocuidad de los mismos, o si las autoridades sanitarias chinas o los usuarios chinos de los productos importados en cuestión reportan incidentes de esa naturaleza, los CIQs tomarán medidas para rastrear los productos y podrán ordenar a la empresa importadora que proporcione información pertinente y retire todos los productos del mercado. En caso de oponerse, la autoridad sanitaria sancionará a la empresa en cuestión y agregará su nombre al listado de empresas incumplidoras. (Artículo 27)

Implementación: la Notificación del AQSIQ n. 372 del 24 de agosto de 2009 dispone que los CIQs deberán informar en tiempo oportuno al AQSIQ los incidentes con piensos importados y a exportarse que detecten durante sus intervenciones diarias. También deberán informar a principio de cada mes los datos de importación y exportación de piensos del mes anterior.

## ANEXO II

### Listado de Países y regiones autorizados a Exportar a China

#### piensos, aditivos de piensos y productos correspondientes

(hasta el 1 de septiembre de 2009)

País/ Región	Producto	Estado de registro de establecimientos productores y procesadores extranjeros
Argentina	Harina de pescado	Se puede exportar y se realizará gradualmente el registro.
	Alimentos para mascota	Se permite la exportación desde los establecimientos registrados.
	Harina de carne y hueso, harina de hueso y harina de sangre	Se puede exportar y se realizará gradualmente el registro.
	Harina de soja y torta de soja	Se puede exportar y se realizará gradualmente el registro.
	Cáscara de coco (sic)	Se puede exportar y se realizará gradualmente el registro.

## Observaciones:

1. De acuerdo al Método de Supervisión, Inspección y Cuarentena de Piensos y Aditivos de Piensos de Exportación e Importación, los piensos de origen vegetal y animal fuera de este listado deben someterse al procedimiento de autorización de ingreso y al registro de establecimientos extranjeros productores y procesadores para poder ser exportados a China.
2. Los piensos autorizados a ser exportados podrán seguir siendo exportados hasta tanto se concluya el proceso el registro de establecimientos productores y procesadores; los piensos cuyo registro de establecimientos productores y procesadores ya está concluido podrán ser exportados desde los establecimientos registrados.
3. Se permite la exportación de todos los países y regiones [a China] de piensos vegetales que hayan sido molidos y que hayan pasado el tratamiento a alta temperatura y presión.
4. Se permite la exportación de todos los países y regiones [a China] de piensos que no contienen elementos de origen vegetal y animal, sin embargo, deben obtener el **Certificado de Registro de Productos de Piensos y Aditivos de Piensos de Importación del Ministerio de Agricultura**, de acuerdo a los requerimientos correspondientes.
5. Para los granos no elaborados, se aplicarán las estipulaciones relacionadas a la inspección de granos no elaborados de importación.

Fuente: <<http://dzwjyjgs.aqsiq.gov.cn/rdgz/200908/P020090831558519848172.xls>>.





# Panorama Brasileiro

# Produtores, Estabelecimentos e Tecnologias: A Agricultura Brasileira no Final do Século 20

Tarcízio Rego Quirino<sup>1</sup>

**Sumário: 1. Introdução. 2. Os produtores. 3. Os estabelecimentos. 4. Tecnologias agrícolas. 5. Relexões conclusivas.**

**Referências bibliográficas**

## Resumo

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa patrocinou em 1999 uma pesquisa que coletou dados sobre mais de 90 mil produtores agropecuários e seus estabelecimentos, com ênfase em aspectos que até então não haviam sido reunidos em acervo referente a conjunto único de casos individualizados por produtor e por estabelecimento. As informações resultantes foram analisadas sob diferentes aspectos, de modo a prover ampla descrição da agricultura brasileira baseada em dados empíricos. A publicação dos resultados gerou uma coleção de informações originais com minucioso suporte estatístico. Estas serão revisitadas neste artigo para oferecer aos leitores uma visão sintética e descomplicada das evidências que os autores da série original produziram para a literatura socio-organizacional sobre o setor agrário brasileiro.

Os 90.518 produtores agrícolas e pecuários da amostra foram descritos quanto à sua distribuição no país, características socioeconômicas e de associativismo, e às suas relações com a Embrapa. Os 145.890 estabelecimentos rurais foram diagnosticados pela localização regional, condição do produtor, assistência técnica, aspectos administrativos e tecnológicos da produção agrícola e da pecuária e relacionamento com o meio ambiente. O emprego de tecnologias na produção de 14 culturas agrícolas selecionadas foi examinado quanto à característica de aplicação ampla ou restrita, à distribuição regional, aos usuários e suas diferenças socioeconômicas e de associativismo e às possíveis influências do relacionamento com a Embrapa sobre o emprego das tecnologias examinadas. As conclusões sugeriram aplicações do conhecimento gerado e possibilidades de expandi-lo por meio de pesquisas complementares.

## 1 - Introdução

O objetivo deste artigo é descrever características selecionadas dos produtores agropecuários brasileiros, de seus estabelecimentos e dos principais aspectos das tecnologias agrícolas e pecuárias que empregam para produzir. A amostra em que os resultados se baseiam tem peculiaridades inusitadas



<sup>1</sup> Ph.D. em Sociologia, antigo Pesquisador III da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

em pesquisas semelhantes e se refere ao final do século 20.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa patrocinou em 1999 um levantamento de campo, sob o nome de “Projeto Censo Rural”, que coletou dados sobre mais de 90 mil produtores agropecuários e seus estabelecimentos. A coleta foi realizada pela empresa Local Information System – Listen em todos os estados do Brasil, exceto em Minas Gerais. O trabalho de campo foi feito por entrevistadores treinados e coordenados pela Listen, usando entrevistas individuais com os produtores incluídos na amostra, durante as quais eram preenchidos um questionário e dois anexos sobre o produtor e quantos questionários fossem necessários sobre seus estabelecimentos. Isso permitiu explorar um número de alternativas teóricas e estudar uma quantidade de subgrupos por assunto e por características específicas ao período. Ênfase especial foi dada a hábitos de consumo, relações com o meio ambiente e uso de tecnologias. Comparações enfatizam principalmente as diferenças e semelhanças regionais. O tratamento e a apuração dos dados foram feitos pela antiga Secretaria de Administração Estratégica, atual Secretaria de Gerência e Estratégia da Embrapa.

Os aspectos priorizados a seguir, até então não haviam sido reunidos em acervo referente a conjunto único de casos individualizados por produtor e por estabelecimento. As informações resultantes foram analisadas para o conjunto dos produtores agropecuários, seus estabelecimentos e as tecnologias agrícolas e pecuárias por eles usadas no período de um ano até a data da entrevista. Gerou-se, assim, ampla descrição da agricultura brasileira baseada em dados empíricos nunca antes coletados.

Este artigo revisita e sintetiza os resultados a que os autores chegaram na coleção de informações originais<sup>2</sup>, baseada esta em minucioso suporte estatístico. Pretende oferecer aos leitores uma visão resumida, e com uso mínimo de números e tabelas, das evidências mais importantes que aqueles autores produziram para a literatura socio-organizacional sobre características selecionadas do setor agrário brasileiro no final do século 20.

Foram entrevistados validamente 90.518 produtores agrícolas e pecuários em todos os estados do Brasil, exceto em Minas Gerais, onde uma pesquisa semelhante, porém não equivalente, da Listen havia sido realizada anteriormente. Foi usado um processo de amostragem intencional por região, que visava abranger os responsáveis por 70% da produção agropecuária de cada estado. A lista de entrevistados foi composta pelas secretarias de agricultura municipais, tendo por base cadastros baseados nos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e da Confederação Nacional da Agricultura – CNA. Resultou que os entrevistados são responsáveis por 145.890 estabelecimentos agropecuários.

O procedimento amostral é eficaz para identificar diferenças entre grupos e correlações entre atributos, mas pode introduzir algum viés a favor da representação dos produtores maiores. Além disso, a ausência de dados sobre o Estado de Minas Gerais deve ser levada em conta quando a referência é o Brasil ou a macrorregião Sudeste, principalmente quando se fizerem comparações inter-regionais. Embora tal nomenclatura tenha sido usada sem mais restrição ao longo do texto, os resultados devem ser interpretados sob as condições do procedimento amostral.

O cálculo do  $\chi^2$  foi escolhido como tratamento estatístico padrão, por serem as variáveis de caráter nominal ou ordinal, ou por terem sido organizadas em classes para efeito de homogeneização. A quase totalidade das diferenças entre os grupos aqui analisados mostrou-se estatisticamente significativa com  $P = 0,0001$ . As descrições e comparações das categorias baseiam-se em proporções percentuais de respostas úteis, excluídos os “não sabe” e “sem resposta”, salvo indicação em contrário.

A amostragem corresponde a 3,34% dos estabelecimentos encontrados pelo IBGE no Censo Agropecuário

<sup>2</sup> QUIRINO et al., 2002a; GARAGORRY et al., 2002; QUIRINO et al., 2002b. Todas as informações e dados deste artigo se originam das três publicações acima, salvo indicação expressa de outras fontes.

de 1995-1996<sup>3</sup>, com variações regionais conhecidas. Foram entrevistados os produtores de 1,66% dos estabelecimentos que se localizam no Norte, 2,17% no Nordeste, 4,99% no Sul, 6,28% no Centro-Oeste e 6,57% no Sudeste. Esta é a cobertura do levantamento que, juntamente com as limitações registradas, deve servir de delimitação ao sentido teórico e empírico das interpretações dos resultados. Essas discrepâncias sugerem algum viés em favor das regiões mais densamente representadas (Sudeste e Centro-Oeste) quando as diferenças entre as categorias sob comparação regional forem muito pequenas, o que não aconteceu com frequência.

## 2- Os Produtores

Os dados nos contam que a ocupação de produtor agropecuário é exercida em grande maioria por homens (89,1%), por pessoas casadas (81,7%), com idade entre 50 e 69 anos (49,3%) e com instrução de primeiro grau completo (63,9%). Variações regionais identificam mais mulheres na ocupação no Sudeste (11,9%) e Centro-Oeste (11,4%). Variações etárias identificam-nas em maiores proporções nas faixas extremas: de menos de 30 anos (17,9%) e de 70 anos ou mais (12,8%). Variações no grau de instrução mostram-nas mais concentradas nas faixas mais instruídas: 22,4% com segundo grau completo (entre os homens há 16,1%) e 17,2% com nível superior (homens, 13,1%).

O total de produtores, porém, tem 21,4% na faixa mais velha (70 ou + anos) e apenas 2,5% na mais nova (- de 30 anos). Os solteiros são 6,8%, e outras categorias<sup>4</sup> somam 11,5%. Os de nível superior correspondem a 13,5% e os com educação formal inferior ao 1º grau (analfabetos ou quase) são somente 5,8%.

A Tabela 1 mostra que o grau de instrução varia por idade dos produtores: quanto mais velhos, maior a proporção com um máximo de 1º grau completo; quanto mais novos, maior é a proporção instruída acima do 1º grau. Apenas a célula dos mais jovens com nível superior (18,9%) tem valor menor do que seria de esperar pela sequência dos demais dados. Provavelmente muitos deles ainda não alcançaram terminar o curso, o que, talvez, poderão fazer um pouco mais velhos.

**Tabela 1 – Distribuição percentual do grau de instrução, por idade dos produtores.**

Grau de instrução	Idade			
	70 ou mais	De 50 a 69	De 30 a 49	Menos de 30
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<1º grau	12,3	5,5	2,1	1,8
1º grau	74,3	70,1	50,0	41,4
2º grau	7,7	12,9	27,3	38,0
Superior	5,8	11,5	20,7	18,9

As diferenças regionais são marcantes quanto ao grau de instrução, em desfavor do Norte e do Nordeste: dentre as cinco regiões, o Nordeste tem a maior proporção de produtores agrícolas com menos que o 1º grau (11,9%) e a segunda menor, com curso superior (10,4%). O Norte tem a segunda maior proporção com menos que o 1º grau (6,9%) e a menor, com curso superior (9,1%). O Sudeste e o Centro-Oeste, pelo contrário, têm as maiores proporções com curso superior (20,5% e 20,0%). A posição privilegiada do Centro-Oeste se evidencia ainda pela ínfima quantidade de analfabetos ou quase (3,0% com menos que o 1º grau) e pela máxima quantidade de portadores do 2º grau completo (22,1%).

A estrutura da instrução dos produtores agrícolas no Sul é diferente de todas as outras regiões. Exibe a proporção

<sup>3</sup> O mais próximo à data da coleta dos presentes dados (Censo, 1998).

<sup>4</sup> Viúvos, separados, divorciados e outros.

mínima de analfabetos ou quase (2,0%), a máxima de produtores com 1\_\_grau completo (71,8%), mas tem a menor proporção de pessoal com 2\_\_grau (14,5%) e ocupa uma fraca posição intermediária no que se refere ao nível superior (11,7%).

O acervo de conhecimentos não tradicionais disponíveis à produção agropecuária pode ser medido pela soma das proporções da escolaridade posterior à fundamental, isto é, 2\_\_grau e superior. Esta é de 30,3% no total e varia nas regiões, sendo maior no Centro-Oeste (42,1%), seguido pelo Sudeste (38,5%), Norte (28,0%), Nordeste (26,7%), e o Sul em último lugar com 26,2%.

Que significado podem ter esses resultados para a agricultura e para o Brasil? Em primeiro lugar, está visto que não se chega muito jovem, antes dos 30, à ocupação de produtor rural. Apenas 2,5% estão nessa faixa etária. Sendo a idade modal de 50 a 69 anos, isso sugere uma gerência experimentada e conservadora e poucas mudanças no médio prazo.

O gênero feminino participa em pequena proporção, mas com três características importantes. Está presente em maior número na coorte de idade avançada, o que parece ser a consequência estatística da sua maior longevidade; participa de modo relevante na pequena faixa de produtores mais jovens, o que pode ser sinal de maior abertura da ocupação para as mulheres, como tem acontecido recentemente com tantas outras ocupações no Brasil; apresenta forte vantagem quanto ao grau de educação formal, o que, a par de ser coerente com o que acontece na população em geral, lhe dá capacidade crescente de aproveitar melhor os avanços da tecnologia agrícola existente e a ser criada. Poderá, assim, se beneficiar cada vez melhor de todo tipo de informação, especialmente aquelas que exigem análises mais complexas e conhecimentos tipicamente transmitidos pela educação formal, como matemática, línguas e familiaridade com o conhecimento científico e as tecnologias agrícolas emergentes.

O acervo educacional apresenta grandes diferenças regionais, às vezes anti-intuitivas. A coorte de produtores rurais com 50 anos é o divisor no campo educacional, pois, a partir dela, a situação se mostra visivelmente melhorada. Está claramente aumentando o acervo de conhecimentos disponível à produção rural, por causa do aumento da instrução formal de seus principais tomadores de decisão, os produtores agropecuários. Já existem mais produtores com nível superior do que analfabetos ou quase. O Nordeste tem essas duas faixas em proporções quase equivalentes (10,4% e 11,9%).

O Sul, com sua tradição agrícola originária marcadamente na colonização européia, não manteve na educação a dianteira que se poderia esperar. O Centro-Oeste, pelo contrário, parece estar atraindo empreendedores não tradicionais para implantar ali a agricultura modernizada e, às vezes, pós-moderna, que outros dados revelam.

A posição da mulher como gerente da produção agrícola está sendo reforçada, o que amplia o papel de inovadora que a literatura lhe tem atribuído. Além disso, é provável que o acervo de conhecimentos das esposas e filhas dos produtores masculinos esteja se expandido do mesmo modo, o que poderá reforçar-lhe um papel dinâmico na melhoria da produção.

A inserção dos produtores no mundo capitalista foi examinada com o uso de um índice construído por dez indicadores socioeconômicos<sup>5</sup>. Eles são indicação de sociabilidade, porque medem o relacionamento das pessoas com o tipo de organização social vigente no capitalismo avançado; de inserção cultural, porque supõem uma visão de mundo correspondendo aos valores do sistema; e de poder de mercado, porque exigem disponibilidade de meios econômicos para a aquisição e uso. O índice corresponde ao acesso médio aos

5 Foi perguntado se os produtores possuem plano de saúde, seguro de veículos, seguro de vida, previdência privada, cartão de crédito, telefone celular, videocassete, antena parabólica, computador e crédito rural. Os resultados se referem apenas aos produtores individuais (86.696), excluídas empresas e espólios e se baseiam na evidência de posse do atributo, comparada ao total de casos válidos para a primeira condição.



indicadores por unidade especificada: Brasil (acesso médio a 2,77 indicadores); e, para as regiões, em ordem decrescente: Sudeste (3,81), Centro-Oeste (3,38), Sul (3,05), Norte (2,01) e Nordeste (1,95).

Examinando cada indicador, o maior acesso se dá à antena parabólica, disponível para mais da metade, isto é, 58,4% dos produtores rurais pesquisados. O videocassete vem a seguir (35,6%), também ele ligado à posse e uso da televisão. E mais os cartões de crédito (31,5%), plano de saúde (31,4%), crédito rural (27,5%) e seguro de veículos (25,1%). Os itens seguintes atingem menos de um quarto dos respondentes: seguro de vida (22,8%), telefone celular (18,1%), computador (14,3%) e previdência privada (12,4%).

Todos os indicadores são menores que a média no Nordeste e no Norte, e quase todos são maiores no Sudeste.

Exceto sob este aspecto, os padrões regionais não diferem grandemente dos nacionais nem entre si. As diferenças de gênero são favoráveis aos homens, salvo no que se refere a planos de saúde e videocassete. As diferenças de idade são favoráveis aos grupos intermediários, sendo menor a participação dos mais novos e dos mais velhos em quase todos indicadores.

Grandes desigualdades inter e intrarregionais aparecem em outro método de comparação. Comparando os extremos, chegamos a saber que, para cada produtor rural no Brasil que tem acesso a 9 ou 10 indicadores de inserção no mundo capitalista (acesso máximo), existem 16,1 que têm acesso a apenas um ou nenhum dos indicadores (acesso mínimo). As maiores disparidades estão no Nordeste, onde existem 48,8 com acesso mínimo, para cada um com acesso máximo, e no Norte, 41,4. As menores se veem no Sul (12,7), no Centro-Oeste (7,9) e principalmente no Sudeste (apenas 4,9 com acesso mínimo). Tais evidências nos enviam de volta à tese dos dois Brasis proposta por Jacques Lambert (1950) na primeira metade do século 20 e, pelo visto, ainda não superada pela presente realidade nacional.

Há marcantes disparidades regionais também na proporção de produtores que se associam a cooperativas ou outros tipos de organização (Brasil: 43,4%). No Sul e no Sudeste, mais da metade é associada (54,6% e 51,0%). Nas demais regiões, apenas em torno de um terço: 31,6% no Nordeste, 36,0% no Norte e 39,2% no Centro-Oeste. Neste aspecto, o Centro-Oeste mais se aproxima do Brasil setentrional (Norte, Nordeste) do que da parte austral, sendo que, nos demais aspectos, cada vez mais se encaixa com o Sudeste e o Sul.

A televisão é de longe a mais importante das mídias tradicionais que alimentam a inserção dos produtores agropecuários na sociedade típica do mundo capitalista. É usada como meio de informação por 73,7% deles, bem mais difundida que o rádio (33,4%), o jornal (29,6%), a revista (17,2%) e outros (3,8%).

As diferenças regionais obedecem, em grandes linhas, à divisão entre Brasil setentrional (maiores proporções) e Brasil austral (menores proporções), mas trazem algumas especificidades. O uso do rádio é bem menor que a média no Sudeste (19,0%) e no Centro-Oeste (29,0%) e bem maior no Sul (44,5%). O do jornal é bem maior no Sudeste (46,0%) e bem menor no Norte (17,9%) e Nordeste (19,1%). O acesso às revistas supera a marca do país nas regiões setentrionais do Centro-Oeste (26,0%) e Sudeste (23,5%), mas não no Sul, como seria de esperar (15,4%). A televisão no Sudeste (83,6%) e no Sul (80,3%) supera todas as demais frequências.

A estrutura de acesso à mídia desses produtores parece suportar a interpretação de que a visão global do mundo e do país, transmitida em veículos de comunicação como a televisão e as revistas, está se sobrepondo à visão local, transmitida sobretudo em veículos como o rádio e os jornais locais. Assim, é bem possível que muitas das informações e interesses locais se refugiem nos contatos de pessoa a pessoa, sejam eles familiares, de amizade, sejam nas associações de classe e outras entidades associativas.

Quase três quartos dos entrevistados afirmaram conhecer a Embrapa e 25,8% declararam não conhecer. Mas esse resultado seria enganosamente otimista se não fosse detalhado pela intensidade de conhecimento: 44,3% a conhecem só de nome, 22,4% a conhecem um pouco e só 7,5% responderam que a conhecem muito bem. Seria de desejar que existisse mais intimidade entre o principal órgão de pesquisa agropecuária do país e sua clientela preferencial. Os que disseram conhecer muito bem a Embrapa localizam-se sobretudo no Centro-Oeste (10,5%) e no Norte (8,55). Os que não a conhecem estão em maiores proporções no Nordeste (34,1%), no Sul (22,3%) e no Sudeste (21,9%).

O trabalho da Embrapa foi julgado muito importante por 66,9% dos entrevistados<sup>6</sup>. As variações regionais restringem-se a um máximo de 76,1% no Centro-Oeste e um mínimo de 61,0% no Nordeste. As outras regiões ficam bem próximas de 69,0%, o que ressalta as posições extremas do Centro-Oeste e do Nordeste. Devido à importância dessa informação para o trabalho da Embrapa, as respostas foram recalculadas sem a categoria “não sabe”, isto é, considerando apenas os respondentes com uma posição definida sobre o tema. Neste grupo, o trabalho foi julgado muito importante por 92,5% do total, com proporções variando regionalmente entre 91,7% no Norte e 94,4% no Centro-Oeste, o que pode ser considerado um forte apoio ao trabalho da Embrapa.

Os produtores entrevistados buscam informação nas unidades de pesquisa da Embrapa, mas só na proporção de 14,1% no país. O Nordeste tem os números mais baixos (9,4%) e o Centro-Oeste, os mais altos (20,8%). Existe clara correlação entre os que a conhecem muito bem e procuram informação, por um lado, e os que a conhecem um pouco e não procuram informação, por outro.

A principal forma de acesso às informações tecnológicas da Embrapa é a imprensa (29,2% dos produtores), seguida pelas cooperativas e associações (11,1%), por outras não especificadas (10,8%), por escritórios de extensão (9,8%) e pela internet (0,9%)<sup>7</sup>. Para isso, a imprensa tem maior penetração no Sudeste (36,0%) e Centro-Oeste (35,3%). Mas os dados mais marcantes referem-se à enorme importância relativa das cooperativas e associações no Sul (21,9%) e escritórios de extensão no Sul (13,9%) e Centro-Oeste (13,3%). A ainda pequena participação da internet no acesso às informações tecnológicas da Embrapa é um pouco maior no Centro-Oeste (1,5%).

Os dados sobre uso de tecnologias e serviços da Embrapa são apenas indicativos de percepção, visto que podem ser bastante imprecisos do ponto de vista dos respondentes. Por desinformação, não seria atribuída à Embrapa a origem de uma tecnologia por ela gerada. Por efeito halo, seria a ela atribuída a origem de algo gerado em outra fonte. Porém, a pouca familiaridade dos produtores, registrada acima, faz supor que as informações dos poucos usuários (13,9%) que afirmaram usar tecnologias ou serviços da Embrapa tendem a ser verdadeiras e, talvez, seu julgamento sobre satisfação seja um dado confiável.

O grau de satisfação pode ser resumido como positivo (muito satisfeito, satisfeito) e negativo (insatisfeito, muito insatisfeito). Os resultados mostram um julgamento francamente positivo (96,2%), pouco variando entre as regiões, ou seja, entre 93,0% no Norte e 97,3% no Centro-Oeste. Os julgamentos mais radicais estão no Norte (muito satisfeitos – 35,1%) e no Nordeste (muito insatisfeitos – 1,3%).

A Tabela 2 resume dados antes inexistentes sobre atributos das tecnologias da Embrapa disponíveis aos produtores para as atividades agropecuárias por eles praticadas. Os atributos mais percebidos são Diminuição do custo (68,4%), Aumento da produção (40,3%) e Adequação (39,9%). Da lista, apenas a consulta se as tecnologias são baratas, foi minimamente aceita (17,1%), principalmente no Norte (8,7%). A maior concordância positiva se dá entre os produtores do Norte sobre a diminuição de custos (86,4%).

<sup>6</sup> As demais alternativas apresentadas foram: Pouco importante, Sem importância e Não sabe. Os resultados desta última categoria correspondem de perto ao número dos que na questão anterior responderam não conhecer a Embrapa.

<sup>7</sup> Este é um dado que, se atualizado, provavelmente seria bastante diferente para melhor.

**Tabela 2 – Porcentagem das respostas afirmativas sobre atributos das tecnologias disponíveis da Embrapa no país e por região**

Atributos das tecnologias disponíveis	Entidade geográfica					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Suficiente	36,8	17,2	24,9	47,1	47,3	37,3
Fácil de achar	34,5	15,4	25,0	41,7	44,0	35,4
Acessível	44,9	16,7	25,5	41,8	43,8	37,6
Simples	36,0	23,2	30,7	41,6	40,9	36,5
Barata	17,1	8,7	17,0	19,6	17,1	17,5
Adequada	39,9	20,5	30,0	46,2	50,1	41,1
Aumenta a produção	40,3	21,5	30,2	43,8	51,4	43,9
Aumenta o lucro	36,0	18,2	28,2	38,9	44,5	40,7
Diminui o custo	68,4	86,4	75,4	66,0	60,7	65,1
Total de produtores	90.518	4.902	31.674	14.941	29.500	9.501

Finalmente, as perspectivas quanto à atividade agropecuária são otimistas. Bem mais da metade dos produtores disseram que pretendem manter o negócio (53,3%) ou aumentá-lo (38,9%). Mas alguns querem sair (4,9%) ou diminuir (3,0%) o negócio. Os que planejam aumentar o negócio estão em maior proporção entre os produtores do Norte (64,1%) e do Nordeste (49,0%). Os que querem diminuir ou sair, se acham em maior proporção entre os do Sudeste (9,1%) e do Centro-Oeste (8,1%), as regiões onde há mais indicação de que a agricultura é mais um negócio, e não primeiramente um estilo de vida campesino.

A principal mensagem dos números sobre tantos aspectos anteriormente não reconhecidos dos produtores agropecuários brasileiros é de que se evidencia grande heterogeneidade inter e intrarregional, as quais devem ser levadas em conta pela política agrícola, econômica e cultural que se dirija ao setor.

### 3 - Os Estabelecimentos<sup>8</sup>

Os 145.890 estabelecimentos levantados pela pesquisa a partir das entrevistas com os produtores agropecuários da amostra indicam um aspecto relevante e pouco reconhecido: em média, cada produtor é responsável por 1,61 propriedade. Esta média varia por região, sendo menor no Norte (1,41) e no Centro-Oeste (1,45), isto é, nas regiões de avanço da fronteira agrícola, e maior no Nordeste (1,58), Sudeste (1,64) e Sul (1,72), as regiões de antiga tradição agrícola. Isso pode indicar que está havendo uma reinterpretação do conceito de latifúndio ou, pelo menos, de grande propriedade. Em vez das usuais terras contínuas originadas nas capitâneas hereditárias, é possível que o reaguntamento da terra se dê por aquisição de estabelecimentos múltiplos, sejam eles contínuos ou não. Infelizmente os dados sobre a extensão das propriedades não puderam ser disponibilizados por razões técnicas, o que tornou impraticável analisar mais acuradamente este e outros aspectos da estrutura fundiária e socioeconômica.

Os estabelecimentos de proprietários são a grande maioria no país (96,1%) e, em proporções bem semelhantes, em todas as regiões. Pequenas proporções estão sob a responsabilidade de produtores arrendatários (1,5%), condôminos (1,1%), posseiros (0,6%) e outros (0,7%). São pequenas as diferenças regionais, mas há indicação de que as formas mais recentes de posse da terra (arrendamento e condomínio) estão presentes com maior frequência nas regiões setentrionais, que, por outros indicadores já apresentados (escolaridade, inserção no mundo capitalista, relacionamento e associativismo), revelaram-se em melhores condições.

<sup>8</sup> A definição de estabelecimentos segue o uso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 1998).

A origem dos estabelecimentos dos produtores proprietários demonstra grande dinamismo do mercado de propriedades rurais. Nada menos de 78,2% dos proprietários obtiveram por compra a posse de seus estabelecimentos. Os que a tiveram por herança somam a segunda parcela (18,2%), e os demais formam pequenas minorias (2,2% por doação, 0,7% por reforma agrária e 0,6% por outra origem). A proporção de compras é maior no Norte (81,3%) e no Centro-Oeste (80,2%) e a de heranças é maior no Sudeste (23,4%) e no Sul (19,0%). Ao tempo em que os dados foram coletados (1999), as três formas minoritárias de origem dos estabelecimentos representavam parcelas ponderáveis apenas no Norte (reforma agrária – 4,7%, doação – 3,8%, outras – 2,8%), seguido de longe pelo Centro-Oeste (respectivamente 1,2%, 2,9% e 0,8%). A presença de reforma agrária, mais forte no Norte, aparece mediana no Centro-Oeste (1,2%) e Nordeste (0,9%) e quase imperceptível no Sudeste (0,1%) e no Sul (0,0%).

Somente 32,7% dos estabelecimentos registraram ter usado assistência técnica nos últimos 12 meses antes da coleta dos dados. As diferenças regionais seguem a distinção teorizada dos dois Brasis: bem menos na parte setentrional (Norte – 14,5%, Nordeste – 14,6%), bem mais na parte austral (Centro-Oeste – 32,0%, Sudeste – 41,5%, Sul – 50,5%). Os estabelecimentos que só usaram assistência técnica pública são 31,7%. Os que só usaram assistência técnica privada perfazem quase dois terços, 62,4%. Os restantes 6,0% combinaram ambas as modalidades. Isso mostra que há grande espaço para expansão do uso de assistência técnica nos estabelecimentos agropecuários de todas as regiões, muito especialmente no Brasil setentrional.

Em todas as regiões, a assistência técnica privada foi majoritária, mesmo em comparação à assistência pública sozinha e combinada. Sozinha, a assistência técnica privada prestou serviços a 51,9% dos que procuraram assistência técnica no Norte, a 52,3% no Nordeste, a 59,0% no Sudeste, a 65,8% no Sul e a 70,8% no Centro-Oeste. Portanto, além de dominar em todas as regiões, mostra-se bem mais presente no Brasil austral. Dos produtores que usaram qualquer tipo de assistência técnica, 95,7% mostraram-se satisfeitos. Menores proporções vêm do Norte (90,0%) e Nordeste (93,2%); maiores, do Sul (96,0%), Centro-Oeste (96,0%) e Sudeste (97,1%). A despeito das altas taxas de satisfação, há muito o que melhorar, porque 88,6% mostraram pretender que a assistência técnica seja melhor.

O próprio produtor é o administrador típico dos estabelecimentos agrícolas brasileiros (79,0%). Os demais 21,0% são administrados por “outros” não especificados. Em proporções decrescentes, o produtor administra no Norte (85,9%), Centro-Oeste (83,5%), Sul (79,7%), Nordeste (77,3%) e Sudeste (76,6%). Em todas as regiões, administra com muito poucos assalariados<sup>9</sup>, como se vê na Tabela 3. Mais da metade dos estabelecimentos não possui assalariados (51,4%), principalmente no Sul (62,0%) e no Nordeste (51,1%). Só no Centro-Oeste, a proporção é comparativamente bem baixa (31,0%).

A linha inferior da Tabela 3 calcula a proporção do que deve ser a agricultura familiar ou, talvez, a pequena agricultura, isto é, aquela que é tocada com um máximo de dois empregados. Compreende 75,7% dos estabelecimentos, chegando a 83,1% no Sul, alcançando apenas 63,1% no Centro-Oeste e conservando-se na casa dos 70% nas outras regiões. Mais de dez assalariados estão presentes apenas em 4,2% dos estabelecimentos, principalmente no Sudeste (7,4%) e no Centro-Oeste (5,7%). Esta última região é singular como usuária de assalariados em quantidades médias, pouco observadas nas outras (de três a cinco em 21,7% dos estabelecimentos, de seis a dez em 9,3% deles). A ausência de dados sobre a extensão das áreas cultivadas, ou algo aproximativo, deixa sem resposta as questões sobre o relacionamento entre extensão, mão de obra e uso de tecnologias de produção. Provavelmente, os estabelecimentos com mais de dez assalariados são uma medida aproximativa do conceito de “grande propriedade”, embora esconda enorme variedade interna. Ela diferencia com sucesso um pequeno número de propriedades, separando-as da propriedade típica, que é administrada pelo próprio produtor e tocada com pouca mão de obra, as mais das vezes de origem familiar.

<sup>9</sup> Trata-se de assalariados permanentes e temporários.

**Tabela 3 – Distribuição percentual do número total de assalariados, no país e por região**

Número de assalariados	Entidade geográfica					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
0	51,4	47,7	51,1	43,4	62,0	31,0
De 1 a 2	24,3	26,1	23,0	28,1	21,1	32,3
De 3 a 5	14,1	16,6	15,3	14,6	10,1	21,7
De 6 a 10	6,0	6,3	6,3	6,5	4,2	9,3
Mais de 10	4,2	3,3	4,2	7,4	2,6	5,7
De 0 a 7	75,7	73,8	74,7	71,5	83,1	63,3

Considerando todos os estabelecimentos, 71,7% não contam com tratores. Considerando apenas os que declararam exercer alguma atividade agrícola, são 66,9% os que não têm trator, o que deixa em 33,1% a proporção de propriedades agrícolas (exclui-se a pecuária) com tal instrumento de trabalho. Os menores grupos proporcionais estão no Nordeste (9,4%) e no Norte (15,8%). As demais regiões estão bem mais equipadas, com 46,6% no Sul, 49,2% no Sudeste e 51,1% no Centro-Oeste. Mais da metade dos estabelecimentos com trator, identificou apenas um em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, onde a existência de dois ou mais tratores chega a 28,8% do total dos estabelecimentos agrícolas, incluindo 6,2% que declararam ter mais de cinco. Além disso, há ali 22,5% com um só trator.

A presença média de colheitadeiras é de 10,7% dos estabelecimentos agrícolas, com minoria de 1,8% nos do Nordeste e maior proporção, 19,6%, no Sul. O Centro-Oeste vem em segundo lugar (19,1%), mas tem o maior agrupamento com três ou mais máquinas: 5,2%.

A disponibilidade de energia elétrica pode ter mudado bastante recentemente por causa de programas públicos federais e estaduais. No último ano do século 20, era de 54,3% o número de propriedades que declararam contar com esse benefício, variando desde 31,2% no Nordeste e 35,2% no Norte, a 65,2% no Centro-Oeste, 65,9% no Sul e 76,3% no Sudeste. Repete-se, pois, o padrão típico que identifica a hipótese dos dois Brasis.

Como transformadores da natureza em produtos para o uso e conveniência humanos, foi informado que os estabelecimentos se orientam para a agricultura em menor número (19,7%), sendo maior para a pecuária (31,1%) ou, mais tipicamente, para a combinação de agricultura com pecuária (49,2%)<sup>10</sup>. Algumas atividades agrícolas foram estudadas nos estabelecimentos que se orientam para esta atividade, seja em combinação com a pecuária, seja desacompanhada. No conjunto do país, 7,3% de tais estabelecimentos fazem irrigação e 2,5% não a fazem, mas já fizeram. As áreas com maiores proporções de estabelecimentos que fazem irrigação são o Sudeste (13,4%) e o Nordeste (8,6%). As mesmas regiões registram maiores proporções dos que deixaram de fazer: 3,5% e 3,4%.

Uma pequena proporção desses estabelecimentos pratica atividades pós-colheita (13,6%), principalmente no Sul (14,7), no Nordeste e Sudeste (13,5%). As demais regiões ficam em 10,2% (Centro-Oeste) e 7,9% (Norte). Essas atividades são classificação (31,3% entre os estabelecimentos que praticam alguma delas), embalagem (27,8%), padronização (10,7%) e outras (42,3%).

<sup>10</sup> Outras orientações, como extrativismo, produção florestal, turismo etc. foram excluídas dos objetivos da pesquisa.

Muitas das tecnologias de produção aplicadas à pecuária diferenciam-se de acordo com o tipo de pecuária praticado no estabelecimento. Entre os que declararam possuir gado de leite, 5,6% usam ordenha mecânica (máxima no Sul, com 13,4%; mínima no Nordeste, com 0,7%), 9,0% usam resfriador de leite próprio (17,8% no Sul; 1,3% no Norte), 9,7% industrializam o leite (11,7% no Nordeste; 7,0% no Centro-Oeste) e 39,3% controlam a mastite (62,2% no Sudeste; 21,6% no Nordeste). Os que produzem gado de corte e bubalinos praticam o controle da tuberculose em 32,6% dos estabelecimentos (41,8 no Sul; 19,4% no Nordeste), controlam carrapatos em 87,6% (96,2% no Sul; 74,1% no Nordeste) e usam banho carrapaticida em 74,0% (81,4% no Sul; 64,5% no Norte). Os estabelecimentos que têm gado de leite, de corte ou bubalinos controlam a berne em 61,3% das ocorrências identificadas (95,6% no Sul; 20,7% no Nordeste) e a brucelose em 46,7% (62,6% no Centro-Oeste; 27,7% no Nordeste).

Outras tecnologias podem se aplicar a todos os estabelecimentos que praticam qualquer forma de pecuária. A inseminação artificial foi encontrada em 7,3% do total (13,0% no Sul; 2,0% no Nordeste), a vacina dos animais, em 97,1% (99,0% no Centro-Oeste; 95,9% no Nordeste) e o controle da verminose em 89,4% (95,7% no Sul; 80,1% no Nordeste). Determinadas tecnologias de alimentação dos animais assim se registraram: 61,3% dos estabelecimentos têm pastagem natural (78,9% no Nordeste; 40,3% no Centro-Oeste), 74,2% têm pastagem plantada (92,7% no Centro-Oeste; 68,1% no Nordeste), 50,2% fazem renovação de pastagem (66,6% no Sudeste; 44,3% no Sul), 22,3% têm capineira (28,7% no Nordeste; 13,1% no Sul) e 11,6% produzem silagem (15,8% no Sul; 2,7% no Norte).

Foram estudados seis modos de relacionamento do estabelecimento com o meio ambiente, que têm conhecida repercussão positiva ou negativa na preservação da qualidade e na prevenção de impacto negativo ambiental. A Tabela 4 sintetiza os resultados. As Regiões Sul e Sudeste mostram melhores condições em quase todos eles, sendo que o uso de queimadas é a condição mais desfavorável para o Norte e Nordeste, onde cerca de um terço dos estabelecimentos o praticam, em comparação com as demais regiões (menos de um décimo).

**Tabela 4 – Percentagem dos estabelecimentos segundo práticas relacionadas positiva ou negativamente à preservação ambiental**

Entidade geográfica	Tem reflorestamento	Faz extrativismo	Análise de solo	Uso de queimada	Área degradada ou erosão	Preservação solo ou água
Brasil	18,2	6,3	39,9	18,6	15,2	46,0
Norte	7,1	4,8	16,5	35,6	9,1	36,5
Nordeste	7,1	6,1	11,1	32,7	16,1	17,2
Sudeste	19,3	2,8	58,8	9,0	16,0	66,0
Sul	34,0	9,6	61,7	9,9	15,0	64,2
Centro-Oeste	7,2	2,5	45,9	8,2	14,4	53,3

## 4 - Tecnologias Agrícolas

Tecnologia é uma expressão que abrange, pelo menos, três aspectos: artefatos físicos, atividade humana e conhecimento. Os três estão combinados em graus diferentes quando ela é empregada a respeito da agricultura. A pesquisa enfatizou o nível micro, que corresponde à atividade humana exercida nos estabelecimentos produtivos, de que resulta a geração de cada um dos produtos agrícolas. Contrariamente ao que acontece com estudos em níveis mais abrangentes de generalização, tal abordagem pode responder às atuais demandas de conhecimento sobre características desagregadas das tecnologias, que as fazem apropriadas ou não para atender às crescentes necessidades de adequação entre produção, produtividade e minimização dos impactos

negativos no meio ambiente. Com efeito, cada prática agrícola específica pode ter impactos diferentes e não equivalentes sobre o meio ambiente. Este conhecimento é imprescindível para dar suporte a uma transição de sucesso entre a revolução verde, que caracterizou o desenvolvimento da agropecuária no século 20, e a agricultura sustentável, que se apresenta como sua meta primordial no século 21.

A prática de tecnologias na agricultura resulta de decisões tomadas pelo produtor sob a influência de características pessoais, das organizações sociais com que se relaciona como produtor e do contexto sociocultural próximo e remoto em que está imerso. Essas premissas teóricas em que se baseiam as análises evitam, em grande parte, interpretações puramente voluntaristas e individualistas, introduzem o processo produtivo em seu contexto social apropriado e se fundamentam nas evidências empíricas que decorrem das decisões.

A grande variedade de tecnologias listadas por agrônomos especialistas como apropriadas para o cultivo dos 14 produtos principais do país mostraram-se diferenciadas em duas grandes categorias. As tecnologias de aplicação ampla são usadas em todos ou quase todos (pelo menos 12) dos produtos pesquisados<sup>11</sup>, ou, pelo menos, por um grupo deles (de dois a nove)<sup>12</sup>; as de aplicação restrita se aplicam a apenas um produto e são 3713. Os produtos que mais empregam as tecnologias de aplicação restrita são café (11), forragem (5) e algodão (4) e todos os produtos usam combinações diversificadas e específicas, geralmente de ambos os tipos de tecnologias.

As indagações sobre o uso de tecnologias nos 12 meses anteriores à pesquisa referem-se a cada estabelecimento e a cada um dos quatro (ou menos) produtos principais nele cultivados. Apenas três tecnologias de aplicação ampla são praticadas por mais de metade dos estabelecimentos: preparo e conservação do solo (55,4%), uso de sementes iscalizadas/certiicadas (54,3%) e fertilizante químico (54,2%). As demais mostraram ampla variação de intensidade de uso entre os produtores que têm a alternativa de usá-las ou não. As tecnologias de aplicação restrita são usadas em proporções ainda menores. A exceção é colheita manual do café, usada por 77,8% dos estabelecimentos cafeicultores. A adubação de cobertura, também no café, ocupa segundo lugar, com 44,6%. Nas demais culturas, as melhores proporções estão com o processamento da mandioca para alimentação humana (37,2%) e o controle de pragas do milho (32,1%). Com respeito a 13 tecnologias, a moda de uso se localiza entre 0 e 10%. Tais evidências para o conjunto do país atestam um nível baixo de uso das tecnologias recomendadas. Quais são as diferenças regionais?

Na faixa meridional (Norte, Nordeste) o uso das tecnologias recomendadas para as culturas que se praticam é em geral menos intenso do que na faixa austral (Sudeste, Sul, Centro-Oeste). As de aplicação restrita são bem menos usadas em ambas as faixas, com poucas exceções.

Por região, as tecnologias mais praticadas se registram nos estabelecimentos do Sul: fertilizantes químicos (81,6%), sementes iscalizadas/certiicadas (80,1%) e calcário (75,4%). Seguem-se o emprego de fertilizantes químicos no Sudeste (72,0%) e de herbicida no Sul (70,2%). Há, ainda, tecnologias que agrupam as regiões de forma independente da linha de faixas que predomina para o conjunto maior. Inoculação é muito mais praticada no Sul e no Centro-Oeste de que nas outras regiões; espaçamento, no Sudeste e no Sul; consorciação, no Nordeste, no Sudeste e no Sul, e tecnologias de colheita, no Sul e no Centro-Oeste. Há tecnologias muito mais usadas em uma só região, se comparada às demais. São elas: rotação de culturas, sementes iscalizadas/ certiicadas, plantio direto e herbicidas, predominantes por diferença de mais de 10 pontos percentuais nos estabelecimentos da Região Sul.

11 Preparo e conservação do solo, calcário, gesso, variedade recomendada, fertilizante químico, irrigação, inseticida, herbicida, fungicida, controle biológico e tecnologia de colheita.

12 Rotação de culturas, sementes iscalizadas/certiicadas, muda certiicada, tratamento de sementes, inoculação, espaçamento, consorciação, plantio direto, adubação orgânica e manejo integrado de pragas.

13 São 37, como, por exemplo, adubação foliar e controle da ferrugem, que se aplicam ao café, aplicação de vinhoto, à cana-de-açúcar, e Baculovirus, à soja.

A característica de gênero distingue significativamente os produtores masculinos como maiores usuários de 15 tecnologias de aplicação ampla recomendadas, especialmente de rotação de culturas, fertilizante químico, inseticida, herbicida e fungicida. Entre as de aplicação restrita, apenas quatro se distinguem por gênero e com baixo nível de significância das diferenças.

A "idade tecnológica" situa-se entre 30 e 49 anos. Com efeito, é nessa faixa etária que aparecem as maiores proporções de produtores que adotam nos seus estabelecimentos as tecnologias de aplicação ampla recomendadas (72,7% delas). O mesmo não se verifica para as tecnologias de aplicação restrita, em que as variações das faixas etárias aparecem desordenadas.

O nível de instrução e o estado civil são fortes diferenciadores para o emprego de tecnologias recomendadas entre os produtores agrícolas. Os estabelecimentos dos que alcançaram níveis de educação formal mais elevados empregam-nas com mais frequência. As diferenças são ainda mais marcantes se considerarmos os de instrução mínima (menores usuários) em contraste com os demais. No caso das tecnologias de aplicação restrita, embora o padrão geral seja o mesmo, há mais exceções, principalmente por diferenças que não atingem valores estatisticamente significativos. Os solteiros usam menos tecnologias que as demais categorias de estado civil e, como acontece com o nível de instrução, a relação é mais marcante para as tecnologias de aplicação ampla.

O acesso ao crédito rural e o associativismo são duas características comportamentais dos produtores que se relacionam claramente com o uso de tecnologias recomendadas para as culturas de seus estabelecimentos. Em 95,5% das relações testadas, ficou evidente que os detentores de crédito rural são também os usuários mais prováveis das tecnologias de aplicação ampla recomendadas para suas práticas culturais. As mais frequentes são herbicidas, tratamento de sementes, fertilizantes químicos, inseticidas e fungicidas. Como nos demais dados examinados, as relações com tecnologias de aplicação restrita são menos frequentes.

O associativismo é também um poderoso preditor de uso de tecnologias de aplicação ampla, principalmente de sementes iscalizadas/certificadas, fertilizantes químicos, herbicidas e calcários. Entre as tecnologias de aplicação restrita, ele se relaciona mais fortemente com qualidade da semente, adubação de cobertura, controle de pragas, manejo de pastagens e controle de ferrugem, sempre de acordo com os produtos para os quais são indicadas.

Foram examinados cinco meios de comunicação que os produtores usam para se informar<sup>14</sup> e como esse comportamento se relaciona com o uso de tecnologias agrícolas. Os produtores que mais se informam são também os que mais empregam as tecnologias recomendadas para as culturas de seus estabelecimentos (91,9% dos casos). Esta relação é mais frequente e mais intensa entre os que se informam pela televisão; é menos frequente e menos intensa para os que se informam pelo rádio; é mais frequente e mais intensa para as tecnologias de aplicação ampla do que para as tecnologias de aplicação restrita. A respeito destas, o meio de informação mais influente, ou seja, mais relacionado com a aplicação restrita, é o jornal e não a televisão.

Outro padrão dominante indicado pelos resultados é que os produtores que mais conhecem a Embrapa são os que mais usam tecnologias agrícolas. Essa relação é positiva em todas as tecnologias de aplicação ampla e fortemente positiva em quase todas (90,9%). Excepcionalmente, a tecnologia de consorciação é praticada com mais frequência nos estabelecimentos dos produtores que conhecem a Embrapa apenas de nome do que nos demais. O padrão dominante reaparece com respeito a tecnologias de aplicação restrita, porém com menos frequência e intensidade.

---

14 Jornal, televisão, rádio, revista e outros.



Os respondentes que declararam conhecer a Embrapa foram instados a classificar a importância do trabalho desta. Em 90,9% das tecnologias de aplicação ampla, foi verificada uma relação positiva entre a importância dada ao trabalho da Embrapa e a prática das tecnologias recomendadas. A exceção se refere ao uso de espaçamento e ao manejo integrado de pragas. A maior proporção dos que usam essas tecnologias em seus estabelecimentos está entre os que declararam considerar sem importância o trabalho da Embrapa. No caso das tecnologias de aplicação restrita, o padrão de apreço se repete (67,2%), todavia com mais exceções e menos intensidade.

Foi testada a importância de quatro canais de acesso específicos, e um generalizado<sup>15</sup>, dos produtores agropecuários aos conhecimentos desenvolvidos pela Embrapa. Dado que um produtor se informe em um desses canais, qual a probabilidade de ser usuário das tecnologias de aplicação ampla recomendadas para os produtos de seus estabelecimentos?

As práticas tecnológicas de aplicação ampla estão sistematicamente ligadas à informação tecnológica da Embrapa em geral e a cada um dos canais específicos em particular. As cooperativas são o canal cujos usuários revelaram maior probabilidade de terem praticado as tecnologias recomendadas (frequência de 90,9% dos testes), seguidas de outros (86,4%), da internet (81,8%), da extensão e da imprensa (77,3% cada). As práticas das tecnologias de aplicação restrita estão fracamente ligadas aos canais específicos de contato com a Embrapa (44,8% dos casos).

Em seguida foram calculados modelos de regressão logística para testar a hipótese de que o uso de cada tecnologia é influenciado por um conjunto de variáveis específicas, composto por características socioeconômicas dos usuários, suas práticas de comunicação, seu relacionamento com a Embrapa e o cultivo de cada produto a que se aplica. Os resultados estatísticos se comportam de acordo com a hipótese e identificam as variáveis mais importantes eventualmente influenciando as tecnologias de cada produto<sup>16</sup>. A influência mais importante é a região de localização do estabelecimento em que o produtor desenvolve a cultura considerada. Em comparação com o Centro-Oeste, as diversas variáveis explicativas são mais importantes no Sul e no Sudeste que no Norte e no Nordeste. Os conjuntos das demais influências identificam combinações específicas para cada tecnologia,

e não generalidades que se possam considerar padrão. Mostram-se mais complexos e estatisticamente mais determinantes em relação às tecnologias de aplicação ampla do que às de aplicação restrita. O crédito rural, porém, se mostra como o impulso mais evidente para uso de tecnologias restritas, o que se revela em 11 das 37 culturas examinadas.

Dado o complexo quadro da agricultura brasileira no final do século 20 retratado pela pesquisa, qual a opção futura que cada produtor visualiza para o exercício de sua profissão, como usuário ou não de tecnologias recomendadas? Esta questão de atitude foi abordada como perspectiva final. Existe relação significativa entre atitude sobre o futuro da ocupação de produtor agrícola e a prática de tecnologias de aplicação ampla recomendadas. Na maioria dos casos, a atitude é para manter o negócio agrícola (81,8%). Vislumbra-se uma visão mais otimista (aumentar o negócio) entre os praticantes de consorciação e processamento e mais pessimista entre os de manejo integrado de pragas (sair do negócio) e de espaçamento (diminuir o negócio). A situação é mais heterogênea e as intenções mais negativas entre os praticantes de tecnologias de aplicação restrita, com predominância dos que querem diminuir o negócio (18,9% das tecnologias estudadas).

15 Imprensa (29,2%), cooperativas e associações (11,1%), escritórios de extensão (9,2%), internet (0,9%) e outros (10,8%). Esta categoria agrega as que não se enquadraram nas anteriores.

16 Apenas os coeficientes beta no nível de 5% foram mantidos na análise.

## 5 - Relexões Conclusivas

Três pontos preenchidos pelos estudos são ressaltados no inal dos fascículos. Há em todos eles uma contribuição seminar, possível de ser grandemente expandida: como teste de teoria, como pesquisa aplicada e como relexão exploratória.

Os resultados são coerentes com uma visão da agricultura como um sistema complexo de interação, em que as decisões tomadas pelo produtor sobre o que se passa no seu estabelecimento são condicionalmente influenciadas por suas características individuais, das organizações sociais com que esteja relacionado e do contexto sociocultural em que participa na comunidade nacional e global.

As diferenças encontradas, especialmente entre as cinco macrorregiões e, mais ainda, entre as grandes regiões austral e setentrional que surgiram das análises, o trato do meio ambiente e os usos de tecnologias, sugerem maior atenção para tais aspectos na prática das políticas agrícolas e nas decisões sobre pesquisas, tanto tecnológicas como sociais. Isso ajudará a atender à necessidade cada vez mais urgente de coordenação entre o que se passa dentro da porteira da fazenda e o que a sociedade de fora exige e, às vezes, vocifera. Para isso podem contribuir as listas de sugestão de pesquisas que os autores oferecem ao inal de cada fascículo.

Grandes acervos de dados coletados sobre unidades individualizadas permitem a análise condicional de variáveis.

Esta não é típica na literatura organizacional e agropecuária brasileira, mas, devido aos resultados conseguidos e aqui revisitados, se se pratica com mais frequência. A distinção nítida e coerente entre o produtor agrícola, que é um agente administrativo individualizado, com conhecimentos, relacionamentos, atitudes e ação decisória, e seus meios de produção, que são os estabelecimentos agrícolas e as diferenciadas combinações de recursos, é também uma contribuição incomum, especialmente em estudos de tamanha abrangência. Necessita ser amplamente adotada e explorada, porque, como se viu, ela é signiicativa tanto na teoria quanto na prática e só ela permite explorar as interações entre os dois níveis que, seguramente, não são redutíveis um ao outro.

## Referências

BRASIL. Censo agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. v. 1.

GARAGORRY, F. L.; QUIRINO, T. R.; SOUSA, C. P. Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira II: estabelecimentos. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002a. Disponível em: <[http://bbeletronica.sede.embrapa.br/bibweb/bbeletronica/2002/doc/sea\\_doc\\_03.pdf](http://bbeletronica.sede.embrapa.br/bibweb/bbeletronica/2002/doc/sea_doc_03.pdf)>

LAMBERT, J. Os dois Brasis. Rio de Janeiro: CBPE, 1950.

QUIRINO, T. R.; GARAGORRY, F. L.; SOUSA, C. P. Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira I: produtores. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002b. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/unidades/uc/sge/diagnostic.pdf>>.

QUIRINO, T. R.; SOUZA, G. S.; GARAGORRY, F. L.; SOUSA, C. P. Diagnóstico sociotécnico da agropecuária brasileira III: tecnologias agrícolas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002c. Disponível em: <[http://bbeletronica.sede.embrapa.br/bibweb/bbeletronica/2002/doc/sea\\_doc\\_04.pdf](http://bbeletronica.sede.embrapa.br/bibweb/bbeletronica/2002/doc/sea_doc_04.pdf)>



# Qualidade Ampla: Referência para a Pequena Agroindústria Rural Inserida numa Proposta de Desenvolvimento Regional Descentralizado<sup>1</sup>

**Leomar Luiz Prezotto<sup>2</sup>**

**Área temática: Transformações rurais e desenvolvimento regional prezotto@brturbo.com**

## Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir, a partir de posições de alguns autores e da prática profissional, uma nova visão de qualidade dos alimentos, procurando relacioná-la com uma melhoria da qualidade de vida da população e com a implantação de pequenas agroindústrias rurais, na perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento regional mais equilibrado.

Dentro de uma visão de desenvolvimento regional com maior equilíbrio socioeconômico e ambiental, a recuperação dos principais aspectos que se relacionam ao conceito de qualidade dos alimentos tem importância, primeiro, por se tornar uma referência para o estudo do ambiente institucional da agroindústria de pequeno porte, principalmente em relação às normas sanitárias que determinam as exigências para implantar uma pequena agroindústria.

Este tipo de agroindústria vem sendo apontado como uma importante alternativa para o desenvolvimento regional mais equilibrado, pelo seu potencial de geração de renda e de postos de trabalho descentralizados. Segundo, pela crescente associação dos alimentos com uma vida mais saudável e mais longa. Entretanto, mesmo com essa crescente associação entre alimentos e saúde nos últimos anos, tem-se, por um lado, o uso da qualidade como estratégia de marketing para a comercialização dos produtos. Por outro, o sistema de inspeção sanitária considera apenas os aspectos sanitário e legal no controle da qualidade dos alimentos, ao mesmo tempo que as normas sanitárias exigem grande estrutura física para implantar uma agroindústria de pequena escala.

Conclui-se apontando, dentro de uma nova visão de qualidade, um conjunto de aspectos que devem compor um novo conceito, que chamamos de qualidade ampla, como: sanitário, nutricional, ecológico, cultural, organoléptico, social, apresentação, facilidade de uso e regulamentar. A partir dessa visão de qualidade ampla devem ser criadas novas normas sanitárias regulamentando o sistema de controle da qualidade dos

---

<sup>1</sup> Apresentado no 3\_ Colóquio Internacional sobre Transformações Territoriais, Florianópolis-SC, UFSC, 23-25 ago. 2000. Publicado in: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKIN-SON, John (Org.). Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 285-300.

<sup>2</sup> Engenheiro agrônomo, mestre em Agroecossistemas. Consultor autônomo.



alimentos e determinando uma sinalização que possibilite ao consumidor identificar melhor as características qualitativas dos alimentos. Esta normatização, no entanto, não deve representar entraves para a implantação de agroindústrias de pequeno porte. Ainda sobre as pequenas agroindústrias, a qualidade ampla pode se tornar uma importante referência para a diferenciação dos alimentos, facilitando sua inserção no mercado. Essa nova visão pode oferecer elementos para a consolidação de políticas públicas voltadas ao apoio do desenvolvimento regional descentralizado e à melhoria da qualidade de vida da população.

## Introdução

O debate sobre a qualidade dos alimentos está cada vez mais presente, seja no meio produtivo, comercial, acadêmico, seja em segmentos crescentes da população (consumidores). Este debate está associado, primeiro, à importância da agroindústria rural de pequeno porte (ARPP) (produtora de alimentos) para a construção de um modelo de desenvolvimento regional.

Segundo, pela importância dos alimentos para a melhoria da qualidade de vida. Sobre o primeiro, este tema é de grande atualidade nos debates que vêm ocorrendo sobre a construção de um modelo de desenvolvimento regional mais equilibrado – social, econômica e ambientalmente –, tendo na pequena agroindústria uma importante alternativa.

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades<sup>3</sup>, o modelo de agroindustrialização descentralizada de pequeno porte, de característica familiar, é visto como capaz de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares<sup>4</sup>. Poderia proporcionar, também, uma importante forma de (re)inclusão social e econômica desses agricultores e melhorar a sua qualidade de vida.

<sup>3</sup> Do ponto de vista econômico, é cada vez menos importante a visão do rural apenas como espaço de produção de matérias-primas. Nem mesmo apenas de atividades agrícolas. As atividades econômicas não agrícolas, estas sim, vêm se constituindo como alternativas importantes de desenvolvimento do meio rural. Como propõe DA SILVA (mimeo.), o rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividade, ligada ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços e principalmente à agroindustrialização de pequeno porte. Isto caracteriza a articulação de uma série de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, que visam garantir a sustentabilidade (MATTEI, 1998). Neste novo papel, a criação de pequenas agroindústrias é apontada como uma das alternativas para a permanência da agricultura familiar nesse espaço e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pensando o rural e não mais apenas a produção agrícola.

<sup>4</sup> A construção de alternativas de desenvolvimento do (novo) meio rural tem na agricultura familiar o público prioritário. O Pronaf define este tipo de agricultor como aquele que não detenha área superior a quatro módulos iscais, no mínimo 80% da sua renda bruta venha da atividade agropecuária, resida na propriedade rural ou urbana próxima e mantenha até dois empregados permanentes. Podemos acrescentar outros pontos indicados por diversos autores (CONTAG, 1998; SILVA e GILES, 1998; LAMARCHE, 1993; DA VEIGA, 1996; JEAN, 1994; SILVESTRO, 1995; e TESTA et al., 1996). De acordo com o entendimento do novo meio rural, esses pontos permeiam o papel da agricultura familiar ligado à sua importância socioeconômica. Ela se dá através da geração de oportunidades de trabalho e de renda, da dinamização da economia local, da ocupação do espaço territorial e da manutenção das paisagens rurais e dos equilíbrios ecológicos e da produção de alimentos de qualidade. Destacamos essa importante missão da agricultura familiar na produção de alimentos de qualidade, dentro de uma proposta de descentralização da agroindustrialização.

Para TESTA et al. (1996), esse tipo de industrialização<sup>5</sup> oferece vantagens, tais como: a descentralização regional da produção de matéria-prima, aproximando as agroindústrias do seu local de produção, a redução do custo de transportes, a ampliação das oportunidades de emprego no meio rural, a utilização adequada dos dejetos e resíduos como fertilizantes, reduzindo o poder poluente e a diminuição das migrações, beneficiando os pequenos municípios. Isto poderia favorecer um modelo de desenvolvimento regional mais equilibrado, em que se valoriza o meio rural no sentido de proporcionar melhor utilização do espaço territorial, buscando a recuperação e a preservação ambiental. Esse processo pode favorecer, ainda, além da geração de postos de trabalho e renda em nível regional, o aumento da arrecadação de impostos, especialmente nos pequenos municípios, estimulando, assim, o desenvolvimento de sua economia.

Dentro dessa visão de desenvolvimento regional mais equilibrado, a recuperação dos principais aspectos que se relacionam ao conceito de qualidade dos alimentos pode se tornar uma importante referência para o estudo do ambiente institucional da ARPP. O ambiente institucional da ARPP, para efeito deste trabalho, compreende todo um sistema de regras, normas, valores e concepções que condicionam o seu funcionamento, desde as políticas públicas, os programas de crédito, as dinâmicas organizativas próprias de cada local e os serviços e as legislações que as delimitam. DA VEIGA e ABRAMOVAY (1997, p. 25) em uma análise da inserção do Pronaf na Política Agrícola, tomam o ambiente institucional no sentido de Douglass North (1990/94:3). Já está incluído segundo o qual “as instituições, na economia, deídem as regras do jogo, moldam as interações sociais, impõem restrições às condutas e são construídas pelos homens”. Assim, a “vida” da ARPP é fortemente influenciada pelo seu ambiente institucional. Um tipo de influência do ambiente institucional refere-se à comercialização dos produtos agroalimentares (LAGRANGE, 1995). Desse ambiente podem fazer parte diversos tipos de organizações não governamentais, como a dos agricultores e dos consumidores, e governamentais, como as que criam as normas e as que executam os serviços de controle de qualidade dos alimentos, por exemplo. As influências do ambiente institucional, no que se refere à legislação e ao serviço de inspeção sanitária, têm grande importância, pois seu maior ou menor nível de exigências em estrutura física pode representar grandes entraves para a comercialização dos produtos da ARPP. Dessa forma o conceito de qualidade dos alimentos pode influenciar as

5 A deinição de agroindústria rural de pequeno porte pode se relacionar a diversos aspectos, quantitativos e qualitativos, dependendo de cada realidade, o que torna difícil a construção de um conceito único e deinitivo. Tratamos, aqui, de levantar alguns aspectos (propriedade, gestão, mão de obra, tecnologia, matéria-prima, escala) que contribuem para uma melhor compreensão desse tipo de agroindustrialização. A ARPP é de propriedade dos agricultores familiares. Isso caracteriza um processo de verticalização da produção, ou seja, são os próprios proprietários das agroindústrias que produzem a matéria-prima principal e industrializam, participando de duas importantes etapas da cadeia produtiva. A posse e a gestão do empreendimento pode ocorrer individualmente ou, em geral, em uma organização de um grupo de agricultores. A organização de pequenos grupos de agricultores (associação, cooperativa, condomínio, microempresa) favorece uma otimização da estrutura disponível nas propriedades e a racionalização dos recursos investidos, principalmente na agroindústria. Além disso, possibilita o envolvimento de maior número de pessoas no processo produtivo (da matéria-prima e da industrialização), caracterizando-se, nesse caso, como um importante instrumento para a viabilização da ARPP. A gestão das pequenas agroindústrias também é desenvolvida pelos agricultores familiares associados, contando, para isso, com a assessoria de técnicos e com instrumentos adaptados à sua realidade. A mão de obra utilizada pertence às famílias proprietárias ou a outros agricultores próximos. Esse aspecto é fundamental para a promoção do desenvolvimento descentralizado, com ocupação da mão de obra familiar, associada a uma distribuição de renda mais equitativa no meio rural. A quantidade de mão de obra envolvida na industrialização em pequenas unidades está relacionada, principalmente, ao tipo de tecnologia adotada (tecnologia adaptada ou artesanal, por exemplo) e ao grau de automatização dos equipamentos. Em geral, as pequenas agroindústrias, por utilizarem equipamentos mais simples, envolvem, proporcionalmente, um maior número de pessoas no trabalho. Sobre a tecnologia observa-se que o nível de soisticiação dos equipamentos utilizados, geralmente, não é muito elevado, com baixo nível de automatização. Um importante aspecto a ser observado nesses equipamentos é a sua compatibilidade com a quantidade de produção prevista, o número de pessoas que trabalham na agroindústria, a viabilidade econômica da unidade e as tecnologias de processamento disponíveis. A decisão sobre o modelo tecnológico adotado pela ARPP geralmente está associada à adequação e/ou adaptação da tecnologia, principalmente em relação ao seu custo e à quantidade e qualidade dos produtos agroindustrializados. Destaque-se, entretanto, o advento, nos últimos anos, de novas tecnologias e de equipamentos industriais com certa miniaturização, que favorecem também as pequenas agroindústrias. A matéria-prima principal que abastece a ARPP geralmente é produzida pelos agricultores associados. Eventualmente uma pequena parte é adquirida dos agricultores próximos. A proximidade das pequenas agroindústrias das propriedades rurais dos agricultores associados facilita o aproveitamento de toda sua matéria-prima, com baixo custo de transporte. Outro aspecto relacionado ao uso de matéria-prima do próprio grupo é a garantia da sua qualidade. Destaque-se, aqui, a importância do uso de uma boa matéria-prima para a obtenção de produtos de qualidade ampla. A escala de produção da ARPP geralmente é compatível com o número de pessoas que trabalham, com o tamanho dos equipamentos e das instalações e com o nível tecnológico adotado. Uma referência que podemos citar, aqui, para a deinição de escala de produção, é a prevista no Decreto n. 3.100/1998 (SANTA CATARINA, 1998), em seu artigo 1ú, incisos III a XIII, onde é ixado um limite máximo de produção para cada tipo de produto. Quando a ARPP pertence a um grupo de agricultores, o limite será estabelecido pelo somatório da produção por sócio, desde que não ultrapasse cinco vezes a produção individual prevista. Além dessa deinição, outras podem ser tomadas, de acordo com o contexto local e cada tipo de projeto. Outras denominações usadas para identiicar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequeno estabelecimento de industrialização de alimentos, agroindústria de pequena escala, agroindústria caseira e agroindústria artesanal.

normas sanitárias para instalação de uma pequena agroindústria, os mecanismos de controle de qualidade e o modelo de organização do serviço de inspeção sanitária dos alimentos. Este debate está associado à proposta de um modelo descentralizado de agroindustrialização, que procura se inserir no mercado formal, respondendo a essa característica qualitativa dos alimentos.

Segundo, a discussão sobre a qualidade dos alimentos está relacionada com a crescente preocupação da sociedade com uma vida mais saudável e mais longa, numa associação de alimento com a qualidade de vida e longevidade. Ao longo de nossa história, o fator comercial/econômico tem se destacado na questão do controle da qualidade dos alimentos<sup>6</sup>. Destaque-se, entretanto, as mudanças significativas que vêm ocorrendo na alimentação, que no século passado baseava-se numa visão que associava alimentos a doenças e contaminações e agora à saúde. Mesmo com essa crescente associação entre alimentos e saúde, nos últimos anos, a busca da liberação para a comercialização ainda tem sido um fator decisivo para a criação de instrumentos legais, que podem significar, ao mesmo tempo, um controle técnico e um respaldo legal aos produtos.

Este tipo de debate deve oferecer subsídios para a determinação de políticas públicas voltadas para esses dois enfoques apontados: a qualidade de vida da população e a pequena agroindústria como um instrumento de desenvolvimento regional descentralizado. Procuramos, neste trabalho, levantar, primeiramente, algumas considerações sobre a visão convencional de qualidade dos alimentos. Em seguida, descrevemos os aspectos que devem ser considerados em uma nova visão de qualidade. Terceiro, falamos da sinalização da qualidade nos produtos e da normatização. Por fim, nas considerações finais, procuramos apontar algumas perspectivas para as pequenas agroindústrias visando sua inserção no mercado formal e em relação à qualidade ampla.

## Visão Convencional de Qualidade

A intensa (e crescente) concorrência que caracteriza as relações de mercado, hoje, coloca cada vez mais a importância da qualidade no contexto econômico e impõe novas relações comerciais. WILKINSON (1996), referindo-se à sociedade européia, afirma que a dinâmica econômica atual toma como referência a qualificação do produto, desenvolvendo uma espécie de obsessão com a qualidade e se caracterizando como um eixo importante das estratégias competitivas. Esse entendimento relaciona-se bem à realidade européia, principalmente no caso da França, onde as relações com o mercado e o debate sobre a qualidade vem acontecendo há mais tempo. No Brasil não temos esta “obsessão” com a qualidade no sentido colocado pelo autor, mas a utilização da qualidade principalmente como um instrumento de marketing. Dessa maneira, a qualidade pode não indicar necessariamente melhores alimentos, mas sim apenas um ponto de diferenciação ou de barganha na luta das empresas por espaço no mercado.

A qualificação dos produtos pode, ou deveria, ser entendida como uma forma de definir os produtos de acordo com as suas características qualitativas. Ou, ainda, um conjunto de informações apresentado aos consumidores sobre a qualidade dos alimentos. Uma implicação e até mesmo um desafio para os agricultores, neste caso, é a necessidade de estabelecer um “diálogo educativo” com os consumidores, evidenciando a qualidade dos seus produtos, na perspectiva de uma melhoria da qualidade de vida da população e da construção da cidadania.

Essa discussão nos remete a algumas questões importantes, que na área dos alimentos toma uma dimensão

6 O controle da qualidade dos alimentos teve início no período colonial e concentrava-se principalmente na investigação do estado de conservação e nas medidas e pesos dos alimentos importados. O objetivo dessa fiscalização estava centrado fortemente no aspecto econômico, procurando evitar possíveis prejuízos causados, principalmente, por algum tipo de fraude dos fornecedores internacionais (SELL, 1997, p. 70). A partir de meados do século 19 foram criados vários órgãos para cuidar da qualidade dos alimentos, ligados à Saúde Pública e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O primeiro, era fortemente ligado às questões de doenças e de higienização da população (MASSAKO, 1994, p. 18).

Essa ligação pode ter significado uma associação entre alimentos e as noções de doenças, influenciada internacionalmente pela valorização da ciência médica. Isto pode ser visto, por exemplo, nas campanhas sanitárias da época, que objetivavam uma legitimação (interna e externa) das práticas do Estado e de seus agentes, como portadores de um saber particular, de uma racionalidade intrínseca, com a fundamental contribuição de Oswaldo Cruz e Emílio Ribas, que gozavam de grande prestígio científico nos meios intelectuais, ainda segundo a autora citada (1994, p. 39). O segundo, continua (1994, p. 36), Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pode ter significado uma proximidade maior com os interesses econômicos do mercado dessa época.

ainda maior. Em que medida essa “qualidade”, convencionalmente tratada no “mundo econômico”, significa de fato uma oferta de melhores alimentos do ponto de vista, por exemplo, nutricional, ecológico, organoléptico, cultural, social? Diante disso, como conceituar qualidade ou quais aspectos devem fazer parte deste debate?

Houve uma melhoria, em alguns aspectos, da qualidade dos alimentos nestas duas últimas décadas. Entretanto, essas melhorias não podem ser tomadas somente como um fator positivo e também não representam, necessariamente, um avanço na qualidade desses produtos para a saúde e qualidade de vida da população. Isto é verdadeiro, em especial quando ela for tomada (pelas empresas) apenas como um instrumento para a definição de estratégias de conquista de mercado, considerando, por exemplo, apenas a apresentação e a facilidade de uso dos produtos. Nesse caso, na ansiedade de convencer os consumidores a comprar determinada mercadoria e na ausência de mecanismos claros e precisos de controle, um produto bem apresentado e com boa estratégia de marketing, mas de qualidade duvidosa, pode passar uma imagem enganosa aos consumidores. Isto caracteriza bem a contradição em que está colocada convencionalmente essa falsa discussão em torno da qualidade dos alimentos. A qualidade ampla que propomos necessita ser debatida abertamente dentro de um caráter de inclusão (social, econômica, política), que pode significar o fortalecimento de uma nova visão de alimentos associada à qualidade de vida e à cidadania.

Em nosso caso, ao analisarmos a legislação que se relaciona ao controle da qualidade dos alimentos, percebemos que os mecanismos e critérios previstos para liberação de alimentos para o consumo humano não levam em conta a multiplicidade de aspectos que compõem – ou que definem, num sentido amplo – a qualidade dos produtos. Tem-se um entendimento sobre o controle da qualidade dos alimentos, muitas vezes, que considera apenas a análise do ponto de vista sanitário, para constatar seus riscos de doenças ou a verificação da sua legalidade, objetivando a comercialização dos produtos. Nesse tipo de controle, com ênfase no aspecto sanitário, objetivando a diminuição de riscos de doenças, recupera a visão que associa alimentos a doenças, como vimos anteriormente. Ocorre, no entanto, que, mesmo para o caso da saúde das pessoas, não basta examinar o produto apenas nesse aspecto sanitário, nem mesmo examinar apenas o produto final e sim todos os aspectos ou fatores que interferem nesse processo, ao longo de toda a cadeia produtiva. A análise da matéria-prima que abastece as indústrias alimentícias, por exemplo, é uma preocupação importante neste debate. Nesse caso, não bastam mecanismos de controle apenas a partir da plataforma da indústria, desprezando as etapas anteriores da cadeia produtiva.

## Uma Nova Visão de Qualidade

Para alguns autores, como, por exemplo, LAGRANGE (1995), existem vários critérios e indicadores que implicam diferentes qualidades de um produto ou de um serviço. Esse autor considera que a qualidade ótima para o consumidor deve ser a síntese dessas várias qualidades. Dentre elas, destaca a qualidade sanitária (ou higiênica), quando um alimento não é nocivo à saúde; a nutricional, em função da satisfação das necessidades fisiológicas; a organoléptica, a que proporciona prazer ao consumidor; a facilidade de uso, ligada à comodidade; e a regulamentar, por respeitar as diversas normas. Essa visão considera os principais aspectos técnicos da qualidade. Esses aspectos são importantes em relação à saúde dos consumidores, em especial pela incorporação do aspecto nutricional.

Essa visão, dada sua importância, é incorporada, ao menos em parte, pelas novas orientações do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, conforme o “Manual Genérico de Procedimentos para APPCC em Indústrias de Produtos de Origem Animal”. A novidade constante nesse manual é a aplicação, ainda em caráter experimental, do método de “Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle” (APPCC), para os produtos de origem animal. Esse método prevê um sistema de prevenção e controle de problemas onde possam ocorrer perigos ou situações críticas, em todas as etapas da cadeia produtiva dos alimentos. Seus princípios básicos são: a) identificação do perigo; b) identificação do ponto crítico; c) estabelecimento do limite crítico; d) monitorização; e) ações corretivas; f) procedimentos de verificação; e g) registros de resultados.



Essa visão de “qualidade ótima” apontada por LAGRANGE (1995), entretanto, não responde à expectativa da população em relação a quem e como produz os alimentos. É necessário considerar outros elementos neste debate, principalmente aqueles relacionados aos aspectos social, cultural e ambiental, não contemplados aqui e que podem contribuir para o desenvolvimento mais equitativo da sociedade e para o respeito ao meio ambiente.

Além dos aspectos apresentados acima, que caracterizam a “qualidade ótima” (LAGRANGE, 1995), entendemos que ainda outros aspectos devem ser contemplados, caracterizando o conceito de **qualidade ampla** que estamos propondo, tais como o ecológico, o social, o cultural e a aparência. Isso vai além do que se define convencionalmente como um bom alimento, que considera apenas os aspectos sanitário e legal e que responde apenas às perguntas: é “nocivo” ou não? está legal ou clandestino? Assim, apresentamos, a seguir, os demais aspectos que, somados ao sanitário e ao regulamentar compõem a **qualidade ampla**.

### **a) Aspecto ecológico**

O aspecto ecológico refere-se às características do processo da produção da matéria-prima e da industrialização dos produtos, buscando-se consequências mais favoráveis para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente. No processo de produção primária, podem ocorrer contaminações da água, do ar ou do solo, ocasionadas por dejetos e/ou por resíduos de produtos tóxicos. Isso implica, por consequência, degradação ambiental irreparável e afeta a produção de alimentos e a saúde das pessoas. Sobre a questão ambiental, os pesticidas, os herbicidas e os fertilizantes de origem sintética são uma das fontes primárias de contaminação, resultando num dramático crescimento dos impactos negativos no meio ambiente<sup>7</sup>. Em relação à saúde da população, mesmo com todas as precauções indicadas pelas pesquisas para o uso dos agrotóxicos (como, por exemplo, o prazo de carência, os efeitos dos produtos tóxicos em animais), segundo AUBERT (1981), não há garantias suficientes aos consumidores. Essa afirmação tem base em quatro pontos principais: a) certos efeitos podem aparecer a longo prazo, até mesmo em outras gerações; b) a extrapolação de resultados de pesquisa em alguns animais para os homens deve ser relativizado, pois um produto pode ser mais tóxico para um animal do que para outro ou para o homem; c) dificuldade em fixar normas, pelas variações da realidade de um país para outro e pelas variações que podem aparecer ao longo do tempo; e d) pelos efeitos conjuntos e globais de vários tipos de agrotóxicos que podem ser “consumidos” corriqueiramente pelo homem. Da mesma forma, os adubos de origem sintética, acrescenta o autor, podem modificar a composição das plantas e, por consequência, significar uma ação desfavorável para a qualidade biológica dos alimentos e para a saúde do consumidor.

BRITO (1999), discutindo a qualidade do leite, afirma que fatores como a higiene e a saúde dos animais, os cuidados na ordenha, a refrigeração e o não uso de antibióticos e vermífugos nos animais, são fundamentais para garantir uma matéria-prima de boa qualidade. Acrescenta, ainda, que isto já poderia melhorar consideravelmente a qualidade do produto final.

Na industrialização, além de não serem identificadas as possíveis contaminações da matéria-prima, principalmente pelos agrotóxicos, ela pode sofrer outros tipos de contaminações. É o caso dos produtos químicos acrescentados aos alimentos com o interesse de melhorar principalmente a sua conservação, o seu sabor e a sua aparência. Ainda nessa fase da cadeia produtiva, pode haver consequências indesejáveis ao ambiente, através de resíduos químicos e industriais, quando colocados indevidamente na água, no solo ou no ar.

Esses diversos tipos de contaminações (na produção primária e na industrialização), nem sempre são considerados nocivos à saúde e ao ambiente, ou então não são analisados por quem faz o controle de qualidade e nem mesmo são perceptíveis ao consumidor. É possível, assim, que muitos produtos atestados para o consumo humano possam conter características indesejáveis, acarretando em prejuízos na sua qualidade final.

<sup>7</sup> Conforme GUIVANT (1997). Essa autora discute o caso das contaminações ocasionadas, especialmente, pela suinocultura altamente intensiva no Oeste Catarinense. Resultante desses criatórios, a autora cita os dejetos dos suínos como outro importante exemplo de contaminação ambiental.

e na saúde da população. Determinar regras e estender os mecanismos de controle para a obtenção de uma matéria-prima “limpa”<sup>8</sup> pode ser um elemento determinante para alcançar resultados positivos em relação à qualidade ampla de um produto. O padrão tecnológico adotado, tanto na produção da matéria-prima, quanto na industrialização, torna-se, dentro desse conceito, um importante indicador para a definição e identificação dos chamados produtos ecológicos (ou orgânicos, ou naturais).

### b) Aspectos facilidade de uso, organoléptico e aparência

Os conservantes usados na composição dos alimentos têm relação, também, com o aspecto da **facilidade de uso**, apontado por LAGRANGE (1995). Não resta dúvida sobre a importância do papel dos conservantes na ampliação da “vida” útil dos produtos comestíveis, o que é bom para os varejistas e para os produtores. A possibilidade de estocagem por um tempo mais longo e a melhor manipulação, destaque-se, são características fundamentais para a competitividade dos produtos e para a redução do seu custo inercial. Para os consumidores, pode representar, também, maior **facilidade de uso** e de manuseio dos alimentos. Porém, o uso de conservantes sem critérios técnicos claros pode ser questionado, uma vez que muitos deles, convencionalmente usados na produção dos alimentos, podem prejudicar a saúde dos consumidores. Outro caminho para obtenção de uma vida mais longa para os alimentos pode estar na qualidade da matéria-prima. BRITO (1999) aponta para a importância de uma matéria-prima de boa qualidade, possibilitando um produto com maior vida útil (exemplo do leite). Indica, ainda, a importância de obter um produto de qualidade **organoléptica** e de boa **aparência**. A aparência é a qualidade mais fácil de ser avaliada. É a qualidade que se vê e à qual o consumidor é mais sensível. Nesses aspectos (organoléptica e aparência) incluem-se a cor, o aroma, a textura, o sabor e outros, ligados principalmente ao prazer dos consumidores, procurando manter as características originais dos alimentos, mesmo quando industrializados.

### c) Aspecto nutricional

Lembramos, ainda, o aspecto **nutricional** dos alimentos, que tem grande importância para a satisfação e para o equilíbrio fisiológico das pessoas. Para LAGRANGE (1995), os alimentos devem ter como primeira função nutrir, fornecendo em quantidade e qualidade os nutrientes de que o organismo humano necessita. Sua composição (os nutrientes) também deve ser analisada, assim como os demais fatores já mencionados. Um alimento se justifica como tal, do ponto de vista fisiológico, quando sua composição de nutrientes for favorável à nutrição humana.

<sup>8</sup> Livres de contaminações com resíduos de agrotóxicos e/ou de adubos sintéticos.



#### d) Aspecto social

Outro aspecto importante que incorporamos ao debate sobre o conceito de qualidade, é o **social**. As discussões em torno de um desenvolvimento sustentável apontam a importância da característica da **inclusão**. Isto remete à construção de um modelo de desenvolvimento que busque a inclusão e a participação das pessoas em todo o processo produtivo (como protagonistas) e, ao mesmo tempo, gere produtos de qualidade e acessíveis para todos. Neste caso dos consumidores, a questão que deve ser colocada é a necessidade de produção de alimentos de qualidade ampla a preços condizentes com a realidade socioeconômica da maioria da população. Isto implica a necessidade de pesquisa que resulte na geração de tecnologias adequadas a essa realidade. Não se trata aqui de relegar a importância dos avanços tecnológicos – os quais nem sempre são importantes de fato para a qualidade dos alimentos e para a inclusão social –, mas sim produzir e colocar tecnologias adequadas (e adaptadas) a serviço da geração de produtos acessíveis a toda a população, de novos postos de trabalho e de uma distribuição de renda mais equitativa. Um produto de qualidade ampla deve, portanto, contemplar esse caráter de desenvolvimento e de inclusão social que contribua para a construção da cidadania.

#### e) Aspecto cultural

Este debate se relaciona também com o aspecto cultural. As mudanças que vêm ocorrendo, de ordem econômica e tecnológica (associadas também ao êxodo rural), têm contribuído para um progressivo esvaziamento das tradições culturais do meio rural (especialmente as ligadas aos hábitos alimentares). Percebe-se, também, a influência dos produtos “convencionais” e/ou “urbanos”, industrializados em larga escala, na alimentação da população rural. Em contrapartida, por parte dos consumidores urbanos, conforme pesquisa realizada em Santa Catarina (OLIVEIRA et al., 1999), parece haver o início de uma busca por produtos “coloniais”, ou seja, aqueles produzidos pelos agricultores, em pequena escala e oriundos de pequenas agroindústrias. Esses resultados podem representar uma inclinação da população na busca de alimentos associados aos valores culturais típicos do meio rural e da agricultura familiar.

### Normatização e Sinalização da Qualidade

A sinalização nos produtos é uma forma de tornar acessíveis aos consumidores as informações acerca das características das mercadorias expostas à venda. Essa sinalização é necessária devido à dificuldade de, corriqueiramente, os consumidores identificarem o nível de qualidade dos produtos. A reversão dessa situação de desinformação pode ocorrer à medida que houver um sistema de comunicação entre quem produz e quem consome, demonstrando quais aspectos de qualidade estão contemplados. Quando, por meios de sinais previamente estabelecidos, o consumidor pode identificar a qualidade do produto, ela deixa de representar apenas um diferencial para obter sucesso nas vendas. Passando a sinalização a ser obrigatória e regulamentada por leis, podemos dizer que o produto sinalizado adquire então um caráter de conformidade em relação a determinado conceito ou padrão de qualidade. É este “conceito referencial” que estabelece os aspectos que devem ser sinalizados, categorizando os produtos pela presença ou não de certas características qualitativas. A normatização sobre o processo de sinalização deve indicar uma linguagem única para os diversos atores envolvidos, principalmente para os consumidores definirem a escolha do produto desejado, satisfazendo sua expectativa.

Para exemplificar essa necessidade de sinalização dos aspectos definidores da qualidade, podemos citar novamente pesquisa realizada entre consumidoras catarinenses (OLIVEIRA et al., 1999). No Quadro I são apresentados os principais critérios que os consumidores entrevistados consideram para a tomada de decisão de compra:

**Quadro I – Grau de importância dos requisitos que interferem na decisão de compra**

REQUISITO	VALOR MÉDIO
Controle de qualidade	9,49
Qualidade geral	9,48
Aparência	9,06
Embalagem segura	9,01
Inspeção	8,60
Atendimento ao consumidor	8,47
Preço	8,39
Composição nutricional	8,35
Garantia de origem	8,07
Conhecer o produtor	7,64
Produto diferente	6,58
Marca conhecida	6,56
Embalagem bonita/atratante	5,42

1= sem importância – 10= extremamente importante

Observa-se nesse quadro que o controle de qualidade, a qualidade geral, a aparência, a embalagem segura, a inspeção, o atendimento ao consumidor, o preço, a composição nutricional e a garantia de origem tiveram nota superior a 8 (oito), caracterizando principalmente esses critérios como decisivos para a decisão de compra, na opinião das entrevistadas. Esses aspectos reforçam este debate sobre a necessidade da sinalização da qualidade dos alimentos e do seu controle.

Tomando como referência a qualidade ampla, cada um ou o conjunto dos aspectos considerados nesse conceito deve determinar um tipo de sinal passível de compreensão e, ao mesmo tempo, aceite por toda a sociedade. Isto pode representar o início de um processo de consolidação de uma nova visão de qualidade dos alimentos, em especial, substituindo o caráter estritamente comercial. Compreendida dessa forma, a sinalização e a qualidade podem representar também uma contribuição para o processo educativo dos consumidores e para a construção de cidadania.

A sinalização da qualidade remete à necessidade de criação de normas (leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais), conforme indicamos anteriormente. Essa normatização serve para a definição dos critérios, comuns e objetivos, que distinguem ou que categorizam os produtos. Não menos importante que o debate sobre a qualidade é a definição dessas normas para avaliar e sinalizar os produtos. Essa normatização deve ser aceita (e/ou acordada) pelos diversos atores da cadeia, dos produtores aos consumidores. São nesses instrumentos legais que geralmente se definem o conceito e os mecanismos que intermedeiam a sinalização.

Essa discussão, entretanto, não significa que todos esses aspectos da qualidade ampla devem ser obrigatoriamente identificados. Podemos considerar, para efeito didático, dois tipos de aspectos: os de **informação obrigatória**, como, por exemplo, o **sanitário**, o **legal**, o **nutricional** e o **ecológico**, definindo uma espécie de qualidade obrigatória; e os que podemos considerar de **informação não obrigatória** ou **opcional**, como, por exemplo, o **cultural**, o **social**, a **aparência** e a **facilidade de uso**, que podem ser considerados como de qualidades não obrigatórias. Neste último caso, não necessariamente é feito um controle legal (por um serviço oficial diretamente) dos aspectos de qualidade não obrigatória, principalmente estando bem claras as informações sobre os produtos ou existindo um contato direto do consumidor com o produtor, estabelecendo uma relação de confiança.

Sobre os serviços de inspeção ou de fiscalização, entendemos que ao menos naqueles **aspectos obrigatórios**,

além de serem identificáveis pelos consumidores, deve haver o controle por serviço oficial, gerido por um conselho composto pelo Estado e pela sociedade civil organizada<sup>9</sup>. Para isso, é necessária uma normatização que dê conta de disponibilizar critérios que orientem essa fiscalização e a maneira correta de produzir os alimentos. No caso do controle dos **aspectos não obrigatórios**, as formas e os mecanismos de sinalizá-los nos produtos podem ser regulamentados, para que, quando usados, sejam aceitos e entendidos por toda a população, ou seja, que deem uma linguagem única e clara para todos os segmentos da cadeia produtiva e para os consumidores.

## Considerações Finais

Este tipo de debate pode contribuir para a criação e/ou reorientação de políticas públicas, tanto aquelas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, quanto para a constituição de um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento regional, tendo na pequena agroindústria uma importante alternativa.

Conceituar qualidade pode ser considerado uma tarefa difícil, principalmente para o caso dos alimentos, dada sua importância e complexidade. Essa complexidade relaciona-se aos diferentes aspectos que determinam o conceito de qualidade e aos diversos atores participantes em uma cadeia produtiva. Sobre esses atores envolvidos, tais como o agricultor, a indústria, o distribuidor, o preparador (em caso de restaurantes), o consumidor, além dos inspetores sanitários, cada um deles comporta visões e interesses próprios sobre as características que um bom produto deve apresentar (LAGRANGE, 1995).

A vasta gama de fatores que deitem a qualidade ampla, somada às diferentes visões dos atores sociais, caracterizam uma heterogeneidade de critérios e de indicadores para avaliar um produto. Esse conjunto de critérios e mecanismos devem ser contemplados na normatização do controle da qualidade e da sua sinalização. No Brasil, muitas dessas normas já existem, como, por exemplo, a sanitária e a ambiental. Entretanto, não contemplam os aspectos mais abrangentes, determinando uma qualidade restrita às questões de higiene e de legalidade, conforme apontamos anteriormente. Essas normas não consideram, por exemplo, o conjunto de aspectos que categorizam os produtos dentro do conceito de qualidade ampla proposto neste trabalho. Ainda sobre a normatização, ao mesmo tempo que regulamenta o serviço de inspeção dentro de uma nova visão de qualidade, ela não deve representar entraves (como a estrutura física das instalações, por exemplo) para a implantação da pequena agroindústria.

A ARPP, geralmente ligada à agricultura familiar, vem se caracterizando como uma importante produtora de alimentos com aproximação a esse conceito de qualidade ampla. Os produtos oriundos desse tipo de indústria são de grande qualidade biológica, social e cultural. Para as consumidoras catarinenses questionadas na pesquisa mencionada acima<sup>10</sup>, os alimentos produzidos nas pequenas agroindústrias rurais apresentam uma imagem bastante favorável sobre a sua qualidade. Das entrevistadas, 86,5% deram notas superiores a 7 para a sua qualidade, numa escala de 1 (péssima) a 10 (ótima), demonstrando um julgamento positivo sobre as variáveis qualitativas dos produtos da pequena agroindústria. Sobre o hábito de consumo, 63% das consumidoras declararam que costumam consumir esse tipo de produto. A pesquisa mostra, ainda, que esse consumo apresenta uma relativa constância. Das entrevistadas, 32% compram uma vez por mês; 30%, uma vez a cada 15 dias; e 23%, uma vez por semana. Não se trata, portanto, de uma compra que poderia ser considerada esporádica.

Essa maneira de focar a qualidade, levando em conta todos os aspectos levantados, pode se caracterizar como um importante instrumento para a inserção dos agricultores familiares (e suas pequenas agroindústrias) no mercado formal, promovendo a sua inclusão social e econômica. Para isso, é necessário desenvolver uma estratégia de **diálogo educativo** da ARPP com os consumidores sobre os seus produtos. Esse processo de

<sup>9</sup> Ver mais em PREZOTTO, 1999.

<sup>10</sup> Realizada em Santa Catarina, na Grande Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó e Criciúma, no período de 1997/1998. A pesquisa entrevistou 750 mulheres (decisoras de compra da família), com idade acima de 20 anos e renda familiar acima de R\$ 480,00 por mês, sendo que 86% delas tem renda entre R\$ 480,00 e R\$ 2.829,00.

comunicação sobre a qualidade dos produtos pode se dar diretamente dos produtores com os consumidores ou através de um mecanismo de sinalização nas embalagens dos produtos, conforme indicamos anteriormente.

Uma das formas de comunicação direta pode ser através da venda direta dos produtos (cestas com entrega de casa em casa, feiras etc.), possibilitando um contato do produtor com o consumidor. De outra forma, pode ocorrer através da organização de redes de fornecedores (de pequenas agroindústrias, por exemplo) e dos consumidores (associações, cooperativas de consumo ou de moradores ou de bairros), com base na credibilidade estabelecida entre quem produz (as redes) e quem consome (organizações dos consumidores). Para isso pode ser acordado pelas duas partes o padrão de qualidade desejado dos produtos. Nesse caso, a qualidade dos produtos é interpretada por meio da avaliação dos produtores e de suas organizações. Esse tipo de comunicação entre produtores e consumidores, que pode ser promissor para a realidade brasileira, já acontece, com sucesso, em outros países, como, por exemplo, na França, onde existem produtores organizados para esse fim<sup>11</sup>.

Concluindo, a necessidade do debate em torno das normas e dos mecanismos que caracterizam a qualidade dos produtos deve-se, por um lado, à importância dos alimentos para a qualidade de vida e para a longevidade da população. Por outro, para a constituição de um **ambiente institucional** favorável à ARPP. Em novos estudos, este tema, diante de sua relevância, deve merecer maior profundidade, indicando mecanismos e elementos para compor políticas públicas e consolidar uma nova visão de qualidade dos alimentos associada à cidadania e ao desenvolvimento regional descentralizado, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e econômica.



<sup>11</sup> Sobre isso, ver WILKINSON, 1996.

## Referências

- AUBERT, C. L'agriculture biologique. Nouvelle édition (4<sup>o</sup>). Paris: Le Courrier du Livre, 1981.
- BRITO, J. R. F. Qualidade de leite se faz com compromisso. Balde Branco, fev. 1999, p. 9-12. Entrevista.
- CONTAG. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável [Documento-base].
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 7., 30 mar.-4 abr. 1998. Brasília, 1998.
- DA SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. 2. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisa, 1).
- DA VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. Caxambu, 1996. (Comunicação ao GT Processos Sociais Agrários do XX Encontro Nacional da ANPOCS).
- DA VEIGA, J. E.; ABRAMOVAY, R. Análise (diagnóstico) da inserção do Pronaf na Política Agrícola: 1\_ Relatório (de andamento). Convênio IPEA/FIPE n. 07/97, 1997.
- GUIVANT, J. S. Suinocultura e poluição: os desafios de implementar uma política de controle ambiental. Florianópolis, SC: UFSC, 1997. 28p. (Cadernos de Pesquisa, 12).
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.
- LAGRANGE, L. La commercialisation des produits agricoles et alimentaires. 2. éd. Paris: Tec & Doc, 1995. (Collection agriculture d'aujourd'hui).
- LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Unicamp, 1993.
- MASSAKO, I. Cem anos de saúde pública: a cidadania negada. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. (Prismas).
- MATTEI, L. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. Idéias & Ações, ano 2, n. 4, abr. 1998.
- North, Douglass, The Nobel Prizes 1993, Editor Tore Frangsmyr, (Nobel Foundation), Stockholm, 1994
- OLIVEIRA, J. A. V.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. et al. Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina. Florianópolis, SC: Cepagro, 1999. 51 p.
- PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- SANTA CATARINA. Decreto n. 3.100, de 20 de julho de 1998. Aprova o regulamento das normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, n. 15.963, 20 jul. 1998.
- SELL, S. C. Controle institucional de riscos alimentares: uma análise a partir de Florianópolis. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, nov. 1997.
- SILVA, J. B. da; GILES, A. Pronaf Agroindústria: documento referencial. Brasília: MA/SDR, 1998. 48 p.
- SILVESTRO, M. L. Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste Catarinense. 349 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos et al. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para Discussão). Florianópolis, 1996.
- WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. Apresentado no Workshop de Campinas, dez. 1996.





# Trabalho FAO/INCRA Revela Aumento da Participação da Agricultura Familiar

**Carlos E. Guanzioli<sup>1</sup>**

guanzi@ism.com.br

**Alberto Di Sabato<sup>2</sup>**

alberto@economia.uf.br

**Antônio M. Buainain<sup>3</sup>**

buainain@eco.unicamp.br

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, divulgados ontem pelo IBGE, podem ser desagregados em duas categorias de produtores (familiares e não familiares), mediante tabulações especiais, conforme metodologia conhecida como “FAO/INCRA”, que foi elaborada, entre outros<sup>4</sup>, pelos autores deste artigo no ano de 2000 e que desde então vem sendo utilizada como referência.

O Censo de 2006 revela que o número de agricultores familiares cresceu no decênio entre os censos, passando de 4.100 milhões para 4.551.967 (aumento absoluto de 10%), o que representa 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. O Valor Bruto da Produção dos agricultores familiares em 2006 foi de R\$57,5 bilhões, correspondente a **40,03%** da produção agropecuária total. Essa produção é realizada em 32,36% da área total dos estabelecimentos, totalizando 106 milhões de hectares. O fato de a área ser proporcionalmente menor à participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares em relação aos não familiares (ou patronais).

Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados) a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13.048.855 de pessoas, ou seja, 78,76% do total da mão de obra no campo.

A agricultura familiar, cuja importância econômica e social já havia sido revelada, ganhou mais espaço. Em relação ao Censo de 1996<sup>5</sup> houve, como já mencionado, aumento no número de estabelecimentos familiares; também cresceu sua participação no PIB agropecuário, que passou de 37,91%, em 1996, para 40,03%, em 2006, no pessoal ocupado e na área ocupada por estabelecimentos familiares, como mostra a tabela seguinte:

---

1 Professor Associado II da Faculdade de Economia/UFF.

2 Professor Associado I da Faculdade de Economia/UFF.

3 Professor Livre-Docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

4 Ver as seguintes publicações: Novo retrato da agricultura familiar. Brasília: MDA/FAO, 2000; e GUANZIROLI, Carlos et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Participaram também, na época: Gilson Bittencourt, Ademar Romeiro, Gervásio Rezende, Shigeo Shiki, Sílvia Cardim, Elizabeth Prescott, Gilberto Bampi, Josias Alvarenga, Leopoldo Viégas, Maria Alice Alves, Marlon Barbosa e Paulo Loguercio.

5 Embora possa haver algumas diferenças metodológicas a se considerar.

**Tabela 1 – Participação dos Estabelecimentos Familiares em Variáveis Seleccionadas – Brasil – 1996 e 2006**

Variável	1996	2006	Pontos Percentuais de Aumento
Número de Estabelecimentos	85,17	87,95	2,12
Valor Bruto da Produção	37,91	40,03	1,88
Área dos Estabelecimentos	30,48	32,36	1,91
Pessoal Ocupado	76,85	78,76	2,12

O aumento da participação da agricultura familiar na produção agropecuária, em uma década de forte expansão do setor, confirma a importância econômica desse segmento, que além de produzir alimentos passou a integrar as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo para o dinamismo do agronegócio brasileiro entre o final do século 20 e esta década.

Se agricultura familiar fosse sinônimo de agricultura de “subsistência ou camponesa”, como muita gente pensa, o boom do agronegócio tê-la-ia relegado a uma posição de insignificância, o que, como se vê, não foi o que ocorreu na última década.

A metodologia aplicada para delimitar o universo da agricultura familiar e estimar sua contribuição econômica e social não se circunscreve à pequena agricultura. Do nosso ponto de vista, o conceito de agricultor familiar é diferente do conceito de pequeno produtor. A metodologia FAO/INCRA caracteriza e diferencia um agricultor familiar de um agricultor patronal em função das relações sociais de produção, isto é, do tipo de trabalho utilizado no estabelecimento e não em função do tamanho. Os familiares são aqueles que usam no estabelecimento quantidade de trabalho familiar maior do que o assalariado ou contratado (UTF > UTC, ou seja, Unidades de Trabalho Familiar maior que Unidades de Trabalho Contratado). Ao contrário do cálculo realizado em outros países, não foi utilizado o tamanho do estabelecimento ou o valor das receitas para definir os agricultores familiares, porque nesse caso tratar-se-ia de uma definição de outra categoria, a de pequeno produtor, que pode camuflar relações sociais diferentes (pequeno em área, mas patronal; ou grande em área, mas familiar). O importante é identificar aqueles que trabalham *pari passu* com alguns poucos empregados e que moram no campo, porque são eles, os agricultores familiares, os que geram mais emprego, contribuem na desconcentração fundiária e deídem assim o rumo do desenvolvimento rural.

Nesta metodologia, que foi adotada de forma abrangente pelo setor público e acadêmico, os limites de área para ser considerado familiar são mais amplos que os da lei de agricultura familiar (que é de 4 módulos iscais). Na nossa metodologia, foi adotado um limite de área para cada região, que corresponde a 15 vezes o módulo médio regional<sup>6</sup>, calculado de acordo com a tabela de módulos iscais municipais em vigor. Assim, os limites de área foram os seguintes, de acordo com a região: Norte, 1.122,0 ha em 1996 e 1.155,2 ha em 2006; Nordeste, 694,5 ha em 1996 e 693,9 ha em 2006; Sudeste, 384,0 ha em 1996 e 348,2 ha em 2006; Sul, 280,5 ha em 1996 e 279,3 ha em 2006; e Centro-Oeste, 769,5 ha em 1996 e 650,7 ha em 2006. Incluem-se, dessa forma, na tipologia de familiar, agricultores que moram e trabalham no campo e extraem sua renda com uso predominante, embora não exclusivo, do trabalho familiar.

Uma parte desses agricultores possui, portanto, tamanho suficiente para desenvolver uma agricultura moderna, empresarial, com escala de produção e, nesse sentido, pode se apropriar dos ganhos gerados pela principais cadeias do agronegócio (complexo soja, fruticultura, laticínios etc.). São parecidos com o modelo do *family farm* americano. Outros se restringem a participar das cadeias de produtos alimentares, contribuindo também com

<sup>6</sup> Desse modo, procurou-se estabelecer uma aproximação com o que dispõe a legislação, tendo em vista que o limite máximo legal da média propriedade é de 15 módulos iscais.



o aumento na participação do PIB agropecuário enunciado acima. E existem também, sem dúvida, aqueles de subsistência, mais parecidos com os camponeses do que com os agricultores familiares empresariais antes descritos.

As maiores variações na participação da agricultura familiar aconteceram nas Regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em função também do efeito das políticas públicas (Pronaf, PCPRs etc.), como mostra a tabela que segue.

**Tabela 2 – Participação Percentual da Agricultura Familiar na Produção Regional – Brasil – 1996 e 2006**

Região	1996 (%)	2006 (%)
Norte	58,26	69,4
Nordeste	42,98	51,93
Sudeste	24,43	23,66
Sul	57,13	57,53
Centro-Oeste	16,31	16,96

Fonte: IBGE, **Censos agropecuários 1995-1996 e 2006**. Tabulações especiais.

Nas outras regiões, ou cresceu pouco (Sul e Centro-Oeste), ou caiu em termos relativos, como no Sudeste, onde houve uma pequena redução. Mas a manutenção da mesma participação relativa não significa que teria havido estagnação desse segmento de agricultores. Pelo contrário, como foi nessas regiões (Sul e Centro-Oeste) que se verificou o mais acentuado boom do agronegócio, manter a mesma participação significa que a agricultura familiar cresceu **no mesmo ritmo** que a não familiar (patronal), também no seio do agronegócio, ou seja, acompanhou esse boom.

Estas informações preliminares indicam mudanças significativas no campo brasileiro, que serão detalhadas nos estudos que se seguirão ao lançamento do Censo.

# Agroindústria Rural no Brasil: Experiências Bem-Sucedidas e Malsucedidas

**Carlos E. Guanzioli**

Consultor do IICA. Professor Associado II. Faculdade de Economia da UFF

## 1 - Introdução

A questão da agroindústria vem sendo discutida nos últimos anos com base em descrições e análises do agronegócio empresarial de grande porte, tanto nas modalidades de integração horizontal (por contratos), como nas modalidades de mercados spot e de integração vertical.

Esse tipo de agroindústria captou a atenção da maior parte dos pesquisadores por causa do sucesso evidente que teve e está tendo no Brasil e em outras partes do mundo.

Existem, no entanto, outras modalidades de agroindústria menos estudadas e que remetem mais à problemática do desenvolvimento rural e da agricultura familiar em particular. Estamos falando da chamada agroindústria rural, ou também conhecida como agroindústria artesanal.

Após as pesquisas do RurUrbano, do professor Graziano da Silva, ficou evidente que os agricultores familiares não poderiam depositar suas esperanças unicamente na produção agrícola, já que essa atividade estaria contribuindo cada vez com menor parcela da renda rural das famílias e que, portanto, dever-se-iam buscar outras formas de gerar renda, como, por exemplo, através do beneficiamento da produção.

Na verdade, essa forma de agroindustrialização sempre existiu no Brasil e sempre atuou em consonância com a própria produção agrícola. Na maior parte dos casos trata-se de beneficiamento da própria produção, o que gera uma renda complementar da renda agrícola, mas que não poderia existir se a atividade agrícola desaparecesse, ou seja, o que teria dado certo e evoluído no Brasil não seria uma forma de agroindústria rural (ou turismo rural) independente ou autônomo em relação às atividades corriqueiras do produtor rural familiar.

No texto que segue mostramos casos de agroindústria rural que teriam sido bem-sucedidos, que são os tradicionais, ligados a atividade do produtor, e também mostramos as enormes dificuldades e limitantes que as políticas públicas têm enfrentado para implantar unidades autônomas de agroindústria rural artesanal, principalmente em suas variantes coletivas.

Surgem destas análises sugestões de políticas que permitam aperfeiçoar e, dessa forma, viabilizar e expandir as agroindústrias rurais no Brasil.

Na primeira parte deste trabalho procura-se conceitualizar o tema da agroindústria rural, segue a isso uma quantificação do fenômeno no Brasil. Na terceira parte tenta-se classificar diferentes tipos de agroindústrias rurais, seguido por uma exposição de casos positivos ou de sucesso. No final destacam-se os limitantes e os problemas enfrentados pelas políticas públicas que tentaram incentivar a criação desse tipo de atividade com base na organização coletiva.

## 2 - Agroindústria Rural: O que significa?

Como existem muitas caracterizações diferentes do termo acima, temos decidido criar um quadro que sistematiza algumas variáveis da agroindústria rural, tais como: propriedade, gestão, mão de obra, tecnologia, matéria-prima, escala.

**Quadro 1 – Elementos que compõem o conceito de Agroindústria Rural**

Vetores do Desenvolvimento	Descrição da Variável	Consequência
<b>Propriedade</b>	Dos próprios agricultores familiares – produzem a matéria-prima e a industrializam	Verticalização da produção
<b>Gestão</b>	Por agricultores familiares de forma individual ou associativa	Necessidade de capacitação e assessoria técnica
<b>Mão de obra</b>	Das famílias envolvidas	Geração de emprego
<b>Tecnologia</b>	Nível de sofisticação dos equipamentos utilizados, geralmente, não é muito elevado, com baixo nível de automatização	Necessidade de desenvolver novas tecnologias e equipamentos industriais com uma certa miniaturização, que favorecem também as pequenas agroindústrias
<b>Matéria-prima</b>	Produzida pelos agricultores familiares ou comprada nas vizinhanças	Baixo custo de transporte e maior qualidade
<b>Escala de produção</b>	Compatível com o número de pessoas que trabalham, com o tamanho dos equipamentos e das instalações e com o nível tecnológico adotado	O limite pode ser estabelecido pelo somatório da produção por sócio, desde que não ultrapasse cinco vezes a produção individual prevista

Fonte: Elaboração própria, a partir de conceitos elaborados por PREZZOTO (2002)

Como pode se observar acima, as agroindústrias rurais trabalham basicamente com a matéria-prima produzida nos seus estabelecimentos, ou seja, não constituem unidades autônomas e independentes. A produção agroindustrial complementa a renda obtida na agricultura.

Por esse motivo o seu estímulo, quase sempre, virá também do estímulo das atividades agrícolas propriamente ditas – como a produção de leite, de cana-de-açúcar, de mandioca, de frutas, de milho, de suínos etc. –, dado que essa produção é que será beneficiada e/ou transformada pela indústria rural.

A partir desta conceitualização pode-se pensar também numa tipologia de agroindústrias familiares. Essa tipologia toma em consideração a relação do processamento de alimentos com a dinâmica da agricultura familiar, a relação com o mercado, a validação social ou legal da qualidade e sua vinculação com o saber intergeracional.

O quadro que segue, elaborado com base no trabalho de GUIMARÃES e SILVEIRA (2008), pode servir de ilustração sobre essa tipologia:

**Quadro 2 – Tipologia de Agroindústrias Rurais**

Tipo de Agroindústria Rural	Relação com Agricultura	Relação com Mercado	Validação Legal	Aspectos Culturais
<b>Agroindústria Caseira</b>	Sem equipamentos específicos	Prioriza o consumo e vende excedente em mercados locais	Informalidade e nenhum controle sanitário	

<b>Agroindústria Familiar Artesanal</b>	Produtos típicos da culinária característica de determinada região	Direcionado ao mercado local/regional	Segue Boas Práticas de Fabricação (BPF), visando avançar na qualidade sanitária	Caráter artesanal do produto final, ligado a um saber intergeracional
<b>Agroindústria Familiar de Pequeno Porte</b>	Agroindústria convencional de pequena escala, surge como oportunidade de renda para uma família ou grupo de famílias	Mercados regionais e ou nacionais	Parâmetros são os mesmos das grandes indústrias, em termos de controle sanitário	Não há nenhum saber fazer específico a ser valorizado, mas um saber fazer apreendido na área de tecnologia de alimentos

Fonte: Elaboração própria, com base no trabalho de GUIMARÃES e SILVEIRA (2010..)

Outros autores (PREZZOTO, 2002) usam denominações semelhantes para identificar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte, tais como: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequeno estabelecimento de industrialização de alimentos, agroindústria de pequena escala, agroindústria caseira e agroindústria artesanal.

Mas o quadro acima revela que existem pelo menos três tipos de agroindústrias: as caseiras, que não respeitam a legislação sanitária e produzem só para consumo; as artesanais, que são as que incorporam o saber familiar e tradicional e buscam formas de se adequar às necessidades de qualidade; e as pequenas indústrias, que são quase iguais às grandes, diferenciando-se apenas pelo tamanho.

## Importância Relativa da Agroindústria Rural no Brasil

Analisar a importância social e econômica que esta indústria rural tem para o país é fundamental para que ela seja tratada como uma especificidade importante para o desenvolvimento do espaço rural e não apenas como algo excepcional ou estranho dentro do espaço agrícola.

FLORES (2002) mostra, com base no Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE, que as atividades relacionadas à indústria rural estão presentes em, pelo menos, 18,26% (887.411 em 4.859.865) do total dos estabelecimentos.

Os produtos que apresentam maior presença são a farinha de mandioca, o queijo e o requeijão. Esses produtos estão presentes em 13,45% e 7,38%, respectivamente, dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Coluna 3 da Tabela 1).

**Tabela 1 – Principais Produtos da Indústria Rural Brasileira e Contribuição Média para a Receita Monetária nos Estabelecimentos até 100 hectares – 1995-1996**

Produtos (1)	Informantes		Quantidade (T)			Contribuição Média à Receita Monetária nos estab. < 100 ha ** (7)
	Número (2)	% * (3)	Produzida (4)	Vendida (5)	(5) / (4) % (6)	
Açúcar	31.129	0,64%	19.831	16.280	82,09%	R\$ 76,08
Aguardente de Cana	21.765	0,45%	106.980	93.953	87,82%	R\$ 1.793,89
Aguardente de Frutas	275	0,01%	107	53	49,77%	R\$ 198,73
Aguardente de Uva	927	0,02%	341	48	14,16%	R\$ 54,17
Alcool de Cana	377	0,01%	4.865	4.683	96,26%	R\$ 906,52
Apara de Mandioca	6.166	0,13%	4.613	1.205	26,13%	R\$ 25,55
Azeite de Dendê	1.515	0,03%	2.926	2.853	97,48%	R\$ 736,42
Canjica de Milho	3.100	0,06%	355	56	15,87%	R\$ 6,87

Canjiquinha de Milho	950	0,02%	687	18	2,67%	R\$ 4,56
Carimã de Mandioca	1.814	0,04%	1.859	899	48,38%	R\$ 305,38
Carne de Sol e outras	27.438	0,56%	3.622	808	22,30%	R\$ 67,73
Coalhada de Leite	4.329	0,09%	1.243	414	33,33%	R\$ 73,36
Compotas de Frutas	10.304	0,21%	1.468	441	30,04%	R\$ 41,92
Couros e Peles	48.279	0,99%	1.777	1.387	78,03%	R\$ 28,08
Creme de Leite	23.064	0,47%	6.506	824	12,67%	R\$ 29,22
Doce de Leite	7.549	0,16%	2.994	2.697	90,07%	R\$ 594,53
Embutidos	112.813	2,32%	9.477	2.542	26,83%	R\$ 66,79
Farinha de Mandioca	653.739	13,45%	1.478.979	1.123.292	75,95%	R\$ 592,99
Frutas Cristalizadas	699	0,01%	336	253	75,47%	R\$ 573,51
Fubá de Milho	75.681	1,56%	56.369	5.793	10,28%	R\$ 17,75
Fubarina de Milho	807	0,02%	813	520	63,93%	R\$ 155,49
Fumo em Rolo ou Corda	26.356	0,54%	18.843	17.379	92,23%	R\$ 1.029,96
Garapa de Cana	2.604	0,05%	3.673	2.263	61,61%	R\$ 328,23
Gelêia de Frutas	18.245	0,38%	1.217	419	34,39%	R\$ 28,48
Licor de Frutas	418	0,01%	94	49	51,56%	R\$ 95,44
Manteiga	82.568	1,70%	6.516	4.126	63,32%	R\$ 73,39
Massa de Mandioca	2.601	0,05%	1.618	1.116	68,99%	R\$ 163,78
Melado	69.412	1,43%	20.682	9.513	46,00%	R\$ 68,07
Outros Produtos	72.278	1,49%	74.327	42.166	56,73%	R\$ 194,97
Pasta de Frutas	15.663	0,32%	4.373	3.073	70,27%	R\$ 119,53
Pólvila de Mandioca	87.910	1,81%	40.749	24.399	59,88%	R\$ 140,58
Queijo e Requeijão	358.619	7,38%	202.262	162.983	80,58%	R\$ 867,91
Rapadura	56.645	1,17%	79.267	67.454	85,10%	R\$ 491,05
Suco de Uva	1.852	0,04%	360	125	34,74%	R\$ 68,66
Tapioca de Mandioca	18.421	0,38%	7.297	4.964	68,02%	R\$ 285,48
Tiquira de Mandioca	1.568	0,03%	990	699	70,60%	R\$ 293,94
Vinagre de Cana	298	0,01%	81	11	13,93%	R\$ 16,28
Vinagre de Uva	5.895	0,12%	924	204	22,03%	R\$ 22,95
Vinho de Frutas	1.423	0,03%	906	367	40,56%	R\$ 143,24
Vinho de Uva	19.906	0,41%	25.363	10.424	41,10%	R\$ 259,72
Xarope de Açai	16.085	0,33%	17.312	208	1,20%	R\$ 6,73
Geral	-	-	-	-	-	R\$451,58

. Número de estabelecimentos que informaram desenvolver esta atividade dividido pelo número total de estabelecimentos \*

Fonte: Extraído de FLORES, 2002. Não. Está correcto

Outras tabelas que iguram no texto acima citado mostram a seguinte situação (presença de agroindústrias) em termos de grandes regiões: Norte – farinha de mandioca (40,04%); Sul – queijo e requeijão (18,82%) e embutidos (10,82%); Nordeste – farinha de mandioca (18,01%); e Centro-Oeste – queijo e requeijão (12,73%). A exceção é a Região Sudeste, onde o produto que apresenta maior percentual de presença é queijo e requeijão, com 8,47%.

Em termos estaduais, os maiores percentuais ocorrem nos Estados do Amazonas e Pará, onde a produção de farinha de mandioca ocorre em 67,41% e 48,02% dos estabelecimentos. Apenas nos Estados do Espírito Santo,

Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, nenhum produto atinge presença superior a 10%. Os estados que apresentam uma maior diversidade de atividades de indústria rural são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Minas Gerais e Ceará.

Segundo FLORES (2002), a “contribuição média das atividades relacionadas à indústria rural para a receita monetária dos estabelecimentos informantes dos estratos inferiores a 100 hectares foi de R\$451,58 (última linha da coluna 7 da Tabela 1). As atividades com as maiores contribuições são: aguardente de cana, R\$ 1.793,89; fumo em rolo ou corda, R\$ 1.029,96; álcool de cana, R\$ 906,52; queijo e requeijão, R\$ 867,91; azeite de dendê, R\$ 736,42; doce de leite, R\$ 594,53; farinha de mandioca, R\$ 592,99; frutas cristalizadas, R\$ 573,51; e rapadura, R\$ 491,05” (p. 12). Em geral, os produtos da indústria rural com maior contribuição para a receita monetária são aqueles com maior percentual da produção destinada aos mercados.

Em síntese, a importância econômica das atividades ligadas à indústria rural é bastante expressiva em termos de sua contribuição para a renda monetária, do percentual da produção de matérias-primas que é transformada e do percentual de estabelecimentos que informaram desenvolver essas atividades.

Verifica-se assim que a indústria rural tem importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada diretamente para o mercado de atividades tradicionais, como produção de arroz, milho e feijão.

#### **4 - Agroindústrias Rurais sem Intervenção Governamental e Bem-Sucedidas**

Existem no Brasil inúmeras experiências bem-sucedidas de agroindústrias rurais que surgiram e evoluíram de forma natural e espontânea sem maior intervenção governamental. Talvez o caso mais emblemático nesse sentido seja a região conhecida como “Oeste Catarinense”.

Essa região se notabilizou por ser pioneira no estabelecimento do sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar. Esse sistema, implantado pela Sadia nos anos 1970, surgiu pelas necessidades coincidentes de dois setores: uma estrutura de pequenos agricultores familiares que não tinha terra suficiente para uma exploração agrícola em escala e que, ademais, se localizava em áreas montanhosas pouco propícias para a lavoura em grande escala, e uma estrutura industrial que precisava fugir dos compromissos de uma folha salarial permanente e custosa, na parte de produção de frangos.

A Sadia (e a Perdigão) entrega ao produtor os pintos, as vacinas, a ração e o aviário e dá assistência técnica, e o agricultor familiar se encarrega de tratar dos animais até o momento prévio ao abate (40 dias aproximadamente). Nesse momento, a Sadia recebe os frangos e desconta da Nota fiscal: os valores adiantados e uma quota pela amortização do aviário. Sobra para o agricultor uma renda estável todo mês e o esterco de galinha, que ele venderá para a agroindústria de cítricos de São Paulo. A vantagem para a Sadia é ver-se liberada de risco de pragas, de folha salarial e cargas trabalhistas e, o que é mais importante, de conflitos trabalhistas que antes costumavam interromper todo o luxo produtivo cada vez que havia uma greve.

Este sistema permitiu que crescesse na região o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina.

Além da produção integrada de frango, MIOR (2008) revela que há uma grande quantidade de outros produtos e tipos de produtores envolvidos na indústria de transformação rural, como é chamada pelo IBGE. Mais de 80% do valor da produção da indústria rural de Santa Catarina foi produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, o que denota a importância dessa atividade para a agricultura familiar.



No caso do processamento do leite, dos 59 mil produtores de queijo e requeijão, havia, em 1995, mais de 21 mil que comercializavam esses derivados. A análise da evolução por produto indica a dinâmica distinta entre os derivados de leite (queijo e requeijão), embutidos de suínos (salame e linguiça) e de cana-de-açúcar (melado) (MIOR, 2008, p. 12). Outro dado importante que distingue as cadeias de suínos e de leite, além do número de produtores, é a participação da produção de queijo e requeijão colonial no total de queijos do estado quando comparado à de embutidos de suínos. Em 1995 a produção de queijo e requeijão nas propriedades rurais do estado alcançou 13 mil toneladas, o que praticamente equivale ao total de queijo produzido pela agroindústria convencional. No processamento de carne suína, pelo contrário, a produção de embutidos nas propriedades rurais, de 2 mil toneladas, é insignificante perto da produção industrial de derivados.

**Tabela 1: Produtos transformados ou beneficiados nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (1995)**

Produto transformado ou beneficiado	Produtores Nº	Quantidade Produzida (t)	Produtores que vendem Nº	Quantidade Vendida (t)	Valor da Produção (mil R\$)	Participação no VBP (%)
Carne verde de bovinos	80.802	21.743	2.579	4.412	32.037	27,5
Carne verde de Suínos	108.451	22.233	1.815	3.204	26.165	22,5
Embutidos (linguiça/salame...)	20.398	2.002	483	659	5.996	5,1
Banha	94.760	9.119	2.176	578	6.144	5,3
Queijo/requeijão	59.741	13.873	21.376	8.918	33.021	28,4
Manteiga	15.864	557	2.049	201	1.040	0,9
Farinha de Mandioca	3.918	11.115	786	8.978	3.660	3,1
Melado	12.172	4.076	891	2.714	2.745	2,4
Arroz em grão	32.946	9.046	170	1.334	3.095	2,7
Fumo (em rolo ou corda)	821	718	585	588	1.507	1,3
Fubá de milho	17.058	3.183	81	228	1.034	0,9
Vinho de uva	2.672	2.591	220	1.291	1.535	1,3
Total	-	100.220	33.211	33.105	116.454	100,0

Fonte: Censo Agropecuário do Ibge 1995/96

Fonte: Extraída de MIOR, 2008.

A tabela acima, elaborada por MIOR (2008), mostra a cadeia de suínos, em que o número de agricultores que produziam embutidos aumentou de 35 mil, em 1975, para 41 mil em 1985, e depois diminuiu para 17 mil, em 1995. Possivelmente, os números relemem o impacto crescente da industrialização convencional sobre a produção artesanal. Já no caso do leite, a redução do número de produtores de queijo e requeijão da década de 1980 para a de 1990 foi pequena (de 41 mil para 33 mil) e o volume da produção diminuiu pouco (de 7 para 6 mil toneladas).

Segundo MIOR (2008), o processo espontâneo de surgimento de agroindústrias às vezes começa pela mulher do agricultor. No passado não muito distante a tendência do agricultor para o comércio e o processamento era vista como um aspecto negativo para o bom exercício da profissão de agricultor, na medida em que

priorizaria a esfera da comercialização (do negócio) em detrimento da esfera da produção (trabalho). Hoje a comercialização passa a ser condição sine qua non da realização da produção da agroindústria e a característica pessoal da pessoa envolvida nisso está sendo revalorizada na região.

## 5 - Impactos Positivos de Agroindústria Rural Induzida por Governos

Uma das principais experiências bem-sucedidas na indução de processos de beneficiamento da produção por instâncias governamentais foi implementada no Distrito Federal. A Secretaria de Agricultura local formulou e executou, no período 1995/1998, o Prove (Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar). Este programa, quando de sua implantação, tinha como principal objetivo viabilizar a verticalização da produção de pequenos produtores de base familiar como forma de gerar renda e emprego no campo. Procurava-se viabilizar condições técnicas, econômicas e inanceiras que permitissem aos agricultores familiares construir suas agroindústrias e comercializar a sua produção.

Segundo FLORES (2003), os resultados obtidos pelo Prove, em termos de geração de emprego – surgimento de 300 pequenas agroindústrias de base familiar, gerando 7.400 empregos, dos quais 2.400 diretos – e renda, foram considerados satisfatórios. No entanto, os críticos do programa procuram salientar que para que esses resultados fossem atingidos foi necessário um nível elevado de subsídios.

Esse autor afirma que “como, em geral, estes produtores estão descapitalizados, não têm acesso ao crédito rural e à assistência técnica, não têm conhecimentos de técnicas modernas de gestão, não dominam técnicas de conservação e embalagem da produção, estes incentivos adotados pelo Prove são considerados fundamentais para a viabilização da atividade de indústria rural nas unidades familiares. Mesmo sendo baixos os investimentos iniciais, e estando os insumos disponíveis nas unidades produtivas, este apoio é, quase sempre, fundamental” (p. 10).

Em Minas Gerais foi criado outro projeto, denominado Selo Azul (ver FLORES, 2003), cujo principal objetivo é retirar da clandestinidade a agroindústria artesanal mineira. Esse projeto procura promover a normatização, certificação e garantia de qualidade da produção artesanal dos produtos, como cachaça, linguiça, queijo e doces, os quais são arraigados na tradição mineira, visando aumentar o valor da produção e reduzir os seus custos.

Com base em VALDEMAR (2008), os principais efeitos das experiências bem-sucedidas de agroindustrialização rural podem se sintetizar da seguinte maneira:

- Elevação/complementação da renda familiar no meio rural

Segundo MIOR (2008), a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos melhorou significativamente em Santa Catarina após a implantação das agroindústrias. Na região oeste catarinense, o número de agricultores que ganhavam mais que três salários mínimos mensais passou de 7,4% para 48% após a fundação do empreendimento. E, dos agricultores que possuíam entre um e três salários mínimos, subiu de 37% para 51,9% após a implantação da unidade de transformação para ins mercantis.

- Redução da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares

Outra pesquisa realizada com as agroindústrias familiares em todo o Estado do Rio Grande do Sul (WEISZ, 2008), 60% das famílias que possuem o processamento da produção para venda apontam justamente para a melhoria da renda como o principal fator proporcionado pela agroindustrialização.

- Descentralização da produção e das fontes de renda

No oeste paranaense, 72,5% das propriedades com agroindústrias têm até 20 hectares e 80% continuaram com a mesma quantidade de terra a partir da industrialização da produção nos domicílios. Resultados semelhantes são encontrados na região central do Rio Grande do Sul, onde a maioria das propriedades tem menos de 20 hectares.

- Ocupação e geração de emprego no meio rural. Redução do êxodo rural

No Rio Grande do Sul, tendo por base as 1.528 agroindústrias pesquisadas, 77% dos empreendimentos tiveram a família como a responsável pela transmissão do conhecimento das formas de produção e processamento e 38% tiveram os cursos técnicos como responsável. . Em Santa Catarina, das 1.116 agroindústrias, 53% tiveram o aprendizado unicamente pela família e em 20% dos casos conciliou-se o conhecimento familiar com o proporcionado pelos cursos . Portanto, na maior parte dos casos, as mercadorias produzidas nesses espaços acabam sendo relexos dos conhecimentos que são herdados junto com o patrimônio familiar (“de pai para filho”).

FLORES (2003) também infere números expressivos de geração de emprego direto, medido em termos de equivalente/homem/ano, para atividades selecionadas: mandioca – 429.113 EHA, leite – 59.725 EHA, fumo – 17.199 EHA; e cana-de-açúcar – 6754 EHA.

VALDEMAR (2008) revela que nas agroindústrias rurais, no intuito de baixar seus custos, geralmente são as próprias famílias os agentes responsáveis pela comercialização dos produtos inais, diminuindo de forma significativa o número de intermediários. Uma pesquisa na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que compreende o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, apontou que em 80% dos casos a comercialização é feita por um membro da agroindústria.

No Rio Grande do Sul, das 1.528 agroindústrias identificadas no censo, mais de 60% efetivavam a comercialização dos produtos diretamente com os consumidores, 46% através dos estabelecimentos comerciais, na sua maioria localizados nos municípios, e 27% através das feiras.

No Oeste Catarinense 130 agroindústrias familiares geravam 1.040 postos de trabalho diretos (sendo que 650 eram ocupados pelos próprios agricultores) e mais 2.600 indiretos, obtendo uma remuneração média por empregado de mais de R\$ 300,00 por mês em 2001. Nesse contexto, a média de mão de obra detida diretamente por agroindústria superou as oito pessoas por agroindústria. No Rio Grande do Sul, tendo por base os 1.528 empreendimentos, a média de postos de trabalho por agroindústria chegou a 4,72, sendo que 3,51 pertenciam ao próprio núcleo familiar e 1,21 eram trabalhadores contratados (MIOR, 2008).

Outro estudo que congregou os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mostrou que das 76 agroindústrias analisadas, 52% utilizavam somente mão de obra familiar, enquanto as demais conciliavam trabalhadores do grupo doméstico e contratados de fora da região (VALDEMAR, 2008).

- Mudanças nas relações de gênero

Nas agroindústrias familiares, a organização e a divisão das tarefas dentro do grupo familiar tem acontecido com a inclusão de todos os membros do domicílio nas atividades de beneficiamento da produção. MIOR (2005, p. 199) adverte que “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Isso porque a tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade.

## 6 - Limitantes e Entraves Enfrentados Pelas Agroindústrias Rurais

Um dos principais problemas enfrentados pelas agroindústrias rurais artesanais ou semiprofissionais é a incapacidade em se adaptar às exigências sanitárias previstas na legislação.

Segundo MIOR (2008), para caracterizar a “qualidade ótima” existiriam os seguintes aspectos a serem contemplados: o ecológico, o social, o cultural e a aparência.

O aspecto ecológico refere-se às características do processo da produção da matéria-prima e da industrialização dos produtos, buscando-se consequências mais favoráveis para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente. No processo de produção primária, podem ocorrer contaminações da água, do ar ou do solo, ocasionadas por dejetos e/ou por resíduos de produtos tóxicos.

O uso de conservantes sem critérios técnicos claros pode ser questionado na medida em que muitos deles, convencionalmente usados na produção dos alimentos, podem prejudicar a saúde dos consumidores. MIOR (2008) diz que poderia haver requisitos de informação obrigatória, como, por exemplo, o sanitário, o legal, o nutricional e o ecológico, e outros que podiam ser considerados de informação não obrigatória ou opcional, como, por exemplo, o cultural, o social, a aparência e a facilidade de uso.

DIESEL et al. (2008) também mostram que para alguns desses atores as exigências sanitárias podem significar dificuldades para a consolidação da agroindústria rural. Entre esses fatores pode-se citar como fundamental a incompatibilidade da escala de produção das agroindústrias familiares com as exigências dos grandes circuitos de mercado, pautados pela padronização e regularidade no fornecimento.

Para que esses investimentos em sanidade sejam feitos é fundamental resolver os entraves em termos de disponibilidade de matéria-prima, mão de obra e capital, carência de equipamentos e instalações apropriados a escala desejável, falta de organização política, administrativa e comercial, pouca disponibilidade de infraestrutura pública, inadequação e desconhecimento das legislações sanitária, fiscal e tributária.

DIESEL (2008) explica que em “decorrência das restrições à legalização, verifica-se a manutenção da produção artesanal de alimentos na informalidade” (p. 23).

Paradoxalmente, o próprio movimento que leva as agroindústrias familiares à padronização dos produtos, através do atendimento de requisitos legais vigentes, acaba com um dos ingredientes fundamentais que interessa ao turismo rural, que é o produto diferenciado.

Hoje, percebe-se que há uma ameaça de descaracterização dessa produção artesanal pela adoção de processos industriais de produção exigidos na legislação sanitária vigente.

No entanto, na Quarta Colônia de Rio Grande do Sul ter-se-ia conseguido uma espécie de certificação, ou um selo de qualidade, chamado de “Sabor Gaúcho”, que permitiu a qualificação e reestruturação da produção artesanal para atender às exigências de sanidade. A partir disso teria havido uma grande adesão em favor da proposta de implantação de agroindústrias familiares, gerando grande número de unidades de produção em diferentes estágios tecnológicos e em situações diversas em relação ao cumprimento de requisitos legais.

Segundo DIESEL (2008), “Tal fato permite afirmar que investimento em marcas locais com um sistema de certificação da qualidade, apoiado em uma estratégia de marketing, pode significar a potencialização desta atividade”.

Em outras regiões, como no Nordeste, no entanto, os programas de agroindustrialização rural promovidos por instâncias governamentais não teriam dado tão certo. Segundo avaliação realizada pela Fecamp em 2004, "A maioria dos projetos de agroindústrias fracassou porque demandam maior capacidade de gestão, são mais complexos, por demandarem conhecimentos de gestão da produção e da comercialização. O fracasso se deve não apenas à ausência dessas capacidades, como também à dificuldade de se conquistar uma estrutura organizacional coletiva para operar uma verdadeira empresa, como qualquer negócio em um ambiente de mercado competitivo" (p. 93).



## Gestão Cooperativa na Cadeia do Caju no Nordeste

São conhecidos os benefícios que o associativismo pode proporcionar aos produtores rurais, cabendo destacar:

- Facilitar o acesso ao crédito.
- Permitir a incorporação de meios e técnicas mais eficazes de produção, indispensáveis à eficiência das explorações.
- Contribuir para a redução de custos na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agropecuários.
- Induzir à integração entre as diversas etapas do processo produtivo, da comercialização e do processamento.
- Possibilitar o aumento da produção e da produtividade.
- Favorecer ganhos de eficiência na etapa de comercialização da produção, com o consequente aumento e apropriação de renda pelo produtor.

Para que isso possa acontecer é necessário que a cooperativa tenha um alto nível de administração e gerenciamento, inibindo o caráter meramente assistencialista ou paternalista. Acima de tudo, as empresas cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja atingida pressupõe que algumas dificuldades sejam superadas, como a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos, por meio de ganhos de escala e qualidade.

Contudo, a prática do associativismo encontra ainda uma série de obstáculos que entravam o seu desenvolvimento, dentre os quais podem se destacar:

- Carência de pessoal qualificado para gerir as sociedades e para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento das cooperativas.
- Inadequação da política de crédito por parte da maioria dos bancos.
- Falta de conhecimento, por parte dos produtores rurais, dos reais objetivos da cooperativa e do exato papel a ser desempenhado por essas entidades.
- Baixa capacidade de poupança dos associados para capitalização de suas cooperativas nos níveis necessários.
- Ineficientes ações de capacitação para associados, dirigentes e funcionários.
- Falta de entrosamento entre os órgãos que, direta ou indiretamente, atuam no associativismo.
- Incipiente integração cooperativista.

Considerável proporção das cooperativas agropecuárias que trabalham com castanha de caju no Nordeste enfrenta os problemas listados anteriormente. Nesse sentido, várias dessas cooperativas encontram-se atualmente endividadas e inadimplentes, estando impossibilitadas de operar com o sistema financeiro.

As que se dedicaram apenas à comercialização, e contrataram pessoal temporário para a época de pico da atividade, possuem agora maiores chances de sobrevivência. Cabe assinalar que uma delas, a Coopercaju, beneficia-se de um acordo de comercialização baseado no comércio justo com uma ONG suíça, que paga um preço superior ao que se paga no mercado internacional, mas impõe rígidos padrões de qualidade, regularidade e gestão. Mesmo assim, essa cooperativa também passa por dificuldades financeiras por acordos não cumpridos com a Conab e com a Fundação Banco do Brasil.

O nascimento, evolução e amadurecimento do associativismo deve ser um processo gradual de conquista de confiança e solidariedade entre pessoas e/ou grupos familiares, que não deve ser imposto de forma abrupta ou incentivado exageradamente, sob pena de abortar esse processo antes que frutifique.

A evolução favorável do cooperativismo encontra-se em risco por todos os fatores enunciados acima. Deve-se avaliar se esta é ou não uma forma de produção que deva ser incentivada no futuro ou se devem ser privilegiadas, por enquanto, as minifábricas de gestão familiar, que aparentemente são mais eficientes, até que haja real avanço do cooperativismo na região.

(Extraído do Estudo IICA/BNB sobre a Cadeia do Caju, 2008.)

Existem casos em que ocorre aprendizado, mas sempre surgem problemas administrativos, cuja solução nem sempre atende aos anseios da comunidade.

“Em primeiro lugar, encontra-se a dificuldade de administrar a participação da comunidade nos esforços de trabalho e na distribuição dos resultados inanceiros. Tem se tornado uma tarefa complexa a construção de um sistema aceitável de remuneração por esforço. O comportamento oportunista por parte de alguns leva ao descontentamento e à desintegração do grupo. Esse tipo de comportamento é típico em tentativas de organização coletiva em comunidades que não possuem essa tradição. Não há mecanismos culturais de punição ou estímulo, ou ainda, não se consegue criar arranjos institucionais (formais ou informais, culturais) que possam inibir comportamentos do tipo oportunista. Em segundo lugar, existe resistência por parte das comunidades em aguardar a natural maturação dos projetos produtivos. Esse problema está relacionado às próprias necessidades básicas e imediatas dos pobres, que exigem soluções no curto prazo” (p. 94).

Assim, muitas famílias abandonam o projeto e, ao final, apenas algumas assumem a gestão, o trabalho e os benefícios. Em geral, formam-se grupos pequenos, porém mais coesos, determinados por laços de parentesco ou por uma liderança forte. Isso não significa que apenas um pequeno grupo se beneficia, pois o crescimento econômico deste pode gerar efeitos indiretos e positivos para os demais membros da comunidade, seja na forma de criação de postos de trabalho, seja pela compra de seus produtos.

Outros projetos não têm a mesma sorte e são completamente paralisados.

Os casos de sucesso demonstram que a relação custo-benefício para projetos comunitários, com base em pequenos grupos, é mais elevada. Esses projetos são mais sustentáveis do que projetos coletivos grandes que fracassam por inadequação ao processo de gestão e acabam tendo benefício nulo. Algumas comunidades conseguiram adaptar o projeto ao seu perfil cultural e lograram evitar um fracasso total. A característica principal desses projetos encontra-se muitas vezes na sua simplicidade, que se adapta à tradição local de gestão individual e baixo nível de capacitação e escolaridade dos beneficiários.

## Conclusão

Conforme se viu acima, a agroindustrialização rural sempre existiu no Brasil e sempre atuou em consonância com a própria produção agrícola. Na maior parte dos casos trata-se de beneficiamento da própria produção, o que gera uma renda complementar da renda agrícola, mas que não poderia existir se a atividade agrícola desaparecesse, ou seja, o que teria dado certo e evoluído no Brasil não seria uma forma de agroindústria rural (ou turismo rural) independente ou autônomo em relação às atividades corriqueiras do produtor rural familiar. As agroindústrias rurais trabalham basicamente com a matéria-prima produzida nos seus estabelecimentos, ou seja, não constituem unidades autônomas e independentes. A produção agroindustrial complementa a renda obtida na agricultura.

Viu-se também que existem agroindústrias rurais de três tipos, as artesanais para autoconsumo, as modernas, que respeitam a legislação sanitária mas mantêm os atributos tradicionais de saber e qualidade, e as que são pequenas mas atuam de forma semelhante às grandes, com níveis de padronização da produção elevados.

As agroindústrias tradicionais estão presentes em 20% das propriedades e processam principalmente mandioca, leite, queijos, vinhos e cachaça, sendo no sul do país onde teriam tido maior sucesso. No Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina encontram-se inúmeros casos no quais houve considerável geração de emprego, aumento da renda familiar com melhora nas relações de gênero. No Nordeste, entretanto, o sucesso teria sido menor, sobretudo nas experiências que foram aceleradas por políticas públicas ineficazes.

O nascimento, evolução e amadurecimento do associativismo deve ser um processo gradual de conquista de confiança e solidariedade entre pessoas e/ou grupos familiares, que não deve ser imposto de forma abrupta ou incentivado exageradamente, sob pena de abortar esse processo antes que frutifique. O principal problema que deve ser resolvido antes de incentivar essas agroindústrias coletivas e/ou individuais é a carência de

pessoal qualificado para gerir as sociedades e para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento das cooperativas.

Os casos de sucesso demonstram que a relação custo-benefício para projetos comunitários, com base em pequenos grupos, é mais elevada. Esses projetos são mais sustentáveis do que projetos coletivos grandes, que fracassam por inadequação ao processo de gestão e acabam tendo benefício nulo.

Trata-se, portanto, de incentivar processos de capacitação em gestão, aprendizado tecnológico e estudos de mercado que permitam viabilizar a agroindustrialização nas regiões mais pobres do país, onde ela pode colaborar com a geração de emprego e renda, sempre que bem concebidas e treinadas previamente.

## Referências

- DIESEL, V. et al. As agroindústrias rurais tradicionais e o turismo na Quarta Colônia-RS: interfaces e sinergias. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar Del Plata, oct. 2008.
- FECAMP. Projeto de Combate à Pobreza Rural – Projeto São José – Estado do Ceará – Projeto São José: funcionamento e resultados imediatos. Relatório de Consultoria Técnica – Versão Preliminar para Discussão Interna, 2004.
- FLORES, F. Fernandes Filho; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. Revista Economia e Sociologia Rural da SOBER, mar. 2002.
- GUANZIROLI, C.; MEIRELLES, H. Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais. BNB/IICA, 2008.
- GUIMARÃES, Gisele Martins. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indeinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar Del Plata, oct. 2008.
- MIOR, L. C. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar Del Plata, oct. 2008.
- PREZOTTO, Leomar Luiz. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Org.). Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq; Paralelo 15, 2002. p. 285-300.
- WEISZ, Valdemar João Junior et al. Os relexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., Mar Del Plata, oct. 2008.



# A Indústria Rural no Brasil

**J. F. Fernandes Filho**

jfernandes@ufu.br

**F. R. Campos<sup>1</sup>**

laviarezende@hotmail.com

## Resumo

Nos últimos anos o debate sobre desenvolvimento do espaço rural recebeu significativas contribuições que apontam para a crescente importância das atividades rurais não-agrícolas em relação às atividades agrícolas, para os estabelecimentos da agricultura brasileira, em particular, a chamada agricultura familiar. Com o objetivo de contribuir para este debate analisamos as informações disponíveis relativas à chamada indústria rural artesanal, uma atividade rural não-agrícola. Este estudo pioneiro mostrou, entre outros fatos: que as atividades relacionadas à indústria rural artesanal são importantes para o abastecimento do mercado interno no que tange a muitos produtos; que estão fortemente presentes nas unidades de produção agrícolas, particularmente naquelas de base familiar; que a contribuição média dessas atividades para a geração de emprego e receita monetária é significativamente superior àquela proporcionada pelos produtos da agricultura tradicional. Esses fatos indicam que o fomento de atividades relacionadas à indústria rural artesanal pode ter importante contribuição no desenvolvimento do espaço rural brasileiro.

## I – Introdução

Recentemente, o espaço rural tem sofrido fortes impactos causados por mudanças estruturais na economia relacionadas, em grande parte, ao processo de abertura e à integração econômica (Mercosul). A redução e/ou a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias contribuiu para a queda expressiva nos preços dos produtos agrícolas, como o leite, arroz, feijão e milho (FERNANDES FILHO & CAMPOS, 1998), e assim, na renda monetária das unidades de produção, principalmente as de base familiar, contribuindo para aprofundar a crise do setor<sup>2</sup>. Essa crise está relacionada, também, ao processo de estabilização da economia, que provocou, entre julho de 1994 e janeiro de 1999, expressiva valorização do câmbio, que levou à redução dos preços dos produtos importados no mercado interno, e elevação da taxa de juros, que levou ao aumento dos custos de produção. A consequente queda nas condições de sustentabilidade dessas unidades de produção, decorrente da redução de sua rentabilidade<sup>3</sup>, é uma das faces desta crise.

Pesquisadores da problemática do desenvolvimento, setores da sociedade civil e de diferentes níveis de governo têm intensificado a procura de soluções que possibilitem a recuperação da sustentabilidade dessas unidades familiares. Uma das alternativas propostas é o incentivo ao desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas nessas unidades de produção, atividades como aquelas relacionadas ao beneficiamento e/ou transformação de

<sup>1</sup> Respectivamente, Doutor em Economia de Empresas pela EAESP/FGV e Professor adjunto do IE/UFU. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UFU.

<sup>2</sup> Os dados dos Censos agropecuários mostram que entre 1985 e 1995-1996 ocorre uma significativa queda no número de estabelecimentos (16%), na área total utilizada para produção de culturas temporárias (19%) e culturas permanentes (24%), e no número de pessoas ocupadas na agricultura. (23%) (Censos Agropecuários de 1985 e 1995-1996).

<sup>3</sup> Um indicador dessa queda de rentabilidade da atividade agrícola pode ser obtido pela comparação entre o Índice de Preço Pago – IPP, e o Índice de Preço recebido pelos agricultores – IPR, calculados pela FGV. Para uma variação de 103,46% no IPP, o IPR apresentou uma variação de apenas 60,45%, no período entre agosto de 1994 e agosto de 2000 (Agroanalysis, dezembro de 2000/12/2000).

produtos da agricultura tradicional, a chamada indústria rural artesanal<sup>4</sup>. O que estamos propondo neste artigo é contribuir para o debate, analisando a importância social e econômica que essa indústria rural tem para o país, assim como o papel que o fomento dessa indústria poderia ter no seu desenvolvimento. Entendemos que este papel, ao discutir a importância e o papel da indústria rural, contribui para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural do país, porque esta questão quase nunca é considerada na literatura brasileira que discute a problemática do desenvolvimento.

Vamos iniciar a nossa análise discutindo a relação que aparece na literatura entre indústria rural e desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A seguir, discutiremos a relação entre indústria rural e desenvolvimento do espaço rural, particularmente de unidades de produção de base familiar, presentes na literatura e em programas de desenvolvimento implementados por organismos oficiais. Finalizaremos nosso estudo examinando, a partir da análise dos dados disponíveis, o desenvolvimento recente da indústria rural no Brasil, mostrando quais são os principais produtos, sua importância para a geração de receita monetária, sua distribuição em termos estaduais e regionais, sua importância para o abastecimento do mercado etc.

## II – Indústria Rural e o Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura

O conceito de indústria rural que vamos utilizar é o adotado pelo IBGE. Para o IBGE, indústria rural são “[...] atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários (animais e vegetais) realizados em instalações existentes nos estabelecimentos ou em instalações de terceiros (moinhos, moendas, casas de farinha etc.)”<sup>5</sup>. A explicação para utilizarmos esse conceito, o qual é mais restrito que outros que aparecem na literatura econômica, é que este estudo irá ter como fonte principal de dados e informações os Censos Agropecuários realizados pelo IBGE.

O conceito de indústria rural utilizado por autores como MARX (1987), KAUTSKY (1980) e LÊNIN (1992), é mais abrangente que este utilizado por nós neste papel. Para esses autores, indústria rural significa todas as atividades de manufatura então realizadas nas unidades de produção camponesas e que depois, com a intensificação do processo de divisão social do trabalho, passaram a ser desenvolvidas nas cidades.

Segundo MARX (1987), o processo de destruição da economia natural camponesa e, assim, de sua indústria rural, inicia-se com a revolução agrícola – último quartel do século 15 e quase todo século 16 – e se consuma com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. A destruição da indústria rural camponesa levou à separação entre o campo e a cidade – as atividades de manufatura passam a ser desenvolvidas nas cidades, ficando no campo apenas as atividades de produção vegetal e animal. Ocorre, portanto, a separação entre agricultura e manufatura. Esta separação, portanto, inicia-se no período manufatureiro e se completa com o modo de produção capitalista. Assim, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura iria levar à destruição da indústria rural.

GRAZIANO DA SILVA (1996a), analisando o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, mostra que, também neste caso, esse processo leva à separação entre cidade e campo, com o contínuo deslocamento das atividades de manufatura, antes realizadas de maneira artesanal nas unidades de produção agrícolas que faziam parte dos complexos rurais, para as cidades. Segundo esse autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira foi lento, iniciando-se em 1850, com o desenvolvimento da economia cafeeira paulista. Assim, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira também teria contribuído para a destruição da indústria rural, aqui entendida como nos autores clássicos.

4 Chamamos de indústria rural artesanal para diferenciar da indústria rural em geral, uma vez que faremos referência apenas às atividades que têm como característica o fato de serem intensivas em uso de mão de obra – sendo, portanto, pouco intensivas na utilização de máquinas e/ou equipamentos automatizados – e estarem integradas às unidades de produção agrícolas familiares.

5 A produção obtida nas unidades industriais localizadas nos estabelecimentos agropecuários, e devidamente licenciada, não foi contada pelo Censo Agropecuário. Portanto, os dados apresentados subestimam a importância dessas atividades para a renda dos estabelecimentos.

No Brasil, no entanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não se deu com a mesma magnitude e intensidade daquele analisado por MARX (1987), não havendo a completa destruição das atividades relacionadas à indústria rural, particularmente daquelas relacionadas à transformação e ao beneficiamento de matérias-primas vegetais e animais. Ainda nos tempos atuais, em muitas áreas rurais do país, como mostram os dados que analisaremos neste paper, é significativa a presença de atividades relacionadas à indústria rural, tanto em termos de número de unidades de produção agrícolas que desenvolvem essas atividades, quanto em termos de sua importância para geração de emprego e renda no meio rural.

### III – Indústria Rural e o Desenvolvimento Rural no Brasil

Nos últimos anos vários autores têm ressaltado o papel que o desenvolvimento de atividades não agrícolas – como artesanato, turismo rural, indústria rural, etc. – podem ter, e/ou já estão tendo, para o desenvolvimento do meio rural brasileiro (ABRAMOVAY, 1997; CAMPOS, FERNANDES FILHO & OLIVEIRA, 1999; CARNEIRO, 1998; CARVALHO, 1997; CENTENO, 1997; GRAZIANO DA SILVA, 1996b; NAVARRO, 1997; WILKINSON, 1999). Para GRAZIANO DA SILVA (1996b), por exemplo, essas atividades não agrícolas teriam muita importância na dinâmica do emprego rural. Assim, a evolução do emprego rural não seria explicada apenas pela evolução do desempenho das atividades tradicionalmente desenvolvidas no campo.

Para esses autores o crescimento das atividades não agrícolas teria levado a que o espaço rural não mais se definisse exclusivamente pela atividade agrícola. Parte significativa dos produtores rurais não pode mais ser definida simplesmente como agricultor ou pecuarista, uma vez que eles, cada vez mais, procuram combinar, visando diversificar as fontes de renda e de emprego, atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, as quais têm apresentado um elevado grau de dinamismo.

A procura, por parte dos produtores agrícolas, pelo desenvolvimento dessas atividades não agrícolas no meio rural pode ser explicada pela crise de rentabilidade que acomete as atividades agrícolas tradicionais, crise esta que tem contribuído para uma redução expressiva do emprego e da área plantada no campo. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1998), as famílias que vivem no campo e desenvolvem atividades paralelas às agrícolas têm, em média, uma renda 43% superior em relação àquelas que vivem exclusivamente da agricultura. O desenvolvimento dessas atividades não agrícolas, por outro lado, é favorecida pelo fato de que, em várias regiões do país, as atividades agrícolas não demandam mais tanto tempo de trabalho do pessoal ocupado no campo, devido, entre muitos fatores, à incorporação de inovações tecnológicas no processo produtivo. Assim, tem aumentado o tempo de trabalho que o agricultor e sua família podem dedicar ao desenvolvimento de atividades não agrícolas (CAMPOS; FERNANDES FILHO; OLIVEIRA, 1999). Outro fator a favorecer o desenvolvimento dessas atividades é a sazonalidade da produção.

Uma característica importante do fomento à indústria rural é que é uma atividade não agrícola com uma especificidade importante para o desenvolvimento do espaço rural, uma vez que o seu estímulo, quase sempre, será, também, estímulo das atividades agrícolas propriamente ditas – como a produção de leite, de cana-de-açúcar, de mandioca, de frutas, de milho, de suínos etc. –, dado que a sua produção é que será beneficiada e/ou transformada pela indústria rural.

Para MALUF e BILBAO (1988), uma característica importante dessas atividades de beneficiamento e transformação é que utilizam, geralmente, técnicas de trabalho simples e intensivas, isto é, a habilidade manual e o conhecimento têm um papel fundamental no desenvolvimento dessas atividades. VIEIRA (1998) enfatiza que a tecnologia utilizada na produção geralmente se origina da própria família do produtor. Assim, mais que gerar emprego e renda, o resgate do conhecimento desses produtores pode contribuir para melhorar a sua autoestima ao promover a valorização de sua cultura e, dessa maneira, do espaço rural.

Para VIEIRA (1998), o produtor geralmente tem duas motivações para desenvolver atividades relacionadas à indústria rural: o aproveitamento de excedentes que o produtor não consegue colocar no mercado, devido

ao não atendimento aos padrões de comercialização ou a problemas de qualidade; e a adição de valor à sua produção como forma de enfrentar conjunturas desfavoráveis de preço para sua produção agrícola. Esse autor, no entanto, enfatiza que, em geral, o produtor dá pouca atenção à qualidade, às embalagens e à apresentação. Estas últimas características vão contribuir, quase sempre, para dificuldades de acesso aos canais modernos de comercialização e para uma taxa muito alta de informalidade. Assim, a falta de um padrão geral de qualidade – em termos de qualidade intrínseca, das embalagens e da apresentação – aliada à baixa escala de produção, a uma produção quase sempre dispersa, ao desconhecimento de técnicas mínimas de gestão da produção, faz com que essas atividades se apresentem muito frágeis.

Para combater esta situação, os atores envolvidos com essas atividades se movimentam. Talvez, a principal experiência de enfrentamento dessa situação tenha sido vivida no Distrito Federal. A Secretaria de Agricultura local formulou e executou, no período 1995/1998, o Prove (Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar). Este programa, quando de sua implantação, tinha como principal objetivo viabilizar a verticalização da produção de pequenos produtores de base familiar como forma de gerar renda e emprego no campo. Procurava-se viabilizar condições técnicas, econômicas e inanceiras que permitissem aos agricultores familiares construir suas agroindústrias e comercializar a sua produção.

Os resultados obtidos pelo Prove, em termos de geração de emprego – surgimento de 300 pequenas agroindústrias de base familiar, gerando 7.400 empregos, dos quais 2.400 diretos (CARVALHO, 1997) – e renda, foram considerados satisfatórios<sup>6</sup>. No entanto, os críticos do programa procuram salientar que para que esses resultados fossem atingidos foi necessário um nível elevado de subsídios. Para Wilkinson (1999, p. 85), este não seria um grande problema, desde que esses incentivos “[...] sejam inseridos num quadro dinâmico que prevê, no inal do caminho, uma capacidade de autossustentação destes projetos”.

Como, em geral, esses produtores estão descapitalizados, não têm acesso ao crédito rural e à assistência técnica, não têm conhecimentos de técnicas modernas de gestão, não dominam técnicas de conservação e embalagem da produção, esses incentivos adotados pelo Prove são considerados fundamentais para a viabilização da atividade de indústria rural nas unidades familiares. Mesmo sendo baixos os investimentos iniciais, e estando os insumos disponíveis nas unidades produtivas, esse apoio é, quase sempre, fundamental.

Outros atores também têm procurado promover desenvolvimento rural através de projetos que procuram integrar atividades agrícolas com atividades não agrícolas de industrialização artesanal, visando agregar valor aos produtos agropecuários produzidos nessas unidades. São vários os exemplos que aparecem na mídia escrita e televisiva de experiências bem-sucedidas.

Governos estaduais estão procurando fomentar o desenvolvimento rural via indústria rural. Em Minas Gerais foi criado um projeto denominado Selo Azul, cujo principal objetivo é retirar da clandestinidade a agroindústria artesanal mineira. Esse projeto procura promover a normatização, certificação e garantia de qualidade da produção artesanal dos produtos, como cachaça, linguiça, queijo e doces, os quais são arraigados na tradição mineira, visando aumentar o valor da produção e reduzir os seus custos (Revista Globo Rural, maio 1999).

Outro programa instituído recentemente em Minas Gerais é o Programa de Qualidade da Cachaça de Minas (Pró-Cachaça), que objetiva estabelecer as normas de certificação, identidade, qualidade e origem da Cachaça de Minas, e executar o controle e a iscalização da produção nas unidades que fabricam o produto. Espera-se que com a obtenção de um rigoroso padrão de qualidade seja possível melhorar as condições gerais de sua comercialização.

O governo federal também tem procurado incentivar o desenvolvimento da agroindustrialização da produção

<sup>6</sup> Visando o incentivo à criação de programas semelhantes ao Prove em outras regiões, foi criada a ONG Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar (Aprove). Como resultado do trabalho dessa ONG as idéias contidas no Prove têm se expandido para outras regiões do país, tendo sido criados programas semelhantes ao Prove em Campina Grande-PB, Franca-SP, Pantanal-MS e Minas.

agrícola. Ele criou o programa Agregar, vinculado ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que tem como objetivo conceder inanciamento em condições de custos favoráveis, apoiando atividades exploradas a partir do emprego direto da força de trabalho familiar.

O incentivo à agroindustrialização artesanal rural entrou, portanto, para a agenda de atores envolvidos com a questão do desenvolvimento do espaço rural. Em decorrência disto, a indústria rural em bases artesanais passa a ter uma importância cada vez maior na geração de emprego e renda no campo, particularmente nas unidades baseadas no trabalho familiar.

Assim, a agregação de valor aos produtos agropecuários, por meio de sua industrialização em bases artesanais nas unidades de produção agrícola, constitui uma promissora fonte de geração de renda e emprego para os produtores rurais e, também, de valorização do espaço rural. De maneira geral, os investimentos necessários para constituir uma atividade de indústria rural são relativamente baixos, assim como os insumos estão facilmente disponíveis na unidade produtiva. Além disso, por serem atividades artesanais, são, quase sempre, intensivas em mão de obra e, portanto, contribuiriam para a geração de novas ocupações no campo. Desse modo, o estímulo à instalação de indústrias rurais serviria para aumentar o valor agregado da produção local, para aumentar a autoestima dos produtores rurais e para absorver a força de trabalho excedente, especialmente de jovens, evitando, assim, o êxodo rural.

## **IV – A Indústria Rural Artesanal no Brasil**

Os dados sobre a indústria rural, analisados nesta seção, foram obtidos, principalmente, no Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE. Segundo dados apresentados na Tabela 25 desse Censo, cerca de 1.100.838 estabelecimentos, o que equivale a 23,76% do total, informaram desenvolver pelo menos um tipo de atividade de indústria rural artesanal em 1996. Os informantes estão concentrados nos grupos de atividades econômicas: lavoura temporária (43,93%), pecuária (19,95%), produção mista (19,77%) e lavoura permanente (12,06%). Em termos de extrato de área, os estabelecimentos com até 100 hectares respondem por 90,19% do total de informantes. O Censo, no entanto, considera atividade típica da indústria rural produtos como carne verde de bovinos e de outros animais, café e arroz em grão, que entendermos devam ser excluídas da nossa análise, uma vez que o beneficiamento da matéria-prima nesses casos agrega pouco valor ao produto final. Na análise que vamos desenvolver a seguir vamos excluir essas atividades.

### **IV.1 – A distribuição espacial**

Os principais produtos da indústria rural brasileira em 1995, em termos do número de estabelecimentos agropecuários que informaram desenvolver esta atividade, estão listados na Tabela 1 colocada a seguir. Os produtos que apresentam uma maior presença são a farinha de mandioca, o queijo e o requeijão. Esses produtos estão presentes em 13,45% e 7,38%, respectivamente, dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Coluna 3 da Tabela 1).

Uma vez que excluímos algumas atividades listadas no Censo, vamos reanalisar visando estabelecer o número de estabelecimentos que desenvolvem atividades de indústria rural. Os dados do Censo, no entanto, não permitem que se faça o cálculo direto deste percentual porque não discriminam entre estabelecimentos que informaram desenvolver apenas uma atividade relacionada à indústria rural e aqueles que informaram desenvolver mais de uma atividade. Obviamente que este percentual é, no mínimo, igual ao observado para a farinha de mandioca (13,45%). Poderíamos obter um cálculo aproximado desse percentual aplicando a fórmula da média aritmética ponderada, utilizando, para isso, a atividade com maior percentual de presença dessas atividades por estado, ou seja, considerando a atividade com maior presença nos estabelecimentos por estado, e ponderando esse percentual pelo número total de estabelecimentos existentes no estado, conforme a fórmula colocada abaixo.

Map =  $\sum x.p \sum p$  onde: x é a atividade de indústria rural com maior percentual de presença por estado, e p é número total de estabelecimentos por Estado.

**Tabela 1 – Principais Produtos da Indústria Rural Brasileira e Contribuição Média para a Receita Monetária nos Estabelecimentos até 100 hectares – 1995-1996**

Produtos (1)	Informantes		Quantidade (T)			Contribuição Média à Receita Monetária nos estab. < 100 ha ** (7)
	Número (2)	% * (3)	Produzida (4)	Vendida (5)	(5) / (4) % (6)	
Açúcar	31.129	0,64%	19.831	16.280	82,09%	R\$ 76,08
Aguardente de Cana	21.765	0,45%	106.980	93.953	87,82%	R\$ 1.793,89
Aguardente de Frutas	275	0,01%	107	53	49,77%	R\$ 198,73
Aguardente de Uva	927	0,02%	341	48	14,16%	R\$ 54,17
Álcool de Cana	377	0,01%	4.865	4.683	96,26%	R\$ 906,52
Apara de Mandioca	6.166	0,13%	4.613	1.205	26,13%	R\$ 25,55
Azeite de Dendê	1.515	0,03%	2.926	2.853	97,48%	R\$ 736,42
Canjica de Milho	3.100	0,06%	355	56	15,87%	R\$ 6,87
Canjiquinha de Milho	950	0,02%	687	18	2,67%	R\$ 4,56
Carimã de Mandioca	1.814	0,04%	1.859	899	48,38%	R\$ 305,38
Carne de sol e outras	27.438	0,56%	3.622	808	22,30%	R\$ 67,73
Coalhada de Leite	4.329	0,09%	1.243	414	33,33%	R\$ 73,36
Compotas de Frutas	10.304	0,21%	1.468	441	30,04%	R\$ 41,92
Couros e Peles	48.279	0,99%	1.777	1.387	78,03%	R\$ 28,08
Creme de Leite	23.064	0,47%	6.506	824	12,67%	R\$ 29,22
Doce de Leite	7.549	0,16%	2.994	2.697	90,07%	R\$ 594,53
Embutidos	112.813	2,32%	9.477	2.542	26,83%	R\$ 66,79
Farinha de Mandioca	653.739	13,45%	1.478.979	1.123.292	75,95%	R\$ 592,99
Frutas Cristalizadas	699	0,01%	336	253	75,47%	R\$ 573,51
Fubá de Milho	75.681	1,56%	56.369	5.793	10,28%	R\$ 17,75

Fubarina de Milho	807	0,02%	813	520	63,93%	R\$ 155,49
Fumo em Rolo ou Corda	26.356	0,54%	18.843	17.379	92,23%	R\$ 1.029,96
Garapa de Cana	2.604	0,05%	3.673	2.263	61,61%	R\$ 328,23
Gelêla de Frutas	18.245	0,38%	1.217	419	34,39%	R\$ 28,48
Licor de Frutas	418	0,01%	94	49	51,56%	R\$ 95,44
Manteiga	82.568	1,70%	6.516	4.126	63,32%	R\$ 73,39
Massa de Mandioca	2.601	0,05%	1.618	1.116	68,99%	R\$ 163,78
Melado	69.412	1,43%	20.682	9.513	46,00%	R\$ 68,07
Outros Produtos	72.278	1,49%	74.327	42.166	56,73%	R\$ 194,97
Pasta de Frutas	15.663	0,32%	4.373	3.073	70,27%	R\$ 119,53
Póvilho de Mandioca	87.910	1,81%	40.749	24.399	59,88%	R\$ 140,58
Queijo e Requeijão	358.619	7,38%	202.262	162.983	80,58%	R\$ 867,91
Rapadura	56.645	1,17%	79.267	67.454	85,10%	R\$ 491,05
Suco de Uva	1.852	0,04%	360	125	34,74%	R\$ 68,66
Tapioca de Mandioca	18.421	0,38%	7.297	4.964	68,02%	R\$ 285,48
Tiquira de Mandioca	1.568	0,03%	990	699	70,60%	R\$ 293,94
Vinagre de Cana	298	0,01%	81	11	13,93%	R\$ 16,28
Vinagre de Uva	5.895	0,12%	924	204	22,03%	R\$ 22,95
Vinho de Frutas	1.423	0,03%	906	367	40,56%	R\$ 143,24
Vinho de Uva	19.906	0,41%	25.363	10.424	41,10%	R\$ 259,72
Xarope de Açai	16.085	0,33%	17.312	208	1,20%	R\$ 6,73
Geral						R\$451,58

\* Número de estabelecimentos que informaram desenvolver esta atividade dividido pelo número total de estabelecimentos.

Contribuição média das atividades relacionadas à indústria rural listadas nesta tabela para a receita monetária dos estabelecimentos \*\*  
 .hectares 100 informantes dos estratos inferiores a

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985 e 1995-1996. Elaboração dos Autores.

Utilizando esta fórmula encontramos que essas atividades relacionadas à indústria rural estão presentes em,



pelo menos, 18,26% (887.411 em 4.859.865) do total dos estabelecimentos<sup>7</sup>. Portanto, podemos airmar, sem cometer equívocos, que em mais de 18% dos estabelecimentos são realizadas atividades de indústria rural. Esse percentual é próximo do observado, considerando todas as atividades listadas no Censo, 23,76%, o que é um indicador de que a exclusão daquelas atividades não é um elemento complicador.

É importante ressaltar que o fato de alguma atividade, em específico, não apresentar presença expressiva em nível nacional não significa que não venha a tê-la em nível de grandes regiões e estados e/ou em nível de regiões dentro dos estados, podendo ser, portanto, relevante para a geração de renda e emprego neste espaço.

Fazendo a análise da distribuição espacial de atividade de indústria rural por grandes regiões e por estados, podemos observar que os produtos da indústria rural não têm presença uniforme entre as grandes regiões ou entre os estados. As principais exceções são queijo e requeijão, farinha de mandioca e polvilho, que têm uma presença significativa em quase todos eles.

Esta distribuição, portanto, não só não é uniforme entre os estados, como também não necessariamente é uniforme dentro deles. Pesquisa feita para o Estado de Minas Gerais, que não figura entre aqueles que apresentam elevados percentuais individuais de presença desse tipo de atividade – o maior é o do queijo e requeijão com 11,64% –, mostrou que os estabelecimentos que informaram desenvolver atividade de indústria rural estão concentrados em regiões específicas, como nas Mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha, regiões onde as condições agroambientais oferecem obstáculos para as atividades agrícolas tradicionais, como a produção de milho, arroz e feijão, e que apresentam os piores índices de desenvolvimento (CAMPOS; FERNANDES FILHO; OLIVEIRA, 1999). Em situações como esta, o fomento dessas atividades rurais não agrícolas acaba sendo, talvez, a principal alternativa. Portanto, mesmo em estados com baixa presença desse tipo de atividade, pode ser que em regiões específicas dele ocorra concentração de atividades.

Em termos de grandes regiões, em quase todas há presença de atividades de indústria rural nos estabelecimentos recenseados, com percentual superior a 10%: Norte – farinha de mandioca (40,04%); Sul – queijo e requeijão (18,82%) e embutidos (10,82%); Nordeste – farinha de mandioca (18,01%); e Centro-Oeste – queijo e requeijão (12,73%). A exceção é a Região Sudeste, onde o produto que apresenta maior percentual de presença é queijo e requeijão, com 8,47%.

---

<sup>7</sup> Para os estados localizados nas regiões Norte e Nordeste foram utilizados os percentuais observados para a farinha de mandioca. Para os estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste foram utilizados os percentuais observados para queijo e requeijão.



Continuando a análise em termos regionais, podemos dizer que a região que apresenta menor diversidade de produtos da indústria rural é a Região Norte; e aquela com maior diversidade, a Região Sul. Há, portanto, uma enorme riqueza, em termos de atividades alternativas relacionadas à indústria rural, passíveis de serem objetos de políticas de desenvolvimento do espaço rural.

Em termos estaduais, os dados mostram que a maior parte dos estados apresenta presença de pelo menos uma atividade de indústria rural em percentual superior a 10%, sendo que nove estados apresentam percentuais superiores a 20%. Os maiores percentuais ocorrem nos Estados do Amazonas e Pará, onde a produção de farinha de mandioca ocorre em 67,41% e 48,02% dos estabelecimentos. Apenas nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, nenhum produto atinge presença superior a 10%. Os estados que apresentam maior diversidade de atividades de indústria rural são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Minas Gerais e Ceará.

#### IV. 2 – A importância econômica<sup>8</sup>

A importância econômica da indústria rural artesanal no Brasil pode ser medida em termos do volume produzido, do valor da produção, do valor da receita monetária, da contribuição média para a receita monetária, da contribuição para o abastecimento da unidade de produção e do mercado; e do consumo de matérias-primas produzidas nos estabelecimentos agropecuários. O nível de presença relativa dessas atividades nos estabelecimentos foi analisado no item anterior.

Os principais produtos da indústria rural, em termos de volume de produção, são: farinha de mandioca, 1.478.979 toneladas; queijo e requeijão, 202.262 toneladas; aguardente de cana, 106.980.000 litros; rapadura, 79.267 toneladas; e outros produtos, 74.327 toneladas (coluna 4 da Tabela 1).

Em termos de valor das receitas, os principais produtos são: farinha de mandioca, R\$403.886.551,00; queijo e requeijão, R\$402.830.588; aguardente de cana, R\$54.485.363,00; rapadura, R\$32.919.002,00; e fumo em rolo ou corda, R\$28.194.875,00. O valor total das receitas obtidas com a comercialização desses produtos soma R\$1.022.583.648,00. Por outro lado, o valor da produção total da indústria rural soma R\$1.381.383.995,97.

Portanto, aproximadamente 74,03% da produção, medida em termos do valor, se destina ao mercado. Assim, seja em termos de volume de produção, seja em termos de valor das receitas, seja em termos do valor da produção, os números da indústria rural são muito significativos.

Agora vamos calcular a contribuição média das atividades da indústria rural para a receita monetária do estabelecimento. Para realizar esse cálculo adotamos os seguintes procedimentos: dado que estamos interessados em ver a potencialidade dessas atividades principalmente para o desenvolvimento dos setores agrícolas mais fragilizados – e que, por isso mesmo, foram os mais afetados pela crise em curso na agricultura –, vamos restringir esse cálculo para os estabelecimentos informantes com até 100 hectares; para o cálculo da contribuição média adotamos a fórmula da média aritmética ponderada utilizada anteriormente, onde  $x$  é a contribuição média para a receita monetária de cada produto da indústria rural nos estabelecimentos com até 100 hectares e  $p$  é o número de estabelecimentos com até 100 hectares que informaram produzi-lo.

A contribuição média das atividades relacionadas à indústria rural para a receita monetária dos estabelecimentos informantes dos estratos inferiores a 100 hectares foi de R\$451,58 (última linha da coluna 7 da Tabela 1) <sup>9</sup>. As atividades com as maiores contribuições são: aguardente de cana, R\$1.793,89; fumo em rolo ou corda, R\$1.029,96; álcool de cana, R\$ 906,52; queijo e requeijão, R\$867,91; azeite de dendê, R\$736,42; doce de leite,

<sup>8</sup> Como o Censo não considera como produção da indústria rural aquela obtida nas unidades de produção que têm licenciamento para funcionar, os dados subestimam a contribuição dessa atividade para a geração de renda e emprego no espaço rural.

<sup>9</sup> O ideal era que pudéssemos calcular a renda (bruta ou líquida) proporcionada pela indústria rural, mas os dados dos Censos Agropecuários não permitem. Este fato, no entanto, não trará prejuízo maior para a análise, porque nessa atividade não há diferença significativa entre receita e renda, uma vez que para realizar a quase totalidade dessas atividades não há, por exemplo, necessidade de aquisições expressivas de insumos

R\$594,53; farinha de mandioca, R\$592,99; frutas cristalizadas, R\$573,51; e rapadura, R\$491,05. Em geral, os produtos da indústria rural com maior contribuição para a receita monetária são aqueles com maior percentual da produção destinada aos mercados.

Para termos uma idéia melhor da importância dessas atividades para a geração de receita monetária para esses estabelecimentos, vamos comparar essa contribuição com a proporcionada pelos principais produtos da lavoura tradicional, também para o estrato de área de até 100 hectares. A contribuição média de R\$451,58 é significativamente superior àquela proporcionada pelo arroz (R\$357,65), feijão (R\$212,84), mandioca (R\$248,03) e milho (R\$347,42) para a receita monetária dos estabelecimentos informantes desse estrato de área<sup>10</sup>. É inferior apenas para leite (R\$2.839,99). Em termos médios, a contribuição desses produtos para a receita monetária média é de R\$543,41<sup>11</sup>. O fato de essa contribuição ser 20% superior àquela proporcionada pelos produtos da indústria rural não obscurece o elemento principal que procuramos ressaltar, qual seja: que a indústria rural tem importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada diretamente para o mercado de atividades tradicionais, como produção de arroz, milho e feijão.

A Tabela 1 apresenta, também, na coluna 6, o destino da produção. Podemos observar que dos 41 produtos listados, 21 têm como principal destino da produção o mercado e que o autoconsumo é um destino importante para parte significativa dos produtos da indústria rural. Em termos de abastecimento do mercado interno, os resultados da análise dos dados mostram que a indústria rural tem importante contribuição<sup>12</sup>: farinha de mandioca – 68,5% (1.123.296t em 1.638.864t)<sup>13</sup>; queijo e requeijão – 31,1% (162.983t em 523.00t)<sup>14</sup>; polvilho – 9,8% (24.399t em 249.136t); e aguardente de cana – 9,3% (93.953.000l em 1.000.000.000l). No caso de outros produtos, como rapadura e fumo de rolo, esse percentual tende a ser ainda maior, mas não houve possibilidade de fazer estimativas em função da ausência de informação sobre o total produzido e consumido no país.

A relevância econômica das atividades de indústria rural está, também, no fato de que é uma importante consumidora de produtos da agricultura tradicional. As principais matérias-primas transformadas e/ou beneficiadas pela indústria rural são: mandioca – farinha, polvilho, tapioca, tiquira, carimã, massa puba, apara; leite – queijo e requeijão, manteiga, doce de leite, creme de leite e coalhada; milho – fubá, canjica, canjiquinha, fubarina; cana-de-açúcar – melado, rapadura, álcool, vinagre e aguardente; uva – suco, vinho, vinagre, aguardente; e bovinos – carne de sol e outras, e couros e peles. Para termos idéia dessa importância fizemos um cálculo aproximado do percentual de duas matérias-primas que são transformadas pela indústria rural<sup>15</sup>: mandioca (32,38%) e leite de vaca (12,11%). Portanto, o fomento da indústria rural significa fomento das atividades relacionadas à agricultura tradicional, com consequente geração de emprego e renda.

10 Embora seja verdade que o valor desses produtos estavam mais baixos em função da queda de preços devido à abertura comercial e integração econômica, particularmente após o Plano Real (Fernandes Filho; Campos, 1998, p. 981), é verdade, também, que os preços dos produtos da indústria rural também foram negativamente afetados. Isto significa que a relação observada deveria ser equivalente à apontada acima se não tivesse havido o processo de abertura comercial e integração econômica. É preciso ficar claro, também, que mais importante que isso é o fato de que a contribuição da indústria rural para a renda monetária é significativa.

11 Para realizar este cálculo utilizou-se procedimento semelhante ao adotado anteriormente.

12 Foram consideradas, apenas, a parte da produção da indústria rural destinada ao mercado (Tabela 1).

13 No caso de farinha de mandioca e polvilho foram utilizados os dados da CONAB (2000) para o consumo total de mercado. Para estimar o valor para o ano de 1996, foi considerada a taxa anual de variação calculada pela ABIA (1999).

14 No caso de queijo e requeijão o consumo total do mercado é a soma da produção industrial (ABIA, 1999) acrescida da produção da indústria rural que se destina ao mercado.

15 Consideramos, apenas, a produção destinada ao mercado. Para fazer esse cálculo utilizamos os seguintes parâmetros de conversão matéria-prima/produto transformado: Mandioca – 1 tonelada de mandioca produz 200 kg de tapioca, 200 kg de polvilho, 250-270 kg de farinha; Leite – a) queijo – 6 a 6,5 litros de leite produzem 1 kg de minas frescal, 8 a 8,5 litros de leite produzem 1 kg de minas padrão, 10 litros de leite produzem 1 kg de muçarela; b) Doce de leite – 10 litros de leite produzem 3 kg de doce de leite pastoso; c) Manteiga e requeijão – 10 litros de leite produzem 360 g de manteiga, 10 litros de leite produzem 450 g de creme de leite, 35 litros de leite produzem 1 kg de requeijão, coalhada e iogurte – rendimento de 100%. Os dados sobre produção total foram obtidos no Censo Agropecuário 1995-1996 e os referentes à produção da indústria rural destinada ao mercado na Tabela 1.

Em síntese, a importância econômica das atividades ligadas à indústria rural está em que é muito expressivo: o valor e o volume total produzido; a sua contribuição para a renda monetária; o percentual da produção de matéria-prima que é transformada; o percentual de estabelecimentos que informaram desenvolver essas atividades; o percentual do mercado que é abastecido pela indústria rural. É importante lembrar, ainda, que essa importância muda de região para região.

### IV. 3 - A Importância Social

A importância das atividades relacionadas à indústria rural em termos sociais está, por exemplo, na geração de emprego direto e indireto no meio rural<sup>16</sup>. Por exemplo, na atividade de produção de matérias-primas utilizadas pela indústria rural, aplicando a metodologia proposta por PETTI et al. (1999), encontramos os seguintes números expressivos de geração de emprego direto, medido em termos de equivalente/homem/ano<sup>17</sup>, para atividades selecionadas: mandioca – 429.113 EHA, leite – 59.725 EHA, fumo – 17.199 EHA e cana-de-açúcar – 6754 EHA. A estimativa de geração de emprego está subestimada porque, em geral, a produção por hectare é menor nos estabelecimentos que desenvolvem atividades de beneficiamento relacionadas à indústria rural, e porque foram consideradas apenas a produção de matérias-primas empregadas na produção voltada para o mercado. É o texto do autor.

Infelizmente não foi possível fazer estimativas da geração de emprego em atividades relacionadas à transformações e ou beneficiamento de matérias-primas devido à falta de parâmetros. No entanto, como se trata de um processo de trabalho de caráter artesanal, intensivo em uso de mão de obra, é de se supor que haja uma geração expressiva de emprego na indústria rural.

Outro elemento a apontar para a importância dessa atividade na geração de emprego é que em algumas dessas atividades – entre as quais se encontram atividades importantes do ponto de vista do volume, valor das vendas e da produção, como farinha de mandioca, polvilho, aguardente de cana, e rapadura – a geração ocorre em período do ano em que é menor a demanda por mão de obra nas atividades agrícolas tradicionais. Talvez com exceção do leite, milho, couro e peles, e carnes bovina e suína, cujas matérias-primas estão disponíveis para serem transformadas e ou beneficiadas o ano inteiro, para os outros produtos beneficiados a oferta de matérias-primas ocorre em épocas determinadas, ou seja, a transformação e beneficiamento de produtos como mandioca, cana-de-açúcar, frutas em geral, uva e fumo, produtos que precisam de transformação e ou beneficiamento imediatamente após a colheita para que não se deteriore, só pode ser realizada em época determinada do ano. A colheita da cana-de-açúcar e da mandioca, por exemplo, ocorre principalmente no período da seca, no qual a demanda de trabalho pelas atividades relacionadas às lavouras tradicionais – como milho, arroz e feijão – são significativamente menores. Portanto, nesses casos há concentração de demanda de mão de obra nas atividades da indústria rural em um momento em que há grande disponibilidade de mão de obra sem ocupação nas unidades de produção. Assim, o incentivo para as unidades de produção desenvolverem atividades de indústria rural, na medida em que gera emprego e renda, não só não necessariamente compromete a produção das lavouras tradicionais mas pode até mesmo contribuir para a sua manutenção e crescimento. Essas atividades podem dar expressiva contribuição para viabilizar, social e economicamente, a unidade de produção. Igual, texto do autor

Mesmo quando coincide no tempo a demanda de trabalho pelas atividades de indústria rural e de lavouras tradicionais, ainda assim, o incentivo ao desenvolvimento de uma atividade não necessariamente comprometerá o desenvolvimento de outra. Isto porque algumas dessas atividades, como a produção de embutidos, de queijo,

16 A estimativa da contribuição da indústria rural para a geração, direta ou indireta, de ocupação no meio rural é diicultada: porque as informações dos censos agropecuários não especificam essas atividades no grupo de atividade econômica; e porque não há estimativas de geração de ocupações por volume produzido em cada uma dessas atividades da indústria rural.

17 Para realizar esta estimativa utilizamos a seguinte metodologia: multiplicamos os coeficientes de EHA/100 ha (PETTI et al., 1999), pelo total de área ocupada com a produção de matérias-primas transformadas pela indústria rural e destinadas ao mercado. A estimativa de área ocupada, por sua vez, foi obtida dividindo a quantidade de matéria-prima transformada pela produção média por hectare.

de couro e peles, não ocupam o tempo todo da mão de obra disponível na família, podendo ela dedicar-se a outras atividades no decorrer do dia.

A importância social das atividades da indústria rural está, também, no fato de que sua presença está concentrada nas unidades de produção familiares, as quais, quase sempre, têm pequeno tamanho de área e ou estão localizadas em regiões de condições agroambientais que não favorecem o desenvolvimento da produção de grãos, o que afeta negativamente suas condições de sustentabilidade. Portanto, a característica da indústria rural de ter um processo produtivo intensivo em mão de obra é um indicador da contribuição que pode dar em termos de geração de emprego nessas unidades de produção.

Portanto, é significativa a importância da indústria rural no Brasil, tanto em termos de presença nos estabelecimentos agrícolas, quanto em termos de geração de emprego e renda nestes. Esta é uma importante contribuição que a indústria rural pode dar para a viabilização econômica e social das unidades de produção.

## **V – Considerações Finais**

A análise desenvolvida neste paper mostrou que é grande a importância social e econômica da indústria rural para o espaço rural brasileiro e para o país como um todo. Mostrou, por exemplo, que é significativa a contribuição da indústria rural para a geração de emprego e de receita monetária nos estabelecimentos com até 100 hectares; expressiva a sua presença nesses estabelecimentos; importante absorvedora de matérias-primas produzidas por esses estabelecimentos; importante abastecedora do mercado interno para vários produtos etc. Isto significa que, apesar de ter havido queda da produção e do número de estabelecimentos que informaram desempenhar algumas dessas atividades, entre 1985 e 1995-1996, a indústria rural manteve e, provavelmente, aumentou a sua importância em termos de geração de emprego e renda na agricultura.

Assim, o estudo mostra que há nos estabelecimentos agrícolas brasileiros múltiplas experiências de desenvolvimento de atividades relacionadas ao beneficiamento e/ou transformação de produtos da agropecuária, a fim de agregar valor, que poderiam ser fomentadas visando a promoção do desenvolvimento do espaço rural. A experiência com o fomento dessas atividades pode dar importante contribuição para o desenvolvimento do espaço rural, e os problemas relacionados à indústria rural – como no caso analisado para o Distrito Federal, relativos à sanidade, qualidade, estabilidade de oferta, entre outros, decorrentes de fatores como utilização de equipamentos e processos inadequados, ausência de treinamento da mão de obra e estrutura de comercialização deficiente – podem ser solucionados com custos relativamente baixos, se houver a atuação decisiva de órgãos públicos e da sociedade civil organizada.

Portanto, o paper sugere que o Estado e a sociedade civil organizada deveriam dar atenção especial a programas de incentivo à indústria rural como forma de gerar emprego e renda nas unidades de produção agrícolas, contribuindo, assim, para a melhoria de sua sustentabilidade. Sugere, ainda, que os pesquisadores que têm a atenção voltada para a problemática do desenvolvimento do espaço rural brasileiro deem maior atenção para a questão do papel que o fomento das atividades relacionadas à indústria rural tem, e que poderia vir a ter, na valorização do espaço rural, na geração de renda e de emprego.

## Referências

- ABIA – ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. O mercado brasileiro de alimentos industrializados. São Paulo: ABIA, 2000.
- ABRAMOVAY, R. A valorização do espaço rural: uma escolha de sociedade. Revista Espaço Rural, São Paulo: PT – Secretaria Agrária Nacional, n. 13, jul. 1997.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- CAMPOS, F. R.; FERNANDES FILHO, J. F.; OLIVEIRA, I. M. A indústria rural como alternativa de renda para a agricultura familiar em Minas Gerais. XXXVII SOBER, Foz do Iguaçu-PR, 1999.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Campinas, SP: Unicamp; Projeto Rurbano, 1998.
- CARVALHO, J. L. H. de. Prove: inclusão social prática. Revista Espaço Rural, São Paulo: PT – Secretaria Agrária Nacional, n. 13, jul. 1997.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: FIBGE.
- CENTENO, A. Municipalização e desenvolvimento local. Revista Espaço Rural, São Paulo: PT – Secretaria Agrária Nacional, n. 13, jul. 1997.
- CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Mandioca. Conjuntura Agrícola, Brasília: Conab, abr. 2000.
- FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: FAO/INCRA, 1995.
- FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A internalização dos preços agrícolas e a evolução recente da produção de alimentos no Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; REN, v. 29, p. 977-991, jul. 1998. Número especial.
- FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. Abertura comercial e integração econômica e a agricultura familiar: uma contribuição para o debate sobre os impactos na produção de alimentos. In: SHIKI, Shigeo (Ed.). Sustentabilidade do sistema agroalimentar no entorno de Iraí de Minas. Uberlândia: UFU, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1996a.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: IE/UNICAMP, 1996b. (Mimeo.).
- GRAZIANO DA SILVA, J. Projeto Rurbano, Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo – Fapesp. Gazeta Mercantil, 12 mar. 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In: Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas, SP: ABRA, 1995. p. 130.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. Porto: Proposta Editorial, 1980.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- MALUF, R. S.; BILBAO, S. A. Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar. Campinas, SP: NPCT-Unicamp, out. 1988.
- MARX, K. O capital. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- NAVARRO, Z. Agricultura familiar, democracia e “o novo rural”: uma agenda para o desenvolvimento do campo brasileiro. Revista Espaço Rural, São Paulo: PT – Secretaria Agrária Nacional, n. 13, jul. 1997.
- PETTI et al. Estimativa da demanda de força de trabalho na agropecuária brasileira. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Ed.). O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998.
- PRODUTO INTERNO BRUTO DE MINAS GERAIS – 1985/1997. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.
- REVISTA AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas. [Vários números].
- REVISTA GLOBO RURAL, Rio de Janeiro, Globo, ano 14, n. 163, maio de 1999.
- VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. Revista de Política Agrícola, ano 7, n. 1, jan.-mar. 1998.
- WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras: UFLA, v. 1, n. 1, jan.-jun. 1999.

# Tribuna Aberta



# Entrevista: Ricardo Abramovay – A controvérsia dos biocombustíveis

Entrevista de 16 de setembro de 2009, realizada por Alice Duarte, Fonte: BiodieselBR.com.



Ricardo Abramovay, professor de economia da Faculdade de Economia e Administração da USP e especialista em economia agrícola, tem acompanhado de perto as discussões no Brasil e no mundo a respeito dos biocombustíveis. O tema, que inflama debates

acalorados na mídia, nos governos, na academia e congressos ains, instigou o economista a organizar o livro Biocombustíveis: a energia da controvérsia, publicado pela Editora Senac São Paulo, que reúne textos de Ignacy Sachs, Marcos Jank, Jean Marc Von der Weide e Arnaldo de Campos. Nesta entrevista, ele fala dos alcances e limites para a expansão dos biocombustíveis e traz à tona pontos polêmicos que permeiam o jovem setor de biodiesel, como a participação da agricultura familiar, o incentivo à mamona, a atuação da Petrobras, a viabilidade econômica e a sustentabilidade da produção.

**BiodieselBR** – Quais são as maiores controvérsias que envolvem o tema biocombustíveis, em especial o biodiesel?

**Ricardo Abramovay** – O programa de biodiesel foi concebido como uma espécie de contraponto contra os presumíveis efeitos concentradores de renda e patrimônio do etanol. De fato, o etanol se apoia não apenas majoritariamente em gigantescas explorações de terra, com dezenas de milhares de hectares, mas também em usinas que têm investimentos de grande magnitude. A ideia da presidência da República era se opor a isso, aproveitando a utilização energética da biomassa como forma de gerar melhor distribuição de renda. Para isso foi feito o Selo Combustível Social e os leilões, ou seja, uma tentativa explícita, e de certa forma inédita, de vincular a oferta de um produto junto a um objetivo social explícito. Algumas coisas importantes já foram realizadas, como a presença de uma proporção que começa a se tornar relevante na matriz energética nacional com o início do B4 e um horizonte de se chegar logo ao B5. Mas os objetivos reais do programa, no caso da inclusão social, não se pode dizer que foram atingidos. Em termos de oferta de biodiesel isso está acontecendo. Se vai acontecer por muito mais tempo, não dá para saber, parece que sim. Já é um feito importante conseguir, em um período tão curto, colocar 4% de biodiesel no diesel. Porém, a esmagadora maioria desse biodiesel vem de matérias-primas nas quais os segmentos mais pobres da agricultura familiar têm uma participação totalmente irrelevante, para não dizer nula, que é a soja e o sebo bovino, que basicamente compõem até aqui a matriz do biodiesel no Brasil. A pergunta que fica é por que razão as matérias-primas que foram selecionadas como as mais importantes para esta inclusão social (principalmente a mamona e em parte o dendê) não tiveram sucesso? As políticas públicas, a instalação de usinas da Petrobras, tudo foi em função da mamona; enquanto no caso do dendê há a experiência da Agropalma, mas não houve muita coisa além disso.

**BiodieselBR** – Qual foi o erro na condução desse processo?

**Ricardo Abramovay** – É difícil entender por que não funcionou com a mamona. Um argumento, que é do professor Luiz Horta Nogueira, é que houve um erro na escolha da matéria-prima. Segundo ele, usar óleo de mamona para fazer biodiesel é como fazer lenha de jacarandá. Ele é um produto muito valioso e o preço do diesel precisaria estar muito acima do que está hoje para compensar usar esse óleo. No caso da soja esse

problema não se coloca, porque o óleo é um subproduto, o que há de mais valioso é a proteína. Isso é que dá viabilidade econômica. No caso da mamona não, porque ela não seria competitiva, já que há uma demanda por óleo de mamona com preços muito superiores aos que são pagos pela produção de biodiesel. O mais importante problema com esse argumento, e essa é uma das teses centrais do artigo de Arnaldo Campos e da engenheira Edna Carmélio no livro, é que: se é verdade que a demanda por óleo de mamona é tão importante como o Horta Nogueira disse, por que razão a produção de mamona no Brasil vive estagnada, com crescimento pífio, e por que esses preços supostamente melhores do mercado internacional para outras utilizações da mamona não se transmitem ao produtor, gerando assim uma cadeia virtuosa em que o aumento de preços no mercado estimularia o aumento da produção?

**BiodieselBR** – Na sua visão, por que a mamona continua sendo um produto de baixíssimo nível tecnológico, baixíssima produtividade e oferta bastante irregular?

**Ricardo Abramovay** – A verdade é que o preço da mamona ao produtor em campo subiu. Resta saber se esse aumento de preço será capaz de estimular a produção. O que se pode dizer desse descompasso entre o preço internacional e o preço ao produtor é que a mamona se caracteriza por ser um produto de mercados incompletos e imperfeitos. Não são mercados competitivos. Não ocorreu com ela o que se viu no início do mercado da soja, quando o produto começou a se expandir pelo sul do Brasil, em meados dos anos 1970. Essa expansão fazia parte de um grande movimento internacional em que o produtor do interior do Paraná acompanhava os preços na Bolsa de Chicago. Logo a soja se tornou uma commodity e, portanto, o peso dos atravessadores locais, do pequeno bodegueiro, tornou-se totalmente irrelevante já nos anos 1970. Na mamona esses pequenos atravessadores são centrais. Ela ainda não criou um mercado capaz de promover essa transmissão de preços internacionais para as cadeias produtivas locais.



**BiodieselBR** – Como você avalia o impacto da Petrobras em um mercado tão precoce como o de biodiesel?

**Ricardo Abramovay** – Isso já é um pouco esquisito. O acordo, o espírito que norteou a proposta do programa de biodiesel, não era o de que haveria uma empresa pública que cumpriria sua função social por meio de atividades cuja não lucratividade tornaria essas atividades inacessíveis ao setor privado. Não era isso que estava escrito no PNPB. Para a Petrobras o biodiesel é uma poeira dentro do conjunto do que é a empresa. É preciso reformular. A proposta, que era interessante e salutar, vinculava o setor privado com uma oferta potencial que não seria feita sem alguns incentivos governamentais. Se agora a idéia é: “o setor privado é incapaz de fazer isso então vamos pôr a Petrobras”, a proposta mudou de maneira significativa. O problema com essa mudança é que ela cria uma situação, a meu ver, de instabilidade, porque a Petrobras não é uma empresa cuja natureza esteja na prática de ações economicamente inviáveis. Ela tem por obrigação junto a seus acionistas de levar adiante ações que sejam economicamente viáveis. Se a estratégia for tornar o programa de biodiesel mais e mais dependente da Petrobras, isso poderá criar um problema muito sério com os acionistas. Claro que dá para justificar que é uma ação social da empresa e que, portanto, vamos trabalhar sem lucro. Imaginar uma estratégia nacional para a bioenergia sobre uma base tão frágil não me parece algo promissor.

**BiodieselBR** – Mas a capacidade de investimento em tecnologia da Petrobras não é salutar para o segmento?

**Ricardo Abramovay** – O que é complicado é que a exploração de novas oportunidades e o processo de inovação podem ficar muito comprometidos com a presença exclusiva da Petrobras. É possível que ela, pela sua potência, consiga trazer ao mercado a possibilidade de exploração de novas plantas, como o pinhão-manso, e novas tecnologias, como o H-bio, etc., e com isso consiga fornecer ao próprio mercado elementos que permitam ao segmento operar num patamar de viabilidade econômica no futuro. Esperemos que seja essa a estratégia,



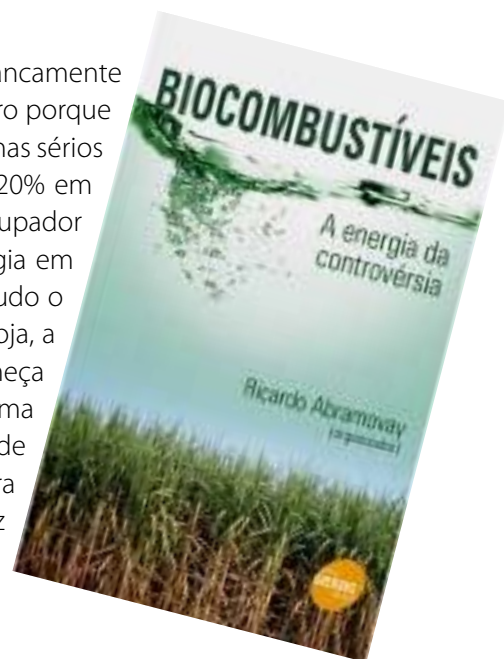
mas isso eu acho que não está claro. A impressão que dá até aqui é que, com a necessidade de abastecer o mercado com 4% de biodiesel, o setor privado precisou se dirigir ao que ele sabe e consegue fazer, e é muito mais provável que o caminho atual do uso da soja e do sebo bovino se aprofunde do que uma reversão em direção à mamona, a menos que a Petrobras tenha trunfos tecnológicos e mercadológicos que até agora não vieram à tona.

**BiodieselBR** – O programa de biodiesel se beneficiou ao se apoiar na consolidada cadeia produtiva de soja, que levou 30 anos para apresentar o bom desempenho de hoje. Quanto tempo o senhor acredita que levará para outra matéria-prima se irmar em termos de competitividade?

**Ricardo Abramovay** – Não é verdade que levou 30 anos. Em 1976, quando eu fui para Cascavel (PR), icou na cara que a cadeia já estava se consolidando. As pessoas estavam plantando soja até a porta da casa, só se via soja em todo canto. O Banco do Brasil estava inanciando, as cooperativas estavam organizadas para captar a produção e os pequenos atravessadores estavam sendo eliminados. Estamos falando de 33 anos atrás. No inal dos anos 1970, esse setor já estava consolidado, e não levou 10 anos para isso se consolidar. O tempo tem que ser relativamente curto porque a consolidação exige a coordenação simultânea de atores de diferentes segmentos. Não é que chegou o Geisel e fez um plano, mas também não é que o Estado estava ausente e o mercado agiu espontaneamente. O Estado estava superpresente, fornecendo crédito altamente subsidiado, parâmetros legais etc. E em conjunto havia bancos, fornecedores de insumos, fornecedores de máquinas, cooperativas e o setor privado entrando firme. Foi esse conjunto de elementos que permitiu que a agricultura familiar da Região Sul transitasse de produtos como feijão e milho, que era negociado no bodegueiro, com caderneta. O que mais me deixava impressionado é que o agricultor, muitas vezes mal alfabetizado, sabia exatamente qual era a cotação do dia da soja na Bolsa de Chicago. Não dá para saber quanto tempo vai levar para outra matéria-prima se irmar, mas promover a conversão de um volume considerável de agricultores a um novo produto, com chances de viabilização comercial, exige um esforço conjunto de atores diferentes e uma mudança institucional. E essa mudança, até aqui, não se observa com a mamona para o biodiesel. Nesse sentido é muito importante a presença de um ator com o peso da Petrobras, mas sozinha ela não é capaz de dar conta do recado. E por enquanto nada indica que ela tenha a capacidade de transmitir essa vontade para outros atores, como inanciadores, extensão rural, fornecedores de insumos, processadores etc.

**BiodieselBR** – A imprensa internacional vem publicando que a expansão dos biocombustíveis ameaça florestas tropicais e, além disso, afetaria a produção de alimentos em escala mundial, causando inflação e fome. Até que ponto isso é verdade?

**Ricardo Abramovay** – No caso brasileiro isso não parece ser verdade. E eu francamente não acredito que para nós isso seja um problema. Por dois motivos: primeiro porque por mais que haja problemas na expansão na cana-de-açúcar – e há problemas sérios socioambientais (devastação do cerrado, desrespeito da reserva legal de 20% em São Paulo, problemas com paisagens homogêneas) – ela é um produto poupador e não consumidor de área. Ela tem uma capacidade de transformar energia em biomassa superior à esmagadora maioria de outros produtos, inclusive a tudo o que se conhece em termos de produção viável de biodiesel. No caso da soja, a coisa é um pouco diferente, porque de fato já há uma produção que começa a se tornar relativamente importante na Amazônia, mas ainda é pouquíssima diante da magnitude da produção nacional. A soja é um vetor potencial de desmatamento e eu acho que estão sendo criadas condições propícias para que esse vetor não seja levado adiante, já que existe uma vigilância cada vez mais forte sobre a Amazônia e também um pacto entre os produtores de não



promover a expansão do plantio na região (que é a moratória da soja, cujos resultados são razoavelmente animadores até aqui). O biodiesel não é um vetor de expansão da soja justamente pelo fato de o óleo ser um subproduto da soja. Ninguém planta soja para produzir biodiesel, mas sim para obter proteína. Se as pesquisas voltadas para elevar o potencial de óleo de 18 para 30% derem certo; se o óleo passar a dar uma remuneração maior ao produtor e se, em função disso, novas áreas da Amazônia forem ocupadas, aí a discussão será diferente.

Hoje o vetor de ocupação na Amazônia é a proteína e não o biodiesel.

**BiodieselBR** – No caso do programa do governo federal para o plantio de dendê em áreas degradadas, seria uma ameaça potencial ou existiria uma saída para uma produção sustentável?

**Ricardo Abramovay** – Acho que pode ser um programa muito interessante. Plantar em áreas degradadas tem inúmeras vantagens. A possibilidade real de fazer com que essas áreas voltem a ser ocupadas por lorestas é muito baixa, porque já foram privatizadas. Vai ser muito difícil retirar dali os atores privados e dar alternativas econômicas reais no lugar de colocar pastagens. O risco é se der certo. Como é que você segura o desmatamento adicional, além das áreas degradadas? Isso vai exigir um controle adicional do Estado e do próprio setor privado. Desde que os sistemas de cultivo possam evitar a excessiva monotonia da paisagem e uso excessivo de agrotóxicos, pode dar certo.

**BiodieselBR** – O aumento da renda e conseqüentemente do consumo em países como a China, a Índia e o Brasil nos últimos anos vai continuar inflacionando o preço da soja?

**Ricardo Abramovay** – Certamente. Nós temos um horizonte daqui até 2050 de aumento de 50% da população mundial, com uma demanda por alimentos muito superior a esse aumento, porque, felizmente, temos um aumento de renda da população mais pobre. Mundialmente, a Goldman Sachs estima que 80 milhões de pessoas por ano saem das classes mais pobres e entram no mercado de consumo. A pressão que isso exerce sobre o mercado de alimentos é imensa. Agora, com a crise, não sei o que vai acontecer. O que não dá mais é continuar com o raciocínio do século 20, que é: “já que tem essa pressão, vamos detonar o meio ambiente para atender à demanda social”. O meio ambiente não tem mais recursos. O governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, proibiu a expansão da soja no estado em áreas lorestadas. Agora isso tem que acontecer por aumento de produtividade ou substituição de culturas e pastagens ineficientes. O grande desafio é conseguir aumentar a produção, respeitando os limites naturais e não avançando sobre superfícies lorestais, o que resulta, inevitavelmente, em aumento de preços. Isso significa que a sociedade vai começar a pagar um preço que até agora ela não pagou.

**BiodieselBR** – Em uma recente entrevista você comentou que o óleo de soja, no começo do Plano Real, era muito barato porque o desmatamento, a degradação dos recursos naturais e as péssimas condições de trabalho nas lavouras não tinham relexo nos preços. Hoje a sociedade não tolera mais essas práticas. A capacidade de omitir esses custos ambientais e sociais está se esgotando?

**Ricardo Abramovay** – Exatamente. E faz parte desse movimento todo um esforço entre os atores que estão nesse mercado de certificar a qualidade de seus produtos. No final de maio, em Campinas, houve a mesa redonda internacional da soja responsável, para criar uma certificação. Na hora que isso acontecer vai haver um custo, porque será uma garantia de que certas barbaridades que ocorreram até aqui não irão mais acontecer.

**BiodieselBR** – Como você avalia as políticas de incentivo à indústria de biodiesel no Brasil?

**Ricardo Abramovay** – É muito importante que haja incentivos, mas a verdade é que os incentivos não conseguiram, até aqui, atingir seus objetivos. Então existe algum problema no projeto que foi concebido para promover essa integração dos segmentos mais pobres da agricultura familiar. Nesse sentido não me parece que a política possa ser considerada bem-sucedida.

**BiodieselBR** – Quais as consequências políticas, econômicas e sociais do progressivo uso dos biocombustíveis?

**Ricardo Abramovay** – Em princípio pode ser positivo, desde que dê lugar à entrada de atores no mercado que dele não faziam parte, como os produtores familiares de mamona e de palma. Mas é preciso estar muito atento para o potencial de competição entre energia e alimentos, que no biodiesel é muito grande. No caso do etanol essa competição se refere a um produto relativamente pouco nobre na composição da cesta alimentar da população mundial, que é o açúcar. No caso da soja a vantagem é que o óleo é um subproduto. Mas mesmo assim, quando o óleo de soja passou a se incorporar ao biodiesel, uma das consequências foi um imediato aumento do óleo de soja ao consumidor. Esse produto não é tão importante assim na mesa do consumidor brasileiro, porque sua renda está aumentando, mas e o consumidor indiano e vietnamita de baixa renda? Numa situação de elevação da demanda mundial, o biodiesel parece muito mais suscetível a essa competição com alimentos que o próprio etanol de cana. Mas o aparecimento do mercado de biodiesel é algo que pode oferecer uma espécie de revitalização para a agricultura. É muito importante que haja um acompanhamento permanente dessa potencial concorrência com os alimentos, como de certa forma aconteceu com o milho americano para a produção de etanol. Isso é inadmissível e cabe ao setor mostrar para a opinião pública mundial as evidências de que o aumento da oferta de biodiesel é complementar ao aumento da oferta de alimentos e não concorrente.

Porque já existem tecnologias capazes de promover essa complementaridade com o biodiesel.



# La Respuesta del IICA al Aumento en los Precios de los Alimentos

La agricultura y la seguridad alimentaria deben colocarse como la más alta prioridad en las agendas nacionales de desarrollo

## Chelston Brathwaite

Ex Director General del IICA

### Documento de intenciones 2008

Preocupado por el aumento en los precios de los alimentos, el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) ha estado evaluando el impacto potencial de esta crisis sobre el sector agropecuario de las Américas y sus implicaciones para los consumidores, los productores y los pobres rurales.

Estamos preparados para brindar apoyo a nuestros Estados Miembros mediante la provisión de conocimientos técnicos e información que puedan contribuir a encontrar soluciones que mejoren la seguridad alimentaria y energética y promuevan un ambiente sostenible para la presente y futuras generaciones.

Un reciente pronunciamiento del Banco Mundial y de otras organizaciones sugiere que este incremento en los precios no es un fenómeno temporal, sino más bien una tendencia que tenderá a persistir en el mediano plazo.

Cuatro razones se han entrelazado para producir esta crisis:

- La creciente demanda de productos agrícolas como materia prima para la generación de biocombustibles.
- La sequías en Australia y las bajas cosechas en Europa.
- Una demanda aumentada de proteínas cárnicas y cereales, especialmente por parte de China e India.
- Un aumento en los costos de los insumos agropecuarios, tales como fertilizantes y pesticidas, en razón de los precios del petróleo.

Creemos que un aumento sostenido en los precios de los alimentos contribuirá a aumentar los niveles de pobreza y de desnutrición en nuestro hemisferio, y, a menos que se adopten medidas para incrementar la seguridad alimentaria, limitará la capacidad de nuestros países para alcanzar la Meta de Desarrollo del Milenio de reducir la pobreza en un 50% en el año 2015.

Agricultura y energía: El IICA reconoce que el precio y la disponibilidad de alimentos no están determinados por un solo factor. Reconocemos también el enorme potencial de los combustibles renovables para la seguridad energética global, el ambiente y el bienestar económico, así como la implicación que esto puede tener sobre la seguridad alimentaria.

El aparente desbalance global entre abastecimiento y demanda de cereales es hoy un incentivo para que los productores de países en desarrollo aumenten la producción nacional de granos destinados a la alimentación, de manera sostenible y aprovechando las nuevas oportunidades en los mercados internos y externos. El nuevo escenario es particularmente positivo para los productores de cereales de América Latina y el Caribe, quienes

podrían aumentar sus cosechas, de forma gradual y sostenible, creando así oportunidades para las poblaciones rurales.

Desde la perspectiva del IICA, un enfoque viable para la así llamada controversia “alimentos versus combustibles” es diversificar las materias primas y las tecnologías con las que se producen los biocombustibles, concentrándose en productos que han mostrado una trayectoria larga y exitosa en este campo, como la utilizada en la producción de etanol a partir de celulosa.

Consideramos que la agroenergía puede contribuir al abastecimiento energético mundial sin convertirse en una amenaza para la seguridad alimentaria, si utilizamos fuentes diferentes a los granos, tales como la caña de azúcar, el aceite de palma, la biomasa celulósica, los desechos agropecuarios y la *Jatropha*, entre otros.

Además, deben estimularse, y distribuirse ampliamente entre decisores gubernamentales y privados, estudios técnicos que están ya en camino y que se refieren a diversas materias primas que pueden utilizarse en la producción de biocombustibles.

Creemos que para hacer sostenible, económicamente viable, ambientalmente correcta y socialmente equitativa la producción de biocombustibles, se necesitan investigación agropecuaria e inversión en nuevas tecnologías.

Prioridades de la Agenda Nacional: Los líderes gubernamentales, de la sociedad civil y del sector privado tienen la enorme responsabilidad de contribuir a aliviar la crítica situación de los alimentos. Hacerlo requiere conocimiento científico y técnico actualizado para formular programas, estrategias de inversión y políticas nacionales, regionales y hemisféricas orientadas a la seguridad alimentaria y energética.

Tales políticas deberían incluir acciones que protejan a los más vulnerables de la sociedad del impacto de los crecientes precios de los alimentos, así como estimular la producción para hacer frente a la demanda.

En el IICA estamos convencidos de que este es el momento para que los países de las Américas revisen sus políticas de seguridad alimentaria y den los pasos apropiados para obtener recomendaciones técnicas que les permitan diseñar políticas correctas para convertir la producción agropecuaria en una prioridad en la agenda nacional de desarrollo e invertir más en la economía rural. Creemos que el bienestar de los productores y la seguridad alimentaria deben ser asuntos prioritarios en la agenda de desarrollo nacional.

Desde la década de los años 80, el apoyo para el desarrollo agropecuario y la inversión en innovación y tecnología agropecuaria ha venido declinando en muchos de nuestros países. También ha bajado sustancialmente la asistencia oficial al desarrollo. En 1980, por ejemplo, el 30% de los préstamos del Banco Mundial fue para proyectos agropecuarios. El porcentaje bajó al 12 en 2007.

Nos complace que el Banco Mundial haya publicado recientemente su Informe de Desarrollo Mundial 2008, en el cual se considera la agricultura como clave para alcanzar la meta de reducción de la pobreza a la mitad en el 2015. El IICA le da la bienvenida a esa visión y espera que, en consecuencia, las instituciones de desarrollo y los gobiernos nacionales inviertan más en la agricultura.

La respuesta del IICA: Mediante la implementación de su Plan Mediano Plazo 2006-2010, el IICA ha venido apoyando a sus Estados Miembros en áreas estratégicas, tales como comercio y agronegocio, agroenergía, sanidad agropecuaria e inocuidad de alimentos, biotecnología, seguros agropecuarios, agroturismo, agroindustria rural y agricultura orgánica, todos temas de gran relevancia para la seguridad alimentaria en el hemisferio.

Con la implementación del Plan, asistimos a nuestros países en

- 
- a) Diseñar políticas y estrategias orientadas hacia el mejoramiento del bienestar de los grupos más vulnerables de la economía rural.
  - b) Proveer educación y capacitación dirigida al mejoramiento del conocimiento, capacidades y habilidades de los grupos vulnerables, mujeres, juventud e indígenas, para que participen efectivamente en los mercados agropecuarios y rurales.
  - c) Fortalecer las organizaciones de la sociedad civil y promover la integración entre actores de las cadenas alimentarias para construir agendas comunes y mejorar sus habilidades de negociación y defensa de sus intereses.
  - d) Promover la modernización y la expansión de servicios agropecuarios para mejorar la productividad y la competitividad.
  - e) Fortalecer las organizaciones agropecuarias y rurales en comercio y otros temas relevantes.
  - f) Promover la inversión en investigación agropecuaria, tecnología e innovación. Estamos convencidos de que el trabajo del Instituto en estas áreas, junto con la implementación de políticas nacionales apropiadas, contribuirá a que nuestras naciones modernicen sus sectores agropecuarios y logren enfrentar los desafíos asociados con el aumento en los precios y la escasez de alimentos en nuestros países miembros.

El IICA propuso analizar estos preocupantes asuntos en un taller internacional sobre la agricultura y la seguridad alimentaria como vía para el desarrollo integral, el cual se realizó en julio de 2008 en su sede central en San José, Costa Rica.

En este momento de gran reto para la seguridad alimentaria de este hemisferio, nuestro instituto está preparado para apoyar a nuestros países con conocimientos técnicos e información. Nuestros Representantes en cada uno de los 34 Estados Miembros cooperarán con los gobiernos, las agencias internacionales de financiamiento y el sector privado en la preparación de planes y proyectos para enfrentar los retos de nuestro tiempo y asegurar un mundo con alimento para todos.



# Empreendimentos Cooperativos no Território da Cidadania Sul do Amapá: Desafios e Possibilidades

**Arnaldo Bianchetti<sup>1</sup>**

bianchetti\_gilda@uol.com.br

**Adalberto Carvalho Ribeiro<sup>2</sup>**

adalberto@unifap.br

**Jadson Porto<sup>3</sup>**

jadsonporto@unifap.br

## 1. Introdução

O cooperativismo está organizado em um sistema mundial, que busca garantir a unidade da doutrina e da ilosioia cooperativista, além de defender os interesses do cooperativismo pelo mundo.

No Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é que busca organizar o sistema privado de cooperativas no país. Cada estado brasileiro possui a sua própria organização, vinculada à OCB. No Estado do Amapá essa organização é a Organização e Sindicato das Cooperativas do Amapá (OCB/AP). Recentemente foi criado, seguindo o modelo nacional com representações estaduais, o Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

São inúmeras as vantagens de se criar uma cooperativa. Uma das questões mais levantadas é sempre relacionada a benefícios iscais. Talvez essa seja uma das questões menos preponderantes. Do ponto de vista iscal não há diferença entre os impostos que incidem sobre produtos vendidos por uma cooperativa ou por uma empresa mercantil. A diferença principal é que o trabalho do cooperante por meio da cooperativa, no caso das cooperativas de trabalho, não gera vínculo empregatício com ela e os produtos produzidos texto do autor pelos cooperantes entregues na cooperativa também não geram tributação; é o que se chama de atos cooperativos. Porém, na hora de vender a mercadoria ao consumidor ou o trabalho para uma empresa, há incidência de impostos normalmente. A principal vantagem é a organização do trabalho. É possibilitar que indivíduos isolados, e por isso com menos condições de enfrentar o mercado, possam aumentar sua competitividade e, com isso, melhorar sua renda ou sua condição de trabalho. Os possíveis benefícios iscais passam a ser secundário se o negócio coletivo for viável a partir da união das pessoas. Mais uma vez um estudo de viabilidade econômica permitirá ao grupo decidir se é vantajoso ou não organizar uma cooperativa.

Na Amazônia, de modo geral, a consolidação do cooperativismo tem sido um desaiio, sobretudo, para aqueles grupos vinculados às áreas rurais da região. No Estado do Amapá o cooperativismo vinculado aos Territórios

---

1 PhD em Produção e Tecnologia de Sementes pela Universidade Estadual do Mississippi, USA. Assessor Especial da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá.

2 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPa. Professor/pesquisador da Universidade Federal do Amapá/Unifap.

3 Doutor em Economia pela Unicamp. Professor/pesquisador da Universidade Federal do Amapá/Unifap.



da Cidadania rurais contém singularidades que se revelam em fenômenos muitas vezes incompreendidos por especialistas. Vários são os problemas que dificultam a prática do cooperativismo, desde questões estruturais, como estradas e vicinais completamente sem condições de se praticar o escoamento dos produtos, passando por níveis de capital humano incipientes, até a capacidade técnica das cooperativas em gerenciar os empreendimentos.

No presente artigo são apresentadas informações sobre as cooperativas estabelecidas no território da Cidadania Sul do Amapá (municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão), a quantidade, seus modos de funcionamento e apresentados, de modo geral, algumas de suas singularidades. Destaque especial para as cooperativas situadas no Território da Cidadania Sul, que trabalham com um importante ramo comercial local, com potencialidades próprias, denominado aqui de economia da castanha-do-brasil.

## 2. Cooperativas no Território da Cidadania Sul do Amapá

Segundo um levantamento feito na OCB/AP, as cooperativas registradas e existentes no Território da Cidadania Sul do Amapá são as seguintes:

1. Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – Comaru.
2. Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari – Cooper-CA
3. Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari – Cooperalca
4. Cooperativa dos Moveleiros do Jarí – Coopmóveis
5. Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari – Comaja.

## 3. Análise: as Cooperativas do Território da Cidadania Sul do Amapá

A Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (Comaru) está situada no município de Laranjal do Jari e estabelecida na Vila São Francisco do Iratapuru, comunidade localizada e porta de entrada para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDS-I). Fundada em 1992 com aproximadamente 32 cooperados, produz óleo virgem de castanha-do-brasil com fornecimento anual para a empresa de cosméticos Natura (desde 2004). Encontra-se inadimplente com suas obrigações diante da OCB/AP.

Suas principais dificuldades e entraves residem na gestão administrativa da diretoria e na capacitação dos cooperados sobre cooperativismo. A aquisição da matéria-prima, a castanha-do-brasil in natura, é conseguida a um alto custo, pois os castanhais, em sua maioria, ficam há dias de distância, subindo pelo Rio Iratapuru. O acesso aos castanhais é difícil, devido aos vários trechos encachoeirados, muitas vezes perigosos, que contribuem para aumentar os custos da produção, uma vez que o consumo de combustível pode ser considerado alto (a produção é escoada por meio de transporte tipo “voadeiras”, com motores de popa tipo HP potência 40). Além disso, os chefes das unidades familiares precisam contratar “peões”, pagando por diárias, que ajudam tanto na coleta do produto como no escoamento dessa produção.

Os castanheiros vendem a maior parte da produção para terceiros (os comerciantes estabelecidos em Laranjal do Jari), ainda que os contratos formais que estão sendo assinados com a Natura venham garantindo uma parte para a Comaru. Contudo, a cooperativa não tem tido capacidade de comprar toda a produção da RDS-I e, muitas vezes, de acordo com o preço do hectolitro – uma medida de 5 latas grandes de acondicionar querosene (que varia de uma safra para outra) –, fica também sem capacidade de competir com esses “atravessadores” (RIBEIRO, 2008).

Ainda que não seja uma regra geral, alguns cooperados, quando o preço está muito baixo, não se sentem estimulados a coletar o produto, que acaba ficando na loresta. Isso pode afetar a qualidade do produto e

torná-lo mais suscetível às contaminações pela alatoxina. A Comaru também tem problemas de capital de giro para a compra da matéria-prima e não realiza trabalho de marketing. Obviamente que nas condições de uma cooperativa gerenciada por um estrato social denominado “campesinato caboclo amazônico” (COSTA, 1994) os procedimentos convencionais que podem ser comuns a outros empreendimentos passam ao largo das atividades ou mesmo das concepções dessas cooperativas amazônicas entranhadas no meio da loresta.

A cooperativa não tem muitos contratos. Sua principal contratante tem sido a empresa Natura, que anualmente compra, em média, 6 (seis) toneladas de óleo virgem da castanha-do-brasil. A produção da RDS-I, portanto, é comercializada ou com a Natura, com o produto transformado em óleo virgem, ou com os comerciantes de Laranjal do Jari quando é vendido em hectolitro, não restando de uma safra para outra quase nenhum estoque.

A cooperativa ainda não está registrada na Superintendência do Ministério da Agricultura para a produção do óleo. Nos últimos anos a Comaru vem se profissionalizando, pouco a pouco. Com a assessoria da Fundação Orsa, principalmente, adquiriu novos equipamentos e vem realizando tarefas como a capacitação de pessoal, além de parceria para a certificação lorestal da castanha coletada na RDS-I.

A Cooperativa dos Produtores Agroextrativista da Reserva do Rio Cajari (Cooper-CA) está situada na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no município de Laranjal do Jari e foi fundada no ano de 1996. Com dificuldades encontra-se em atividade e conta com 47 cooperados. Seu produto é o palmito em conserva extraído dos açazais nativos da região. Um de seus principais entraves é que boa parte da produção fica dentro da Resex Cajari e a cooperativa precisa cumprir normas ambientais em relação ao manejo adequado desses açazais.

As dificuldades para o gerenciamento administrativo e a capacitação técnica da diretoria também se revelam com essa organização social. Nos últimos anos a cooperativa tem capacitado os cooperados em manejo de açáí nativo para a produção de frutos, e o material descartado (estipes inas, muito altos e em excesso nas touceiras) é utilizado para a obtenção do palmito. Mas existem sérios problemas com capital de giro. A Cooper-CA não tem conseguido acessar as linhas de créditos disponíveis no sistema bancário. Apesar de sua situação ativa, a Cooper-CA apresenta ainda problemas com sua documentação para o cumprimento das exigências das casas bancárias. Estas, diga-se de passagem, não têm conseguido elaborar um programa específico que possa atender às singularidades desses empreendimentos coletivos amazônicos.

A Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (Cooperalca), fundada em 2001, conta com 86 cooperados e fica situada na comunidade de Santa Clara do Cajari, no município de Mazagão, dentro da Resex Cajari. Seu produto é a castanha-do-brasil in natura, na modalidade dry, isto é, seca com casca.

A grande dificuldade da Cooperalca reside na gestão administrativa da diretoria e na capacitação dos cooperados sobre cooperativismo. Devido a isto, a cooperativa tem problemas na aquisição da matéria-prima.

Os castanheiros estão muito vinculados ao sistema de aviação montado pelos comerciantes locais.

A outra grande dificuldade é que a castanha-do-brasil seca com casca tem um mercado muito peculiar e sazonal. É a noz que é comercializada muito nas épocas natalinas e parece haver, por parte dos consumidores nacionais, uma preferência muito maior pela castanha seca, sem casca.

A cooperativa apresenta até mais dificuldades que as outras em relação a capital de giro, e muitas vezes tem sido obrigada, para “fazer” algum dinheiro e pagar os custos de manutenção do prédio, a alugar o seu “secador” para comerciantes de Laranjal do Jari. Como avanços, a Cooperalca adquiriu um novo trator, fruto de convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e vem procurando aumentar a sua rede de parceiros, com a inclusão de assessorias da Embrapa/AP e da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

A Cooperativa dos Moveleiros do Jari (Coopmóveis) situa-se no município de Laranjal do Jari. Fundada em 1999, encontra-se com suas atividades em funcionamento e conta com 20 cooperados. Seus produtos são móveis e esquadrias diversas. A vantagem que a Coopmóveis tem, por um lado, é a farta matéria-prima disponível na região, mas, por outro, essa madeira está, em sua maioria, localizada em áreas ambientalmente protegidas.

Os principais entraves e dificuldades estão também na gestão administrativa da diretoria e capacitação de pessoal em design. Não tem produção interna de madeira e não tem programas de reposição florestal. Não tem secadora de madeira e a secagem é feita ao sol. Os móveis produzidos pela cooperativa são de qualidade regular para a boa, o que dificulta muito a comercialização, pois os preços, geralmente se apresentam acima das condições do poder aquisitivo da população de Laranjal do Jari, muito pobre. O mercado mais atraente seria a capital Macapá, mas há os concorrentes e os custos de deslocamento para uma distância de 226 km numa estrada bastante acidentada (o que faria aumentar os custos de transporte do produto). A cooperativa não investe em marketing e atende somente ao mercado local, não tendo pretensões de ampliação do negócio e do número de cooperados.

Não houve avanços no sentido de melhoria do design dos móveis e esquadrias e no aumento da produção para atender outros mercados, além do local. Também, a Cooperativa ainda não adquiriu o equipamento para a secagem da madeira.

A Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (Comaja) é, sem dúvida, a cooperativa de maior expressão, talvez de todo o Estado do Amapá. Situada no município de Laranjal do Jari, foi fundada no ano de 1984, no bojo dos movimentos socioambientais que ocorreram em toda a Amazônia, com maior protagonismo do Acre de Chico Mendes. Encontra-se em situação de atividade e emprega, sazonalmente, por período de 6 meses aproximadamente 200 pessoas. Sua folha de pagamento só perde para a Prefeitura de Laranjal do Jari.

Após um período conturbado de disputas entre lideranças pela Comaja, a cooperativa fez uma “limpeza” no número de cooperados e hoje conta com 39 sócios. Seus principais produtos comercializados estão consignados conforme o Quadro 2.

**Quadro 1 – Produtos comercializados pela Comaja – 2007-2008**

Produtos	Quantidade (kg)	
	2007	2008
Castanha-do-brasil sem casca, desidratada	150.000	160.000
Farinha de castanha-do-brasil	3.000	7.000
Óleo de castanha-do-brasil	1.500	6.000

Fonte: COMAJA (2008)

Como pode ser verificado no quadro acima, a cooperativa aumentou significativamente a produção de farinha de castanha e do óleo. Já a produção de castanha sem casca, desidratada, aumentou somente 4%.

Os principais entraves da cooperativa são o escoamento da produção, capital de giro para a compra de matéria-prima e registro da indústria do óleo na Superintendência do Ministério da Agricultura. Com relação à obtenção da matéria-prima, enfrenta o mesmo problema das outras cooperativas que trabalham com castanha quando o preço está muito alto ou muito baixo, isto é, a variação dos preços podem afetar as decisões das unidades familiares coletoras do produto.

Nos últimos anos seus principais avanços têm sido cadastrar clientes potenciais e identificar mercados; vem utilizando o Programa de Alimentos Seguros – PAS para a melhoria da indústria da castanha e capacitando castanheiros e operários da indústria por meio de convênio entre OCB/AP e Denacoop/MAPA. Adquiriu a certificação de produto orgânico da castanha, farinha e óleo pela Ecocert Internacional e fez parcerias com o Governo do Estado do Amapá e Fundação Orsa.

A fábrica da Comaja tem uma presença importante na economia da castanha na região sul do Amapá. Foi construída com recursos do governo federal e estadual, e pelas dificuldades de manter-se apenas atendendo seus cooperados, passou a prestar serviços de processamento de castanha para não sócios, através da

desidratação, descascamento e empacotamento a vácuo, deixando a produção no ponto de ser exportada, em embalagens de 20 kg.

A Comaja, mesmo processando a produção de não sócios, tem conseguido processar, no máximo, um pouco mais da metade da sua capacidade de processamento. Para isso, recebe uma remuneração que gravita em torno de R\$ 70,00 por hectolitro beneficiado, mas que tem sido suficiente para manter os empregos de seus trabalhadores.

O exportador que opta por utilizar os serviços de processamento da indústria instalada em Óbidos, assim o faz devido à isenção de imposto (ICMS), em 5%, garantido pelo governo paraense. Talvez, se o processamento na Comaja tivesse algum incentivo, pelos governos locais, as possibilidades de concorrência melhorassem para a Cooperativa.

da produção de 11. A atuação desses exportadores, junto com as cooperativas não consegue controlar castanha negociada no mercado de Laranjal do Jari. A maior parte da produção é processada por três indústrias estabelecidas em Belém, que, pelo tempo na atividade de exportação, conseguem ter maior capacidade de negociação no mercado internacional da castanha

#### 4. O Potencial da Economia da Castanha no Sul do Amapá

As estimativas locais mais gerais dão conta que o potencial de produção de castanha no sul do Amapá e no município vizinho de Almerim, já no Pará, é de aproximadamente 120.000 hectolitros anuais, respeitadas as variações anuais. Este volume pode ser ainda maior se computada a produção de castanhas não explorados rio Jari acima. Em geral, dependendo do preço pago ao produtor, a produção oscila entre 50.000 e 80.000 hectolitros.

A elevação dos preços leva a um aumento mais que gradual na elasticidade-preço da oferta. Estudos realizados por CAMPOS, FILOCREÃO e RIBEIRO (2009a) apontam que um nível de preço em torno dos R\$ 90,00 na medida do hectolitro faria a oferta subir para próximo do limite superior dos 120.000 hectolitros. Este nível de preço, considerado ideal pelos produtores, foi superado apenas em uma ocasião, em 2007, no mercado local. De lá pra cá, os preços vêm caindo constantemente e hoje gravitam em torno de R\$ 45,00 em Laranjal do Jari.

Conforme CAMPOS, FILOCREÃO e RIBEIRO (2009b), os 120.000 hectolitros a R\$ 90,00, a um custo de processamento agroindustrial a R\$ 70,00 por hectolitro, gerariam uma renda bruta local de cerca de R\$ 19.200.000,00 e aproximadamente 1.000 empregos diretos no setor agroindustrial, com forte efeito multiplicador sobre a economia local, ou seja, cerca de cinco vezes maior que a renda bruta obtida em um ano com preços em torno de R\$ 50,00 por hectolitro, sendo 1/3 processado localmente. Isto colocaria a economia de castanha no sul do Amapá no mesmo patamar de importância que a exploração do açaí e bem acima do capital de giro gerado pela Área de Livre Comércio de Macapá.

Eis o desafio que se coloca para o sul do Amapá, lastreando fortemente sua sustentabilidade ecológica. Esses hectolitros representam três vezes a capacidade instalada e mais de seis vezes a produção máxima anual já processada pela cooperativa Comaja. Contudo, dada a experiência e a competência adquirida ao longo de duas décadas, é de esperar que esta empreitada venha a ser capitaneada pela Comaja

#### 5. Considerações Finais

No Estado do Amapá, a exemplo do que ocorreu em outros estados da Amazônia o estímulo ao cooperativismo de comunidades rurais também foi notável tanto por parte de governos como pela própria iniciativa de movimentos organizados ou de comunidades. Este trabalho demonstrou que existem empreendimentos

coletivos em todos os Territórios da Cidadania implantados pela SDT.

De modo geral, o cooperativismo rural no Amapá apresenta as mesmas dificuldades de outros estados amazônicos, contudo, aqui as peculiaridades colocam os empreendimentos em níveis ainda maiores de assimetrias.

Dado o propósito do presente artigo, destacou-se o caso das cooperativas do Território da Cidadania Sul, uma vez que ali, historicamente, registra-se um importante movimento comercial que gira em torno da economia da castanha-do-brasil. As cooperativas pertencentes a esse território enfrentam muitas dificuldades. As razões que podem explicar o drama dessas cooperativas são tanto os fatores históricos, como também a baixa capacidade instalada na região de capital humano e de condições infraestruturais.

Em que pese o conjunto de recursos públicos e até de algumas ONGs aportados principalmente nas cooperativas Comaru e Comaja, os efeitos gerados ainda estão longe de colocar a região como um centro promotor de desenvolvimento local com impactos positivos sobre as condições sociais das populações.

Dos empreendimentos coletivos pesquisados, a Comaja é sem dúvida aquele que mais acumulou experiência e know-how e que tem tudo para se estabelecer definitivamente no mercado local, nacional e até internacional, apesar das dificuldades que ainda enfrenta.

O que se verifica, portanto, da economia da castanha do sul do Amapá é a existência de um grande potencial agroindustrial. Entretanto, será necessária uma ação coletiva, com a participação de governos e de empresas locais e externas, um programa de política pública voltado para esse setor, capacitação técnica e gerencial, aporte de capital humano na região, e, ainda, arranjos institucionais relativamente complexos, a fim de que os desafios sejam superados e as possibilidades para um desenvolvimento local mais eficiente se torne uma realidade.



## Referências

- ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason (Org.). Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: IIEB, 2002. 202 p.
- COSLOVSKY, Salo Vinacur. Determinantes do sucesso na indústria da castanha. Belém: Imazon, 2005.
- CAMPOS, Índio; MICHELOTTI, Fernando. Arranjos produtivos locais como alternativa para o manejo comunitário de recursos naturais. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 1., Campinas, 2004. Anais...
- CAMPOS, Índio; FILOCREÃO, Antonio Sergio M.; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. O extrativismo sustentável da castanha-do-brasil no Sul do Amapá. Relatório de pesquisa. Universidade Federal do Pará/UFPA; Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, 2009. 58 p.
- COSTA, Francisco de Assis. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. Cadernos do NAEA, Belém: NAEA, n. 12, p. 5-48, 1994.
- FERRAZ, Fernanda Pompeo de Camargo. A velocidade da inovação e o tempo da loresta: uma experiência. In: BENSUSAN, Nurit et al. Biodiversidade: para comer, vestir ou passar no cabelo? São Paulo: Peirópolis, 2006. 418 p.
- FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. Extrativismo e capitalismo: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002. 169 p.
- RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2008. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: jan. 2007.
- VALADARES, José Horta. Cooperativismo e associativismo no mundo em transformação. SEBRAE-MG.

# Ecoagricultura: Um Modelo para a Sustentabilidade que o Brasil Precisa?

**\*Walfrido Moraes Tomás**

tomasw@cpap.embrapa.br

**Emiko Kawakami de Resende**

emiko@cpap.embrapa.br

**Débora Fernandes Calheiros**

débora@cpap.embrapa.br

**Sandra Aparecida Santos**

sasantos@cpap.embrapa.br

Pesquisadores da Embrapa Pantanal

Outro exemplo que pode ser mencionado é o “apagão” energético que afetou o Brasil alguns anos atrás, quando um ano excepcionalmente seco levou ao colapso o sistema de produção de energia elétrica por falta de água nos reservatórios. É bem provável que o impacto daquele ano seco (outro extremo climático) pudesse ter sido menor caso nossas nascentes e rios não estivessem tão degradados. Basta cruzar certas áreas rurais para verificar que as nascentes e mananciais menores estão sendo eliminados e áreas úmidas drenadas. Um país que depende de energia hidroelétrica não pode ser perdulário na gestão de seus recursos hídricos, já que este é um bem estratégico.

O terceiro exemplo é o famoso desastre do rio Taquari, no Pantanal. A parte alta da bacia desse rio foi ocupada de forma mais intensiva pela agricultura e pela pecuária no planalto que circunda o Pantanal a partir da década de 1970. Nesse mesmo período houve um coincidente aumento da precipitação na região. O resultado foi o aumento da erosão, com as voçorocas tomando conta da paisagem, e o rio Taquari teve seu leito dentro e fora do Pantanal completamente assoreado. O rio foi gradualmente entupido pela areia oriunda de erosão nas fazendas, pois muitas não se preocuparam em aplicar princípios básicos de conservação do solo e respeitar as leis ambientais. O rio, então, rompeu suas margens em diversos pontos dentro do Pantanal, jogando grande parte da água em uma área gigantesca que antes era inundada apenas uma vez por ano. A inundação permanente literalmente afogou fazendas inteiras, falindo-as e impactando os ecossistemas naturais. Florestas morreram em larga escala, e está havendo uma substituição gradual da biota original por outra mais adaptada às condições de inundação permanente.

O rio Taquari continua sendo assoreado e a recuperação do sistema vai custar aos cofres públicos um volume imenso de recursos, tanto na necessária e urgente recuperação dos rios, nascentes e áreas de preservação permanente do Planalto, como na tentativa de intervenção no leito do rio no Pantanal. Este é o exemplo perfeito de desenvolvimento não-sustentável que gerou riquezas e desenvolvimento texto do autor em uma área de uma grande bacia hidrográfica, mas que causou impactos brutais no ambiente e na economia em outra parte da mesma bacia. E aqui vai um alerta: todos os rios do Pantanal estão passando pelo mesmo processo, num desastre ambiental que, se não acontece de forma súbita, certamente está ao poucos transigurando o Pantanal tal como o conhecemos hoje. É o que se tem chamado de “taquarização” dos rios formadores do Pantanal.

## Ecoagricultura

Uma abordagem capaz de mudar a atual situação é o que tem sido preconizado recentemente na Europa, Austrália, Nova Zelândia e em outros países. A mudança passa por uma guinada na visão do espaço rural, com o abandono da visão tradicional compartimentada, na qual a conservação é conlitante com a produção. Esta mudança se apoia no conceito de que as paisagens são multifuncionais, ou seja, uma paisagem deve ser encarada como um sistema integrado que serve para os propósitos profundamente inter-relacionados de produção agropecuária, manutenção de biodiversidade, manutenção de solos férteis, manutenção da quantidade e qualidade de mananciais de água, paisagens esteticamente agradáveis, regulação climática, além de servir de base para relações histórico-culturais que porventura existam.

Esta abordagem parece simples ou até mesmo óbvia, mas ela requer uma revisão de atitudes, incluindo a adoção de novas políticas públicas, legislação mais integrada às condições ecorregionais, ações de planejamento, e desenvolvimento de tecnologias e processos de suporte baseados nesse conceito. Os setores de pesquisa, desenvolvimento e inovação precisam ampliar seu foco e passar a enxergar, cada vez mais, a paisagem em propriedades rurais como espaços multifuncionais. Uma fazenda precisa ser viável por um longo período nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, em igualdade de importância. A responsabilidade socioambiental dos proprietários de terra é posta em evidência, já que, na verdade, eles se transformam em administradores do capital natural do país, e assim são atores tão fundamentais para a segurança e integridade nacionais quanto aqueles que atuam em outros setores estratégicos da vida brasileira.

É preciso que se leve em conta que a economia não é capaz de se manter sem o capital natural. Absolutamente tudo que nos mantém vivos e que dá suporte à existência (e queda) das civilizações é o capital natural. O excelente livro *Colapso*, de Jarred Diamond, apresenta uma coletânea de histórias sobre como civilizações desapareceram, enquanto outras se mantêm viáveis simplesmente em função de decisões que tomaram (ou deixaram de tomar) quanto ao uso de seus recursos naturais. E isso nunca vai mudar, pelo simples fato de que somos totalmente dependentes da natureza e dos serviços que ela nos presta, mesmo aqueles intangíveis ou dos quais não sabemos ainda ou nem nos apercebemos no dia a dia.

A ecoagricultura reconhece explicitamente as relações econômicas e ecológicas, bem como a interdependência entre a produção agropecuária, a biodiversidade e os serviços ambientais. Uma paisagem onde se pratica a ecoagricultura deve, então, constituir-se de um mosaico de áreas naturais preservadas e espaços onde se realizam atividades de produção, num sistema em que se busca maximizar a sinergia entre aspectos ecológicos, agrícolas e socioculturais. Para tanto, algumas questões precisam ser equacionadas, tais como: De que forma os sistemas de produção agropecuária podem contribuir para a conservação da biodiversidade ao mesmo tempo em que mantêm ou aumentam a produtividade? Como áreas agrícolas e áreas naturais podem ser manejadas de forma conjunta para manter ou produzir serviços ambientais ou ecossistêmicos adequados, em escala de paisagem ou de bacias hidrográficas? Como a abordagem de ecoagricultura pode se tornar economicamente viável para fazendeiros e outros atores? Como podem as comunidades, instituições e governos se mobilizar para criar instituições e políticas necessárias para a adoção da ecoagricultura em larga escala? Em quais situações ou regiões a ecoagricultura deve ser a estratégia prioritária a ser adotada e fomentada mediante políticas públicas específicas? Como a atividade agropecuária pode ser integrada aos sistemas de áreas protegidas, garantindo benefícios para ambos os sistemas? Quais são os indicadores para avaliar propriedades rurais em sua sustentabilidade e quais estratégias devem ser adotadas pelo mercado para remunerar produtores que se encaixem no conceito abrangente de sustentabilidade? Como se podem remunerar de forma apropriada aqueles proprietários que protegem mais ecossistemas naturais do que o mínimo definido pela legislação ambiental?



## Pantanal

Para o Pantanal, precisa ser adotada uma abordagem mais cuidadosa e integradora das atividades econômicas realizadas no planalto adjacente com as funções dos ecossistemas na planície, porque essas duas regiões compõem um macroecossistema bem definido e caracterizado pela interdependência entre planalto e planície. Faz-se necessária a aplicação de políticas públicas que minimizem riscos e que corrijam problemas já existentes. Não se pode mais utilizar abordagens que separem o Pantanal das partes altas da Bacia do Alto Paraguai. É preciso cuidado e disciplina no uso da terra nos planaltos vizinhos ao Pantanal, o que inclui repensar quais atividades seriam mais compatíveis com a conservação deste que é um Patrimônio Nacional, segundo a Constituição Brasileira

No Pantanal, grande parte das terras ocupadas pela pecuária extensiva tem sido mantida em bom estado de conservação. As paisagens naturais, além da produção pecuária, estão sendo capazes de manter a diversidade biológica, com populações abundantes de várias espécies ameaçadas. É possível dizer que essas fazendas se encaixam num conceito mais geral de ecoagricultura, já que as funções do ecossistema são mantidas ao mesmo tempo em que há produção econômica. Esta forma de uso da terra não surgiu por acaso, mas é fruto de uma longa história de adaptação de um modo de vida às condições ecológicas da região. Esse conhecimento acumulado foi passado de geração a geração, mas corre o risco de se perder, uma vez que está havendo uma tendência de se aplicar sistemas mais intensivos, e provavelmente mais impactantes, de produção pecuária dentro do Pantanal.



### ?Ecoagricultura: Um Modelo para a Sustentabilidade que o Brasil Precisa

Assim, é preciso encontrar formas de remuneração aos fazendeiros que conduzem suas atividades dentro do conceito de ecoagricultura, mantendo os serviços ambientais e conservando a biodiversidade. Eles prestam um serviço à sociedade, e isso precisa ser reconhecido

Fora da planície, a ecoagricultura pode ser o modelo adequado a ser adotado na Bacia do Alto Paraguai se desejarmos que haja uma efetiva conservação do macroecossistema pantaneiro, bem como dos recursos naturais, para as gerações futuras. É preciso mudar o paradigma de desenvolvimento na região, em contraponto com esquemas impactantes de produção agropecuária. O Brasil possui competências para dar suporte científico e tecnológico a esta abordagem. Certamente o mercado internacional será receptivo aos produtos gerados de forma verdadeiramente sustentável, em detrimento daqueles aos quais barreiras serão impostas por não obedecerem a critérios claros de produção sustentável

.Texto disponível em: [www.cpap.embrapa.br](http://www.cpap.embrapa.br)



# Turismo Rural no Brasil

Programa de Intercâmbio de Turismo Rural IICA/UE



No denominado “espaço” ou “território” rural, revela-se cada vez com maior força a interação, a afirmação e o fortalecimento de atividades não necessariamente ligadas ao afazer do campo, e cujas formas específicas de organização da produção começam a envolver diferentes atores, alguns não tão tradicionais. A realização dessas práticas, cada vez mais comuns na paisagem rural brasileira, demonstra e consolida novas formas de remuneração e acesso à renda nos territórios rurais que não provêm da produção agropecuária. O Turismo Rural se dissemina nas regiões e cidades do Brasil afora e em muitas partes do mundo, criando demanda por novas formas de retirar do cotidiano do campo o sustento, de promover a criatividade, a volta de saudosos e calorosos momentos, o renascer de

culturas quase esquecidas, eventos que favorecem a reinvenção do campo mediante distintas formas de intervenção: políticas públicas, programas integrais e projetos direcionados a potencializar a sustentabilidade e a melhoria substancial das condições de vida nas áreas rurais.

O turismo rural é definido pelo Ministério do Turismo do Brasil como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometida com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Essas atividades representam, no Brasil, uma alternativa para o desenvolvimento sustentável em áreas antes dominadas por atividades predominantemente agrícolas, contribuindo assim para a ocorrência de fontes sustentáveis de renda, em períodos antes e após a colheita, e originando oportunidades econômicas sobre uma base cada vez mais regular, assegurando assim oportunidade recorrentes na provisão de renda para o negócio agrícola.

O turismo rural também contribui para uma maior articulação das diferentes dimensões do desenvolvimento: ambiental, social e econômico, e para a reafirmação da importância da preservação e promoção da identidade cultural, importante para uma convivência harmoniosa com todas as diferenças e entre as diferentes atividades produtivas no meio rural. É, portanto, uma forma concreta de traduzir desenvolvimento rural sustentável e de identificar os instrumentos e ferramentas para garanti-lo.

A Organização Mundial do Turismo estima que pelo menos 3% de todos os turistas orientam suas viagens para o Turismo Rural e que este apresenta um crescimento anual de aproximadamente 6%, o que situa o segmento como uma atividade de enorme potencial. Concretamente, no Brasil, o crescimento é de cerca de 30% ao ano, sendo assim o segmento que mais cresce no país e movimenta ao redor de 2,4 milhões de turistas por ano (ARANTES, 2009).



FOTO: Arquivo IDESTUR

Todos esses dados contribuem para confirmar a existência de uma nova tendência de consumo. Alinhado com a sociedade atual, o turista busca novas experiências, produtos de maior valor agregado, produtos diferenciados. Busca a “autenticidade”, o que escapa do conceito de turismo de massa, tradicionalmente representado por um turismo de sol e praia. Este, cada vez mais representativo, consumidor do espaço rural busca fugir do stress das cidades, busca ir ao encontro de suas origens. Está disposto a pagar por isso, porque quer deixar de ser um mero expectador para se converter em protagonista da viagem.

O Turismo Rural também agrega uma nova preocupação, a preservação da natureza e o acesso a serviços e produtos mais saudáveis e não agressivos. A atividade inscreve-se imediatamente nas tendências da nova agricultura e nos novos paradigmas do desenvolvimento. Torna-se então mais um indicador do estado da arte do desenvolvimento e do crescimento das atividades econômicas no campo ou, se preferirmos, no território rural.

Destacam-se, a continuação, três acontecimentos ocorridos em 2009, considerados relevantes:

1. Criação da Rede Nacional de Turismo Rural
2. Inclusão de novidades no marco jurídico relativo ao Turismo Rural e
3. Celebração da sexta edição da Feira Nacional de Turismo Rural.

## Nasce a Rede Nacional de Turismo Rural



FOTO: Eduardo Aigner (MDA)

Ante a necessidade de articulação do setor, diversos projetos estão surgindo por iniciativa das distintas instituições públicas e privadas. A mais importante em nível nacional foi lançada no passado mês de novembro. Trata-se da Rede Nacional de Turismo Rural. A Rede é o resultado de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Turismo (MTur). Pretende converter-se em um fórum de referência nacional para a troca de informações entre todos os atores envolvidos no Turismo Rural.

Podem integrar-se nesta rede agricultores familiares, empreendedores do turismo rural, proprietários de hotéis-fazenda, gestores públicos, operadores de viagem, pesquisadores, autônomos, representantes do terceiro setor e outras categorias profissionais ligadas ao turismo rural.

Fonte: MTur.

A Rede Nacional de Turismo Rural funciona como uma institucionalidade social, na qual o usuário cria seu perfil gratuitamente e pode participar em reuniões online, cursos, debates, web conferências, compartilhar documentos, vídeos e outras informações relacionadas.

## Novidades no Marco Jurídico do Turismo Rural

A atividade do turismo rural é relativamente nova no país, com grande potencial para o desenvolvimento. A falta de uma política específica implica maior dificuldade para aqueles que pretendem se dedicar à atividade. Esta deve ser tratada pelo viés da Agricultura e do Turismo, uma vez que pertencem aos dois ramos. A maioria dos empreendimentos de turismo rural é de caráter tipicamente familiar e a mão de obra empregada costuma ser local, em muitos casos da mesma família ou famílias vizinhas. Um alto percentual dessas propriedades trabalha ainda na ilegalidade.

Como forma de atrair para a legalidade as famílias que trabalham no turismo rural, iniciam-se as adequações do marco jurídico. Uma forma de permitir um melhor desenvolvimento da atividade no Brasil. O projeto foi proposto perante a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, que o aprovou no dia 19 de agosto por meio do Projeto de Lei n. 5.077/2009.

O projeto visa eliminar os entraves burocráticos que vêm impedindo o crescimento da atividade, com a atualização da legislação vigente. Ele cria condições para a legalização de serviços prestados relativos às práticas do turismo rural. O produtor rural poderá fornecer hospedagem e alimentação aos turistas e emitir documento fiscal, que sempre é exigido, principalmente pelas agências de turismo. Ademais, ajudará a regular as relações laborais entre o empregador rural e seus funcionários, quando exercerem atividades turísticas.

Em concreto, o projeto modifica o dispositivo da Lei n. 8.021/1990. As ações ligadas ao turismo rural serão inseridas no rol da atividade rural, na parte relativa à legislação do Imposto de Renda. Além disso, promovem-se alterações no item da Lei n. 5.899/1973, no sentido de enquadrar a exploração do turismo rural dentro das normas reguladoras do trabalho rural.

Essas alterações legais pretendem simplificar e beneficiar, entre outras, as seguintes atividades:

- administração de hospedagem em meio rural;
- fornecimento de alimentação e bebidas em restaurantes e meios de hospedagem rurais;
- organização e promoção de visitas a propriedades rurais produtivas ou propriedades rurais inativas de importância histórica;
- exploração de vivência de práticas do meio rural;
- exploração de manifestações artísticas ou religiosas no meio rural.

## Feira Nacional de Turismo Rural

São muitos os eventos relacionados com o setor de Turismo Rural que têm se desenvolvido no Brasil durante 2009. Feiras, palestras, cursos etc. têm sido organizados por distintos organismos públicos e privados dos diferentes estados. Além disso, o Turismo Rural brasileiro está sendo cada vez mais representado em diversos



FOTO: Divulgação Feiratur

eventos nacionais e internacionais relacionados com o agronegócio, o desenvolvimento rural e a certificação de roteiros e circuitos de produtos.

Dentre todos os eventos de turismo rural no Brasil destaca-se a Feira Nacional de Turismo Rural (Feiratur), que este ano se realizou na cidade de São Paulo, entre agosto e setembro de 2009, e reuniu os mais importantes empresários do segmento no país, apresentando, nos pavilhões, produtos do campo brasileiro: vinhos, artesanato, hortigranjeiros, pratos tradicionais, roteiros turísticos e documentos técnicos sobre a oferta de turismo rural nas regiões. Também se realizaram seminários, discussões e rodadas de negócios. A Feira de Turismo Rural está na sua 6<sup>o</sup>

edição e é considerada uma das mais importantes nesta modalidade de turismo no país. Esse tipo de evento se realiza em países como a Itália e a Espanha. Com o fortalecimento dos eventos e uma maior divulgação das Feiras Anuais, divulga-se o potencial do Turismo Rural brasileiro, em que o país procura situar-se entre os principais destinos em nível mundial. A Feiratur é promovida pelo Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (Idestur) e pelas Associações Brasileira e Paulista de Turismo Rural (Abratur e Abratur-SP). Neste ano participou como convidado o Ilca, que apresentou uma proposta de Turismo Rural envolvendo cinco estados. Na Feiratur 2009 participaram representantes das Secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Turismo dos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, o Sebrae Nacional e as associações de operadores de turismo dos estados.

## Referências

ARANTES, Andréia Maria Roque. Mudando o turismo rural brasileiro: novos horizontes exigem novas posturas. [2009]. Disponível em: <<http://www.feiradeturismorural.com.br/imprensa.asp>>. Acesso em: ago.

2009.

REDAÇÃO DA REVISTA GLOBO RURAL. Proposta da Câmara dos Deputados cria política para fortalecer turismo rural. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1706415-1485,00.html>>. Acesso em: dez. 2009.

html>. Acesso em: dez. 2009.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE TURISMO. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil. [2004]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>>. Acesso em: dez. 2009.



# Microcrédito: Atuação do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil

**Jonatas Luiz dos Santos**

jonatas.luiz@iica.int

## Resumo

Pretende-se, aqui, demonstrar a importância do microcrédito na zona rural, usando como exemplo o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil, que é um catalisador para a promoção e expansão desse setor no país. Avalia-se ainda seu potencial, tanto de sua contribuição no combate à pobreza, quanto de sua importância como parte das ações de desenvolvimento econômico.

## Introdução

Discute-se o acesso ao crédito como parte de ações focadas no desenvolvimento local entre as possibilidades de minimização das desigualdades sociais e econômicas. Nesse sentido, o microcrédito é um modelo adotado pelas políticas públicas que atende, a um só tempo, tanto às demandas de instrumentos de combate à pobreza, quanto às políticas de fomento do empreendedorismo, de apoio às micro e pequenas empresas e de geração de trabalho e renda.

A referência do “Microcrédito” vem da experiência do professor Muhammad Yunus, que em Bangladesh, na Índia, desenvolveu um projeto em que realizava operações de empréstimo de baixo valor a pessoas pobres de pequenas comunidades rurais, sem acesso ao sistema financeiro formal. Com resultados significativos, o microcrédito passou então a ser uma grande referência e daí foi implementado em diversas organizações em vários países, seguindo basicamente o modelo e a experiência do Grameen Bank (YUNUS, 2000 e 2001).

No Brasil, nessa mesma década, o Projeto UNO, em Recife, realizava experiências semelhantes ao microcrédito.

A partir daí foram surgindo novas instituições com o objetivo de atender a uma falha de mercado e dar acesso ao crédito aos pequenos empreendimentos rurais e, posteriormente, urbanos excluídos da órbita bancária comercial por falta de garantias reais e assimetria de informações.

Em termos práticos, portanto, o microcrédito é desenvolvido com: a) focalização nos pobres e nos microempreendedores de baixa renda; b) empréstimos de pequenos valores médios; e c) ausência de garantias reais.

## O Programa Agroamigo

Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa à concessão de inanciamento para a área rural. Esse Programa é baseado no modelo adotado pelo Programa CrediAmigo de linha de microcrédito urbano já operacionalizada pelo BNB. O Agroamigo teve início em 2004 e está presente em 158 unidades do Banco, atendendo a 1.446 municípios do nordeste brasileiro, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

---

1 Economista, especialista em Agronegócio da Representação no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA).



O Banco do Nordeste conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania, regular no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (MJ), habilitado ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho (MTE) e de acordo com o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central.

O Instituto Nordeste Cidadania faz uso da metodologia de microcrédito produtivo orientado, que exige o relacionamento direto entre o agente de crédito e os agricultores de pequenos empreendimentos em suas próprias comunidades rurais, para avaliação do cliente, considerando intenções e potencialidades que resultam nas propostas de crédito.

O Programa Agroamigo tem como objetivos principais: (i) aumentar a renda familiar dos(as) agricultores(as) familiares; (ii) criar empregos no meio rural; (iii) aumentar a oferta de alimentos para a população do campo e das cidades; (iv) melhorar a qualidade de vida da população rural; (v) apoiar as atividades agropecuárias

e não agropecuárias; (vi) agilizar o processo de concessão do crédito; (vii) expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares, com redução de custos para o cliente; (viii) proporcionar maior proximidade com os clientes de pequenos empreendimentos da área rural; e, por fim, atender o cliente, buscando a identificação das necessidades de serviços inanceiros e bancários.

O público-alvo do Programa Agroamigo são agricultores familiares com enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), classificados no Grupo B, que exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; residam na propriedade rural ou em local próximo; obtenham no mínimo 30% da renda familiar da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; e possuam renda bruta anual de até R\$ 6.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Os agricultores podem desenvolver qualquer atividade geradora de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias, sejam outras atividades não agropecuárias no meio rural, como turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural ou artesanato.

Além de obter crédito orientado e acompanhado pelo agente de crédito, o Programa Agroamigo oferta as vantagens de atendimento personalizado na própria comunidade do agricultor, juros mais baixos e bônus de adimplimento se o cliente pagar em dia, não são necessárias garantias (avalista ou hipoteca), apoio às atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural, renovação do crédito no momento de quitação do anterior e pagamento através de carnê.

### **Resultados do Programa Agroamigo**

Segundo os dados do BNB, desde seu início, em 2004, o Agroamigo já realizou 818.623 operações de crédito, num volume total de R\$ 1,12 bilhão de inanciamento rural. A pecuária lidera a distribuição das operações realizadas, com 77%, em seguida vem o setor de serviços, com 12%, a agricultura, com 9%, e o setor extrativista, com 2% (BNB, 2010).

Em 2009 o BNB realizou 286.175 contratos de operações de crédito, resultado de um crescimento de 54,6% em relação a 2008. Essas operações totalizaram um volume 74,9% superior a 2008, o equivalente a R\$ 443,1 milhões. O valor médio das operações contratadas, que era de R\$ 964,90 em 2005, fechou em R\$ 1.548,48, com um crescimento de 11,8% em relação a 2008 (BNB, 2010).

No IV Seminário de Microcrédito: Crédito e Trabalho, os caminhos para o desenvolvimento, promovido pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Ministério do Trabalho e Emprego (PNMPO/MTE), em janeiro de 2010, no Rio de Janeiro, o ministro Carlos Lupi e o coordenador-geral do PNMPO divulgaram, em primeira mão, dados de 2009 sobre o microcrédito no Brasil. Mais de 302 Instituições de Microcrédito Produtivo

Orientado (IMPO) mantém cerca de 753 mil cliente ativos, um crescimento de 68,6% em relação ao período passado. O volume de crédito cresceu 26,6%, ante 2008, passando para R\$ 2,2 bilhões e acumulando, desde 2005, mais de 5,2 milhões de operações, totalizando aproximadamente R\$ 6,6 bilhões.

De acordo com o último relatório divulgado pelo PNMPO/MTE, referente ao segundo trimestre de 2009, no Brasil o microcrédito movimentou, desde 2005, mais de 4,44 milhões de operações de crédito, num volume total de R\$ 5,38 bilhões. No acumulado no ano de 2009 até o segundo trimestre foram realizadas mais de 748 mil operações, num montante de mais de R\$ 1,04 bilhão (PNMPO, 2009).

## Conclusões

Sua influência na agricultura tem uma grande significância, pois surge para atender às necessidades dos produtores das pequenas propriedades rurais (de baixa renda, de pequenas unidades produtivas) carentes de inanciamento para execução de suas atividades. Essas ações do microcrédito resultam no aumento da disponibilidade de ativos produtivos à disposição dos pequenos produtores rurais e constituem, juntamente com educação e investimento em desenvolvimento do capital humano, um conjunto de importantes ações para geração de empregos e rendas das famílias rurais e para o combate à pobreza e êxodo rural.

Além disso, leva ao bem-estar, destacando a melhoria significativa das condições de vida por meio do aumento da renda per capita e dos níveis de consumo das famílias dos empreendedores beneficiados. Vale ressaltar, ainda, como externalidades positivas, a valorização e atenção ao trabalho, a ampliação e o fortalecimento do capital social nas comunidades carentes atendidas pelo microcrédito.

Por fim, a ideia de que o microcrédito é um programa de mudança social, dando instrumentos que possibilitem aos mais pobres exercer suas habilidades e sua capacidade de produzir. Essa perspectiva se coaduna com a visão de SEN (2000) de que o combate à pobreza passa pela dotação dos pobres de “capacidades” (YUNUS, 2000 e 2001).

## Referências

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. Agroamigo: relatórios e resultados. Ceará, 2010. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos\\_e\\_Servicos/Agroamigo/gerados/Agroamigo\\_relatorios\\_resultados.asp?idtr=Agroamigo](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Agroamigo/gerados/Agroamigo_relatorios_resultados.asp?idtr=Agroamigo)>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Relatório do 1º Trimestre de 2009 do Microcrédito Produtivo Orientado. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio\\_2trim2009.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2trim2009.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2000.

YUNUS, Muhammad. Microcrédito: a experiência do Grameen Bank. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.



# Rendimento Médio e Pobreza no Brasil: Uma Análise Estatística no Período 2005-2006

Jônatas Luiz dos Santos<sup>1</sup>

Wilfredo Leiva Maldonado<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho realiza uma análise estatística da pobreza por meio das elasticidades da proporção de pobres (H) em relação à renda média ( $\mu$ ) e ao índice de Gini (G) da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, nas regiões e nas unidades da federação, utilizando a base de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domiciliar

(PNAD) de 2005 e 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para isso, utiliza-se o modelo de Hoffmann (2005), pressupondo que a distribuição do rendimento domiciliar per capita é log-normal, e analisa-se como essas elasticidades variam em função dos parâmetros acima mencionados. Observa-se que a pobreza é mais elástica em relação à renda média ( $\mu$ ) do que em relação à desigualdade (G).

## Introdução

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos, de produção alimentar, infraestrutura, educação e saúde, por que a pobreza ainda ocupa local de destaque na conjuntura social do Brasil e do mundo? Muitas pesquisas sobre pobreza foram realizadas nos últimos anos, a maioria no sentido de identificá-la, de estabelecer critérios e conceitos úteis para a formulação e a adoção de políticas para seu enfrentamento, especialmente pelos agentes e instituições públicas.

No Brasil, apesar da implementação de políticas sociais, a pobreza tem sido mais elástica em relação à renda do que em relação à desigualdade (HOFFMANN, 2005). A sociedade brasileira permanece uma das mais desiguais do mundo (NERI, 2005): menos de 1% da população rica detém o equivalente à renda de 40% da população mais pobre (CATTANI; CIMADAMORE, 2007). O país situa-se entre as nove maiores economias do mundo ao mesmo tempo em que ocupa a posição de nonagésimo primeiro colocado no ranking de melhor distribuição de renda nacional per capita, em relação à paridade por poder de compra (BANCO MUNDIAL, 2007a e 2007b).

O presente trabalho tem como objetivo analisar e comparar, no Brasil, as regiões e unidades da federação, as elasticidades da pobreza sob a ótica de proporção de pobres (H) em relação à renda média domiciliar per capita ( $\mu$ ) e ao índice de Gini (G), como indicador de desigualdade de renda. Para isso, foi utilizada a metodologia de HOFFMANN (2005) e a base de dados consolidada da PNAD de 2005 e 2006. Adotaram-se como linhas da pobreza (z) a metade do maior salário mínimo real, com base na linha utilizada no estudo de HOFFMANN (2005), que foi R\$ 116,14 em 2002, ajustados pelo INPC; com isso as linhas estimadas foram R\$ 151,83 para 2005 e R\$ 156,18 para 2006.

---

1 Economista, Especialista em Agronegócio da Representação no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA).

2 Diretor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB).

## Preliminares

Pobreza, desigualdade e distribuição de renda são partes do cenário social e econômico no Brasil e no mundo, marca histórica de desafio político e preocupação na rotina da população. Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos.

A pobreza é consequência de processos econômicos, políticos, sociais e ambientais que estão relacionados entre si e com frequência se reforçam mutuamente (BANCO MUNDIAL, 2001). Pobreza e desigualdade social são difíceis de definir e medir. Ambas são situações que apresentam múltiplas dimensões e tendem a se modificar em função do momento histórico, das condições da economia, de fatores culturais e das diversidades regionais. Para fins estatísticos, a pobreza é normalmente associada à insuficiência de renda. Diz-se, portanto, que um indivíduo ou uma família é pobre quando a soma de seus rendimentos não lhe permite satisfazer as necessidades básicas de alimentação, transporte, moradia, saúde e educação (REZENDE; PAULO, 2005).

Desde os estudos pioneiros de ROWNTREE (1901), a forma mais frequente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade – a chamada linha de pobreza (ROCHA, 1996). A linha de pobreza mais usada pelos organismos internacionais é a de US\$ 2,00 por dia PPP, e que geralmente não se refere ao valor mínimo necessário para preencher as necessidades básicas (PNUD, 2008). A definição de linhas de pobreza e a derivação de indicadores de pobreza ou desigualdade, entre os quais o de proporção de pobres, constitui ponto de partida para estudos. O objetivo desses estudos consiste na caracterização, de forma ampla, das subpopulações entre os pobres, a fim de entender as causas da pobreza e monitorar sua evolução intertemporal, inclusive em suas especificidades espaciais, com o intuito de definir mecanismos eficazes para sua superação.

## Modelo Estatístico

Faz-se uso do modelo estatístico de HOFFMANN (2005), admitindo que a distribuição do rendimento  $\chi$  seja log-normal, ou seja, que  $\gamma = \ln \chi$  tem distribuição normal com média ( $\alpha$ ) e variância ( $\beta^2$ ). A média

da distribuição de  $\chi$  é  $\mu = \exp\left(\alpha + \frac{1}{2}\beta^2\right)$ . Com essa distribuição de rendimentos, o índice de Gini resulta

$G = 2\Phi\left(\frac{\beta}{\sqrt{2}}\right) - 1$ , que é uma distribuição acumulada da variável aleatória normal padrão. Define-se uma

linha da pobreza ( $z$ ) , depois se estabelece uma relação entre rendimento médio linha da

pobreza  $m = \frac{\mu}{z}$ . Logo, a proporção de pobres será  $H = \Phi\left(\frac{\beta}{2} - \frac{1}{\beta} \ln m\right)$  e suas elasticidades em relação a  $\mu$

será  $\epsilon_m = -\frac{1}{\beta H} \phi\left(\frac{\beta}{2} - \frac{1}{\beta} \ln m\right)$  e, por fim, em relação a  $G$  será  $\epsilon_G = \frac{G\left(\frac{1}{2} + \frac{1}{\beta^2} \ln m\right)}{\sqrt{2}H\phi\left(\frac{\beta}{\sqrt{2}}\right)} \phi\left(\frac{\beta}{2} - \frac{1}{\beta} \ln m\right)$ .

## Resultados e Discussões

Aplicando o modelo descrito, temos que no Brasil um aumento de 1% no rendimento médio nos períodos levaria a uma redução de 1,5% na proporção de pobres. Ao contrário, tanto em 2005 quanto em 2006, com uma diminuição de 1% na desigualdade de renda seria possível diminuir cerca de 0,64% na proporção de pobres.

Em pior escala está o Nordeste, que mesmo que houvesse um aumento de 10% sobre a renda média em ambos os anos isso levaria somente a uma redução na proporção de pobres de 7,97% em 2005 e 8,09% em 2006, renda-pobreza que se manteve constante nos dois períodos. Em melhor situação, está a Região Sul em ambos os períodos, que supondo um pequeno aumento de 1% sobre a renda média em ambos os anos levaria a uma considerável redução na proporção de pobres, de 3,49% em 2005 e 3,40% em 2006. Em relação à desigualdade de renda, uma mesma redução levaria a uma queda de 0,83% e 0,82%, respectivamente, em 2005 e 2006.

O Maranhão possui os piores parâmetros de elasticidades  $\epsilon_m$  e  $\epsilon_G$ , que se mantêm as menores em termos absolutos – respectivamente 0,736 e 0,385 em 2005, e 0,709 e 0,413 em 2006, ou seja, no Maranhão a pobreza ainda é menos elástica em relação à renda média e sua desigualdade. Em melhor posição está Santa Catarina, cujas elasticidades  $\epsilon_m$  e  $\epsilon_G$  se mantêm as maiores em termos absolutos – respectivamente 7,626 e 1,074 em 2005, e 7,038 e 1,043 em 2006. Isso demonstra que em Santa Catarina a pobreza ainda é mais elástica em relação à renda média e sua desigualdade.

## Conclusão

Os resultados demonstram que o  $\epsilon_m$  tem maior valor absoluto quando  $G$  é menor e  $\epsilon_G$  é maior quando a relação entre o rendimento médio e a linha da pobreza ( $m$ ) é maior. Isto sugere que para uma redução da pobreza ( $H$ ) deve-se ter uma política econômica caracterizada pela combinação de crescimento econômico e redução de desigualdade, como foi assinalado por BARROS e MENDONÇA (1997).

Os resultados demonstram ainda um mapeamento da distribuição da proporção de pobres, renda média, índice de desigualdade, além de suas elasticidades  $\epsilon_m$  e  $\epsilon_G$ . Com isso, ele pode oferecer uma significativa contribuição para o debate entre políticas públicas com estratégias de combate à pobreza focadas na distribuição e desigualdade de renda. Nesse sentido, como a pobreza é mais elástica em relação à renda média ( $\epsilon_m$ ), vale ressaltar que uma ampliação dos programas de transferência direta de renda seria mais eficiente para reduzir significativamente a pobreza, mas não suficiente para reverter o quadro de desigualdades sociais.

Por fim, este trabalho deve servir de estímulo para análises das elasticidades não apenas da dimensão renda, mas de indicadores de qualidade de vida, como: índices de saúde, que podem incorporar a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer ou expectativa de vida; o acesso da população a tratamento sanitário e água potável ou um índice para educação que incorporasse a taxa de analfabetismo e a taxa de matrícula no ensino básico e secundário, entre outros.

## Referência

BANCO MUNDIAL. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento. Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001: lucha contra la pobreza – Panorama general. Washington, D. C., 2001.

BANCO MUNDIAL. World development indicators database: 01 April 2007. Washington, D. C., 2007a. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

BANCO MUNDIAL. World development indicators database: 14 September 2007. Washington, D. C., 2007b.

Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GNIPC.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 528). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2007.

CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. D. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial Clacso Crop, 2007. v. 1, p. 258.

HOFFMANN, R. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade. *Economia*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 255–289, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A054.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

NERI, M. Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <[http://www3.fgv.br/ibrecps/queda\\_da\\_miseria/inicio\\_q.htm](http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008. Coimbra, Portugal, 2008. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr\\_20072008\\_pt\\_complete.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2008.

REZENDE, F.; PAULO, T. Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 83-111. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2007.

ROCHA, S. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para discussão, n. 439). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2007.

ROWNTREE, B. S. Poverty: a study of town life. London: MacMillan, 1901.

# Eventos do 1º Semestre de 2010

Detalhes dos eventos podem ser encontrados em: <http://ceragro.iica.int/Paginas/default.aspx>



Argentina

2º Congresso Argentino de Agroinformática



*V Jornadas de Riego y Fertirriego*

Argentina

V Jornadas de Atualização em Irrigação e Fertirrigação



Argentina

Avícola 2010 em conjunto com Porcinos

Brasil

**Ambientalexpo** 2010  
Feira Internacional de Soluções para Saneamento e Meio Ambiente



AmbientalExpo 2010





Brasil

11º Congresso  
Pan-Americano do Leite

Brasil



E-Campo Internacional - Feira do  
Agronegócio & Metal Mecânica



Israel

Tecnologia Agrícola e Irrigação



EUA

Congresso  
Mundial de  
Investimento em  
Microfinana



Brasil

ENCONTRO  
INTERNACIONAL  
DO MILHO

VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural

América Latina: realineamientos políticos y  
proyectos en disputa

Porto de Galinhas, Pernambuco-Brasil  
15 a 19 de noviembre de 2010



Brasil

VIII Congreso Latino-Americano de  
Sociologia Rural

# Publicações do IICA/Brasil anos 2008-2009



**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – MERCADO DOS ESTADOS UNIDOS:** guia para a entrada de produtos – Vol. 01

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – MERCADO DO CANADÁ:** guia para o acesso de produtos agrícolas – Vol. 02

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – MERCADO DA UNIÃO EUROPEIA:** guia para o acesso de produtos – Vol. 03

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – A LEI CONTRA O BIOTERRORISMO** – Vol. 04

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura





**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – CONHECENDO MINHA EMPRESA – Vol. 05**

**Consultor/Autor: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**

**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – COMO CALCULAR OS CUSTOS DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – Vol. 06**

**Consultor/Autor: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**



**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – COMO ESCOLHER E NEGOCIAR COM UM INTERMEDIÁRIO NO ESTRANGEIRO – Vol. 07**

**Consultor/Autor: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**

**TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – A CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – Vol. 08**

**Consultor/Autor: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**



SERIE DE AGRONEGOCIOS

COMO PARTICIPAR  
EFECTIVAMENTE  
EN FERIAS  
INTERNACIONALES

### TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – COMO PARTICIPAR EM FEIRAS INTERNACIONAIS – Vol. 09

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

### TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – LOGÍSTICA PARA A .EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS FRESCOS E PROCESSADOS – Vol

10

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



### :TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS guia para pequenos e médios agroempresarios – Vol. 11

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

### TRADUÇÃO DA SÉRIE DE AGRONEGÓCIOS – BOAS PRÁTICAS DE MANUFATURAS: guia para pequenos e médios agroempresários – Vol. 12

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



**RELATÓRIO ANUAL DA RIB 2008:** a contribuição do IICA para a agricultura e o desenvolvimento

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura



**RELATÓRIO ANUAL DA RIB 2007:** A contribuição do IICA para a agricultura e o desenvolvimento

**Consultor/Autor:** IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

**AGRONEGÓCIO NO BRASIL:** perspectivas e limitantes

**Consultor/Autor:** Carlos Enrique Guanziroli









